

MAIO-AGO • 2019 • V.12

30



**HISTÓRIA DA  
HISTORIOGRAFIA**

International Journal of Theory and History of Historiography

ISSN • 1983-9928

Revista Eletrônica Quadrimestral



**HISTÓRIA DA  
HISTORIOGRAFIA**

ISSN • 1983-9928

## EXPEDIENTE

### EDITOR CHEFE

---

Temístocles Cezar (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)

### EDITORES EXECUTIVOS

---

Ana Carolina Barbosa Pereira (UFBA . Salvador . BA . Brasil)

Ewa Domanska (AMU . Poznan . Polônia)

Mateus Henrique Faria Pereira (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

Omar Acha (UBA . Buenos Aires . Argentina)

Valdei Lopes de Araujo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

### CONSELHO EDITORIAL

---

Alejandro Eujanian (UNR . Rosário . Argentina)

Arthur Alfaix Assis (UnB . Brasília . DF . Brasil)

Arthur Lima de Àvila (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)

Claudia Beltrão (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)

Durval Muniz de Albuquerque (UFRN . Natal . RN . Brasil)

Fabio Wasserman (UBA . Buenos Aires . Argentina)

Fábio Franzini (UNIFESP . Guarulhos . SP . Brasil)

Fernando Nicolazzi (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)

Flávia Florentino Varella (UFSC . Florianópolis . SC . Brasil)

Helena Mollo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

Julio Bentivoglio (UFES . Vitória . ES . Brasil)

Lucia Maria Paschoal Guimarães (UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)

Pedro Meira Monteiro (Princeton University . Princeton . Estados Unidos)

Pedro Spinola Pereira Caldas (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)

Raquel Glezer (USP . São Paulo . SP . Brasil)

Rebeca Gontijo (UFRRJ . Seropédica . RJ . Brasil)

Ricardo Salles (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)

Rodrigo Turin (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)

Sérgio da Mata (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

Tiago C. P. dos Reis Miranda (Universidade de Évora . Évora . Portugal)

---

## CONSELHO CONSULTIVO

---

Astor Diehl (UPF . Passo Fundo . RS . Brasil)  
Carlos Fico (UFRJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Carlos Oiti (UFG . Goiás . GO . Brasil)  
Cássio Fernandes (UNIFESP . Guarulhos . SP . Brasil)  
Chris Lorenz (VU University Amsterdam . Amsterdã . Holanda)  
Denis Bernardes - in memoriam (UFPE . Recife . PE . Brasil)  
Edgar De Decca - in memoriam (UNICAMP . Campinas . SP . Brasil)  
Eliana Dutra (UFMG . Belo Horizonte . MG . Brasil)  
Estevão de Rezende Martins (UnB . Brasília . DF . Brasil)  
Ewa Domanska (Adam Mickiewicz University . Poznań . Polônia)  
Fernando Catroga (Universidade de Coimbra . Coimbra . Portugal)  
Francisco Murari Pires (USP . São Paulo . SP . Brasil)  
François Hartog (EHESS . Paris . França)  
Frederico de Castro Neves (UFC . Fortaleza . CE . Brasil)  
Guillermo Zermeño Padilla (Colegio del México . Cidade do México . México)  
Hans Ulrich Gumbrecht (Stanford University . Stanford . Estados Unidos)  
Hayden White - in memoriam (Stanford University . Stanford . Estados Unidos)  
Iris Kantor (USP . São Paulo . SP . Brasil)  
José Carlos Reis (UFMG . Belo Horizonte . MG . Brasil)  
Jörn Rüsen (KI/ UWH . Witten . Alemanha)  
Jurandir Malerba (PUC-RS . Porto Alegre . RS . Brasil)  
Keila Grinberg (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Luiz Costa Lima (PUC-Rio . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Manoel Salgado Guimarães - in memoriam (UFRJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Marco Morel (UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Marlon Salomon (UFG . Goiânia . GO . Brasil)  
Pascal Payen (Université de Toulouse II - Le Mirail . Toulouse . França)  
Sanjay Seth (University of London . Londres . Reino Unido)  
Sérgio Campos Matos (Universidade de Lisboa . Lisboa . Portugal)  
Silvia Petersen (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)

---

## EDITOR ASSISTENTE

---

Marcos Eduardo de Sousa (UFOP/CEFET-MG . Mariana . MG . Brasil)

---

## EDITORES COLABORADORES

---

Guilherme Bianchi (UFOP . Mariana . MG . Brasil)  
Larissa Brandão (UFOP . Mariana . MG . Brasil)  
Luisa Rauter Pereira (UFOP . Mariana . MG . Brasil)  
Marianna Andrade Melo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)  
Mauro Franco Neto (UFOP . Mariana . MG . Brasil)  
Mayra de Souza Marques (UFOP . Mariana . MG . Brasil)  
Walderez Simões Costa Ramalho (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

---

## SECRETARIA

---

Aguinaldo Medeiros Boldrini (UFOP . Mariana . MG . Brasil)  
Aline Machado Gonçalves (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

---

## REVISÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA

---

Luiz Antônio dos Prazeres

---

## REVISÃO DE LÍNGUA INGLESA

---

Tikinet Edição  
Adriana Carina Camacho Álvarez (Lectura Traduções)

---

## REVISÃO DE LÍNGUA ESPANHOLA

---

Adriana Carina Camacho Álvarez (Lectura Traduções)

---

## REALIZAÇÃO

---

Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH)  
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)  
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

---

## APOIO

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)  
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)  
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG)  
Programa de Pós-graduação em História - UFRGS

---

## CONTATO

Rua do Seminário, s/n - Centro Mariana - MG  
35420-000| Brasil  
<http://www.historiadahistoriografia.com.br>  
historiadahistoriografia@hotmail.com  
Telefone: (31) 3557-9400

---

## MISSÃO

*A História da Historiografia* é um periódico interinstitucional patrocinado pelos Programas de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), coordenada pela Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH). Sua publicação se insere no âmbito de grupos e núcleos de pesquisa de Universidades brasileiras e estrangeiras das áreas de teoria da História e história da historiografia. A revista tem como missão a divulgação do conhecimento das áreas de teoria da História, história da historiografia e outras afins no intuito de fomentar o intercâmbio de ideias e resultados de pesquisas entre investigadores dessas áreas correlatas, através da publicação de artigos inéditos que, após o processo de avaliação editorial, sejam considerados relevantes às discussões de tais campos. Além de pesquisas originais, incentiva-se a produção de artigos de debate historiográfico que resenhem criticamente publicações recentes pertinentes aos temas relacionados com as áreas de conhecimento que configuram o escopo da publicação. A linha editorial da HH, desta forma, almeja a constituição de um espaço de livre acesso para o debate acadêmico por meio de publicações relacionadas à área.

## FICHA CATALOGRÁFICA

---

História da Historiografia. Ouro Preto - International Journal of Theory and History of Historiography / Edufop, 2019, volume 12, número 30, Maio-Ago, 2019, 353 p.

Quadrimestral ISSN 1983-9928

1. História - Periódicos

CDU 930(05)

<b>EDITORIAL</b> EDITORIAL	10
<b>ARTIGOS</b> ARTICLES	
Germanic Loyalty in Nineteenth-Century Historical Studies: A Multi-Layered Virtue <b>Herman Paul</b>	16
Virtue Language and Boundary Drawing in Modern Brazilian Historiography: a reading of Historians of Brazil, by Francisco Iglésias <b>João Rodolfo Munhoz Ohara</b>	44
Narrando a Conquista: como a historiografia leu e interpretou os acontecimentos ocorridos no México entre 1519 e 1521 <b>Luís Guilherme Kalil &amp; Luiz Estevam Fernandes</b>	71
Sobre a inconstância da alma cordial: presença e ausência ameríndia em Raízes do Brasil <b>André Jobim Martins</b>	104
Tempo do evento, poética da história: maio de 1968 segundo Michel de Certeau e Cornelius Castoriadis <b>Douglas Attila Marcelino</b>	139
A história como pintura: da dimensão pictórica à textual na historiografia francesa da primeira metade do século XIX <b>Eduardo Wright Cardoso</b>	170
Interseção de subjetividades: a presença indígena na escrita afetada dos jesuítas <b>Guilherme Galhegos Felipe &amp; Carlos Daniel Paz</b>	198
La recepción de la historia de conceptos en España. En la encrucijada entre la reflexión teórica y la aplicación práctica <b>Luis Fernández Torres</b>	233

O culto às ideias em Germán Carrera Damas  
**Matheus Amilton Martins** 278

A crítica historiográfica no Brasil nos anos 1990 e o  
espectro do linguistic turn: embates entre “moder-  
nos” e “pós-modernos”  
**Wagner Geminiano dos Santos** 312

**NORMAS DE PUBLICAÇÃO** 344  
EDITORIAL GUIDELINES



# EDITORIAL



EDITORIAL

Neste conturbado ano de 2019, chegamos ao número 30 da revista *História da Historiografia*. Desde o anúncio feito pelo Governo Federal, em 29 de março, do contingenciamento de quase 35 bilhões do Orçamento deste ano, a sociedade brasileira tem enfrentado com aflição as novas e ininterruptas declarações de cortes, bloqueios e ameaças de interrupções de Programas Sociais e Políticas Públicas, especialmente nas áreas da Saúde e Educação.

No âmbito dos Ministérios da Educação e de Ciência e Tecnologia, os cortes e contingenciamentos de verba de custeio ameaçam o funcionamento das Universidades já no segundo semestre de 2019, o desenvolvimento de milhares de pesquisas e o financiamento de dezenas de milhares de bolsas de mestrado e doutorado.

Não obstante isso e depois de recuar na ameaça de cobrança de mensalidades nas Universidades Públicas, o Ministério da Educação lançou o projeto *Future-se*, cuja proposta central é a abertura das Universidades ao capital privado e à possibilidade de assinar contratos de gestão compartilhada, permitindo às reitorias estabelecerem parcerias público-privadas, assim como ceder nomes de campi e edificações para marcas privadas em troca de patrocínio para novas construções ou reparos. Em resumo, um projeto de destruição da autonomia das Universidades por meio de sua submissão à lógica de mercado e à linguagem dos negócios.

O quadro é um tanto desanimador e extremamente preocupante. Ele coloca em risco a pesquisa científica e o pensamento crítico no Brasil, seja pela asfixia e falta de financiamento, seja pelas ações persecutórias do Governo Federal e as inúmeras tentativas de manipular a opinião pública contra as Universidades brasileiras. Contudo, esse cenário não é de modo algum experimentado sem a forte resistência de professores(as), pesquisadores(as), estudantes e demais membros da sociedade civil que têm se mobilizado em defesa da Educação no Brasil.

A publicação de mais uma edição da *HH* é, portanto, uma expressão dessa resistência, ao mesmo tempo em que revela o empenho e o trabalho de editores(as) e dos conselhos, especialmente Mateus Henrique Faria Pereira que encerra seu mandato como membro dos editores executivos. Mateus Pereira exerceu um papel decisivo na manutenção da periodicidade da revista, na renovação do projeto gráfico-editorial, na ampliação da base de indexadores, na atualização e aprovação do novo Estatuto da revista, na aprovação de financiamento do Edital Capes-CNPq 2018 e na nova edição de financiamento coletivo da *HH*. Além disso, e diante da situação atual, a revista tem buscado apoio financeiro da comunidade acadêmica.

Também devemos mencionar a atuação de Valdei Lopes de Araújo como Editor Chefe, que encerra seu mandato e deixa como legado para o seu sucessor, Temístocles Cezar, a melhora nos índices bibliométricos da revista *HH* no Scimago, Scopus e Redib. Esses resultados bibliométricos ganham mais relevo ainda com a mudança das diretrizes do Qualis Periódicos, trazendo as discussões sobre bibliometria para as áreas de humanidades.

E como mais um sinal do comprometimento da Revista História da Historiografia com a divulgação de conhecimento inédito, uma exceção será feita à publicação, em língua inglesa, de textos relevantes que já foram publicados em línguas estrangeiras de baixa circulação. É o caso, por exemplo, do artigo de Herman Paul, anteriormente publicado em holandês, e que encontra neste número uma versão em inglês.

O corpo editorial da revista deseja ao público uma ótima leitura, especialmente porque em nosso lamentável contexto, o próprio ato de ler já é, em si, uma forma de resistência.

*Ana Carolina Barbosa Pereira*

In this troubled year of 2019, we reach the thirtieth edition of the journal *História da Historiografia (HH)*. Since the Federal Government's announcement of the contingency of nearly 35 billion reais in this year's budget, on 29 March, Brazilian society has been facing distress with the new and uninterrupted declarations of cuts, blockages and also the threats of interruption of Social Programs and Public Policies, especially in the areas of Health and Education.

Regarding the Ministries of Education and Science and Technology, cuts and contingencies threaten the functioning of universities in the second half of 2019, the development of thousands of research projects and the funding of tens of thousands of master's and doctoral scholarships.

Notwithstanding this, and after retreating from the threat of charging tuition in public universities, the Ministry of Education launched the *Future-se* project (Future yourself), whose central proposal is to open universities to private capital and sign shared management contracts, allowing the rectories to establish public-private partnerships, as well as granting names of campuses and buildings to private labels in exchange of sponsorship for new constructions or repairs. In summary, a project to destroy the autonomy of universities through their submission to market logic and business language.

The scenario is somewhat discouraging and extremely worrisome. It endangers scientific research and critical thinking in Brazil, either by asphyxia or lack of financing or through the persecutory actions of the Federal Government and the countless attempts to manipulate public opinion against Brazilian universities. However, this scenario is by no means experienced with strong resistance from professors, researchers, students and other members of civil society who have been mobilizing in defense of Education in Brazil.

The publication of another edition of HH is, therefore, an expression of this resistance, while revealing the commitment

and work of editors and boards, especially Mateus Henrique Faria Pereira, who finishes his term as a member of the executive board, having played a decisive role in maintaining the journal's periodicity, renewing the graphic-editorial project, expanding the index base, updating and approving the new statute of the journal, participating in the financial approval of Capes-CNPq 2018 and in the new edition of HH's collective financing. In addition, and given the current situation, the journal has sought financial support from the academic community.

Valdei Lopes de Araújo should also be mentioned. He is the Editor in Chief, finishing his term and leaving to his successor, Themistocles Cezar, the improvement in the bibliometric indexes of the *HH* journal in Scimago, Scopus and Redib. These bibliometric results become even more prominent with the change of the guidelines in Qualis Periódicos, motivating discussions on bibliometrics to the field of humanities.

Another sign of the commitment of *História da Historiografia* to the dissemination of unpublished knowledge is to exceptionally publish, in English, relevant texts which have already been published in low-circulation foreign languages. This is the case, for example, of Herman Paul's article, previously published in Dutch, and which you will find in this issue in an English version.

The editorial board of the magazine wishes the public an enjoyable reading, especially because in our unfortunate context, the very act of reading is itself a form of resistance.

*Ana Carolina Barbosa Pereira*



ARTIGOS

ARTICLES

# Germanic Loyalty in Nineteenth-Century Historical Studies: A Multi-Layered Virtue

Lealdade germânica nos estudos históricos do século XIX: uma virtude de múltiplas camadas

Herman Paul

<http://orcid.org/0000-0002-9365-6329> 

## ABSTRACT

This article seeks to advance historians' understanding of epistemic virtues in the history of historiography. Drawing on a nineteenth-century case study, it argues that virtues were often multi-layered in the sense of being charged with multiple meanings. Loyalty (Treue) is a case in point: it was, to some extent, an epistemic virtue, but simultaneously also a political virtue with conservative overtones. Loyalty served as a key concept in an idealized image that nationalistic historians and literary scholars held of the ancient Germans. Moreover, as a civic virtue, loyalty was bound up with social codes that obliged students to be loyal to their teachers – which could lead to frictions if these teachers were associated with all too pronounced views of the discipline. On this basis, the article concludes that the phrase “epistemic virtues” should be used with caution. The adjective denotes an epistemic layer of meaning which can be distinguished but never separated from social, moral, and political layers of meaning.

## KEYWORDS

Epistemic virtues; German historiography; Leopold von Ranke

## RESUMO

Este artigo busca promover a compreensão dos historiadores sobre as virtudes epistêmicas na História da Historiografia. Refletindo sobre um estudo de caso do século XIX, o artigo argumenta que as virtudes frequentemente possuíam múltiplas camadas, no sentido de serem carregadas com múltiplos significados. A lealdade (Treue) é um caso em questão: ela era, em certa medida, uma virtude epistêmica, mas simultaneamente também uma virtude política com conotações conservadoras. A lealdade servia como um conceito-chave em uma imagem idealizada que historiadores nacionalistas e estudiosos da literatura mantinham dos antigos germânicos. Além disso, sendo uma virtude cívica, a lealdade estava ligada a códigos sociais que obrigavam os estudantes a serem leais com seus professores – o que poderia levar a atritos se esses professores fossem associados com as visões demasiadamente pronunciadas da disciplina. Nesse sentido, o artigo conclui que a expressão “virtudes epistêmicas” deve ser usada com cautela. O adjetivo denota uma camada epistêmica de significado, que pode ser distinguida, mas jamais separada das camadas de significado sociais, morais e políticas.

## PALAVRAS-CHAVE

Virtudes epistêmicas; Historiografia alemã; Leopold von Ranke

## Introduction

As Steven Shapin has demonstrated in his well-known study of seventeenth-century English gentleman scholars, the reliability of scientific experiments in early modern England was evaluated mainly in the light of the scholar's social reputation. Gentlemanly identity, expressed in virtues like modesty, impartiality and self-control, functioned as a guarantee of scientific quality. On the one hand, this explains why early modern scholars went out of their way to present themselves as immune to temptations of passion, honor, and money: a gentleman was expected to be above such passions and interests. On the other hand, it explains why the reliability of experiments seemed beyond dispute as long as they were buttressed by solid reputations. Thus, in 1692, John Warr could say about Robert Boyle, "What comes forth in the name of Mr. Boyle, and is genuinely his, needs no farther recommendation. His *ipse dixit* is sufficient" (SHAPIN 1994, p. 191-192).

Would a similar argument, *mutatis mutandis*, apply to nineteenth-century historians? As recent research has made clear, nineteenth-century historians reflected at length on the virtues required of a scholar. Almost without exception, they placed these virtues at the heart of their profession. Much of what nineteenth-century textbook authors like Ernst Bernheim codified as "historical method" consisted of virtues like accuracy, precision, and impartiality (PAUL 2011). Kasper Risbjerg Eskildsen infers from this that the main function of virtues was to warrant the reliability of historical knowledge. Nineteenth-century historians varied on an early modern theme by presenting virtue as the hallmark of "the credibility of the historical discipline" (ESKILDSEN 2013, p. 20). This explains why Eskildsen consistently describes the virtues recommended by nineteenth-century historians as *epistemic* virtues – dispositions or character traits necessary for achieving epistemic goals like knowledge and understanding of reality.

But how much epistemic weight did nineteenth-century historians attach to their virtue language? Is it true that virtues were principally or even exclusively aimed at the acquisition of reliable historical knowledge? Take the obituaries written in 1886 and 1887 for Georg Waitz, the German historian who as a professor in Göttingen had initiated hundreds of young men into the historical craft and as chairman of the *Monumenta Germaniae Historica* had been an influential figure in German historical studies (MUHLACK 2005; BENSON; WEBER 1995; BÖCKENFÖRDE 1961, p. 99-134). A common feature in many of these obituaries is that they not only portrayed Waitz in terms of “criticism,” “precision,” and “penetration” (WAITZ 1867, p. 4) – virtues directly connected with the epistemic ambitions of historical studies – but also praised him for the loyalty (*Treue*) which he had displayed as a father, friend, citizen, and historian:

It is precisely loyalty which we would like to emphasize as the essential trait of his character. He was loyal and unswerving in his endeavor to investigate the pure historical truth, loyal as a husband and father, loyal as a teacher. It was the same loyalty that informed his political thought and sensibility[. . .] Finally, he was loyal as a friend of his friends, of his former students; he remained in touch with almost all of them. (ERMISCH 1886, p. 269)

It is possible, of course, that this loyalty did not really touch on the heart of the matter. Perhaps the loyalty attributed to Waitz was like the frisson felt by the chemist Friedrich Wöhler when he walked through the Alps or the hospitality with which the physicist Wilhelm Weber used to receive his family in his beautiful garden in the summer – biographical trivia which found their way into obituaries because of their human interest, but without any relation whatsoever to the hypotheses, theories, and discoveries that were discussed at much greater length in Wöhler’s and Weber’s obituaries (PAUL 2017). However, the quotation above suggests that *Treue* was considerably less trivial and had to do both with knowledge acquisition and with collegiality and public responsibility. If this assumption

is correct, then to what extent does the adjective “epistemic” adequately capture the meanings and connotations that loyalty had in nineteenth-century German historical studies?

In this article I will explore what Waitz’s students meant when they characterized their deceased teacher as “loyal.” I will argue that loyalty played a role in the “endeavor to investigate the pure historical truth,” but also had a conservative political connotation and functioned as a key concept in an idealized image that nationalistic historians and literary scholars held of the ancient Germans. Moreover, as a civic virtue, loyalty was bound up with social codes that obliged students to be loyal to their teachers – which could lead to frictions if these teachers were associated with all too pronounced views of the discipline. On this basis I will argue, finally, that the phrase “epistemic virtues” should be used with caution. The adjective denotes an epistemic layer of meaning which can be distinguished but never separated from social, moral, and political layers of meaning.

## Biographical template

The Dresden archivist Hubert Ermisch had barely returned from Berlin, where he had attended Waitz’s funeral at the St. Matthew Cemetery, when he wrote a reverential obituary for the *Leipziger Zeitung* (Leipzig Daily). In quasi-religious terms, the piece describes how “with a quiet strength and loyal sense of duty, Waitz [had] worked on the great tasks allotted to him by Providence” (ERMISCH 1886, p. 265). According to Ermisch, this sense of duty went hand in hand with other noble character traits: accuracy, thoroughness, and a certain refinement which served to “encase a warm, deeply sensitive, and always benevolent heart” (ERMISCH 1886, p. 259). The passage just quoted on *Treue* as the essential trait of Waitz’s character also stems from Ermisch’s obituary. “As a teacher, as a scholar, so too as a human being Waitz was one of those simply true, thoroughly capable, resilient souls . . .” (ERMISCH 1886, p. 259). What mattered for Ermisch, therefore, was not primarily his teacher’s list of publications or Waitz’s powerful influence

on historical scholarship in Germany, but his personality or, more specifically, the virtues which had stamped his character.

A common feature of obituaries and (auto)biographies is that they illustrate the genre's conventions and the social codes of their time at least as powerfully as the specific traits of the people being described (ECHTERHÖLTER 2012). So, if Ermisch typifies Waitz as an embodiment of *Treue*, this tells us something about Waitz's character, but also reflects the moral universe of nineteenth-century German historians or, more broadly, the "horizon of civic values" that historians shared with other members of the educated classes (cf. PAUL 2013). In this universe of bourgeois norms and values, loyalty was a cardinal virtue. Just as spouses were supposed to be loyal to each other and soldiers swore never to abandon their comrades, so domestic servants were expected to show loyalty to their employers. Also, *Treue* was regarded as a mark of true friendship (FREVERT; SCHREITERER 2000; BUSCHMANN; MURR 2008). Nineteenth-century edifying literature emphasized the key importance of this virtue in genres as diverse as congratulatory letters ("Mother, accept for your loyalty / our warmest, most pious thanks") and album verses ("Practice always loyalty and reason / until your quiet grave") (STILLE 1817, p. 17, p. 124). With reference to an idealized Germanic past (on which more below), nineteenth-century German nationalists stressed that this loyalty could not be confined to the private sphere. Social, legal, and political relations were also morally confirmed in terms of loyalty (BUSCHMANN 2009, p. 113). Finally, biographies and obituaries made it clear that this virtue translated into respect for the proper authorities, loyalty to friends and colleagues, and engagement with the weal and woe of fellow human beings (SIEGEL 2004).

Against this background it comes as no surprise that *Treue* often crops up in the corpus of Waitz's obituaries. Not only Ermisch, but a lot of former students portrayed Waitz as a "man of rare rectitude, loyalty, and goodness," "loyal in things great and small," imbued with "devotion to duty [*Pflichttreue*],"

loyal to his teacher Leopold von Ranke, and, last but not least, “always loyal to himself” (KLUCKHOHN 1886, p. 4017; STERN 1886, p. 540; CARSTENS 1887, p. 372; STERN 1887, p. xxxv-xxxvi). On the same template, Clara Schelling, Waitz’s first wife, was called a woman who had accompanied her husband “in faithful [*treuer*] love” on his path of life, and Waitz’s second wife, Helene von Hartmann, a “loyally following wife and mother of his children” (ERMISCH 1886, p. 266). Nor was this fascination with loyalty confined to Waitz’s students. Former colleague Wilhelm von Giesebrecht described the deceased as “loyal to his fatherland and to his science,” while Wilhelm Wattenbach recalled the loyalty “with which [Waitz] always adhered to what he had begun” (WATTENBACH 1887, p. 3; GIESEBRECHT 1887, p. 184).

As these quotations show, loyalty was not just a virtue needed for gaining historical knowledge, but a characteristic which in a broader sense had formed Waitz into a respectable colleague and decent citizen. As Ferdinand Frensdorff would put it on a later occasion, “The virtues of his scholarship were rooted in his character and mirrored in his life” (FRENSDORFF 1914, p. 298). So, Waitz’s obituaries commemorated not just his epistemic achievements, but a man who both privately and professionally had met the high standards of an educated middle class life. A first answer to the question what “loyalty” meant for Waitz’s students is therefore that they saw in this virtue a *pars pro toto* of a life lived well. But this is only the beginning of the story.

## Valhalla

Less than 24 hours before Waitz had breathed his last in Berlin, the ninety-year-old Ranke had died elsewhere in the German capital. According to reports, Ranke had heard on his deathbed that Waitz was also seriously ill and had informed with a final effort: “So how fares the loyal Waitz?” (WATTENBACH 1887, p. 3). It is not surprising that this question was often cited by Waitz’s obituary writers (CARSTENS 1887, p. 374;

STERN 1887, p. xxxvi). With all the weight of a final word, the question illustrated just how close the bond had been between Ranke and Waitz and how justifiably therefore Waitz's students could regard themselves as rightful heirs to the Rankean tradition. This was not a new idea: Waitz himself had presented his *Übungen* as a Göttingen continuation of Ranke's legendary *Übungen* in Berlin (WAITZ 1867, p. 5-6), while the 25th anniversary of Waitz's *Übungen* in 1874 had been celebrated as a "family party" of the Ranke family (HÖHLBAUM 1874, p. 7, p. 15). Apparently, after the almost simultaneous deaths of Ranke and Waitz, it was necessary to give new assurances that the Rankean torch would not be handed on to the school of Giesebrecht or that of Karl Wilhelm Nitzsch, but that the Waitzian school (as defined by WEBER 1984, p. 210-262) formed the inner circle of German historical studies.

Was it by chance, speculated more than one author in this connection, that Ranke and Waitz had passed away almost at the same time? Was it not a sign of deep solidarity that "the loyal Waitz" had followed his teacher into death, "just as among our forefathers the first comrade in war and companion in court [*Kampf- und Bankgenosse*] of the princely hero aspired to follow him to Valhalla" (SYBEL 1886)? It is striking that this image of Valhalla, introduced by Heinrich von Sybel in the *Kölnische Zeitung* (Cologne Daily), was taken up by various obituary writers (BIENEMANN 1886, p. 510; STERN 1887, p. xxxvi; FASTENRATH 1887, p. 20). There is a slight resemblance to the famous words spoken by Adolf Hitler in 1935 on the death of Paul von Hindenburg, "Dead commander, now enter Valhalla!" But it would be anachronistic to take the Nazi predilection for a "Germanic-pagan conception of the hereafter" which Volker Ackermann sees illustrated in this quotation (ACKERMANN 1990, p. 116) and project it back onto Waitz's mostly Protestant colleagues and students. For them, the term "Valhalla" did not have specifically pagan connotations. Rather it belonged to a genre that was incorrigibly religious, but preferred somewhat nebulous concepts like "Providence" and "the hereafter" to

“God” and “heaven.” Even the Roman Catholic Hermann Grauert alluded in his Waitz obituary in veiled terms to “eternal rest” in “the hereafter” (GRAUERT 1887, p. 100).

More importantly, Waitz’s obituary writers were fascinated by the ancient Germans, not on religious grounds, but for cultural-nationalist reasons. Their allusions to Valhalla reflect a German-nationalist worldview in which the Germans as portrayed in Tacitus’ *Germania* functioned as forefathers and role models. Although opinions differed on the political aspirations of these Germans, so that historians disagreed on the degree of continuity existing between the Germanic tribes and the German Empire after the Franco-Prussian War (1870-1871) (KIPPER 2002, p. 252-256), almost everybody regarded the moral qualities of the ancient Germans as “part of a specifically German national stereotype” (WIWJORRA 2006, p. 110; BUSCHMANN 2008). These moral qualities, in their turn, were usually identified with typical civic virtues like honesty, chastity, purity, and loyalty. Paradigmatic of this interpretation is Gustav Freytag’s *Die Ahnen* (The Ancestors) (1872-1880) – one of the most widely read historical novels in nineteenth-century Germany – which portrays the Germans as such exemplary citizens that the novel has been characterized as an “apotheosis of bourgeois mentality” (KIPPER 2002, p. 95). This was the front which Felix Dahn battled against when in his much-debated novel *Ein Kampf um Rom* (A Struggle for Rome) (1876) he went the opposite way and depicted the Germans as heroic warriors who would have raised on the shield a power politician like Otto von Bismarck (KIPPER 2002, p. 134, p. 209; cf. TITZMANN 1991).

Waitz had made an important contribution to this bourgeois idealization of the ancient Germans. Both in his lectures and in his *Deutsche Verfassungsgeschichte* (German Constitutional History) (1844-1878), he had described loyalty as an eminent virtue in the Germanic moral universe: “Above all loyalty is holy; it should reign in all life, of the house and the family as well as of the community and the state; the husband with

the wife, the friend with the friend, the young man with the prince whom he serves, everybody is united with the ruler in loyalty" (WAITZ 1880, p. 46-47). This is the commonplace of *germanische Treue*, which was exposed as legendary by twentieth-century medievalists, but went virtually unchallenged in nineteenth-century Germany (KIENAST 1978; KROESCHELL 1995). Although Waitz was too suspicious of the classical adage *historia magistra vitae* to hold up this Germanic loyalty as an example to his students, they did not doubt that Waitz could identify with it and could therefore endorse the appeal of his Rostock colleague Karl Bartsch: "Let us not take second place to our forefathers!" (BARTSCH 1867, p. 24).

This context not only explains the origin of the Valhalla imagery, but also supplies a second answer to the question of what loyalty meant to Waitz's students. Waitz had confronted these students so often with *germanische Treue* that they responded by describing both themselves and their teacher in these terms.<sup>1</sup> As a pupil of Waitz, Alfred Stern even believed that he formed part of a Germanic *Gefolgschaft* (a close-knit group of loyal followers):

The participants themselves in the Übungen [exercises] struck up lifelong friendships. Everyone felt united forever by a bond. One could say: there was born a kind of ancient Germanic *Gefolgschaft* in the realm of science – *in pace decus, in bello praesidium* [an ornament in peace, a defense in war] (STERN 1886, p. 540)

The quotation from Tacitus' *Germania* (13.1) with which this passage ends raises a further question. Though a standing expression often quoted as an illustration of Germanic loyalty (e.g., GIERKE 1868, p. 96; DELBRÜCK 1902, p. 29), the phrase suggests that loyalty must prove itself in conflict situations. Only when loyalties are at stake does it become clear what loyalty means. What then was the front against which the ranks had to be closed or the occasion for Stern and others to call for loyalty to Waitz's example?

1 - Lacapra (1985), p. 72-74, interprets this phenomenon in psychological terms as "transference."

## Loyalty and trust

It goes almost without saying that “Germanic loyalty” had a critical focus: explicitly or implicitly every virtue served as an alternative to one or more vices (FOOT 1978, p. 9). Hans Kloft therefore rightly points out that “Germanic loyalty” was a contrastive concept in the sense that it was critically deployed against vices which for centuries had been identified with un-German character traits (“Germanic simplicity and decency instead of Roman luxury and vice; German loyalty instead of Latin duplicity; German courage and freedom instead of Italian groveling and servility”) (KLOFT 1995, p. 206). More fundamental, however, was the difference between *Treue* and *Vertrauen*, between loyalty and trust, as highlighted in recent historical research. According to Ute Frevert, especially after 1848 *Treue* faced competition from *Vertrauen* – a less hierarchical, more democratic concept that implied reciprocity and could ask for guarantees. Whereas loyalty went without saying in old-fashioned social hierarchies, trust needed to be earned and could be shattered by a single clumsy action. Frevert suggests therefore that “loyalty” had mainly conservative overtones, whereas “trust” testified to a more progressive outlook (FREVERT 2013, p. 124-125, p. 165-169).

With some difficulty, this distinction can also be found in the Waitz obituaries. Where Ermisch, a Prussia-leaning monarchist (LEHMANN 2001, p. 190), unashamedly linked loyalty to sense of duty (ERMISCH 1886, p. 267), Wilhelm Wattenbach, a moderate liberal (RODENBERG 1898, p. 442), combined the notion of loyalty with the modern, more dynamic concept of trust:

*The loyal Waitz!* In this word Ranke described the essence of his being. Loyal to his former teacher and fatherly friend, loyal to his fatherland and to his science, of unshakeable truthfulness, rectitude, and constancy, frank without fear of other people, and hence in all life’s relationships always the one who was met with unconditional trust from all sides (WATTENBACH 1887, p. 3)

Yet this exercise soon runs up against its limits. For despite the conservative overtones of *Treue*, none of Waitz's obituary writers aimed to formulate a political stance. Inasmuch as the authors engaged in controversy, their arrows were targeted not at political tendencies or social movements, but at historians who misjudged Waitz's merits or used wrong standards to assess the master. Thus Ermisch emphatically complained about "the contemptuous way in which his achievements have been judged here and there in public journals in recent days" (ERMISCH 1886, p. 268). Almost certainly this refers to Sybel's obituary in the *Kölnische Zeitung*, which had accused Waitz of one-sidedness (SYBEL 1886), and to an anonymous article in the *Vossische Zeitung* (Voss's Daily), which had blamed Waitz for having squandered his talents on matters of marginal importance (N. N. 1886). Likewise, other obituary writers defended Waitz against criticism that he had not written accessible books for an educated audience (STERN 1886, p. 540; KLUCKHOHN 1886, p. 4312). More important than the political overtones of "Germanic loyalty" was therefore its social connotation: Waitz's followers felt responsible for the reputation of their late teacher.

## Social reciprocity

This concern with Waitz's posthumous reputation was rooted in a system of norms and values that broadly regulated the relations between professors and their students. Although research into these codes has been sparse for the nineteenth century, the case of Waitz shows that the privilege for students to enter the sanctuary of Waitz's study was tied up with a social obligation to show loyalty to the master. Loyalty was an expression of gratitude for the privilege of learning the tricks of the trade from Waitz and for his (often successful) efforts to get them a position at an archive or university after their doctorate. "Our gratitude," explained Ludwig Weiland, "was and is for the teaching he gave us, our veneration for the moral example he showed us" (WEILAND 1886, p. 15). The fact that

Waitz's students vied to declare their willingness to commemorate their teacher "in constant loyalty" (STERN 1886, p. 540) therefore indicates a social reciprocity between professor and students. Education and access to the profession were repaid with thanks and honor.<sup>2</sup>

Obituaries, often explicitly presented "as a token of gratitude" (ERMISCH 1886, p. 265), were not the only genre used by Waitz's students to show "how many thanks they owed him" (GIESEBRECHT 1887, p. 292). Following nineteenth-century academic custom (SCHNICKE 2015; TOLLEBEEK 2008, p. 186-199), they organized festive manifestations for the jubilees of their teacher. The *Jubelfeier* for the 25th anniversary of Waitz's *historische Übungen* in 1874 was the most exuberant one.<sup>3</sup> "The festivity was prompted by the awareness of what we owed him," declared former student Konstantin Höhlbaum, thus illustrating that gratitude was not just a spontaneous feeling, but controlled by social codes (HÖHLBAUM 1874, p. 4). Another speaker, Ferdinand Frensdorff, underlined this by ending his word of thanks with a solemn pledge on behalf of all former students "that we wish always to remain loyal to the principles which we receive there [in Waitz's *historische Übungen*], that we will endeavor to the best of our abilities to walk in the ways shown by our teacher's teachings and writings" (HÖHLBAUM 1874, p. 12). Loyalty to Waitz was therefore seen as an appropriate response to Waitz's own loyalty. As Ermisch would put it on a later occasion, "Loyalty for loyalty! We, too, wish to preserve loyalty to him . . ." (ERMISCH 1913, p. 24).

2 - Frevert and Schreier (2000), p. 220-221 point to this element of reciprocity. On "honor" in nineteenth-century Germany, see Goldberg (2010) and Maehle (2009).

3 - For the commemorations of Waitz's seventieth birthday in 1883 and hundredth anniversary in 1913, see N. N. (1883); Ermisch (1913); Frensdorff (1914).

## Exclusive loyalty?

What exactly did this loyalty entail? Was it loyalty to Waitz's *person*, as expressed in manifestations and obituaries, but also in lifelong correspondence or in a photograph of Waitz hung on a wall? Or did loyalty, as suggested by Frensdorff's pledge, also involve *substantive* loyalty to the historiographical program developed by Waitz? And if so, what did loyalty mean for followers who had studied elsewhere too, under historians who

held different views of the discipline from Waitz? During the 1874 *Waitz-Fest*, August Kluckhohn noted that the gratitude shown to Waitz did not detract from the piety which many former students owed to other teachers (HÖHLBAUM 1874, p. 6). But the fact that this declaration was needed suggests that the danger of exclusive interpretations was not imaginary. To what extent was loyalty to Waitz compatible with loyalty to other historians or other ideas about the historian's vocation?

Judging by the corpus of Waitz obituaries, loyalty to the person and loyalty to his ideas were closely connected. This is already shown by the fact that all the obituaries by former students discussed with approval their teacher's conception of his duties. This was not a feature of the genre as such: the *Kölnische* and *Vossische Zeitung* proved that not every obituary writer respected the classical adage *de mortuis nil nisi bene* ("say nothing but good of the dead"). Substantive assent therefore revealed as much about the author as about the conventions of the genre. One former student, Ludwig Weiland, did venture to cast doubt on Waitz's exclusive focus on historical source criticism. As an admirer of Friedrich Christoph Dahlmann and John L. Motley, both well known for their compelling prose, Weiland agreed with Sybel that Waitz had been one-sided in his devotion to historical source criticism (WEILAND 1886, p. 4; cf. WEILAND 1885, p. 6; WEILAND 1890, p. 17). On the other hand, despite his dream of higher honey, Weiland sacrificed all his research time to source editions of the kind so valued by Waitz (MÜLLER-MERTENS 1997, p. 24). Striking, too, is that students who had "moved up" in the direction of politically committed historiography in the style of Sybel and Heinrich von Treitschke did not join the choir of voices publicly commemorating Waitz. Dietrich Schäfer, for instance, did not write an obituary, though in 1910 he would dedicate his *Deutsche Geschichte* (German History) to the memory of both Waitz and Treitschke – a combination unthinkable 25 years earlier (SCHÄFER 1910; cf. SCHÄFER 1913, p. 233-234).

The fact that Waitz as a person was generally seen to be inseparable from the conception of duty which he embodied is shown by the responses that Hermann Grauert received to his Waitz obituary in the yearbook of the Roman Catholic Görres Society. Like other Catholic historians of his generation – Florenz Tourtual, August von Druffel, Hermann Cardauns and Georg Hüffer – Grauert had grown up in a milieu where the apologetic Catholic historian Johannes Janssen (on whom see TROXLER 2007) had been held in high regard (GÜNTER 1924, p. 169-170). However, frustration about their Catholic educational deficit had marked these young men more than a need to follow Janssen in his polemics with Protestant historians (DOWE 2006). Hence they had set out for Göttingen to study under Waitz, who was not an admirer of Catholic historiography (WAITZ 1846), but who according to Grauert had always displayed great friendliness and helpfulness towards the Catholic students in his audience:

Readily, therefore, people from our circles, too, have united with the other students to express their continuing veneration and gratitude for the teacher on special occasions. Thus on his 70th birthday on 9 October 1883. And we had already declared our willingness to take part in the festivities planned for the 50th anniversary of his doctorate on 18 August 1886 (GRAUERT 1887, p. 99-100).

Social reciprocity between pupil and teacher was apparently more important to Grauert than confessional difference. “The benevolence of a fatherly adviser” had to be met with “continuing veneration and gratitude” (GRAUERT 1887, p. 99).

However, in the Görres Society this homage was viewed with Argus’ eyes. Waitz was one of Ranke’s most important pupils and Ranke, as concerned members declared at the annual meeting of 1887, was “the most dangerous enemy of the Catholic Church” (KLAPCZYNSKI 2013, p. 23, n. 58) – in particular on account of *Die römischen Päpste in der letzten vier Jahrhunderten* (The Roman Popes in the Last Four Centuries) (1834-1836), which in Catholic eyes was iconoclastic enough

to deserve a place on the papal index (MUHLACK 2003; cf. BRECHENMACHER 1996, p. 460-475). Thanks to diplomatic efforts by chairman Georg von Hertling, a crisis in the Görres Society could be averted. Nevertheless, the affair illustrates that warm words directed at Waitz could be regarded as inappropriate for a loyal son of the Church – just as, conversely, the name of Janssen was echoed among Protestant historians as a synonym of dogmatic disloyalty to the truth (LENZ 1883, p. 238; LEHMANN 1894, p. 139; DELBRÜCK 1896, p. 417-418).

## Scholarly personae

Why was it so hard to honor Waitz as a teacher without, explicitly or implicitly, endorsing his view of the historian's task? Together with Sybel, Treitschke, and Karl Lamprecht, Waitz enjoyed the dubious privilege of having seen his name grow into the symbol of a "school" or "movement" in German historical studies. Sybel and Treitschke represented the "political professor" who wanted to turn his audience into good citizens by impressing on them with patriotic enthusiasm the history of the German nation state (MUHLACK 2001; LENHARD-SCHRAMM 2014). Waitz and Lamprecht, each in his own way, were regarded as opposites of this politically committed type – Waitz with an exclusive devotion to meticulous research that was incompatible with expressive language and political commitment; Lamprecht with a cultural-historical perspective that played down the (German) nation state as a historiographical framework (PAUL 2016). Clearly, each of these models was stereotypical: Waitz's engagement with German politics was much more earnest than expressed in the clichés of historians who played off "Waitz" and "Sybel" against each other (LENHARD-SCHRAMM 2014, p. 94-103; JORDAN 1964; HAGENAH 1930). In fact, these names were no longer proper names: they had become generic names symbolizing scholarly personae or models of being a historian. Confusingly, discussions about "Waitz" were just as often related to the kind of historian that Waitz

was considered to represent – level-headed, impersonal, critical, diligent, and objective – as to the individual behind this persona (PAUL 2018).

The fact that Waitz's person and persona were closely interwoven was noticed already in the late 1860s by Friedrich von Bezold. As a student of Sybel in Bonn, Bezold decided to switch over to Waitz in Göttingen. By his own account, this switch was partly inspired by "a personal relationship with Waitz" (his mother had been friends with Waitz's first wife). But the personal soon turned out to be political: "That the choice then was at the same time a choice of scholarly allegiance only became clear to me in Göttingen" (BEZOLD s.a., p. 47). Almost immediately Bezold felt compelled to choose between "Sybel or Waitz," that is to say, between "scientific" and "political" historiography as personified by Waitz and Sybel respectively (especially since Waitz in 1862 had publicly distanced himself from Sybel's politically inspired historiography) (BRECHENMACHER 2003). "Sybel or Waitz" had thus become a question of loyalty to scholarly personae: which model of the historian was the most convincing? In Bezold's memory this choice was far from non-committal: a student who ventured to speak well of Sybel in Göttingen ran the risk of being pummeled to the ground (BEZOLD s.a., p. 47).

Waitz therefore stood on two fault lines in German historical studies. As a flagbearer of the Rankean tradition he represented on the one hand the (mainly Northern German) Protestant camp, which was viewed with skepticism by traditional Catholics (above all in Southern Germany). On the other hand, as a painstaking investigator of sources, Waitz was a symbol of dedication to a scientific approach that was incompatible with Sybel's confession that he felt himself to be "4/7ths a professor and 3/7ths a politician" (VARRENTRAPP 1897, p. 128). Discussions on scholarly personae were therefore not conducted in the seclusion of the historical profession, but were influenced by lines which divided the German Empire politically, socially, and intellectually – even after the *Kulturkampf* (struggle

between Church and State) in the 1880s had formally come to an end (CLARK 2008; ALTGELD 2001; SMITH 1995). Loyalty to a historian with such a pronounced profile as Waitz thus inevitably had an element of “choosing allegiances.”

Finally, this implies that the virtue language used by Waitz’s pupils in their obituaries and during the 1874 jubilee was not aimed at cementing relations within German historical scholarship and thus strengthening the discipline as a whole (SCHNICKE 2015, p. 345; cf. TOLLEBEEK 2015, p. 217). That Waitz was said to have stayed loyal to his scientific vocation rather implied that the professional group also contained *disloyal* historians who succumbed to the temptation of public recognition or political influence. Frensdorff, too, indicated this when he solemnly pledged “to walk in the ways shown by our teacher’s teachings and writings.” His agreement with Waitz implied a dissociation from rival personae such as the “political professor.” Loyalty to Waitz was therefore impossible without taking sides in the question as to what were the marks of a good historian.

## Conclusion

In short, loyalty was a virtue with several layers of meaning. This article has shown that *Treue* was not just a bourgeois virtue, but also a national character trait with pronounced Germanic connotations. *Germanische Treue* in its turn fitted so well with the students whom Waitz had taught the Germanic origins of German law that these pupils described themselves as a *Gefolgschaft* – thus suggesting that loyalty to their teacher was for them a supreme duty. This article has emphasized that loyalty was an important element in the social reciprocity between teacher and pupils: historians owed loyalty to the teachers who had initiated them into the *métier*. In Waitz’s case this loyalty involved more than lifelong exchanges of letters, incidental visits and a framed photo on the wall. Because Waitz represented a distinct scholarly persona or model of the historian’s identity, loyalty to Waitz as a person was almost inextricably bound up with loyalty

to Waitz's persona. And this was not just posthumously the case: as Bezold experienced, the decision to go and study in Göttingen already amounted to a choice of position.

What does this mean, finally, for concepts like "epistemic virtues"? For nineteenth-century German historians, *Treue* not only had epistemic but also political and social connotations. Loyalty, therefore, did not only serve the acquisition of historical knowledge. This might suggest that "epistemic" as an adjective is too limiting. However, as long as the adjective is not interpreted too exclusively, another conclusion is also possible. Precisely to the extent that *Treue* had many connotations, it is useful to specify which layer of meaning is involved – what was epistemic about Waitz's loyalty ("endeavor to investigate the pure historical truth") and what not ("loyalty as a husband and father"). Instead of a *strong* reading of the adjective, according to which an epistemic virtue cannot be a social or a political virtue at the same time, I therefore propose a *weak* reading, which recognizes that virtues may serve various purposes, but seeks to distinguish these purposes as precisely as possible (CREYGHTON et al. 2016). From this perspective, *Treue* was an epistemic virtue, but at the same time a nationalistic slogan, a conservative virtue, a social obligation, and a scholarly battle cry.

## REFERENCE

ACKERMANN, Volker. **Nationale Totenfeiern in Deutschland von Wilhelm I. bis Franz Josef Strauß.** Eine Studie zur politischen Semiotik. Stuttgart: Klett-Cotta, 1990.

ALTGELD, Wolfgang. Religion, Denomination and Nationalism in Nineteenth-Century Germany. *In*: SMITH, Helmut Walser. **Protestants, Catholics, and Jews in Germany, 1800-1914.** Oxford: Berg, 2001, p. 49-65.

B[IENEMANN], Fr[iedrich]. Ein Gedenkblatt an Georg Waitz. **Baltische Monatsschrift**, v. 33, p. 510-512, 1886.

BARTSCH, Karl. **Die deutsche Treue in Sage und Poesie.** Vortrag gehalten am Geburtstage Seiner Königlichen Hoheit des Großherzogs von Mecklenburg-Schwerin, Friedrich Franz, am 28. Februar 1867. Leipzig: F. C. W. Vogel, 1867.

BENSON, Robert L.; WEBER, Loren J. Georg Waitz (1813-1886). *In*: DAMICO, Helen; ZAVADIL, Joseph B. **Medieval Scholarship.** Biographical Studies on the Formation of a Discipline, vol. 1. New York: Garland, 1995, p. 63-75.

BEZOLD, Friedrich von. **Lebenserinnerungen.** University archive Bonn, inv. no. Bh (s.a.).

BÖCKENFÖRDE, Ernst-Wolfgang. **Die deutsche verfassungsgeschichtliche Forschung im 19. Jahrhundert.** Zeitgebundene Fragestellungen und Leitbilder. Berlin: Duncker & Humblot, 1961.

BRECHENMACHER, Thomas. **Großdeutsche Geschichtsschreibung im neunzehnten Jahrhundert.** Die erste Generation (1830-48). Berlin: Duncker & Humblot, 1996.

BRECHENMACHER, Thomas. Wie viel Gegenwart verträgt historisches Urteilen? Die Kontroverse zwischen Heinrich von Sybel und Julius Ficker über die Bewertung der Kaiserpolitik des Mittelalters (1859-1862). *In*: ELVERT, Jürgen; KRAUSS, Susanne. **Historische Debatten und Kontroversen im 19. und 20. Jahrhundert**. Stuttgart: Franz Steiner, 2003, p. 34-54.

BUSCHMANN, Nikolaus. Zwischen Leidenschaft und Disziplinierung. "Treue" als gefühlspolitischer Kampfbegriff in der neueren deutschen Geschichte. **Aradia**, v. 44, p. 106-120, 2009.

BUSCHMANN, Nikolaus. Die Erfindung der deutschen Treue. Vondersemantischen Innovation zur Gefolgschaftsideologie. *In*: BUSCHMANN, Nikolaus; MURR, Karl Borromäus. **Treue**. Politische Loyalität und militärische Gefolgschaft in der Moderne. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2008.

BUSCHMANN, Nikolaus; MURR, Karl Borromäus. **Treue**. Politische Loyalität und militärische Gefolgschaft in der Moderne. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2008.

CARSTENS, C. Er. Geheimrath Professor Dr. G. Waitz. **Zeitschrift der Gesellschaft für Schleswig-Holstein-Lauenburgische Geschichte**, v. 17, p. 366-374, 1887.

CLARK, Christopher. Religion and Confessional Conflict. *In*: RETALLACK, James, **Imperial Germany 1871-1918**. Oxford: Oxford University Press, 2008, p. 83-105.

CREYGHTON, Camille *et al.* Virtue Language in Historical Scholarship: The Cases of Georg Waitz, Gabriel Monod and Henri Pirenne. **History of European Ideas**, v. 42, p. 924-936, 2016.

DELBRÜCK, Hans. Ueber den Ursprung des Siebenjährigen Krieges (Nachtrag). **Preußische Jahrbücher**, v. 86, p. 416-427, 1896.

DELBRÜCK, Hans. **Geschichte der Kriegskunst im Rahmen der politischen Geschichte**, vol. 2. Berlin: Georg Stilke, 1902.

DOWE, Christoph. **Auch Bildungsbürger**. Katholische Studierende und Akademiker im Kaiserreich. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2006.

ECHTERHÖLTER, Anna. **Schattengefichte**. Genealogische Praktiken in Nachrufen auf Naturwissenschaftler (1710-1860). Göttingen: Wallstein, 2012.

[ERMISCH], [Hubert]. Georg Waitz † 24. Mai 1886. **Wissenschaftliche Beilage der Leipziger Zeitung** (1886), p. 265-269.

[ERMISCH], [Hubert]. **Zur Erinnerung an Georg Waitz**. Dresden: C. Heinrich, 1913.

ESKILDSEN, Kasper Risbjerg. Inventing the Archive. Testimony and Virtue in Modern Historiography. **History of the Human Sciences**, v. 26, n. 4, p. 8-26, 2013.

FASTENRATH, Juan. Los historiadores alemanes Leopoldo de Ranke y Jorge Waitz. **Revista de ciencias históricas**, v. 5, p. 16-21, 1887.

FOOT, Philippa. **Virtues and Vices and Other Essays in Moral Philosophy**. Berkeley, CA: University of California Press, 1978.

FRENSDORFF, Ferdinand. Zur Erinnerung an den 25. Oktober 1913. **Hansische Geschichtsblätter**, v. 41, p. 291-299, 1914.

FREVERT, Ute. **Vertrauensfragen**. Eine Obsession der Moderne. Munich: C. H. Beck, 2013.

FREVERT, Ute; SCHREITERER, Ulrich. Treue. Ansichten des 19. Jahrhunderts. *In*: HETTLING, Manfred; HOFFMANN, Stefan-Ludwig. **Der bürgerliche Wertehimmel**. Innenansichten des 19. Jahrhunderts. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2000, p. 217-256.

GIERKE, Otto. **Das deutsche Genossenschaftsrecht**, vol. 1. Berlin: Weidmann, 1868.

GIESEBRECHT, [Wilhelm] von. Georg Waitz. *In*: **Sitzungsberichte der philosophisch-philologischen und historischen Classe der k. b. Akademie der Wissenschaften zu München**. Munich: k. b. Akademie der Wissenschaften, 1887, p. 277-293.

GIESEBRECHT, [Wilhelm] von. Georg Waitz. Worte der Erinnerung an König Ludwig II, Leopold v. Ranke und Georg Waitz. **Historische Zeitschrift**, v. 58, p. 181-185, 1887.

GOLDBERG, Ann. **Honor, Politics, and the Law in Imperial Germany, 1871-1914**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

GRAUERT, Herm[ann]. Georg Waitz. **Historisches Jahrbuch**, v. 8, p. 48-100, 1887.

GÜNTER, Heinrich. Hermann v. Grauert †. **Historisches Jahrbuch**, v. 44, p. 169-196, 1924.

HAGENAH, Hermann. Georg Waitz als Politiker. **Veröffentlichungen der Schleswig-Holsteinischen Universitätsgesellschaft**, v. 31, p. 134-217, 1930.

[HÖHLBAUM], [Konstantin]. **Die Jubelfeier der historischen Übungen zu Göttingen am 1. August 1874**. Bericht des Fest-Comités. Göttingen: private printing, 1874.

JORDAN, Karl. Georg Waitz als Professor in Kiel. In: CLASSEN, Peter; SCHEIBERT, Peter. **Festschrift Percy Ernst Schramm zu seinem siebzigsten Geburtstag von Schülern und Freunden zugeeignet**, vol. 2. Wiesbaden: Franz Steiner, 1964, p. 90-104.

K[LUCKHOHN], A[ugust]. Georg Waitz. **Allgemeine Zeitung** (1886), p. 4017-4018, p. 4041-4042, p. 4313-4314, p. 4385-4386.

KIENAST, Walther. Germanische Treue und "Königsheil." **Historische Zeitschrift**, v. 227, p. 265-324, 1978.

KIPPER, Rainer. **Der Germanenmythos im Deutschen Kaiserreich**. Formen und Funktionen historischer Selbstthematization. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2002.

KLAPCZYNSKI, Gregor. **Katholischer Historismus?** Zum historischen Denken in der deutschsprachigen Kirchengeschichte um 1900. Heinrich Schrörs, Albert Ehrhard, Joseph Schnitzer. Stuttgart: W. Kohlhammer, 2013.

KLOFT, Hans. Die Idee einer deutschen Nation zu Beginn der frühen Neuzeit. Überlegungen zur *Germania* des Tacitus und zum *Arminius* Ulrichs von Hutten. In: WIEGELS, Rainer; WOESLER, Winfried. **Arminius und der Varusschlacht**. Geschichte, Mythos, Literatur. Paderborn: Ferdinand Schöningh, 1995, p. 197-210.

KROESCHELL, Karl. Die Treue in der deutschen Rechtsgeschichte. In: KROESCHELL. **Studien zum frühen und mittelalterlichen deutschen Recht**. Berlin: Duncker & Humblot, 1995, p. 157-182.

LACAPRA, Dominick. **History and Criticism**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1985.

LEHMANN, Jana. **Hubert Ermisch 1850-1932**. Ein Beitrag zur Geschichte der sächsischen Landesgeschichtsforschung. Cologne: Böhlau, 2001.

LEHMANN, Max. **Friedrich der Grosse und der Ursprung des Siebenjährigen Krieges**. Leipzig: S. Hirzel, 1894.

LENHARD-SCHRAMM, Niklas. **Konstrukteure der Nation**. Geschichtswissenschaftler als politische Akteure in Vormärz und Revolution 1848/49. Münster: Waxmann, 2014.

LENZ, Max. Janssen's Geschichte des deutschen Volkes. Eine analytische Kritik. **Historische Zeitschrift**, v. 50, p. 231-284, 1883.

MAEHLE, Andreas-Holger. **Doctors, Honour and the Law**. Medical Ethics in Imperial Germany. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009.

MUHLACK, Ulrich. Der "politische Professor" im Deutschland des 19. Jahrhunderts. *In*: BURKHOLZ, Ronald; GÄRTNER, Christel; ZEHENTREITER, Ferdinand. **Materialität des Geistes**. Zur Sache Kultur. Im Diskurs mit Ulrich Oevermann. Weilerswist: Velbrück, 2001, p. 185-204.

MUHLACK, Ulrich. Die wissenschaftsgeschichtliche Bedeutung des Indexverfahrens gegen Rankes Papstgeschichte. *In*: WOLF, Hubert; BURKARD, Dominik; MUHLACK, Ulrich. **Rankes "Päpste" auf dem Index**. Dogma und Historie im Widerstreit. Paderborn: Ferdinand Schöningh, 2003, p. 169-201.

MUHLACK, Ulrich. Die Stellung von Georg Waitz in der deutschen Geschichtswissenschaft des 19. Jahrhunderts. *In*: JIROUŠEK, Bohumil; BLÜML, Josef; BLÜMLOVÁ, Dagmar. **Jaroslav Goll a jeho žáci**. České Budějovice: Jihočeská Univerzita, 2005, p. 165-181.

MÜLLER-MERTENS, Eckhard. Constitutiones et acta publica. Paradigmenwechsel und Gestaltungsfragen einer Monumenta-Reihe. *In*: LINDNER, Michael; MÜLLER-MERTENS, Eckhard; RADER, Olaf B. **Kaiser, Reich und Region**. Studien und Texte aus der Arbeit an den Constitutiones des 14. Jahrhunderts und zur Geschichte der Monumenta Germaniae Historica. Berlin: Akademie-Verlag, 1997, p. 1-59.

N. N. **Die zum 9. October an G. Waitz nach Bellagio am Comer See übersandte Adresse.** Berlin: private printing, 1883.

N. N. Georg Waitz †. **Vossische Zeitung** (25 May 1886).

PAUL, Herman. Distance and Self-Distanciation. Intellectual Virtue and Historical Method around 1900. **History and Theory**, v. 50, n. 4, p. 104-116, 2011.

PAUL, Herman. "Werken zoo lang het dag is." Sjablonen van een negentiende-eeuws geleerdenleven. *In*: DORSMAN, L. J.; KNEGTMANS, P. J. **De menselijke maat in de wetenschap.** De geleerden(auto)biografie als bron voor de wetenschaps- en universiteitsgeschiedenis. Hilversum: Verloren, 2013, p. 53-73.

PAUL, Herman. The Virtues and Vices of Albert Naudé. Toward a History of Scholarly Personae. **History of Humanities**, v. 1, p. 327-338, 2016.

PAUL, Herman. Weber, Wöhler, and Waitz. Virtue Language in Late Nineteenth-Century Physics, Chemistry, and History. *In*: DONGEN, Jeroen van; PAUL, Herman. **Epistemic Virtues in the Sciences and the Humanities.** Cham: Springer, 2017, p. 91-107.

PAUL, Herman. The Virtues of a Good Historian in Early Imperial Germany. Georg Waitz's Contested Example. **Modern Intellectual History**, v. 15, p. 681-709, 2018.

RODENBERG, C. Wattenbach. *In*: **Allgemeine Deutsche Biographie**, v. 44. Leipzig: Duncker & Humblot, 1898, p. 439-443.

SCHÄFER, D. **Deutsche Geschichte**, vol. 1. Jena: Gustav Fischer, 1910.

SCHÄFER, D. Antrittsrede beim Eintritt in die königlich Preußische Akademie der Wissenschaften 30. Juni 1904. *In*: SCHÄFER. **Aufsätze, Reden und Vorträge**, vol. 2. Jena: Gustav Fischer, 1913, p. 232-241.

SCHNICKE, Falko. Rituale der Verkörperung. Seminarfeste und Jubiläen der Geschichtswissenschaft des 19. Jahrhunderts. **Zeitschrift für Geschichtswissenschaft**, v. 63, p. 337-358, 2015.

SHAPIN, Steven. **A Social History of Truth**. Civility and Science in Seventeenth-Century England. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

SIEGEL, Eva-Maria. **High Fidelity**. Konfigurationen der Treue um 1900. Munich: Fink, 2004.

SMITH, Helmut Walser. **German Nationalism and Religious Conflict**. Culture, Ideology, Politics, 1870-1914. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1995.

STERN, Alfred. Georg Waitz. **Die Nation**, v. 3, p. 538-540, 1886.

STERN, Alfred. Gedächtnisrede auf Leopold von Ranke und Georg Waitz. **Jahrbuch für schweizerische Geschichte**, v. 12, p. xi-xxxvi, 1887.

STILLE, Jakob. **Gratulations-Büchlein für die Jugend**, ed. Jakob GLATZ, 3rd ed. Vienna: Doll, 1817.

SYBEL, Heinrich v[on]. Georg Waitz. **Kölnische Zeitung** (26 May 1886).

TITZMANN, Michael. Die Konzeption der "Germanen" in der deutschen Literatur des 19. Jahrhunderts. *In*: LINK, Jürgen; WÜLFING, Wulf. **Nationale Mythen und Symbole in der zweiten Hälfte des 19. Jahrhunderts**. Strukturen und Funktionen von Konzepten nationaler Identität. Stuttgart: Klett-Cotta, 1991, p. 120-145.

TOLLEBEEK, Jo. **Fredericq & Zonen**. Een antropologie van de moderne geschiedwetenschap. Amsterdam: Bert Bakker, 2008.

TOLLEBEEK, Jo. Commemorative Practices in the Humanities around 1900. **Advances in Historical Studies**, v. 4, p. 216-231, 2015.

TROXLER, Walter. **Ein Aussenseiter der Geschichtsschreibung**. Johannes Janssen 1829-1891: Studien zu Leben und Werk eines katholischen Historikers. Berlin: Pro Business, 2007.

VARRENTRAPP, Conrad. Biographische Einleitung. *In*: SYBEL, Heinrich von. **Vorträge und Abhandlungen**, ed. Conrad VARRENTRAPP. Munich: Oldenbourg, 1897, p. 1-156.

WAITZ, G. Deutsche Historiker der Gegenwart. Briefe an der Herausgeber. **Allgemeine Zeitschrift für Geschichte**, v. 5, p. 520-535, 1846.

WAITZ, G. **Die historischen Übungen zu Göttingen**. Glückwunschsreiben an Leopold von Ranke zum Tage der Feier seines fünfzigjährigen Doctorjubiläums, 20. Februar 1867. Göttingen: private printing, 1867.

WAITZ, G. **Deutsche Verfassungsgeschichte**, vol. 1, 3rd ed. Berlin: Weidmann, 1880.

WATTENBACH, [Wilhelm]. Gedächtnisrede auf Georg Waitz. *In*: WATTENBACH, [Wilhelm] **Abhandlungen der Königlichen Akademie der Wissenschaften zu Berlin aus dem Jahre 1886**. Berlin: K. Akademie der Wissenschaften, 1887, p. 1-12.

WEBER, Wolfgang. **Priester der Klio**. Historisch-sozialwissenschaftliche Studien zur Herkunft und Karriere deutscher Historiker und zur Geschichte der Geschichtswissenschaft 1800-1870. Frankfurt am Main: Peter Lang, 1984.

WEILAND, Ludwig. **Friedrich Christoph Dahlmann**. Rede zur Feier seines hundertjährigen Geburtstages am 13. Mai 1885 im Namen der Georg-Augusts-Universität gehalten. Göttingen: Dieterich, 1885.

WEILAND, Ludwig. **Georg Waitz (geb. 9. October 1813, gest. 24. Mai 1886)**. Rede gehalten in der öffentlichen Sitzung der K. Gesellschaft der Wissenschaften am 4. Dezember 1886. Göttingen: Dieterich, 1886.

WEILAND, Ludwig. Rede des Herrn Prof. Dr. Weiland. *In: WEILAND, Ludwig. **Fest-Reden bei der Erinnerungsfeier an Edward Everett, George Bancroft, Henry W. Longfellow und John L. Motley gehalten in der Aula der Georgia-Augusta, Göttingen, 4. Juli 1890.*** Göttingen: Dieterich, [1890], p. 14-19.

WIWJORRA, Ingo. **Der Germanenmythos**. Konstruktion einer Weltanschauung in der Altertumsforschung des 19. Jahrhunderts. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2006.

## ACKNOWLEDGMENT AND INFORMATION

Herman Paul   
h.j.paul@hum.leidenuniv.nl  
Leiden University  
Netherlands

This article originally appeared in Dutch in Herman Paul, *De deugden van een wetenschapper: karakter en toewijding in de geesteswetenschappen, 1850-1940* (Amsterdam: Amsterdam University Press, 2018), p. 83-99. With kind permission from Amsterdam University Press, it was translated into English by Anthony P. Runia. The research was generously supported by the Netherlands Organization for Scientific Research, while the translation costs were covered by The Young Academy (Royal Netherlands Academy of Arts and Sciences).

Portuguese title and abstract translated by Walderez Simões Costa Ramalho.

RECEIVED IN: 4/APR./2019 | APPROVED IN: 14/JUNE/2019

# Virtue Language and Boundary Drawing in Modern Brazilian Historiography: a reading of Historians of Brazil, by Francisco Iglésias

Falando de Virtudes e Estabelecendo Fronteiras na Historiografia Brasileira Moderna: uma leitura de Historiadores do Brasil, de Francisco Iglésias

João Rodolfo Munhoz Ohara

<https://orcid.org/0000-0001-8946-4714> 

## ABSTRACT

In *Historians of Brazil*, Francisco Iglésias reviews some of the great names in Brazilian historiography as divided by him into three distinct moments: up to 1838, from 1838 to 1931, and from 1931 onwards. This article shall focus on the third of these moments, which has traditionally been considered the moment of the “modern Brazilian historiography”. More specifically, I would like to draw attention to Iglésias’ use of virtue and vice language to assess those historians and their works. Virtues and vices have long been used not only in moral evaluations but also in epistemic ones. Being recognized as a historian includes cultivating repertoires of virtues which are deemed to be necessary for actually being a historian. As Iglésias evaluates his predecessors, we will have a glimpse into how a particular way of being a historian – that of the university professor in the 1980s – clashes against previous models of scholarly selfhood.

## KEYWORDS

Francisco Iglésias; Brazilian historiography; Epistemic virtues.

## RESUMO

Em *Historiadores do Brasil*, Francisco Iglésias avalia alguns dos grandes nomes da historiografia brasileira, dividindo-os em três momentos distintos: o primeiro, até 1838; o segundo, de 1838 a 1931; e o terceiro, de 1931 adiante. Este artigo focará no terceiro desses momentos, o qual tem sido tratado como o momento da “historiografia brasileira moderna”. Mais especificamente, gostaria de focar no uso que Iglésias faz de uma linguagem de vícios e virtudes para avaliar aqueles historiadores e seus trabalhos. Vícios e virtudes têm sido usados há muito não apenas para avaliações morais, mas também para avaliações epistêmicas. Ser reconhecido como historiador inclui cultivar repertórios de virtudes consideradas necessárias para ser, de fato, historiador. Enquanto Iglésias avalia seus predecessores, veremos como uma maneira particular de ser historiador - aquela do professor universitário dos anos de 1980 - confronta modelos anteriores de subjetividade acadêmica.

## PALAVRAS-CHAVE

Francisco Iglésias; Historiografia brasileira; Virtudes epistêmicas.

## Introduction

Much work has been done, both in theoretical explorations (PAUL 2011a; 2012; OHARA 2016) and in empirical case studies (PAUL 2011b; 2013; 2016; ESKILDSEN 2013; HUISTRA 2013; OLIVEIRA 2013; CREYGHTON et al. 2016; ENGBERTS 2016; MANTEUFEL 2016; SAARLOS 2016; OHARA 2016), to demonstrate how virtue language is used to assess individuals and their performances as historians. These studies evidence that virtues and vices, either epistemic or not, are important components of recognition mechanisms which make it possible to recognize an individual as a “proper historian.” While the substantive content of such mechanisms is more or less dependent on local contexts, the mechanisms themselves do seem to be a part of how disciplinary fields are structured in general. Therefore, it should not surprise us that Brazilian modern historians evaluate their peers based on, among other things, constellations of virtues, characteristics deemed to be part of the subjectivity of a “good,” “proper” historian.

These virtues and vices, which make it possible to recognize this “proper historian,” exceed their epistemic value in many ways. This is the case not only in the sense that “erudition” or “imaginative thinking” might have other moral or political implications, but also in the sense that we recognize that extra-epistemic values, i.e., those which have no seeming connection to the acquisition of knowledge, might actually shape our ways of seeing, thinking, and, therefore, our ways of conceptualizing knowledge. A good example is the difficulty which feminist epistemology faced trying to demonstrate how social location determines who we consider to be epistemically trustworthy (DAUKAS 2006). By recognizing how these categories shape our ways of thinking, we gain an important and concrete insight into the relationship between knowledge and the social factors which shape our knowledge-producing practices.

This paper explores how Francisco Iglésias, a prominent 20<sup>th</sup> century historian, evaluates “great historians” from the first

generation of the “modern Brazilian historiography” – how he characterizes their work, how particular virtues and vices have informed their thought, and how these virtues relate to Iglésias’ own conception of what meant to be a “proper historian.” He does so in the context of a book called *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira* [Historians of Brazil: Chapters of Brazilian Historiography]. There, he surveys authors whose works, he thinks, constitute Brazilian historiography in the last four centuries. His analyses make ample use of virtue language to characterize those authors, and this helps us to better understand a particular moment in which Brazilian historiography was completing a disciplinary movement to become an institutionalized discipline in the university system.

## Iglésias, His Book & the “Third Moment” of Brazilian Historiography

Francisco Iglésias (1923-1999) was a Brazilian historian who specialized in economic history as well as the history of historiography. He got his BA in History and Geography from the Faculdade de Filosofia de Minas Gerais in 1944, and his License in 1945.<sup>1</sup> In 1949, he was appointed Professor of Economic History at the Faculdade de Ciências Econômicas de Minas Gerais, where he also defended his habilitation thesis in 1955.<sup>2</sup> He was part of the first generation of historians whose undergraduate education was done in specialized history courses and witnessed an important period in which history writing was slowly being incorporated by the university system (cf. SANTOS 2013; 2017). While previous history had been the subject for self-taught intellectuals, Iglésias’ generation was the first to have individuals specifically trained in the discipline. They would be part of a general movement towards the establishment of a new, specific ethos of being a historian, one which would be defined in opposition to the previous ways of studying and writing history.

1 - Before the 1930s, Brazil had some Faculties of Law, Engineering, and Medicine, which mostly trained the technical and intellectual elites. See FERREIRA 2013; RIBEIRO 2013; RODRIGUES 2013; SANTOS 2013; FALCON 2015.

2 - Most higher education institutions were structured in a system of chairs (Cátedras). Here, I have translated “*Livre Docência*” as habilitation because its structure resembles that of the French and German “habilitation”.

Iglésias started writing *Historiadores do Brasil* in 1985, but the book was edited and published only after his death, in 2000.<sup>3</sup> *Historiadores* is a survey of the most notable historians in Brazilian historiography, spanning over 400 years, from the 16<sup>th</sup> century to the 1980s. In his book, Iglésias identifies three different moments in the history of Brazilian historiography: the first one, from 1500 to 1838, consisted in something like a “pre-history” of Brazilian historiography – mainly books that “are more like historical chronicles than history, more like sources than elaborate works” (IGLÉSIAS 2000, p. 23). Next, he argued that the creation of the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro [Brazilian Historical and Geographical Institute, henceforth IHGB] in 1838 marked the beginning of a “second moment” of Brazilian historiography. In this period, Iglésias highlighted the enormous effort of the IHGB to collect documents relevant to the writing of Brazilian history, “in the manner of the *Monumenta germaniae historica*,” as well as the publishing of *História Geral do Brasil*, by Francisco Adolfo de Varnhagen (IGLÉSIAS 2000, p. 23).

For what he considered to be the “third moment,” Iglésias stated that he had selected only “actually exceptional” authors, whose “names and titles [were] of superior significance than the preceding mean” (IGLÉSIAS 2000, p. 183-184). Chronologically, this third moment started in 1931, with the educational reform enacted by Francisco Campos,<sup>4</sup> and ends in the 1980s, the period in which the book was written. Iglésias refrained from doing any detailed analysis of those who, like him, were already part of the “new system,” that is, those who were trained in history courses created in the 1930s. Instead, individual analyses are restricted to the last generation of the self-taught intellectuals who were then transforming the ways of writing Brazilian history. Regarding the “university historiography,” Iglésias makes only general observations on, among other things, the poor organization and quantitative growth of history courses in Brazil (IGLÉSIAS 2000, p. 230-232).<sup>5</sup>

3 - On the Editor's preliminary note, we learn that the Introduction, Chapter I, and part of Chapter II were already on their “final versions” between 1997 and 1998, while Chapter III and the end of Chapter II were still in their 1985-1987 versions.

4 - Francisco Campos was the first education minister of the New State (Estado Novo), a fascist dictatorship headed by Getúlio Dornelles Vargas. For a social history of Brazilian intellectuals in the 1930's, see GOMES 1996 and MICELI 2001a.

5 - Iglésias did comment on some authors, such as Alice Canabrava, and Fernando Novais. However, their works being so recent, such comments assumed a minor character when contrasted to what he had done for the previous periods.

Indeed, others have considered the 1930s to be a decisive decade for Brazilian historiography. This is mainly due to the existence of a generation of prolific social thinkers and essayists who were then trying to understand the foundations of the Brazilian history (FRANZINI; GONTIJO 2009), but also because of the creation of the Faculties of Philosophy, Sciences and Letters and the institutionalization of undergraduate history courses. Later, many complained that those courses had left research behind and were only training secondary teachers (see RODRIGUES 1978 [1952]; LAPA 1981). In the 1980s, after another educational reform in 1968 and the creation of graduate programs, this transition towards a history written in the university could finally be considered complete.<sup>6</sup> Iglésias' book, in this sense, is part of an interesting context in which Brazilian historians, now mostly attached to universities, were rethinking their disciplinary values and their own conceptions of what it meant to write history.<sup>7</sup>

## Who Were Those Historians?

As mentioned before, Iglésias selected only a few names from this period. The seven historians he picked were all considered by him to be "actually exceptional" figures: Francisco José de Oliveira Viana, Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda, Roberto Cochrane Simonsen, Nelson Werneck Sodré, and José Honório Rodrigues. Of those, four had graduated from law schools (Oliveira Viana, Prado Jr., Buarque de Holanda, and Rodrigues), three had studied and/or worked abroad (Freyre and Rodrigues in the USA, Buarque de Holanda in Germany and Italy), six of them were of middle class or rich families (the exception being Werneck Sodré), and all had close relations to the Brazilian State (all were either politicians, bureaucrats, or military).

These characteristics are not coincidental: before history courses were institutionalized, being a historian was the privilege of those who could afford to spend time with their intellectual enterprises, either by being heirs to wealthy

6 - In 1968, the Brazilian military dictatorship enacted a new educational reform targeting institutions of higher education which ended the system of chairs (*Cadeiras*). It also established and regulated graduate studies programs. See SANTOS 2018.

7 - This may explain why many recent studies have focused on the 1980s for the history of Brazilian historiography – e.g. RAMOS 2015; OHARA 2017; SANTOS 2018.

families, by working in the State bureaucracy, or by having a benefactor. Most intellectuals up to then were graduates from Faculties of Law, earning a degree that for a long time gave access to posts in the State bureaucracy but that was losing its social value between the 1920s and the 1940s. Many of those law graduates also worked as journalists, publishing chronicles in literary supplements and establishing important social connections with other intellectuals.<sup>8</sup> I next present each of the seven historians and provide a brief account of their social positioning and intellectual careers.<sup>9</sup>

Oliveira Viana was born in 1883, the sixth son of a farmer and colonel. He graduated from the Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro in 1906 and went on to teach at the Faculdade de Direito do Estado do Rio de Janeiro in 1916. After the coup in 1930, he was nominated for a post in the Ministry of Labor, where he worked until 1940. He then became a minister of the *Tribunal de Contas da União*, an office he occupied until his death in 1951. As an intellectual, he was a member of many important institutions, such as the IHGB, the Brazilian Academy of Letters (henceforth ABL), and other foreign institutions. Iglésias referred to him as a “legal scholar” interested in “sociology, politics, and anthropology” (IGLÉSIAS 2000, p. 189).

Gilberto Freyre was born in 1900 to a judge and professor from the *Faculdade de Direito do Recife*. He graduated from Baylor University and got his master’s degree at Columbia University before returning to Recife in 1924. Having refused posts at the *Universidade do Brasil* and at Harvard University, and having taught for brief periods in different institutions, Freyre’s relation to the university system was ambiguous at best – Iglésias wrote he “was not a university professor” (IGLÉSIAS 2000, p. 194), which is technically true, even if he was often invited to speak at universities. He worked for the governor of Pernambuco, who opposed Getúlio Vargas, until the coup in 1930. Between 1946 and 1950, Freyre was a representative of Pernambuco at the Federal Congress. He continued writing until his death in 1987.

8 - For more on the social context of the creation of Faculties of Philosophy, as well as the social positioning of Law graduates in the period of crisis, see MICELI 2001b.

9 - Biographical information gathered from PARADA; RODRIGUES 2018 and the Brazilian Historical-Biographical Dictionary, by FGV, available at: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>. It was then compared to information Iglésias himself offered in the book.

Caio Prado Júnior was born in 1907 to a rich family in São Paulo. As expected from a young man of his social position, he graduated from the *Faculdade de Direito do Largo São Francisco* in 1928. In 1931, he joined the Communist Party and invested heavily in exploring the Marxist thought. His communist activism took a toll, and he was jailed many times during his life. In 1937, Prado Jr. went to Europe (France, the Netherlands, and Scandinavia), where he lived for two years. In 1954, he failed to get a chair at his alma mater but received his habilitation, the title of *livre-docente*. The next year, he started *Revista Brasiliense*, an important medium for left-wing intellectuals of the period. Prado Jr. published widely until the 1980s, with some books having a profound impact in Brazilian historiography – *Evolução Política do Brasil* (1933), *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), and *História Econômica do Brasil* (1945) being the most successful ones. He died in 1990.

Sérgio Buarque de Holanda was born in 1902, son to a pharmacist and professor. He graduated from the *Faculdade Nacional de Direito* in 1925. Buarque de Holanda was deeply involved with the Brazilian modernist movement of the 1920s, writing pieces for one of the movement's reviews, *Klaxon*, while still in college. In 1927, he started working as a journalist and in 1929, he moved briefly to Germany to work as a correspondent for the newspaper *Diários Associados*, returning in 1930. 1936 was an important year for Buarque de Holanda, as he was hired as an assistant for Henri Hauser in the chair of Modern History at the *Universidade do Distrito Federal* and published his first major book, *Raízes do Brasil*. When the university was closed in 1939, he went on to work for the *Instituto Nacional do Livro* and then the *Biblioteca Nacional*. In 1945, he published *Monções*, his second book, and in the next year, he was assigned as director of the *Museu Paulista*. Between 1952 and 1954, he taught at the *Università di Roma*, occupying the chair of "Brazilian studies." Returning to Brazil, he started teaching at the chair of History of Brazilian Civilization at the *Universidade de São Paulo*, becoming the chair holder in 1958 with the thesis *Visão do Paraíso*. He retired from his chair in 1969, protesting

the compulsory retirement of many colleagues by the military dictatorship that then ruled the country,<sup>10</sup> but continued to study and publish widely on Brazilian history until his death, in 1982.

Roberto Simonsen was born in 1889 to a rich and traditional family in São Paulo. He graduated in Civil Engineering from the *Escola Politécnica* in 1909. He was an important entrepreneur and a leading figure of Brazilian industrialists during the 1920s. He was also involved in discussions of economic and labor policies during the 1930s and the *Estado Novo*, with which he collaborated extensively. Simonsen was also one of the main figures in the creation, and the main patron, of the *Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo* (ELSP), an institution whose main purpose was to train highly specialized and technical staff (with a focus in sociology and public policy) to be employed in both public and private administration. There, he taught Brazilian economic history. With the end of the New State in 1945, Simonsen was elected senator. During his career, he was a member of many important intellectual institutions in Brazil and abroad, including the ABL and the Portuguese Academy of History. He died in 1948.

Nelson Werneck Sodré was born in 1911 in Rio de Janeiro. In 1931, he entered the *Escola Militar de Realengo*, from which he graduated as an artillery officer in 1933. The next year, he was sent to an artillery battalion in the city of Itu, in the state of São Paulo. The same year, 1934, he started writing as a literary critic for the newspaper *Correio Paulistano*. In 1937, Sodré returned to Rio de Janeiro as an assistant to an army general. There, thanks to his writings, he established an important intellectual network. In 1938, he published his first book, *História da Literatura Brasileira*. In 1942, he was transferred to an army post in Salvador, where he also wrote for a newspaper. In 1946, after graduating from the School of Army Command, he was designated as an instructor of military history in the same institution. He was dismissed from the post in 1951, after publicly expressing controversial political opinions. In 1955, he contributed to the creation of ISEB (*Instituto Superior de*

10 - The military dictatorship promoted several "purges" in the universities, aiming to "cleanse" the institutions of "communist influence". For more details on the tensions between the universities and the military regime, see MOTTA 2014, esp. chapter 4.

*Estudos Brasileiros*), where a group of intellectuals promoted courses and lectures on social sciences. From then until 1964, Sodré oversaw the course on the Historical Formation of Brazil. Iglésias mentioned he was head of ISEB's history department and visiting professor at the University of Brasília (IGLÉSIAS 2000, p. 213). In 1964, the new military dictatorship closed the ISEB and arrested him. He continued writing until his death in 1999.

José Honório Rodrigues was born in 1913 to a Catholic, middle-class family in Rio de Janeiro. He graduated from the *Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro* in 1937. In 1940, he published *Civilização Holandesa no Brasil*, for which he received an award from the ABL. In 1943 and 1944, he studied at Columbia University thanks to a Rockefeller Foundation research grant. In 1946, back in Brazil, he was appointed Director of Rare Books and Publications of the *Biblioteca Nacional* and was hired as a professor of history in the *Instituto Rio Branco*, the institution that trains Brazilian diplomats (about this, Iglésias has only mentioned Rodrigues' post as Director of the Research Section (IGLÉSIAS 2000, p. 217)). In 1958, he left the *Biblioteca Nacional* to become the Director of the *Arquivo Nacional*, position he occupied until the military coup of 1964. During his career, he taught courses in many different faculties and universities in Brazil (*Universidade de Brasília, Universidade Federal Fluminense*) and abroad ("in Austin (63-4 and 66) and at Columbia (70)" (IGLÉSIAS 2000, p. 218)), but he never held a chair. He was also a member of the ABL and the IHGB. He continued writing and publishing until his death in 1987.

<i>Name</i>	<i>Birth and Death</i>	<i>Education</i>	<i>Work</i>
Francisco José de Oliveira Viana	1883-1951	Law (Brazil, 1906)	Professor of Law (1932-1940), Bureaucrat (1940-1951)
Gilberto Freyre	1900-1987	Political and Social Science (the USA, 1920)	Professor of Sociology (1928-1930, 1935), Politician
Caio Prado Jr.	1907-1990	Law (Brazil, 1928)	Lawyer, Politician, Journalist
Sérgio Buarque de Holanda	1902-1982	Law (Brazil, 1925)	Journalist, Professor of History (1936-1939, 1952-1954, 1958-1969), Director of the São Paulo Museum (1946-1956)
Roberto Cochrane Simonsen	1889-1948	Civil Engineering (Brazil, 1909)	Entrepreneur, Politician, Professor of Economic History
Nelson Werneck Sodré	1911-1999	Military School (Brazil, 1933)	Military (1933-1961), Professor of History (1955-1964)
José Honório Rodrigues	1913-1987	Law (Brazil, 1937)	Section Director at the National Library (1946-1958), Director of the National Archives (1958-1964), Professor of History (1946-1951, many further occasions as an invited professor)

*Table 1:* Historians selected by Francisco Iglésias

Oliveira Viana was the oldest in the cohort, but also the one whose work most resembles that of the previous, “older” generation. He was a member of the IHGB after all. Nevertheless, what connects him to the others, with maybe the exception of José Honório Rodrigues, is the fact that in the 1930s, he,

too, was engaged in producing wide-scope essays that aimed at understanding “the problems of Brazil,” its “formation,” and its “essential characteristics.” These essays are an important characteristic that separates the generation of the 1930s from their predecessors, whose main occupation had been collecting documents and writing factually-oriented monographies.

Prado Jr., Buarque de Holanda, and Freyre later became widely known as the central triad of “interpreters of Brazil.”<sup>11</sup> As Sergio Miceli noted, they “worked on their own, having no ties to the university institution, literally entrepreneurs of their works, and still quite affected by the procedures of essayism. The three developed their intellectual careers using basically their material and social estate, owing almost nothing to political, partisan, or academic mentors” (MICELI 2001b, p. 125). In the context of the institutionalization of history (and of the social sciences in general), “they were, strictly speaking, the last representatives of a category of great self-taught intellectuals [...] that the ensuing institutional development would extinguish” (MICELI 2001b, p. 126).<sup>12</sup> This observation applies reasonably well to Roberto Simonsen as well.

Werneck Sodré, in turn, remained mostly forgotten until the late 2000s. Many historians of the late 20<sup>th</sup> century, now properly institutionalized and disciplined, criticized his mechanistic reading of Marx and the rigidity of some of his concepts. He, like the others, was deeply engaged in trying to understand the large historical processes that shaped Brazilian identity with an eye on proposing solutions that could lead Brazil towards becoming a developed country. This generation of intellectuals and their essays, which peaked in the 1930s, were decisive on the process of disciplining and institutionalizing history in the then newly created universities. In the 1980s, being called an “essayist” was indeed an offense, and its reference was precisely to those authors of the 1930s who tried to overcome the weaknesses of the historical sources to which they had access by producing large scale interpretations of the Brazilian past and present.

11 - This grouping was made famous by the preface Antonio Candido Mello e Souza, godfather of the modern Brazilian literary criticism, wrote for the fifth edition of *Raízes do Brasil*, by Buarque de Holanda, in 1969.

12 - Miceli notes that by self-taught he refers specifically to “the disciplinary approach and the intellectual production with which they secured their reputations” (MICELI 2001b, p. 126), even if they had gone through higher education institutions.

In this sense, José Honório Rodrigues might seem an odd inclusion. The youngest of the cohort, he was never fully a part of the university system but his work was much more aligned to what was being discussed inside the universities' history departments. He occupies an odd place in the history of Brazilian historiography: while he criticized the Faculties of Philosophy for neither training researchers nor doing historical research, his connections to institutions abroad gave him access to a vocabulary and to concerns very different from those of the self-taught intellectuals. Rodrigues dedicated his time to establishing, or at least trying to establish, the infrastructure historical scholarship needed to work properly.<sup>13</sup>

The brief mention to Roberto Simonsen is also noteworthy. Iglésias dedicates only 3 pages to Simonsen, in which he characterizes Simonsen as someone who "saw in history not an intellectual leisure, but the orientation to better directions in the economic life" (IGLÉSIAS 2000, p. 212). Iglésias praises "the criterium and intelligence" of Simonsen, which "explain [his book's] high quality" (IGLÉSIAS 2000, loc. cit.) and describes him as "a man of action, a pragmatic, non-intellectual given to history" (IGLÉSIAS 2000, p. 213). But this practical orientation in his historical work is not explored further, even if some others, like Prado Jr. and Honório Rodrigues, are also said to share this practical concern.

Iglésias' selection illuminates the historical context of Brazilian historiography in the first half of the 20<sup>th</sup> century, but also of the consolidation of a particular identity that university historians were building in the 1970s and 1980s. His chronological cut in the 1930s and his refusal to comment in detail the work of other university-based historians (of his own generation and that of their first students) is particularly informative. Published posthumously, only in 2000, *Historiadores* is part of a wider context in which disciplined historians affirmed the boundaries of their practices in contrast to their predecessors.

*13 - Rodrigues was even an interlocutor to Francisco Iglésias on matters of the history of Brazilian historiography. With José Roberto do Amaral Lapa and Nilo Odália he laid the groundwork for much of the current context of the history of Brazilian historiography. See FREIXO 2011 and FREIXO 2013.*

## Historians, their Virtues, their Vices: A Disciplined Historian Looks Back

When Francisco Iglésias started writing *Historiadores* during the 1980s, history was going through an important transition. Until then, some of the first history graduates had been pursuing their doctorates under the chair holders in São Paulo (most notably Eurípedes Simões de Paula, chair of History of Ancient and Medieval Civilization (1946-1968), Eduardo de Oliveira França, chair of History of Modern and Contemporary Civilization (1951-1968), and Sérgio Buarque de Holanda, chair of History of Brazilian Civilization (1958-1968)<sup>14</sup>). Others went on to occupy positions in faculties and universities, which were spreading to other regions of the country. Only during the 1980s Brazilian historiography completed its move towards a relatively autonomous, university-centered disciplinary field: the first and second generations of history Ph.D. graduates had then mostly established their intellectual and social positions, their books and articles had become the main resources for historical knowledge, and specializations were better defined in the disciplinary landscape. Iglésias himself, licensed in 1945 and *livre-docente* since 1955, had experienced and witnessed firsthand this process. Therefore, when Iglésias set himself the task of assessing the 1930s generation, we have a glimpse into the ways the new, disciplined historians related to their disciplinary, although undisciplined, predecessors, and how they emplotted the history of their own discipline. Three axes, in particular, have crossed most of Iglésias' assessments – historical sources, writings, and politics – all three of which lead us to the underlying principle of Iglésias' evaluation: a procedural conception of history which was prevalent not in the 1930s, but in the 1980s. Assessing his forebearers in terms of virtues and vices, then, was an important procedure for establishing as correct a particular conception of history and of what it meant to be a historian.

It should not come as a surprise that attention to the sources, or the lack thereof, is one of the main axes of the evaluation. Oliveira Viana, for instance, could have been a good

14 - Between 1968 and 1971, with the extinction of the system of chairs, all chair holders had their positions changed to [Full] Professor (Professor Titular). Simões de Paula worked until his death in 1977. Oliveira França retired in 1985.

historian “if he had appreciation for the documentation, the evidential sources, to which he did not care” (IGLÉSIAS 2000, p. 190-191); also Nelson Werneck Sodré, whose reflections Iglésias considers to be mature, but “do[es] not reveal original research, frequency to the archives, [or] the use of primary sources” (IGLÉSIAS 2000, p. 215). Heirs to the “archival turn” of the 19<sup>th</sup> century (ESKILDSEN 2008) and to the widening of possibilities in matters of sources by the social, economic, and cultural histories in the vein of the *Annales*, Brazilian modern historians have fiercely defended the empirical nature of their craft and the virtues to which archive work was connected (see OHARA 2017, esp. chapter 2). In this sense, Gilberto Freyre, an author who “adopts no labels,” is praised because he “uses a technique that is very characteristic of historians, with documents, books of all kinds [...]. Few works of the native literature suppose such dilated and well-conducted research” (IGLÉSIAS 2000, p. 195-196). Similarly, Caio Prado Jr. “makes wide use of primary sources, most of which have already been printed” (IGLÉSIAS 2000, p. 204). Archive work, then, is a common thread, a criterium that has direct consequences on being qualified as a proper historian by Iglésias. Thus, the qualities of a good archive analyst are deemed to be virtues of a good historian.

The texts themselves and their aesthetic characteristics are another important axis. Here again, Oliveira Viana was particularly ill fit against the others – his work was “far from the scientific tone of modern historiography” (IGLÉSIAS 2000, p. 188). Freyre, for his turn, was better aligned to a generalist, “eminently humanist science, with much of fiction, of myth, and even of poetry, to the scandal of the orthodox” (*ibid.*, p. 195). About Buarque de Holanda, in particular, Iglésias noted that “his books are also distinguished by the excellence of their form, as a strong, stylistic writer” and said that, “in his prose, he was the most artistic of the native historians, distinguishing himself not only among his contemporaries, but also among his predecessors” (IGLÉSIAS 2000, p. 206). In contrast to Freyre and Buarque de Holanda, Prado Jr.’s writing was “sometimes arid. The author does not woo popularity and

is deprived of literary interest. His books look not for glow, but for density” (IGLÉSIAS 2000, p. 205). Much has been said in Brazil and abroad about how badly historians write. So, since Iglésias seemed to have no issues with the difficulty in reading Prado Jr., one might say that aesthetics did not play an important role in determining who was a good historian. But if that was the case, how could the “most artistic” of the group be the one that also had the strongest standing in intellectual terms, as much now as when Iglésias wrote those lines? The writings of Buarque de Holanda have been the focus of many important studies in the history of Brazilian historiography (e.g. NICODEMO 2008; MONTEIRO; EUGÊNIO 2008), and the construction of a disciplinary memory around his legacy has proved resilient to criticisms.

Politics constitutes the third main thread. For instance, Oliveira Viana was “profoundly influenced by already overcome prejudices and authors, conservative and even reactionary” (IGLÉSIAS 2000, p. 189). These characteristics structured many of the problems Iglésias sees in Viana’s works – e.g. “It is natural, then, that [Viana] fell for authoritarianism of the fascist kind, so fashionable in a time marked by the seduction of the right. What is interesting is that with so many negative points, he had produced something worthy of note” (IGLÉSIAS 2000, p. 190). Prejudices, racial prejudices in particular, are so prevalent that Iglésias mentions the word “prejudice” at least two other times (IGLÉSIAS 2000, p. 189 and 191), and “racism” on page 191. Another author on the conservative side of the political spectrum was Freyre, “a traditionalist, infatuated with the casa-grande<sup>15</sup> and with what he supposes to be the rural aristocracy” (IGLÉSIAS 2000, p. 196). Iglésias continues, saying, “The traditionalism gives him a special vision on society, without good global capture. Furthermore, it causes him to get lost in detail, in the anecdotal, in the chronicle, leaving aspects out that are very well more alive and important. The author is the best representative of the ancient, of the aristocratic, which takes him to problematic misunderstandings” (IGLÉSIAS 2000, p. 197). Conservatism and traditionalism

*15 - Casa Grande was the name given to the main living building of Brazilian large plantations. There lived the senhor de engenho and his family, while slaves lived in the senzalas. Casa Grande & Senzala is one of the most famous books by Gilberto Freyre.*

structure Oliveira Viana and Freyre's thoughts on history, what we would now call their "historical imagination" (WHITE 2014 [1973]), and Iglésias' remarks on it make it seem like this structuring is detrimental to their historical understanding.

On the opposite side of the political spectrum, Nelson Werneck Sodré and Caio Prado Jr. were both important Marxist intellectuals whose work had a profound impact on the debates between left-wing intellectuals. Both, however, represent very distinct types of Marxist intellectuals: while Sodré is usually portrayed as a mechanistic, inflexible theorist, deeply committed to the Communist Party, Prado Jr. has been praised for his insights relating Marxist theory to the reality of Brazil. As Iglésias puts it, many had "already written in the name of Marxism among us but in a loose, naïve, or mechanistic way. Caio [Prado Jr.] is the first to do it with criterium and no simplifications" (IGLÉSIAS 2000, p. 201). One of the most powerful traits of Prado Jr., according to Iglésias, was precisely his "understanding of the interdisciplinary character of the social sciences" (IGLÉSIAS 2000, p. 203), which enabled him to produce important syntheses of the Brazilian historical process. In contrast, Werneck Sodré was frequently accused of "a certain mechanistic schematism in the adoption and practice of the Marxist thought" (IGLÉSIAS 2000, p. 213), which "diminish[es] the rigor and lucidity of [his] analyses" (IGLÉSIAS 2000, p. 216). These new lines provide us with more clues to understand Iglésias' criticisms on the political structuring of the historian's thought. The issue here is not that the prefigurative structure of Marxism can foreclose historical understanding, or Prado Jr. would not be able to write his important books. On the contrary, Marxist thought is entirely connected to Prado Jr.'s brilliance. What differs between Sodré and Prado Jr. is that Sodré seeks to apply Marxist categories in mechanistic ways, while Prado Jr.'s understanding of history as a process enables him to produce a "powerful synthesis, [which] reveals the capturing of the essential" (IGLÉSIAS 2000, p. 202). This brings us to the final layer of Iglésias' assessment on the beginnings of modern Brazilian historiography.

The final layer of Iglésias' assessment is comprised of a cognitive capacity that is fundamental: the understanding of *the nature of history as process*. As we have seen before, Iglésias reproached Freyre for getting "lost in detail, in the anecdotal, in the chronicle" (IGLÉSIAS 2000, p. 197). The consequence of his traditionalist political stance also has an important cognitive result, in that Freyre "illustrates historical knowledge, but does not face the fundamental questions, does not contribute to the better instruction of the country's most urgent problems" (IGLÉSIAS 2000, loc. cit.). Oliveira Viana had his comprehension of the historical process clouded by his excessive reliance on those "overcome theories." In Iglésias' words, "he who believes more in theories – and those which he himself enrolled and prefers – than in the sources is ill fit for being a historian" (IGLÉSIAS 2000, p. 191).

That was where Prado Jr. and Buarque de Holanda proved to be better, more virtuous historians. Prado Jr. had "complete control over the native trajectory, in an original vision. Synthetical, he captures the essential of the process of the Colonial, transitional, and Empire periods" (IGLÉSIAS 2000, p. 201). Meanwhile, Buarque de Holanda was a "subtle author, exquisite and metaphorical, very demanding of the reader, escaping those without reading habit and without knowledge of a wider, interdisciplinary literature" (IGLÉSIAS 2000, p. 208-209), whose erudition, "research rigor, and lucidity on the understanding of the process" made him "one of the greatest names to be admired" (IGLÉSIAS 2000, p. 211). In the same sense, José Honório Rodrigues was also praised for comprehending "the [historical] activity as a living thing, active, connected to the country and the time" (IGLÉSIAS 2000, p. 219) and for his "attentive research, the will to clarify, to interpret, pointing directions, aiming at overcoming hindrances" (IGLÉSIAS 2000, p. 221). These intellectual virtues are crucial to the construction of a particular notion of what it means to be a proper historian, one that is normative in nature.

Iglésias' assessments do inform us on many important issues around those authors, who were publishing their first important works in the 1930s. But more than that, as with any assessment, they inform us about the repertoire of essential characteristics an individual cultivated while becoming a historian at the time those assessments were made. In an article published in 1983, Iglésias wished to analyze what was then the "contemporary Brazilian historiography" in terms of the promises and the risks of interdisciplinarity. After listing many authors whose works had a significant impact on Brazilian historiography during the 20<sup>th</sup> century, he stated, "those authors, the most important in our current literature, are responsible for the renovation of History, exactly by possessing interpretive instruments borrowed from the social sciences. Some of them, as we have seen, did not even present themselves as historians" (IGLÉSIAS 1983, p. 133). This long text warned historians about the seduction of the social sciences – "for their theories, their results, their work techniques" (IGLÉSIAS 1983, loc. cit.). While their theories and methods could provide an important resource for better interpreting past events, a historian that relies "excessively" on them is also at risk. For Iglésias, historians should focus on what he considers their fundamental work: (1) "Time is the essential category of the historical science. [...] To situate in time [...] is the basic task of the historian" (IGLÉSIAS 1983, p. 135), but also (2) "The capacity to capture change is one of the distinctive traits of the historian" (IGLÉSIAS 1983, loc. cit.). Writing like many of his colleagues at the time, Iglésias pays his respects to Marc Bloch, the one who "best conceptualized the specialty [of history]" (IGLÉSIAS 1983, p. 136). This idea of procedural history, of historians whose "historical sensibility" made them capable of understanding different layers or durations of time, was then hegemonic.<sup>16</sup> And when Iglésias assessed his predecessors, he contrasted them to this new, disciplined model of being a historian. Their strengths and their weaknesses, their virtues and their vices, were directly related to those characteristics the disciplined historians of the 1980s chose to keep and those they chose to drop in favor of their own, "modern" conceptions.

*16 - For an investigation on the virtue of "historical sensibility" in Brazilian historiography in the 1980s, see OHARA 2016.*

## Conclusion

Francisco Iglésias was one of the most important figures at the moment when Brazilian historians were looking back towards their pre-disciplinary past. During the 1970s and the 1980s, he and other historians were deeply involved in discussing how to write the history of their own discipline (see ANHEZINI 2015). As disciplinary histories and memories are constantly being made and remade, they needed to grapple with the issue of attributing praise and blame onto those who had come before them (COLLINI 1988). In a significant move, they appropriated much of what had been built between the 1940s and the 1960s, placing a rupture in the 1930s – the date of birth of the “modern Brazilian historiography” (see FRANZINI; GONTIJO 2009). Moreover, Iglésias is often cited as an author whose work paved the way for our contemporary approaches to the history of Brazilian historiography. Together with José Roberto do Amaral Lapa, Nilo Odália, and José Honório Rodrigues, his analyses of Brazilian historians in the 1930s and before were important to establish as legitimate the concern with our disciplinary past. His particular way of doing so might have been superseded by other ways, especially when we consider a more general turn towards disciplinary critique that was also gaining momentum at the time (see CEZAR 2015), but the narratives his generation produced structured how many “proper,” “brick and mortar” historians still see themselves today.

When Iglésias treats Sérgio Buarque de Holanda and Caio Prado Jr. as paragons of what meant to be a historian in the 1930s, he is also presenting a statement of what it means to be a historian in the 1980s. By crediting their success in producing important works of history to their understanding of the historical process, Iglésias projects on them a particular concept of history that, for many reasons, turned out to become intellectually and socially hegemonic only after (and, in certain aspects, because) those important works were published. Miceli is right to point out that, by the 1930s, Buarque de Holanda, Prado Jr., and Gilberto Freyre were still young intellectuals and,

“compared to their European and North American counterparts, they would be considered early career, young researchers and could hardly deserve since then the status and treatment of masters of ‘Brazilian’ thought and ‘reality’” (MICELI 2001b, p. 125). Therefore, Iglésias’ assessments help to affirm a particular narrative of the history of Brazilian historiography as well as a particular repertoire of ways of being a historian that are in no way the necessary result of the intellectual enterprise of the 1930s. Virtue language, then, was a weapon that helped establish the boundaries of the “proper historian”.

But virtue language in evaluative texts is more than proxy for specific concepts of history and more than a conflict between two or more individuals. Those virtues and vices, either moral or epistemic, structure how historians perceive themselves and remember their discipline. They help historians learn to differentiate themselves from the neighboring specializations, to “defend” their field from “foreign attacks” as well as to establish who is indeed a “proper” historian and what value should be ascribed to their work. While Brazilian historians in the 20<sup>th</sup> century might not appeal to the same categories their German, French, or British colleagues did in the 19<sup>th</sup> century, virtue language *still* has a place and performs a disciplinary function in our current activities. And being conscientious of that is a necessary condition to think about when we consider who is apt and capable of writing about the past.

## REFERENCE

ANHEZINI, Karina. Arautos da História da Historiografia: as disputas por um conceito de historiografia nas cartas de Amaral Lapa enviadas a Nilo Odália. **Patrimônio e Memória**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 4-21, 2015. Available at: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/viewFile/515/778>. Accessed in: 3 apr. 2019.

CEZAR, Temístocles. Hamlet Brasileiro: ensaio sobre giro linguístico e indeterminação historiográfica (1970-1980). **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 17, p. 440-461, 2015. Available at: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/viewFile/741/557>. Accessed in: 2 apr. 2019.

COLLINI, Stefan. "Discipline History" and "Intellectual History": reflections on the historiography of the social sciences in Britain and France. **Revue de Synthèse**, Paris, v. 109, n. 3-4, p. 387-399, 1988. Available at: <https://link.springer.com/article/10.1007/BF03189137>. Accessed in: 21 mar. 2019.

CREYGHTON, Camille; HUISTRA, Pieter; KEYMEULEN, Sarah; PAUL, Herman. Virtue Language in Historical Scholarship: the cases of Georg Waitz, Gabriel Monod and Henri Pirenne. **History of European Ideas**, Abingdon, v. 42, n. 7, p. 924-936, 2016. Available at: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01916599.2016.1161536>. Accessed in: 28 mar. 2019.

DAUKAS, Nancy. Epistemic Trust and Social Location. **Episteme**, Cambridge, v. 3, n. 1-2, p. 109-124, 2006. Available at: <https://muse.jhu.edu/article/209434>. Acesso em 2 apr. 2019.

DONGEN, Jeroen van; PAUL, Herman (eds.). **Epistemic Virtues in the Sciences and the Humanities**. Cham: Springer, 2017.

ENGBERTS, Christiaan. Gossiping About the Buddha of Göttingen: Heinrich Ewald as an unscholarly persona. **History of Humanities**, Chicago, v. 1, n. 2, p. 371-385, 2016. Available at: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/687973>. Accessed in: 29 mar. 2019.

ESKILDSEN, Kasper Risbjerg. Leopold Ranke's Archival Turn: Location and Evidence in Modern Historiography. **Modern Intellectual History**, Cambridge (UK), v. 5, n. 3, p. 425-453, 2008. Available at: <https://www.cambridge.org/core/journals/modern-intellectual-history/article/leopold-rankes-archival-turn-location-and-evidence-in-modern-historiography/B1CA6AD8F32C32F7064AB4F1C1AFB4B0>. Accessed in: 2 apr. 2019.

ESKILDSEN, Kasper Risbjerg. Inventing the Archive: testimony and virtue in modern historiography. **History of the Human Sciences**, New York, v. 26, n. 4, p. 8-26, 2013. Available at: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0952695113496094>. Accessed in: 1 apr. 2019.

FALCON, Francisco José Calazans. A Cadeira de História Moderna e Contemporânea e o Ensino e a Pesquisa Históricas na FNFU-UB. *In*: FALCON, Francisco José Calazans. **Estudos de Teoria da História e Historiografia**, volume II: historiografia. São Paulo: Hucitec, 2015. p. 184-202.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A História como Ofício**: a constituição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

FRANZINI, Fabio; GONTIJO, Rebeca. Memória e História da Historiografia no Brasil: a invenção de uma moderna tradição, anos 1940-1960. *In*: SOIHET, Rachel et al. (orgs.). **Mitos, Projetos e Práticas Políticas**: memória e historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 141-160.

FREIXO, Andre de Lemos. Um 'Arquiteto' da Historiografia Brasileira: história e historiadores em José Honório Rodrigues. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 31, n. 62, p. 143-172, 2011. Available at: <http://ref.scielo.org/hzv9x3>. Accessed in: 2 apr. 2019.

FREIXO, Andre de Lemos. Ousadia e Redenção: o Instituto de Pesquisa Histórica de José Honório Rodrigues. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 11, p. 140-161, 2013. Available at: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/viewFile/514/350>. Accessed in: 2 apr. 2019.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. 3<sup>rd</sup> ed. Rio de Janeiro, 2010. Available at: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>. Accessed in: 21 mar. 2019.

GOMES, Angela de Castro. **História & Historiadores**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

HUISTRA, Pieter. The Trial of Henry of Brederode: historians, sources and location under discussion in 19th-century historiography. **History of the Human Sciences**, New York, v. 26, n. 4, p. 50-66, 2013. Available at: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0952695113500290>. Accessed in: 1 apr. 2019.

IGLÉSIAS, Francisco. A Historiografia Brasileira Atual e a Interdisciplinaridade. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 129-141, 1983. Available at: [https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=1714](https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=1714). Accessed in: 4 apr. 2019.

IGLÉSIAS, Francisco. **Os Historiadores do Brasil**: capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

LAPA, José Roberto do Amaral. **Historiografia Brasileira Contemporânea**: a história em questão. 2<sup>nd</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 1981. [1<sup>st</sup> ed. 1976].

MANTEUFEL, Katharina. A Three-Story House: Adolf von Harnack and practices of academic mentoring around 1900. **History of Humanities**, v. 1, n. 2, p. 355-370, 2016. Available at: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/687972>. Accessed in: 2 apr. 2019.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001a.

MICELI, Sérgio. Condicionantes do Desenvolvimento das Ciências Sociais. In: MICELI, Sérgio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**, vol. 1. São Paulo: Editora Sumaré, 2001b, p. 91-133.

MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). **Sérgio Buarque de Holanda**: Perspectivas. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NICODEMO, Thiago Lima. **Urdidura do Vivido**: Visão do Paraíso e a obra de Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1950. São Paulo: EdUSP, 2008.

OHARA, João Rodolfo Munhoz. The Disciplined Historian: “epistemic virtue”, “scholarly persona”, and practices of subjectivation. A proposal for the study of Brazilian professional historiography. **Práticas da História**, Lisboa, v. 1, n. 2, p. 39-56, 2016. Available at: [http://www.praticasdahistoria.pt/issues/2016/12/PDH\\_02\\_JoaoOhara.pdf](http://www.praticasdahistoria.pt/issues/2016/12/PDH_02_JoaoOhara.pdf). Accessed in: 5 apr. 2019.

OHARA, João Rodolfo Munhoz. Virtudes Epistêmicas na Prática do Historiador: o caso da sensibilidade histórica na historiografia brasileira (1980-1990). **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 22, p. 170-183, 2016. Available at: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/viewFile/1107/654>. Accessed in: 5 apr. 2019.

OHARA, João Rodolfo Munhoz Ohara. **Virtudes Epistêmicas na Historiografia Brasileira (1980-1990)**. Assis: Unesp, 2017. PhD thesis.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. O Nobre Sacerdócio da Verdade: reflexões sobre o ofício do historiador no Brasil oitocentista. **Lusíada. História**, Lisboa, n. 9/10, p. 191-207, 2013. Available at: [http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/1122/1/LH\\_9-10\\_9.pdf](http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/1122/1/LH_9-10_9.pdf). Acesso em 3 apr. 2019.

PARADA, Maurício; RODRIGUES, Henrique Estada (orgs.). **Os Historiadores**: clássicos da história do Brasil, vol. 4: dos primeiros relatos a José Honório Rodrigues. Petrópolis: Vozes, 2018.

PAUL, Herman. Performing History: how historical scholarship is shaped by epistemic virtues. **History and Theory**, Middletown, v. 50, n. 1, p. 1-19, 2011a. Available at: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1468-2303.2011.00565.x>. Accessed in: 21 mar. 2019.

PAUL, Herman. Distance and Self-Distanciation: intellectual virtue and historical method around 1900. **History and Theory**, Middletown, v. 50, n. 4, p. 104-116, 2011b. Available at: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1468-2303.2011.00606.x>. Accessed in: 22 mar. 2019.

PAUL, Herman. Weak Historicism: on hierarchies of intellectual virtues and goods. **Journal of the Philosophy of History**, Leiden, n. 6, p. 396-388, 2012. Available at: [https://brill.com/view/journals/jph/6/3/article-p369\\_4.xml](https://brill.com/view/journals/jph/6/3/article-p369_4.xml). Accessed in: 21 mar. 2019.

PAUL, Herman. The Heroic Study of Records: the contested persona of the archival historian. **History of the Human Sciences**, New York, v. 26, n. 4, p. 67-83, 2013. Available at: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0952695113500291>. Accessed in: 21 mar. 2019.

PAUL, Herman. The Virtues and Vices of Albert Naudé: toward a history of scholarly personae. **History of Humanities**, Chicago, v. 1, n. 2, p. 327-338, 2016. Available at: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/688036>. Accessed in: 23 mar. 2019.

RAMOS, Igor Guedes. **Genealogia de uma Operação Historiográfica**: Edward Palmer Thompson, Michel Foucault e os historiadores brasileiros da década de 1980. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

RIBEIRO JÚNIOR, José. Memórias de um Profissional de História. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 11, p. 33-44, 2013. Available at: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/viewFile/555/344>. Accessed in: 4 apr. 2019.

RODRIGUES, José Honório. **A Pesquisa Histórica no Brasil**. 3<sup>rd</sup> ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1978. [1<sup>st</sup> ed. 1958].

RODRIGUES, Lidiane Soares. Armadilha à Francesa: homens sem profissão. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 11, p. 85-103, 2013. Available at: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/viewFile/539/347>. Accessed in: 1 apr. 2019.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. A Formação Superior em História na UPA/URGS/UFRGS de 1943-1971. **História da Historiografia**, Ouro preto, n. 11, p. 122-139, 2013. Available at: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/viewFile/544/349>. Accessed in: 3 apr. 2019.

SAARLOS, Léjon. Virtue and Vice in Academic Memory: Lord Acton and Charles Oman. **History of Humanities**, Chicago, v. 1, n. 2, p. 339-354, 2016. Available at: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/687971>. Accessed in: 2 apr. 2019.

SANTOS, Alessandra Soares. Francisco Iglésias e o curso de geografia e história da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais (década de 1940). **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 11, p. 104-121, 2013. Available at: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/viewFile/521/348>. Accessed in: 1 apr. 2019.

SANTOS, Alessandra Soares. A Normatização Disciplinar da Historiografia Universitária: Francisco Iglésias e a sua tese de Livre-Docência. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 23, p. 64-77, 2017. Available at: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/viewFile/1151/671>. Accessed in: 1 apr. 2019.

SANTOS, Wagner Geminiano dos. **A Invenção da Historiografia Brasileira Profissional, Acadêmica**: geografia e memória disciplinar, disputas político-institucionais e debates epistemológicos acerca do saber histórico no Brasil (1980-2012). Recife: UFPE, 2018. PhD thesis.

WHITE, Hayden. **Metahistory**: the historical imagination in 19<sup>th</sup>-century Europe. 40<sup>th</sup> anniversary edition. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2014. [1<sup>st</sup> ed. 1973].

## ACKNOWLEDGMENT AND INFORMATION

João Rodolfo Munhoz Ohara 

ohara.hal@gmail.com

Pós-doutorando na Universidade Estadual Paulista

Franca

São Paulo

Brasil

Projeto financiado pela FAPESP (no. 2017/26988-3).

RECEIVED IN: 10/APR./2019 | APPROVED IN: 3/JUNE/2019

# Narrando a Conquista: como a historiografia leu e interpretou os acontecimentos ocorridos no México entre 1519 e 1521

Narrating the Conquest: how historiography read and interpreted the events that occurred in Mexico between 1519 and 1521

**Luís Guilherme Kalil & Luiz Estevam Fernandes**

<https://orcid.org/0000-0002-4332-6735> 

<https://orcid.org/0000-0001-6230-3558> 

## RESUMO

Este texto busca analisar a historiografia da Conquista do México, partindo de seus alicerces no século XIX: William H. Prescott, nos Estados Unidos, e autores nacionalistas mexicanos, como Vicente Riva Palacio e Samuel Ramos. Passamos em revista várias revisões que a Conquista recebeu no século XX, quando seu status de episódio fundador ou norteador foi lido como trauma, como evento espanhol ou hispano-indígena, como dominação cultural do outro, como episódio menor em um enredo muito mais amplo, entre outras possibilidades. Em seguida, buscamos apontar algumas abordagens recentes, como a etnogênese trabalhada por Guillaume Boccara e Federico Navarrete Linares, e a Nova História da Conquista, adotada, entre outros, por Matthew Restall. Por fim, propomos uma interpretação dos caminhos atuais da Conquista do México como tema e objeto da historiografia.

## ABSTRACT

This text aims to analyze the historiography of the Conquest of Mexico, starting from its foundations in the nineteenth century: William H. Prescott, in the United States, and Mexican nationalist authors, such as Vicente Riva Palacio and Samuel Ramos. We analyzed several revisions made of the Conquest in the twentieth century, when its status as a founding or guiding episode was understood as trauma, as a Spanish or Hispanic-indigenous event, as cultural domination of the other, as a minor episode in a much larger plot, among other possibilities. Next, we present some recent approaches, such as the ethnogenesis, proposed by Guillaume Boccara and Federico Navarrete Linares, and the New History of the Conquest, advocated by Matthew Restall, among others. Finally, we propose an interpretation of the current paths of the Conquest of Mexico as the theme and object of historiography.

## PALAVRAS-CHAVE

América Hispânica; Historiografia; Colônia

## KEYWORDS

Hispanic America; Historiography; Colony

## Introdução

Quando as armas foram depostas em México-Tenochtitlan, em 13 de agosto de 1521, outra batalha já estava em curso: a disputa pela memória dos eventos ocorridos desde a chegada de Hernán Cortés e seus homens em Iucatã dois anos antes. O capitão da Conquista escrevera sobre ela ao rei, assim como, posteriormente, outros soldados e oficiais espanhóis. Nos anos seguintes, grupos indígenas registraram suas versões, muitos deles destacando sua atuação nos conflitos. Ex-combatentes de outras partes da Europa e da África também escreveram sobre suas participações ou foram mencionados nos tantos textos produzidos. Se uma cornucópia de versões foi derramada a partir de 1519, se estendendo por muitas décadas, a trombeta de Clio não foi tão justa com tamanha fortuna crítica, privilegiando, por um bom tempo, apenas alguns agentes e fontes.

Neste texto, analisaremos a relação entre estes registros do período e a historiografia produzida a partir de meados do século XIX sobre a Conquista, abordada aqui principalmente em sua acepção bélica, a tomada por armas de um determinado reino ou Estado.<sup>1</sup> Mais do que apenas um balanço historiográfico, pretendemos analisar a historiografia da Conquista do México<sup>2</sup> tendo como eixo as mudanças epistêmicas e heurísticas que sucessivas gerações de analistas produziram.

Mesmo sabendo que a Conquista foi narrada como História, malgrado o que significava esse termo em diferentes contextos, desde o século XVI, utilizaremos como ponto de partida as reflexões sobre tais eventos produzidas nos Estados Unidos e no México a partir de meados do século XIX. No primeiro caso, faremos referência especificamente ao historiador norte-americano William H. Prescott, cujos escritos sobre a Conquista continuam sendo extremamente influentes mais de um século e meio após sua publicação. Em relação ao México, abordaremos a historiografia nacionalista que leu e debateu a obra de Prescott, produzindo novas versões e interpretações daquele evento. Assim como no caso anterior, essa leitura oitocentista

*1 - Para concepção diferente de Conquista, Cf. as análises de Robert Ricard sobre o processo de Conquista espiritual realizadas a partir da década de 1930.*

*2 - Para a importante diferenciação entre Conquista "do" México e "de" México-Tenochtitlan, Cf. (SANTOS 2014, p. 218-232).*

associada à construção de um discurso patriótico mexicano também encontrou larga fortuna e ecoa até os dias atuais.

É evidente que os historiadores do século XIX citados baseavam suas obras em textos produzidos anteriormente. Prescott, por exemplo, era leitor atento de William Robertson, presbiteriano escocês autor de *The History of America* (1777), um *best seller* do período sobre o continente americano. No entanto, a versão de Robertson sobre a Conquista, estreitamente associada à teoria da degeneração americana defendida, entre outros, pelo Conde de Buffon (GERBI 1996, p. 19-76), deixou de ser uma matriz historiográfica fecunda. Em outras palavras, partimos neste artigo de terreno que continua fértil atualmente em termos historiográficos.

## O “paradigma Prescott”

A primeira grande referência contemporânea sobre a Conquista do México é, indubitavelmente, o historiador norte-americano William H. Prescott. Seu *History of the Conquest of Mexico* (1843), junto com sua obra sobre a Conquista do Peru (1847), alcançou um impacto imediato e duradouro, se tornando um sucesso editorial nos dois lados do Atlântico. No México, onde a intelectualidade local procurava formas de elaborar sínteses históricas sobre a pátria, o interesse foi tamanho, que duas traduções, quase simultâneas, foram feitas.<sup>3</sup>

Sediado em Boston, Prescott começou seus estudos nos anos de 1820, quando abandonou a prática do Direito e dedicou-se à Literatura. Por conta da estreita amizade com George Ticknor, pioneiro intelectual hispanista nos Estados Unidos, Prescott passou a pesquisar literatos espanhóis, como Miguel de Cervantes. Seu reconhecimento acadêmico ganhou impulso com a publicação de *History of Ferdinand and Isabella* (1837). Em uma época em que os arquivos – quando existiam – eram muito desorganizados, Prescott foi obrigado a lançar mão de contatos com diversos intelectuais e livreiros europeus que lhe remetiam material solicitado. A própria decisão de investigar os

3 - A tradução de José María González de la Vega (1844) contou com comentários do intelectual conservador Lucas Alamán. Já a tradução feita por Joaquín Navarro (1844-46) contém ilustrações e comentários do político e historiador José Fernando Ramírez.

feitos dos Reis Católicos utilizando fontes primárias representou um marco na historiografia norte-americana, ao romper com a História eminentemente nacional produzida até então: “ainda que os norte-americanos de princípios do século XIX lessem história europeia”, ninguém produzia algo inédito sobre outra parte do mundo (KAGAN 1998, p. 230).

O sucesso dessa obra o encorajou a seguir com o projeto de mapear a constituição do Império Espanhol no século XVI, agora analisando as Conquistas do México e do Peru, entendidas como partes fundamentais desse processo. Respeitando a ordem cronológica, Prescott abordou inicialmente os eventos ocorridos no México. Ainda que composto por sete livros, seu *History of the Conquest of Mexico* é dividido em três grandes partes. A primeira delas, considerada como sua “parte filosófica”, aborda as “Antiguidades indígenas” e as “origens da nação”. Nela, podemos observar que Prescott trabalha com a concepção de que os índios não tinham História. Influenciado pelos escritos de religiosos espanhóis do século XVI, como Bernardino de Sahagún e Francisco López de Gómara, o historiador ressalta a imagem dos grupos nativos como privados de temporalidade, marcados por profecias e o domínio exercido pelos sacerdotes. A segunda parte, definida pelo autor como a parcela verdadeiramente histórica do livro, é composta por uma longa descrição de eventos políticos relacionados à Conquista. A narrativa segue a fórmula do romance histórico: já nos preâmbulos da obra, deve se expor ao leitor o protagonista e o antagonista da história, ainda que saibamos de antemão que os defeitos e vícios de origem do segundo serão superados pelas virtudes do primeiro. A intenção dessa divisão era clara para o autor: todo o livro deveria, à parte a violência nele contida, revelar a “história pessoal do herói que era a alma” de tudo aquilo (PRESCOTT 1843, p. xi). Não por acaso, a última parte da obra é dedicada a uma biografia de Cortés.

Para Prescott, História e ficção eram distintas pelo compromisso com a verdade dos fatos que a primeira deveria ter.

Mesmo assim, o texto escrito era, acima de tudo, uma narrativa e estava sujeito às suas regras até onde os documentos assim o permitissem, ou seja, havia uma interessante combinação – comum a muitos de seus contemporâneos – entre o uso rigoroso das fontes (e, nesse sentido, uma valorização deles como heurística para se chegar à verdade histórica) e o cuidado literário do texto. Uma obra autoral como a sua tinha que agradar pela fruição estética e pela congruência das informações. Em outras palavras, a História, com o sentido de passado em si, repousava na mão modeladora do autor. Era algo a ser contado, separado da ficção pelo comprometimento com a fidelidade factual, mas não deixava de ser uma narrativa.

A interpretação da Conquista feita por Prescott, centrada no gênio heroico de Cortés, tornou-se extremamente influente. Mas não imaginemos que foi ele o inventor dessa fórmula. O historiador norte-americano valera-se de fontes espanholas coloniais, em especial, do texto sobre o tema publicado por Antonio de Solís em 1684. A própria decisão de continuar seu livro para além da queda de México-Tenochtitlan deu-se, em parte, para se distanciar do texto do escritor espanhol. Sua opção por centrar a Conquista em Cortés, no entanto, coincide com a de Solís que, por sua vez, ecoava os cronistas espanhóis do século XVI, muitos deles inclinados a inflacionar os feitos cortesinos e diminuir a atuação indígena. Ou seja, a narrativa de Prescott punha fim ao mundo indígena, que saía de uma “filosofia”, de uma descrição de seus modos de vida descolada do tempo histórico, para chegar, como elemento antagônico, ao jogo histórico da Conquista capitaneada por Cortés. Se isso como conteúdo já podia ser visto em Solís e outros cronistas; como narrativa, canonizava-se em Prescott.

Se o projeto de Prescott era justamente mostrar o auge do Império Espanhol, é fácil entender como seus textos estabeleceram em solo norte-americano aquilo que Richard Kagan chamou de “Paradigma Prescott”: “uma maneira de entender a Espanha como a antítese dos Estados Unidos” (KAGAN 1998, p. 229-253). Nessa leitura, a Espanha caminhava

apartada do restante da Europa, vista como protestante, e seus ideais de Império se opunham à visão *whig* de Prescott sobre o que deveria ser uma República. Esse paradigma seria pautado em elementos como o anticatolicismo, a crítica do absolutismo e a defesa do livre comércio e das liberdades individuais.

Extrapolando a tese inicial de Kagan, podemos observar que Prescott cristalizou outros paradigmas duradouros. Em sua interpretação sobre a Conquista, há um choque. Por um lado, a figura do bom selvagem, dócil, repleto de qualidades, mas supersticioso e inferior ao europeu; por outro, o discurso da razão, da civilização e da urbanização como elementos julgadores e hierarquizadores. Nesse sentido, o historiador valoriza o pensamento espanhol, que seria mais racional e superior ao dos astecas e incas, com suas crenças mágicas que abarcavam o canibalismo e sacrifícios humanos. Baseando-se majoritariamente na atuação e nos escritos de Cortés sobre a Conquista, Prescott relatou como um punhado de homens (superiores) conquistou um sem número de indígenas (inferiores) porque não haveria outra forma de ser: a civilização sempre triunfa sobre formas menos evoluídas.

## O reverso da moeda: a vilificação de Cortés no México do século XIX

Ao passo em que a interpretação da Conquista do México como um feito cortesino alcançava grande sucesso editorial, um romance de cavalaria reinaugurado dentro da ótica romântica, o México buscava outra forma de ler os mesmos eventos. Especialmente após a derrota militar para os Estados Unidos e consequente perda de territórios em 1848, jovens críticos mexicanos, de maioria liberal, emergiram no cenário político. Consideravam-se *mestizos*, como Vicente Riva Palacio, ou indígenas, por exemplo, Ignacio Manuel Altamirano, o que contribuiu para a mudança na representação que os índios e, principalmente, a História indígena tinham recebido até então. Não sem encontrarem vozes dissonantes, nomes como os citados, além de outros, como Lorenzo de Zavala e José María

Luis Mora, ressaltavam em seus textos a glória de Cuauhtémoc, último soberano asteca capturado por Cortés em 1521, descrito como “o obstinado guardião do México livre e independente, cuja tortura e assassinato expunham os abusos do sistema colonial”, do qual se buscava livrar o país dos seus resquícios (FULTON 2008, p. 5-47). Ignacio Manuel Altamirano, na mesma linha, sintetiza essa dicotomia entre o “líder mexicano” e Cortés, afirmando que “em todas as partes Cuauhtémoc é o herói e Cortés o bandido” (ALTAMIRANO 1886, p. 7).

O diálogo entre Prescott e alguns autores mexicanos revela importantes aspectos acerca das interpretações sobre a Conquista produzidas no período. Em sua troca de correspondências com Lucas Alamán, o historiador norte-americano revelou grande interesse pelo destino dos restos mortais de Cortés. O intelectual mexicano respondeu que sabia do paradeiro, mas manteria o sigilo, temendo possíveis atos de vandalismo provenientes da atitude antiespanhola ainda presente no país. Prescott redarguiu lamentando não poder incluir a localização em seu novo livro sobre o México, mas afirmando compreender as razões do silêncio. O que não conseguia entender era o rancor contra os espanhóis, proveniente de sua própria progênie: “Alguém pensaria que os mexicanos se consideram descendentes dos índios e não dos espanhóis” (*apud* JAKSIĆ 2007, p. 332).

Reflexos desse diálogo podem ser identificados no livro de Prescott, onde ele afirma que uma “turba patriótica” “se propunha a romper a urna que continha os restos de Cortés”, concluindo que “os homens que planejaram esse desmando não eram os descendentes de Montezuma vingando a seus ancestrais, mas os descendentes dos antigos conquistadores” (JAKSIĆ 2007, p. 367). Por passagens como essa, seu livro recebeu críticas em solo mexicano que apontavam sua predileção por Cortés e consequente filiação ao “lado espanhol”. A questão das fontes utilizadas para analisar a Conquista também foi identificada como aspecto negativo da obra, marcada pela ausência ou pouco uso de documentação indígena. Um de seus maiores

1 - Para concepção diferente de Conquista, Cf. as análises de Robert Ricard sobre o processo de Conquista espiritual realizadas a partir da década de 1930.

2 - Para a importante diferenciação entre Conquista “do” México e “de” México-Tenochtitlan, Cf. (SANTOS 2014, p. 218-232).

críticos foi José Fernando Ramírez. Apesar de ocasionais elogios, o intelectual e político liberal mexicano fez várias ressalvas que deixavam transparecer seu orgulho nacional ferido, especialmente em relação à imagem dos astecas como bárbaros e selvagens feita por Prescott. Ao redarguir a noção de que o próprio idioma *náhuatl* seria uma língua não musical, o mexicano foi irônico, afirmando que um “ouvido acostumado a harmonias como as do *Yankee Doodle* dificilmente pode ser um juiz competente”. Ramírez estava convencido de que a única forma de aceitar uma História da Conquista seria se ela fosse escrita por seus próprios descendentes, os mexicanos modernos. Dessa forma, as reflexões sobre o passado do México tomariam características de “um julgamento de família, tendo em mente que a justiça seria feita aos próprios progenitores. Nós podemos, assim e somente assim, conceber a esperança de ter uma história da Conquista completa, imparcial e crível” (*apud* RUTSCH 2004, p. 89-122).

Na Era da Reforma, a historiografia mexicana se modernizou, com o aporte de interpretações influenciadas pelo positivismo e darwinismo. Em 1857, um decreto tornou a chamada *historia patria* obrigatória no currículo das escolas secundárias. Quatro anos depois, nova lei ressaltou a necessidade de se ensinar História e civismo nas escolas. Essa fase consolidou no México o que pode ser chamado de “neoastequismo”, cujo auge se deu durante o Porfiriato. Cuauhtémoc ganha ainda mais destaque como personagem central da Conquista, culminando com a inauguração, em 1888, de um grande monumento em sua homenagem no *Paseo de la Reforma*.<sup>4</sup> De acordo com Guillermo Prieto e outros autores do período, o estoicismo de Cuauhtémoc exemplificava o espírito inconquistável do México, ao passo que a tortura a que ele foi submetido mostrava as crueldades dos espanhóis (FERNANDES 2012, p. 231).

Com a publicação de sua primeira síntese histórica nacional, *México a través de los Siglos* (1889), organizada por Vicente Riva Palacio, a Conquista passou a ser vista como mais um evento da História mexicana, logo, natural e inevitável. Um trauma, mas

4 - A difusão da imagem de Cuauhtémoc como símbolo da Conquista pode ser observada em outros meios, como na famosa pintura *El suplicio de Cuauhtémoc* (1893), de Leandro Izaguirre, reproduzida em vários livros didáticos do período.

absorvido na identidade nacional. A visão liberal e teleológica do nacionalismo é visível em muitos trechos da obra, que retrata um mundo asteca sem coesão e, por isso, frágil, justamente por não ter uma unidade nacional. Tal coesão fora abortada pela Conquista e só se concretizaria nos idos pós-Reforma.

Em síntese, podemos observar que, fosse sob o prisma de uma história imperial espanhola associada às atitudes do “gênio da raça” Cortés, fosse sob a lógica da história nacional mexicana, a Conquista marcou o século XIX como um evento incontornável, traumático e definidor. Os universos anterior e posterior a ela eram radicalmente distintos. Partindo de documentação hispânica, Prescott identificou nesse conflito a emergência do Império Espanhol. Os doutos mexicanos, por sua vez, redarguíram, fazendo referência a outras fontes, como relatos indígenas e evidências arqueológicas, que indicariam o doloroso nascimento de um mundo *mestizo*, interpretação que dava mais protagonismo a heróis caídos astecas do que ao “infame” Cortés.

A geração de intelectuais mexicanos do início do século XX aprofundou essa visão. Para o arqueólogo Manuel Gamio, por exemplo, o indígena era o principal ator histórico e artífice da nação mexicana (GAMIO 1992, p. 3-6). Como sustentáculo da identidade nacional, deveria ser louvado e exaltado, protegido pelo povo e governo. Por sua vez, o filósofo Samuel Ramos afirmou que os indígenas do seu presente padeciam de um mal advindo da Conquista. Quando os astecas se antagonizaram aos conquistadores, duas raças se opuseram, mas também houve um embate dos nativos mexicanos com a civilização e a dominação que ela pretendia impor: “Ao nascer, o México encontrou-se em um mundo civilizado [...] Desta situação desvantajosa, nasce o sentimento de inferioridade que se agravou com a conquista, a mestiçagem e até pela magnitude desproporcionada da Natureza” (RAMOS 1999, p. 51). Para Ramos, os indígenas vivos seriam resquícios de seus antepassados que se apequenaram diante da chegada de uma civilização católica e europeia que lhes impôs uma dominação bélica e uma subjugação política. Inferiorizados, internalizaram o sentimento de pequenez diante do México

*mestizo* que se descortinava. Essa mescla de inferiorização do indígena vivo e supremacia da mestiçagem marcaria, em sua visão, o México como nação. Raciocínios díspares como os desses dois autores eram calcados na mesma visão histórica da Conquista como um evento divisor de águas e criador da nacionalidade mexicana, ao menos de seu estágio embrionário.

## A Conquista como trauma ou como continuidade

Em 1959, um livro lançado no México tornou-se um enorme sucesso de vendas e ponto de virada na abordagem historiográfica sobre o tema: *Visión de los Vencidos*. Resgatando fontes astecas pós-Conquista, o antropólogo e historiador Miguel León-Portilla apresentava uma “História vista de baixo”, na qual a Conquista do México passava a ser narrada sem a necessidade de documentos espanhóis. A partir de trechos de códices, poemas, relatos de *mestizos*, depoimentos de anciãos entre outros documentos, a história dos “vencidos” punha em relevo a violência da Conquista e o desmonte do mundo indígena, consolidando a voz de quem anteriormente pouco falava na historiografia (LEÓN-PORTILLA 1987, p. 9-12).

León-Portilla foi profundamente influenciado pelo humanismo católico e indigenista de seu professor Ángel María Garibay, frei, filólogo e linguista pioneiro no estudo das culturas mesoamericanas, em especial do náuatle. Garibay fundou a revista *Estudios de Cultura Nahuatl* e o *Seminario de Cultura Nahuatl*, em que ensinava fundamentos da literatura e linguística indígena. Antes disso, havia traduções competentes do náuatle apenas na Alemanha, como as de Konrad Preuss, o que levava muitas publicações mexicanas a serem, na realidade, traduções para o espanhol das versões em alemão desta documentação. Junto da geração de Ramos e Gamio, Garibay foi responsável por pensar tais textos como literatura, elevando o *status* da produção indígena no ambiente universitário, transformando-a em patrimônio literário mexicano (LEÓN-PORTILLA 1992, p. 167-180).

Algumas das principais fontes utilizadas por Garibay e León-Portilla foram os escritos indígenas coletados por religiosos do século XVI. Em especial, os relatos dos “informantes” do franciscano Bernardino de Sahagún. O projeto educacional dos irmãos menores no México pós-conquista era ousado. Tinha como centro o Colégio de Santa Cruz de Tlatelolco, fundado em 1536 com o ambicioso intuito de formar os filhos da nobreza indígena em latim, filosofia e teologia, instrumentos considerados necessários para a criação de um clero autóctone. Tlatelolco gerou excelentes latinistas e serviu como centro de estudos das culturas indígenas, tendo Sahagún como um de seus principais nomes.

Em meados do século XVI ganhou força a crença de que era necessário examinar com maior minúcia os detalhes da “fé pagã”, recolhendo-os por meio de anciãos informantes e uma rede de escribas e tradutores indígenas. Com esse ímpeto, Sahagún reuniu 12 volumes de depoimentos conhecidos como *Códice Florentino*. Nele, buscava conhecer os pormenores da cultura do outro para melhor extirpá-la. Contudo, o franciscano registrou várias vezes em seus escritos sua admiração pelo mundo indígena que transcrevia e recriava, comparando o universo náuatle ao greco-romano. Logo, algumas das premissas de Garibay e León-Portilla já constavam do suporte que consultavam para acessar as fontes que lhes interessavam promover e estudar. Os documentos, como ordenados e comentados em *Visão dos Vencidos*, refletem um cenário pessimista frente ao impacto devastador da Conquista, vista como uma crise sem precedentes denunciada na voz de sacerdotes e anciãos nativos saudosos de um mundo que colapsara.

Em 1978, León-Portilla, ao organizar um volume sobre Literatura náuatle, novamente a equiparou às “grandes epopeias clássicas”, como a *Ilíada*, especialmente por seu conteúdo trágico. Para ele, a *Visão dos Vencidos* era a “última e mais dramática expressão da antiga cultura, no momento em que perdia sua vida [...] o fim da evolução autônoma de sua própria cultura e o princípio do trauma e sujeição a

outros” (LEÓN-PORTILLA 1978, p. 365-366). A associação entre tragédia e trauma, presente desde a obra de 1959, é uma revalidação, em bases freudianas, da narrativa piedosa e cristã produzida no século XVI pelo dominicano espanhol Bartolomé de Las Casas em obras como a *Brevísima relación de la destrucción de las Indias* (1552).<sup>5</sup> León-Portilla amplia esse sentido trágico da Conquista, equipara-o ao passado clássico (como já ocorria em algumas de suas fontes) e, por fim, agrega a lógica do trauma, “uma busca de inteligibilidade, esforçando-se para evitar um estado de desamparo” em que indivíduos utilizariam uma percepção-signo ligada por simultaneidade à “experiência de pavor”, a um evento traumático, catastrófico (BOTELLA; BOTELLA 2002, p. 166).

O potencial dessa explicação é enorme. Se a Conquista foi uma tragédia traumática que aniquilou um mundo clássico, a Nova Espanha amanhecia órfã de mãe indígena e ressentida com o pai espanhol. Essa força explicativa, no fundo, é a premissa que embasou grandes nomes da historiografia produzida nas últimas décadas, como Serge Gruzinski, em *O Pensamento mestiço*, para quem foi a ausência de referências passadas, fruto do desmonte violento do mundo indígena, que põe para funcionar a intrincada engrenagem da mestiçagem (GRUZINSKI 2001).

Na mesma época, a história da América Latina estava se tornando um campo de investigação autônomo nos Estados Unidos. Com maciço apoio financeiro advindo da Lei de Educação de Defesa Nacional (1958) e da Fundação Ford, e sob o impacto da Revolução Cubana e do desenvolvimento dos Corpos da Paz (AVILA 2015, p. 50-68), universidades norte-americanas receberam milhões de dólares em fundos para treinar especialistas nessa área. Como resultado, foram fundadas bibliotecas “latino-americanas”, a partir da compra de imensos fundos documentais dos séculos XVI e XVII, além de serem criados centros de pesquisa e ser ampliado expressivamente o número de bolsas de estudos para trabalhos dedicados à região.

5 - “[...] tudo o que ameaça a pretensa ordem e segurança diante da vida ou do mundo, torna-se trágico. Desse modo, por exemplo, a vida dos índios e a dizimação vivida pelas populações indígenas são, para Las Casas, trágicas” (FREITAS NETO 2003, p. 71).

Nesse contexto, autores que já vinham pesquisando a América em tempos de Conquista desde o pós-2ª Guerra Mundial passam a ganhar mais destaque. Como exemplo, podemos citar o biólogo Sherburne F. Cook e o historiador Woodrow Borah que, juntos com outros pesquisadores da Universidade da Califórnia, formaram um grupo multidisciplinar conhecido como a Escola de Berkeley. Mais do que uma interpretação sobre a Conquista, o principal interesse desses autores era colocar em números relativamente precisos o tamanho do colapso populacional ocorrido no continente bem como identificar suas principais causas.<sup>6</sup> A partir de documentos relacionados à cobrança de tributos por parte da Coroa espanhola, entre outros tipos de fontes que vão sendo agregados ao longo de mais de duas décadas de pesquisa conjunta, Cook e Borah identificam a Conquista e seus desdobramentos como o evento responsável pela morte de aproximadamente 90% da população nativa americana, que poderia ter alcançado a cifra de 100 milhões de habitantes antes do contato com os europeus. Nessa acepção, a Conquista deixa de ser um evento de curta duração e passa a se confundir com o processo de colonização, pois boa parte das mortes de nativos adveio de causas outras que não o conflito armado. Ao mesmo tempo, a associação da Conquista à noção de trauma e ruptura ganha força, ao observamos o cenário positivo traçado pelos autores sobre o período pré-colombiano, marcado pelo acelerado crescimento populacional e pela ausência de epidemias, e a defesa de que se tratou de um evento responsável por selar o destino do México até o presente: a Conquista teria impedido o país de se tornar uma nação indígena (COOK; BORAH 1989, p. 278-279).

Outro pesquisador norte-americano cujas pesquisas causaram grande impacto a partir da década de 1960 foi Charles Gibson, autor de *Aztecs under Spanish rule*. Nele, o pesquisador formado em Yale sob orientação do eminente especialista em cultura náuatle George Kubler, recorre a uma ampla documentação indígena pós-Conquista para argumentar que, a despeito das mudanças ocorridas com a chegada dos espanhóis, existem inequívocas continuidades no cotidiano

6 - Nicolás Sánchez-Albornoz resalta o impacto das pesquisas de Cook e Borah, definindo-os como fundadores da "demografia histórica americana", cujos dados e métodos permanecem sendo debatidos ainda hoje (WAIZBORT; PORTO 2018, p. 391).

asteca. Em oposição a interpretações como a de indígenas vencidos, Gibson rompe com a perspectiva de “catástrofe” ou “trauma”, palavras ausentes em seu trabalho. A Conquista – “uma empresa cristã porque destruía uma civilização pagã” – ainda é interpretada por ele como o marco de uma clivagem: houve uma fragmentação das estruturas políticas dos grupos indígenas, a introdução do catolicismo gerou profundas alterações, costumes e hábitos foram abolidos ou alterados entre outros aspectos. Entretanto, lógicas de senhorio, *status*, o papel de líderes locais se reinventam ou se mantêm centrais durante muito mais tempo do que a ideia de derrota pode supor (GIBSON 1964). Gibson vai além, ressaltando que o impacto da Conquista levou não apenas à manutenção de determinados aspectos, mas também à retomada de algumas características anteriores aos próprios astecas. A atuação espanhola teria, até certo ponto, reestabelecido organizações políticas indígenas associadas às comunidades locais, fazendo com que o Estado espanhol pudesse ser entendido como um meio de libertação responsável por devolver aos líderes locais sua “independência” (GIBSON 1990, p. 157-188).

Nas décadas seguintes, outros autores norte-americanos deram continuidade ao interesse pelas questões relacionadas à Conquista e seus efeitos. Em especial, destacamos James Lockhart, professor da Universidade da Califórnia e principal nome em torno da Nova Filologia. Movimento definido por alguns de seus próprios membros como uma “escola” (RESTALL 2003, p. 113-134), a Nova Filologia surge nos anos 1970 como um ramo da etno-história que buscava interpretar textos escritos em línguas nativas para construir a história sob o ponto de vista indígena. Mais do que um esforço de tradução, Lockhart e outros depois dele produzem um amplo levantamento e análise de fontes – muitas até então inexploradas – associado a um método que privilegia a empiria e a dedução em detrimento de pressupostos teóricos e posicionamentos políticos (RESTALL 2003, p. 126). Em relação à Conquista, Lockhart compartilha a mesma lógica de Gibson, descrito por ele como o responsável por uma virada em direção ao lado indígena das interações

entre nativos e europeus (LOCKHART 1992, p. 3-5). Ambos identificam grandes continuidades para além das rupturas e destruições que teriam sido causadas pela Conquista. Não por acaso, em seu manual de História da América Latina Colonial (1983), voltado para estudantes universitários (composto junto com Stuart B. Schwartz), Lockhart dedica poucas linhas às ações de Cortés e seus homens e à queda do principal centro urbano asteca, privilegiando aspectos como os “modos indígenas” e defendendo que, “sob os espanhóis, a Mesoamérica reproduziu em grande parte a organização da área na época pré-conquista” (LOCKHART; SCHWARTZ 2002, p. 118).

A grande diferença entre a perspectiva de Garibay e León-Portilla para a de Gibson e Lockhart, guardadas as especificidades das pesquisas de cada autor, se dá em relação às fontes. Em geral, os dois autores mexicanos traduziram, compilaram e analisaram histórias extraordinárias, canções, presságios religiosos entre outros textos ligados à tradição sagrada e nobre dos indígenas, mas de alguma forma filtrados pelo crivo de religiosos espanhóis no século XVI. Já Gibson se concentrou na documentação que muitas comunidades locais produziram no período a partir dos registros pormenorizados de notários indígenas. No entanto, tal documentação ainda era produzida majoritariamente em espanhol ou em formato aceito ou exigido pela burocracia espanhola, ou seja, destinados a serem documentos para autoridades civis, religiosos ou militares hispânicos. Lockhart foi além e examinou textos escritos em língua náuatle também para propósitos de governo municipal e vida comunitária, como anais, *títulos primordiales*, contratos de compra e venda, atas de *cabildos* (incluindo *cabildos* indígenas), litígios e, sobretudo, milhares de testamentos e inventários. Dentro dessa nova perspectiva, a Conquista não se revela como trauma anunciador de uma tragédia cataclísmica, mas um reinvento forçoso, uma violenta etnogênese.

Associada a essa perspectiva, ganha cada vez mais força a ênfase na multiplicidade dos grupos indígenas bem como as diferentes trajetórias percorridas por eles antes, durante

e, principalmente, após a Conquista, o que fica evidente já nos títulos das principais obras de Gibson e Lockhart. Com tal afirmação, não pretendemos indicar que autores como Prescott, nacionalistas mexicanos do século XIX ou mesmo León-Portilla ignoram as diferenças entre os grupos indígenas. Contudo, muitas vezes, essa multiplicidade fica relegada ao segundo plano em detrimento de outras abordagens: o bárbaro, o mestiço, o índio mexicano, o vencido, o que é reforçado pela própria noção da Conquista como uma ruptura definitiva. Tomemos o caso de León-Portilla como exemplo. Mesmo tendo dedicado parte expressiva de sua vasta produção acadêmica a análises de documentos ou grupos indígenas específicos, o historiador mexicano defende em sua obra mais célebre que a concepção de índios vencidos abarca não apenas os derrotados nos enfrentamentos militares contra as forças lideradas por Cortés, mas também os grupos nativos que participaram do cerco a México-Tenochtitlan. Ao abordar os relatos produzidos por índios que firmaram alianças com os espanhóis, o autor defende que eles também integram a Visão dos Vencidos, uma vez que, apesar de tlaxcaltecas e texcocanos terem lutado ao lado de Cortés, “as consequências da Conquista foram tão funestas para eles como para o resto dos povos nahuas. Todos ficaram submissos e perderam para sempre a sua cultura antiga”. Não por acaso, León-Portilla encerra o apêndice de sua obra afirmando que buscou com ela “oferecer ao leitor contemporâneo um dos mais valiosos testemunhos deixados por um povo que teve consciência da história e do valor de suas próprias criações culturais” (LEÓN-PORTILLA 1987, p. 18 e p. 175).

No outro lado do Atlântico, as questões em torno da Conquista também despertavam interesse crescente. Entre outros, podemos citar o livro de John Hemming sobre o embate dos incas com as forças lideradas por Francisco Pizarro (1970) e, principalmente, os estudos de Nathan Wachtel associados à perspectiva da Visão dos Vencidos. Ainda que centrada na região andina, consideramos importante fazer referência à obra de Wachtel. Sua análise sobre o Peru é constantemente relacionada com eventos e escritos produzidos no – e sobre o –

México do período da Conquista. Além disso, Wachtel estabelece um diálogo estreito com as análises, interpretações e conceitos trabalhados por autores como Charles Gibson e Miguel León-Portilla.

Em seu *Vision des vaincus* (1971), Wachtel afirma que se aproximou desse tipo de abordagem na tentativa não apenas de combater, mas de inverter o eurocentrismo. Apesar de utilizar muitas fontes espanholas, o professor do Collège de France dedica grande espaço ao que denomina como documentação indígena, na busca por “fazer com que seus textos falem”, revelando suas atitudes frente à Conquista. Ainda que adote a perspectiva de índios vencidos no próprio título de sua obra e ressalte as noções de trauma e ruptura, Wachtel, a exemplo de Gibson, dá grande destaque ao período posterior às vitórias militares lideradas por Pizarro e Cortés. Por um lado, a Conquista é descrita como um “traumatismo coletivo” que marca profundamente as estruturas mentais dos indígenas ainda no século XX, uma “desposseção do mundo” do qual “sobrevivem apenas as recordações da civilização perdida”. Por outro, Wachtel enfatiza que vários aspectos do cotidiano indígena anterior à chegada dos europeus – ainda que desestruturados e sem o “cimento que os unia” – permanecem, como a importância das comunidades e líderes locais e os laços de reciprocidade que caracterizavam a região andina há séculos. A ruptura existe e é profunda, contudo, não é completa nem definitiva, devido à sobrevivência de importantes vestígios da antiga organização social e a uma “inquebrantável fidelidade à tradição”. Essa premissa explica a atenção dada pelo autor a rebeliões e revoltas nativas ocorridas em várias partes do continente a partir de meados do século XVI, como o movimento milenarista andino do Taki Ongoy, a Guerra de Mixtón e os conflitos contra os chichimecas na Nova Espanha, bem como sua conclusão, em que identifica os índios vencidos como responsáveis, a longo prazo, por uma “emocionante vitória” (WACHTEL 1976, p. 324-325).

## A Conquista através dos signos: o paradigma Todorov

Ao abordar sua escolha pela perspectiva da Visão dos Vencidos, Wachtel aponta como fatores importantes a influência de Ruggiero Romano<sup>7</sup> e a “experiência da Guerra, das perseguições e das vítimas” (DAHER 2014, p. 259-276). Para um judeu nascido pouco antes da 2ª Guerra Mundial, o choque entre indígenas e europeus teria gerado reflexões muito mais amplas e profundas. Processo semelhante ocorre com Tzvetan Todorov, linguista que partiu de sua terra natal, a Bulgária comunista de meados do século XX, para desenvolver sua carreira na França. Explicitando e aprofundando o que Wachtel havia apenas indicado como possível influência, Todorov publica *La Conquête de l'Amérique: la question de l'autre* (1982), definindo-a como uma “história exemplar” a respeito da questão da alteridade. Nesse livro, o autor recorre a fontes já largamente analisadas pelos pesquisadores, como os diários de Colombo, as cartas de Cortés e os escritos de religiosos como Bartolomé de las Casas e Diego Durán, na tentativa de refletir sobre a “descoberta que o eu faz do outro”. Com esse intuito, Todorov argumenta que, para além da superioridade tecnológica ou o impacto das doenças até então desconhecidas no Novo Mundo, o controle dos signos teria sido a principal chave para a vitória: “A conquista da informação leva à conquista do reino” (TODOROV 2003, p. 148). Dentro dessa perspectiva, Cortés é retratado como um exemplo de homem moderno, ciente dos aspectos políticos e históricos de seus atos, que – ecoando Maquiavel – recorre a estratégias que buscam a compreensão do outro. Entre elas, Todorov destaca a importância ocupada pelos intérpretes, como Jerónimo de Aguilar e Malinche<sup>8</sup>, e a preocupação do capitão com a interpretação que os indígenas faziam de seus gestos. Em oposição ao arguto Cortés, estariam os indígenas, liderados pelo hesitante Montezuma e incapazes de interpretar os signos com a precisão e velocidade necessárias para reagirem às ações espanholas.

7 - Em estudo publicado em 1972, Romano descreve a Conquista como evento no qual uma cultura impôs sua predominância sobre a outra, sendo responsável por “deixar de herança” para o continente americano um regime senhorial com ecos feudais (ROMANO 2007, p. 63).

8 - Indígena de origem maia capturada pelos astecas antes de viver com os espanhóis, quando atuou como tradutora e chegou a se tornar amante de Cortés, com quem teve um filho.

Ainda que tenha enfatizado muitas vezes que não buscou escrever uma história da Conquista, mas que partiu desse evento para elaborar uma reflexão sobre o presente, o livro de Todorov gerou, além do grande sucesso comercial, um forte impacto entre os pesquisadores do tema. Ainda hoje, uma breve pesquisa em livros didáticos e nos programas das disciplinas de História da América colonial nas universidades brasileiras deixa clara sua influência.

Seu impacto também gerou uma extensa sequência de críticos. Destacamos a seguir os argumentos de três deles. Keith Windschuttle associa o autor a uma série de pesquisadores da segunda metade do século XX cujo relativismo cultural estaria “matando a História”. Para o pesquisador australiano, as “explicações culturais” sobre a Conquista minimizam aspectos mais importantes do que o controle dos signos, como as questões políticas, militares e tecnológicas além do impacto das doenças (WINDSCHUTTLE 1996, p. 39-70). No Brasil, Héctor Hernan Bruit busca inverter a leitura de Todorov, defendendo que “os conquistadores foram claramente enganados”. O autor afirma que a derrota militar seria apenas a “história visível” da Conquista. Silêncio, desobediência, mentiras, preguiça e embriaguez... comporiam a parte “invisível” para os espanhóis do período, incapazes, em sua maioria, de compreender o outro (BRUIT 1992, p. 77-101). Já Inga Clendinnen identifica na análise de Todorov contornos da “fábula prescottiana”, pois manteria a imagem de europeus intelectualmente mais avançados diante dos atrasados nativos, o que não se confirmaria através da documentação, que revela desentendimentos e incompreensões de ambos os lados. Para além das críticas a Todorov, a autora argumenta que a Conquista, no México, seria marcada pelo choque entre diferentes concepções de guerra e pela divisão dos conflitos em duas fases distintas, tendo como ponto de virada a derrota e o recuo das forças de Cortés após a Noite Triste<sup>9</sup>. A identificação dos indígenas como bárbaros por parte dos espanhóis teria ocorrido apenas nos últimos meses de conflito, especialmente durante o longo e violento cerco à cidade de México-Tenochtitlan. Contudo,

*9 - Expressão utilizada em alguns documentos do período para designar a derrota e expulsão das forças espanholas e de seus aliados indígenas da cidade de México-Tenochtitlan ocorrida em 1520.*

essa mudança de comportamento teria sido ignorada pela historiografia, que homogeneiza a Conquista, identificando a radicalidade em relação ao outro como uma característica presente já nos primeiros contatos de Cortés com os grupos nativos (CLENDINNEN 1991, p. 66).

## Perspectivas recentes sobre a Conquista e os conquistadores

Em 1992, Steve J. Stern buscou traçar o que considerava como as três principais abordagens sobre a Conquista utilizadas nas décadas de 1970 e 1980, bem como os possíveis perigos associados a cada uma delas. A interpretação que enfatiza o encontro cultural “se levada longe demais, foge às dimensões cruciais da fluidez e do poder, as maneiras como a conquista induziu a fluidas lutas pela autodefinição e redefinição cultural em todas as facções”. Em seguida, o autor aponta a perspectiva da Conquista como trauma e destruição que, levada ao exagero, “escapa à história dos ardis dos índios, de suas iniciativas, manipulações, resistências, que foram além do gesto inútil predestinado ao fracasso”. Por fim, Stern cita a abordagem que privilegiava as respostas indígenas nas relações de poder estabelecidas com os espanhóis, cujo risco seria mais sutil: “o perigo de esquecer que nem todas as atividades indígenas tiveram como propósito reagir ao poder colonial e que algumas reações foram bastante indiretas” (STERN 2006, p. 59-60).

Como procuramos explicitar nas páginas anteriores, essas abordagens não são excludentes. Várias vezes, encontram-se presentes simultaneamente nas obras de um mesmo autor. Além disso, estabelecem diálogos com interpretações muito mais antigas, o que reforça nossa perspectiva de que já no século XIX surgiram paradigmas explicativos sobre a Conquista que permanecem férteis ainda hoje. Buscaremos, a seguir, identificar ecos, diálogos e críticas a esses paradigmas em parte da historiografia recente sobre o tema. Assim como nos itens anteriores, os limites de um artigo impedem uma abordagem exaustiva de teses e pesquisadores. Dessa forma,

apresentamos a seguir dois exemplos de interpretações que ganharam espaço nos últimos anos: a Nova História da Conquista e as abordagens em torno do conceito de etnogênese.

Mudanças ocorridas nas últimas décadas, como a ascensão de movimentos por direitos civis de negros, indígenas, mulheres e outros grupos marginalizados despertam um interesse até então inédito sobre outros personagens envolvidos na Conquista, tornando-a muito mais complexa e plural. Não por acaso, ganham impulso pesquisas que ressaltam, por exemplo, a presença de africanos entre os homens de Cortés, os importantes papéis exercidos por mulheres indígenas e a multiplicidade de atitudes adotadas pelos diferentes grupos indígenas diante dos europeus, preenchendo praticamente todo o intervalo que vai do confronto aberto até a aliança.

É evidente que a produção historiográfica sobre a Conquista e seus efeitos é muito mais ampla. Reflexões que, em alguns casos, buscam estabelecer análises comparativas com outras partes do mundo (GRUZINSKI 2015) ou diluem esses eventos em processos de longuíssima duração. Como exemplo, podemos citar *Guns, Germs and Steel* (1997), sucesso editorial de Jared M. Diamond. Em análise calcada nos estudos de Prescott, Diamond sugere que a derrota indígena seria parte de um processo que se repetiu em vários locais do mundo, cujas explicações recorrentes, a saber: superioridade militar, doenças e tecnologia, abordavam apenas suas “causas imediatas”. Muito mais importantes e decisivas seriam as “causas fundamentais”. Características como o tamanho e formato dos continentes, cujo eixo norte-sul, no caso americano, dificultaria os contatos entre regiões e culturas relativamente próximas, a distribuição irregular de plantas e animais domesticáveis, a precocidade no aprimoramento da agricultura e a criação de governos centralizados e formas de escrita elaboradas teriam permitido um ritmo mais acelerado de desenvolvimento na Eurásia em relação ao Novo Mundo durante milênios:

Quando Cortés e seus aventureiros imundos desembarcaram na costa mexicana em 1519, eles poderiam ter sido mandados de volta ao mar por milhares de cavaleiros astecas montados em cavalos americanos nativos domesticados. Em vez de os astecas morrerem de varíola, os espanhóis poderiam ter sido expulsos por germes americanos, transmitidos por astecas resistentes à doença. As civilizações americanas baseadas na força animal poderiam ter enviado seus próprios conquistadores para saquear a Europa. Mas essas hipóteses foram afastadas pela extinção dos mamíferos milhares de anos antes. (DIAMOND 2017, p. 356)

Dessa forma, o autor interpreta os embates ocorridos no Novo Mundo com a chegada dos europeus como parte de um processo de longuíssima duração, com a Conquista sendo apenas o “ponto culminante de duas trajetórias históricas longas e distintas” (DIAMOND 2017, p. 31). Ao adotar essa abordagem, que dá grande peso às diferenças geográficas como estopim dessas trajetórias divergentes, Diamond reforça a imagem de uma derrota inexorável – premissa presente em Prescott, sua principal fonte – não apenas dos nativos americanos, mas de vários outros povos em diferentes partes do mundo cujas trajetórias de desenvolvimento diferiam do processo identificado por ele na Eurásia.

Os esforços filológicos realizados por Lockhart nos Estados Unidos foram continuados por muitos pesquisadores. Para além da cada vez mais árdua busca por documentos ainda inéditos ou pouco conhecidos, historiadores como Matthew Restall empreenderam um retorno a fontes já há muito exploradas em busca de novos personagens e perspectivas. Ganha corpo, com isso, uma série de questionamentos em relação à Conquista, que passa a enfatizar cada vez mais a pluralidade e a agência de negros e indígenas. Surge uma visão mais microscópica, atenta às especificidades locais e temporais, em oposição a interpretações que ressaltam o fim do mundo pré-colombiano como um todo, os nativos como homogeneamente vencidos ou uma suposta superioridade por parte dos espanhóis. Muitas dessas questões foram sistematizadas por Restall em seu *Seven Myths of the Spanish Conquest* (2003). Retomando e

aprofundando argumentos já trabalhados por autores como Inga Clendinnen, o autor questiona a grande influência das *probanzas* de mérito<sup>10</sup> na historiografia sobre o tema. Para ele, a falta de questionamentos quanto a essa documentação estaria estreitamente relacionada à força de interpretações que destacam a ação heroica de um punhado de espanhóis diante de milhares de indígenas ou a “falha de comunicação” por parte dos nativos (RESTALL 2006).<sup>11</sup> Ao invés de um processo inexorável rumo à vitória espanhola, determinada por sua superioridade tecnológica, militar e cultural, Restall propõe a imagem de uma Conquista muito mais plural, empreendida por índios conquistadores, soldados negros, espanhóis de diferentes localidades, classes sociais e interesses, complexa e longa, não se encerrando abruptamente com a queda do líder asteca.

Em texto mais recente, Restall busca aniquilar a lógica prescottiniana e debater a interpretação de Todorov ainda presente nos estudos sobre a Conquista do México. Baseado em documentação já conhecida, mas de variado espectro de produção e circulação, desde as cartas de relação cortesinas até textos indígenas, o autor constrói um Cortés medíocre, ordinário em suas ações regidas para atender os interesses de seus muitos capitães, investidores, as facções internas de suas hostes e se equilibrar na balança política que o antagonizava com os interesses do governador de Cuba, Diego Velázquez. Um exemplo é icônico: o Massacre de Cholula. Segundo Restall, esse morticínio ocorreu graças à manipulação de Cortés pelos tlaxcaltecas, afinal Cholula rompera, dois anos antes, a aliança com Tlaxcala para se aproximar dos astecas. Montezuma, por oposição, aparece como alguém que calculadamente conduziu os invasores por uma longa trilha para observá-los e, ao mesmo tempo, minar seus inimigos (totonacas, tlaxcaltecas, etc.). A longa estadia em México-Tenochtitlan não seria uma demonstração da força de Cortés, convertendo Montezuma em vassalo do rei espanhol, mas sim do poder do tlatoani em dispor dos espanhóis como mais um item em seus incontáveis zoológicos, jardins, farmacopeias e outras coleções. Os astecas escolheram quando e como os espanhóis entraram, ficaram

10 - Documento geralmente enviado à Coroa nos quais os feitos de seu autor são enaltecidos em busca de mercês.

11 - Para uma análise do autor sobre o sucesso de sua obra e as críticas recebidas, Cf. Fernandes; Kalil; Reis 2018, p. 39-54.

e saíram da cidade na Noite Triste. A conquista seria uma reconfiguração de poderes nahuas, uma guerra entre famílias nobres, que se valeu dos espanhóis (RESTALL 2018).

Restall localiza sua pesquisa dentro de um movimento mais amplo de ruptura com a historiografia anterior sobre a Conquista ocorrido a partir da década de 1990: a Nova História da Conquista.<sup>12</sup> Segundo o autor, ela se articula em torno de cinco abordagens principais que orientam novos rumos aos estudos sobre o tema: releitura de fontes “clássicas”, busca por documentos inéditos, ênfase em outros protagonistas, problematização de conceitos genéricos como “índio” e a quebra de fronteiras geográficas e disciplinares (RESTALL 2012, p. 151-160). Como exemplo de obra que dialoga com essas abordagens, podemos citar a coletânea *Indian Conquistadors* (2007), na qual, como o próprio título enfatiza, a Conquista é analisada a partir da agência dos grupos nativos. Segundo Susan Schroeder, a perspectiva dos índios conquistadores se configuraria como uma nova proposta diante das três principais tendências historiográficas sobre a Conquista: a clássica imagem dos espanhóis heroicos contra milhares de indígenas; a interpretação associada a aspectos religiosos; e a abordagem que identifica os conquistadores como perdedores, por não terem alcançado as posses e títulos que almejavam, ou a Conquista como não evento, por não ser mencionada em alguns documentos indígenas (MATTHEW; OUDIJK 2007, p. 5-27).

Não se trata do mesmo protagonismo dado outrora por determinada historiografia nacionalista mexicana ou pela lógica dos vencidos ou da importância dos aliados indígenas ao capitão Cortés. Na verdade, é uma virada completa de foco, no qual a Conquista passa a ser vista como um evento majoritariamente indígena. Para além da frequente referência feita à aliança dos tlaxcaltecas com os espanhóis, seus artigos ressaltam a importância de outros grupos, como os quauaquecholtecas e os kaqchikels, e comportamentos, os espanhóis teriam emulado os padrões de guerra praticados no período pré-colombiano.

*12 - No Brasil, podemos citar os escritos de Eduardo Natalino dos Santos, para quem a maior contribuição deste movimento historiográfico seria a realização de novos questionamentos em obras já muito trabalhadas (SANTOS 2014, p. 218-232).*

O caso de Don Gonzalo Matzatzin Moctezuma é revelador. Matthew Restall e Michel R. Oudijk esboçam a trajetória desse líder indígena, que teria voluntariamente se aliado aos espanhóis, tendo sido posteriormente nomeado capitão pela Coroa por ter conquistado uma série de agrupamentos urbanos indígenas nas terras ao sul. Exemplos como esse, fartamente apresentados no livro, ressaltam a fragilidade de abordagens como as de índios vencidos, ingênuos ou bárbaros, esboçando um cenário muito mais rico, marcado pelas especificidades locais, sociais e temporais, que colocam em xeque a própria ideia de Conquista. Dessa forma, o que tradicionalmente foi interpretado como “Conquista espanhola” passa a ser visto, segundo os autores, a partir de outras perspectivas, “como um rearranjo ocorrido no México central para preencher o vácuo de poder que se seguiu à queda de Tenochtitlan” (MATTHEW; OUDIJK 2007, p. 321).

Outra interpretação que vem ganhando amplo destaque nas últimas décadas é a que trabalha com o conceito de etnogênese, definido por Guillaume Boccara como o processo de “reconfiguração social, política, econômica e cultural que implica a redefinição do sentimento identitário e desemboca na emergência de uma nova formação social ou de uma nova entidade e identidade étnica” (BOCCARA 2007, p. 56-72). Segundo Miguel Alberto Bartolomé, a etnogênese busca historicizar estruturas e formas culturais muitas vezes concebidas como relativamente estáticas (BARTOLOMÉ 2006, p. 39-68). Dentro dessa perspectiva, não só a imagem do índio como algo homogêneo deixa de ser viável como também a interpretação da Conquista como destruição total de um mundo. Em seu lugar, ganham força leituras que a identificam dentro de um panorama muito mais amplo, não negando seu caráter violento e destruidor, mas ressaltando a constante emergência de novas etnias tanto antes quanto depois da chegada dos espanhóis.

Federico Navarrete Linares é um exemplo de historiador que destaca a importância desse conceito para a compreensão dos eventos ocorridos durante a Conquista e seus reflexos. Para ele, ainda que não seja capaz de abarcar toda a complexidade existente no Novo Mundo no período, a etnogênese seria muito produtiva

por questionar as concepções genéricas de índios e espanhóis e negar a concepção das trocas culturais como um jogo de soma zero, em que a adoção de um elemento cultural de origem distinta significaria necessariamente a perda de aspectos identitários indígenas (NAVARRETE LINARES 2015, p. 81). Dessa forma, a Conquista perde seu caráter de evento inédito e definidor, e passa a fazer parte de um cenário de violência, alianças, trocas culturais, imposições, extermínios... muito mais antigo e que não se encerra com a queda do último tlatoani. Essa abordagem fica visível, por exemplo, quando o autor associa o comportamento das forças lideradas por Cortés a um “velho padrão mesoamericano” de estrangeiros agressivos que destroem povos autóctones, papel que já teria sido ocupado pelos astecas anteriormente (NAVARRETE LINARES 2001, p. 371-405). Em estudos recentes, o historiador mexicano acrescenta uma nova camada de questionamentos à Conquista, ao seu impacto e às formas como foi interpretada. A partir de exemplos como o de Santiago Mutumajoy, sacerdote andino do século XX que afirma não se identificar com as ruínas de Machu Pichu, por considerá-las obras espanholas, o autor argumenta que a História, como a concebemos, não se mostra capaz de abarcar toda a humanidade. Em seu lugar, propõe o conceito de cosmohistória, que seria marcado pela concepção das historicidades humanas como um conjunto de realidades plurais e irredutivelmente diversas, que se somam, combinam, dialogam e entram em conflito, mas não formariam um único conjunto. De acordo com o historiador, a perspectiva “radicalmente diferente” adotada por Mutumajoy não distingue “bons governantes indígenas e maus conquistadores espanhóis”, o que estimularia o questionamento sobre a insistência em separar os períodos do passado americano entre pré-hispânico e colonial (NAVARRETE LINARES 2016, p. 18).

Ao final dessa reflexão a respeito das múltiplas interpretações produzidas sobre a Conquista, consideramos importante destacar alguns aspectos. Em primeiro lugar, vale ressaltar a longa duração dos paradigmas prescottiano e nacionalista mexicano na interpretação da Conquista do México.

Isso se deve, muitas vezes, a uma leitura desatenta e à homogeneização das fontes espanholas, ao desconhecimento ou menosprezo de fontes (e lógicas) indígenas, à influência da *Leyenda Negra* e à associação da crueldade e cobiça da Conquista à “natural” violência ibérica e/ou católica. Também acreditamos ter ficado claro que as inovadoras propostas de abordagens recentes, como as da Nova História da Conquista, já se enunciavam antes em autores como Lockhart e Clendinnen, embora ainda não tivessem se efetivado como proposta.

Já há tempos se critica o protagonismo exacerbado dos espanhóis e o papel secundário dedicado aos indígenas, mas somente há pouco conseguimos perceber novas formas de narrar a Conquista, ainda que lendo basicamente os mesmos documentos. Por outro lado, as críticas feitas por historiadores associados à Nova História da Conquista ou à perspectiva de etnogênese a paradigmas anteriores não implica o desaparecimento daquelas perspectivas. Noções como a de um enfrentamento entre civilização e barbárie, do conflito como berço da identidade nacional ou de fim de um mundo pré-colombiano idílico continuam recorrentes. Também é importante observar que os questionamentos recentes à própria ideia de Conquista não buscam, de forma alguma, negar ou minimizar a tragédia humana ocorrida no continente. Por fim, não há como não perceber, mesmo em algumas das novas abordagens, a persistência da dualidade entre nós e os outros, a despeito da inversão de papéis, com espanhóis manipuláveis e emuladores de comportamentos nativos onde antes víamos índios enganados pelos europeus. Longe de buscar encerrar esse secular debate, as novas pesquisas abrem caminhos que indicam um longo percurso à frente. Quais capítulos ainda nos aguardam na longa narrativa da Conquista?

## REFERÊNCIAS

ALTAMIRANO, Ignacio. **Prólogo a Cuauhtémoc**. México: Oficina Tipográfica de la Secretaría de Fomento, 1886.

AVILA, Arthur Lima de. Um lugar para a América Hispânica na historiografia norte-americana: a fundação da HAHR e as políticas da história. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, n. 17, p. 50-68, 2015. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/786>. Acesso em: 13 ago. 2019.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. As Etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. **Mana**, v. 12, n. 1, p. 39-68, 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132006000100002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132006000100002). Acesso em: 13 ago. 2019.

BOCCARA, Guillaume. Poder colonial e etnicidade no Chile: territorialização e reestruturação entre os Mapuche da época colonial. **Tempo**, v. 12, n. 23, p. 56-72, 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-77042007000200005&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-77042007000200005&script=sci_abstract&lng=pt). Acesso em: 13 ago. 2019.

BOTELLA, César; BOTELLA, Sara. **Irrepresentável: mais além da representação**. Porto Alegre: Criação Humana. 2002.

BRUIT, Héctor Hernán. O visível e o invisível na Conquista hispânica da América. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). **América em tempo de conquista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992, p. 77-101.

CLENDINNEN, Inga. "Fierce and unnatural cruelty": Cortés and the Conquest of Mexico. **Representations**, n. 33, p. 65-100, 1991. Disponível em: [https://www.jstor.org/stable/2928758?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/2928758?seq=1#page_scan_tab_contents). Acesso em: 13 ago. 2019.

COOK, Sherburne F.; BORAH, Woodrow. **El Pasado de México**: aspectos sociodemográficos. México: FCE, 1989.

DAHER, Andrea. Nathan Wachtel: História e Antropologia de uma América “subterrânea”. **Sociologia & Antropologia**, v. 4, n. 1, p. 259-276, 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2238-38752014000100259&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2238-38752014000100259&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 13 ago. 2019.

DIAMOND, Jared. **Armas, germes e aço**: os destinos das sociedades humanas. Rio de Janeiro: Record, 2017.

FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira. **Patria Mestiza**: a invenção de um passado mexicano (séculos XVIII e XIX). Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira; KALIL, Luís Guilherme Assis; REIS, Anderson Roberti dos. **Sobre o Novo Mundo**: a história e a historiografia das Américas na Primeira Modernidade em dez entrevistas. Curitiba: Prismas, 2018.

FREITAS NETO, José Alves de. **Bartolomé de Las Casas**: a narrativa trágica, o amor cristão e a memória americana. São Paulo: Annablume, 2003.

FULTON, Christopher. Cuauhtémoc Awakened. **Estudios de Historia Moderna y contemporánea de México**, v. 35, n. 35, p. 5-47, 2008. Disponível em: [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S0185-26202008000100001&script=sci\\_abstract](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S0185-26202008000100001&script=sci_abstract). Acesso em: 13 ago. 2019.

GAMIO, Manuel. **Forjando Patria**. México: Editora Porrúa, 1992.

GERBI, Antonello. **O Novo Mundo**: história de uma polêmica: 1750-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GIBSON, Charles. **The Aztecs under Spanish Rule**: a History of the Indians of the Valley of Mexico, 1519-1810. Stanford: Stanford University Press, 1964.

GIBSON, Charles. Las sociedades indias bajo el dominio español. *In*: BETHELL, Leslie (ed.). **Historia de América Latina** Volume 4. Barcelona: Editorial Crítica, 1990, p. 157-188.

GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GRUZINSKI, Serge. **A águia e o dragão: ambições europeias e mundialização no século XVI**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

JAKSIĆ, Ivan. **Ven conmigo a la España lejana: los intelectuales norteamericanos ante el mundo hispano, 1820-1880**. Santiago: FCE, 2007.

KAGAN, Richard L. El paradigma de Prescott: la historiografía norteamericana y la decadencia de España. **Manuscrits**, n. 16, p. 229-253, 1998. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=108282>. Acesso em: 13 ago. 2019.

LEÓN-PORTILLA, Miguel. **Literatura del Mexico antiguo**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1978.

LEÓN-PORTILLA, Miguel. **A Visão dos Vencidos: a tragédia da conquista narrada pelos astecas**. Porto Alegre: L&PM, 1987.

LEÓN-PORTILLA, Miguel. Ángel M. Garibay K. (1892–1992), en el centenario de su nacimiento. **Estudios de Cultura Náhuatl**, n. 22, p. 167-180, 1992. Disponível em: <http://www.historicas.unam.mx/publicaciones/revistas/nahuatl/pdf/ecn22/386.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2019.

LOCKHART, James. **The nahuas after the Conquest; a Social and Cultural History of the Indians of Central Mexico**. Stanford: Stanford University Press, 1992.

LOCKHART, James; SCHWARTZ, Stuart B. **A América Latina na época colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MATTHEW, Laura; OUDIJK, Michel R. **Indian Conquistadors; indigenous allies in the conquest of Mesoamerica.** Oklahoma: University of Oklahoma Press, 2007.

NAVARRETE LINARES, Federico. La conquista europea y el régimen colonial. *In*: MANZANILLA, Linda; LÓPEZ LUJÁN, Leonardo (coord.). **Historia Antigua de México (III).** México: UNAM, 2001, p. 371-405.

NAVARRETE LINARES, Federico. **Hacia otra historia de América:** nuevas miradas sobre el cambio cultural y las relaciones interétnicas. México: UNAM, 2015.

NAVARRETE LINARES, Federico. Las historias de América y las historias del mundo: una propuesta de cosmo-historia. **Anales de estudios latinoamericanos**, n. 36, p. 1-35, 2016. Disponível em: [http://www.ajel-jalas.jp/nenpou/back\\_number/nenpou036/pdf/36-001\\_Navarrete.pdf](http://www.ajel-jalas.jp/nenpou/back_number/nenpou036/pdf/36-001_Navarrete.pdf). Acesso em: 13 ago. 2019.

PRESCOTT, William H. **History of the conquest of Mexico:** with a preliminary view of ancient Mexican civilization, and the life of the conqueror, Hernando Cortés. Nova York: Harper and Brothers, 1843.

RAMOS, Samuel. **El Perfil del Hombre y la Cultura en México.** México: Editora Espasa, 1999.

RESTALL, Matthew. A history of the New Philology and the new philology in History. **Latin American Research Review**, v. 38, n. 1, p. 113-134, 2003. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1555436>. Acesso em: 13 ago. 2019.

RESTALL, Matthew. **Sete mitos da conquista espanhola.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RESTALL, Matthew. The new Conquest History. **History Compass**, v. 10, n. 2, p. 151-160, 2012. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1478-0542.2011.00822.x>. Acesso em: 13 ago. 2019.

RESTALL, Matthew. **When Montezuma met Cortés**: the true story of the meeting that changed History. Nova York: Harper Collins, 2018.

ROMANO, Ruggiero. **Os mecanismos da conquista colonial**: os conquistadores. São Paulo: Perspectiva, 2007.

RUTSCH, Mechthild. Natural history, national museum and anthropology in Mexico. Some reference points in the forging and re-forging of national identity. **Perspectivas Latinoamericanas**, v. 1, p. 89-122, 2004. Disponível em: [https://nanzan-u.repo.nii.ac.jp/?action=pages\\_view\\_main&active\\_action=repository\\_view\\_main\\_item\\_detail&item\\_id=352&item\\_no=1&page\\_id=13&block\\_id=21](https://nanzan-u.repo.nii.ac.jp/?action=pages_view_main&active_action=repository_view_main_item_detail&item_id=352&item_no=1&page_id=13&block_id=21). Acesso em: 13 ago. 2019.

SANTOS, Eduardo Natalino dos. As conquistas de México-Tenochtitlan e da Nova Espanha. Guerras e alianças entre castelhanos, mexicas e tlaxcaltecas. **História Unisinos**, v. 18, n. 2, p. 218-232, 2014. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2014.182.02>. Acesso em: 13 ago. 2019.

STERN, Steve J. Paradigmas da conquista: história, historiografia e política. In: BONILLA, Heraclio (org.). **Os conquistados**: 1492 e a população indígena das Américas. São Paulo: Hucitec, 2006, p. 27-66.

TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América**: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WACHTEL, Nathan. **Los vencidos**: los indios del Perú frente a la conquista española (1530-1570). Madrid: Alianza Editorial, 1976.

WAIZBORT, Ricardo; PORTO, Filipe. Epidemia e colapso demográfico no México e nos Andes do século XVI: contribuições da biologia evolutiva. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 25, n. 2, p. 391-407, 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0104-59702018000200391&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-59702018000200391&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 13 ago. 2019.

WINDSCHUTTLE, Keith. **The Killing of History: how literary critics and social theorists are murdering our past.** San Francisco: Encounter Books, 1996.

## AGRADECIMENTOS E INFORMAÇÕES

**Luís Guilherme Kalil** 

lgkali@yahoo.com.br

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Nova Iguaçu

Rio de Janeiro

Brasil

**Luiz Estevam Fernandes** 

leof79@gmail.com

Universidade Federal de Ouro Preto

Mariana

Minas Gerais

Brasil

RECEBIDO EM: 10/MAR./2019 | APROVADO EM: 26/JUN./2019

# Sobre a inconstância da alma cordial: presença e ausência ameríndia em *Raízes do Brasil*

On the inconstancy of the cordial soul: presence and absence of the Amerindian in *Roots of Brazil*

André Jobim Martins

<https://orcid.org/0000-0002-4560-1139> 

## RESUMO:

Em *Raízes do Brasil* (1936), Sérgio Buarque de Holanda atribui à cultura ibérica o protagonismo exclusivo na gênese do estilo de vida e pensamento predominante no Brasil, sintetizado na imagem do “homem cordial”. Este ensaio argumenta que a cultura ibérica, tal como descrita no livro, não se conforma perfeitamente à dimensão intelectual da cordialidade. O “homem cordial” é reexaminado à luz das reflexões de Eduardo Viveiros de Castro sobre a “inconstância” tupinambá, no sentido de propor que certos traços dessa cultura tornam mais compreensível a análise que Sérgio Buarque faz da mentalidade brasileira. A pertinência da hipótese é demonstrada a partir do realce de mudanças ocorridas no texto entre suas duas primeiras edições (1936 e 1948), relacionadas à caracterização da cultura portuguesa e da sua interação com as culturas ameríndias, e de um exame daquilo que se poderia considerar uma inconstância do intelecto no capítulo “O homem cordial”, em cotejo com a leitura que Oswald de Andrade faz de *Raízes* num ensaio de 1950.

## PALAVRAS CHAVE:

Sérgio Buarque de Holanda; Literatura brasileira; Historiografia brasileira

## ABSTRACT:

In Sérgio Buarque de Holanda’s *Roots of Brazil* (1936), Iberian culture plays an exclusive role in the genesis of the style of life and thought prevalent in Brazil, which is synthetically described in the image of the “cordial man”. This essay attempts to show that the description of Iberian culture presented in the book does not conform neatly with the intellectual dimension of cordiality. The “cordial man” is reexamined in the light of the reflections of Eduardo Viveiros de Castro on Tupinamba “inconstancy”, aiming to propose that certain traits of Amerindian culture render Sergio Buarque’s analysis of an alleged typical Brazilian mentality more comprehensible. The thesis is tentatively demonstrated by highlighting alterations in the text between its first two editions (1936 and 1948), concerning Portuguese culture and its interactions with Amerindian cultures, and by examining what one might call an inconstancy of the intellect in the chapter “The cordial man”, in comparison with Oswald de Andrade’s 1950 essay on *Roots of Brazil*.

## KEYWORDS:

Sérgio Buarque de Holanda; Brazilian literature; Brazilian Historiography

O homem é difícil de descobrir, e descobrir a si mesmo, o mais difícil de tudo; com frequência, o espírito mente acerca da alma  
Zaratustra/Nietzsche

## Plasticidade e inconstância

Eduardo Viveiros de Castro abre um conhecido estudo de cosmologia ameríndia (2003) com uma referência ao Sermão do Espírito Santo, onde Antônio Vieira tratava da atitude dos povos originários do litoral brasileiro ante as tentativas, pelos catequistas, de convertê-los ao cristianismo. Vieira ilustra o problema que tinha diante de si por meio do contraste entre duas metáforas que dão título ao ensaio do antropólogo: o mármore e a murta. “A estátua de mármore”, imagem de Vieira para a relação do europeu com a fé, “custa muito a fazer pela dureza e resistência da matéria; mas, depois de feita uma vez, não é necessário que lhe ponham a mão: sempre conserva e sustenta a figura”. A fé do índio, por outro lado, é representada pela estátua de murta, “mais fácil de formar, pela facilidade com que se dobram os ramos.

No entanto, esse outro gênero de estatuária anímica oferecia algumas dificuldades ao apostolado. Vieira adverte que “é necessário andar sempre reformando e trabalhando nela, para que se conserve”, pois, “se deixa o jardineiro de assistir, em quatro dias sai um ramo que lhe atravessa os olhos, sai outro que lhe descompõe as orelhas, saem dois que de cinco dedos fazem sete, e o que antes era um homem, já é uma confusão de murtas”. O pregador que viesse ao Brasil com a intenção de conquistar novas almas para a fé cristã tinha diante de si uma tarefa especialmente árdua, pois tinha que estar sempre a postos para impedir que a “nova figura” do índio aparentemente convertido retornasse à “bruteza natural”. Era preciso valer-se de uma série de expedientes que auxiliassem na conformação virtuosa dessas almas contumazes no erro: “que lhes corte o que vicejam os olhos, para que creiam o que não veem”, “que lhes cerceie o que vicejam as relhas, para que

não deem ouvidos às fábulas de seus antepassados”, “que lhes decepe o que vicejam os pés, para que se abstenham das ações e costumes bárbaros da gentildade”. Somente “trabalhando sempre contra a natureza do tronco e o humor das raízes” é que se lograria conservar nessas “plantas rudes” a forma não natural da crença exclusiva em Cristo (VIEIRA *apud* VIVEIROS DE CASTRO 2003, p. 183-184).

O fenômeno anotado por Vieira é recorrente nos relatos dos séculos XVI e XVII sobre os tupis da costa: muito espantava os missionários cristãos a acolhida entusiasmada que muitos índios davam à boa nova trazida de além-mar. O otimismo inicial dos evangelizadores era, porém, rapidamente frustrado. Não obstante se submeterem ao batismo e à pregação sem oferecer a resistência que seria de esperar de pagãos, os naturais da terra logo recalcitravam na prática de costumes abomináveis (do ponto de vista do cristianismo, é claro). O requinte da interpretação que Vieira extrai do problema se dá a ver na imagem por ele empregada para ilustrá-lo. Em vez de simplesmente recriminar os brasis por alguma suscetibilidade diabólica, ele lança, bem ao estilo da racionalidade analógica e do gosto barroco pela metáfora engenhosa, a ideia de que o comportamento dos gentios se explica por uma diferença fundamental na sua conformação anímica – mais exatamente, de que as almas dos índios participariam de um sistema de disposições e ritmos vitais “vegetal”. Não adiantaria, portanto, esperar delas a rigidez “mineral” atribuída, em contraste, à psicologia europeia.

A essa admirável metáfora se vêm somar, como lastro documental do estudo etnológico de Viveiros de Castro, os eloquentes testemunhos de Anchieta, Gandavo, Nóbrega, Thevet, Abbeville, Évreux, Léry e outros, cujos graus de simpatia para com o gentio variam bastante. São unânimes, porém, em anotar o que se poderia chamar sua motilidade espiritual. O interesse do antropólogo não é, evidentemente, o mesmo dos missionários. Como puderam os tupinambás acolher, com sincero entusiasmo, a teologia e a cosmologia

do invasor? Como compreender o “mecanismo” de uma tal cultura, que incorporava as ideias do inimigo e os convertia em valor positivo? (VIVEIROS DE CASTRO 2003, p. 194-195)

No presente ensaio, o problema já é outro. Nas páginas seguintes, tentarei esmiuçar aquilo que parece ser uma coincidência, talvez não fortuita, entre a inconstância narrada nos primeiros relatos da colônia e uma outra, que aparece num livro bem posterior ao desencontro em que nossa mitologia nacional ambienta a origem do que viria a ser o Brasil. É num dos chamados “ensaios de interpretação nacional”, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (1936), que encontraremos algo que se poderia chamar de uma segunda inconstância, ou pelo menos a descrição de uma forma de pensamento (o “homem cordial”) que encontra algumas coincidências – mais precisamente, o que me parece ser uma analogia estrutural – com aquela mentalidade analisada por Eduardo Viveiros de Castro em “O mármore e a murta”. A investigação se ocupa, portanto, de demonstrar como essa chave de leitura, já antecipada muito sucintamente num texto de Oswald de Andrade (1990b), oferece uma perspectiva fecunda para a interpretação de alguns dos aspectos menos compreensíveis do clássico de 1936. Em paralelo, gostaria de propor a hipótese de que há uma conexão mais do que casual entre a “inconstância” ameríndia e a “cordialidade”, sem qualquer pretensão de comprovação documental, mas defendendo sua viabilidade para além de um exercício puramente imaginativo. Desde já, é preciso esclarecer que essa linha de leitura vai *contra* a intencionalidade da argumentação de *Raízes do Brasil*. Mesmo assim, ela me pareceu suficientemente plausível, e vai tentativamente ensaiada nas páginas que se seguem.

Adentremos no problema de forma algo lateral, o que em tempo se mostrará, espero, justificado pelo rendimento analítico resultante: vejamos como *Raízes do Brasil* aparece no ensaio “O mármore e a Murta”. Sérgio Buarque de Holanda é apresentado pelo antropólogo como um dos intérpretes “mais politicamente corretos” do Brasil, fechando uma série de

referências a descrições do índio na historiografia nacional, até ali composta de autores mais controversos do ponto de vista de sua recepção contemporânea – o “reacionário” Varnhagen e o “racialista” Gilberto Freyre (VIVEIROS DE CASTRO 2003, p. 185-187). Os antigos moradores da terra, lemos no trecho de *Raízes* ali citado, “dificilmente se acomodavam [...] ao trabalho metódico e acurado que exige a exploração dos canaviais”, pois “sua tendência espontânea era para atividades menos sedentárias e que pudessem exercer-se sem regularidade forçada e sem vigilância e fiscalização de estranhos”. Existiria um desencontro fundamental entre as suas disposições espirituais e a lógica do trabalho já então, presume-se, instituída na Europa: “[v]ersáteis ao extremo, eram-lhes inacessíveis certas noções de ordem, constância e exatidão, que no europeu formam como que uma segunda natureza e parecem requisitos fundamentais da existência da sociedade civil” (HOLANDA apud VIVEIROS DE CASTRO 2003, p. 187).

Como se pode ver no trecho citado, *Raízes do Brasil* é mobilizado por Viveiros de Castro como caso exemplar para demonstrar a continuada presença da tópica do gentio inconstante em nossa literatura.

A edição citada de *Raízes do Brasil* é a terceira (1956), mas o antropólogo empregou, na chamada para a referência bibliográfica, o ano da primeira edição (1936). Parece mesmo adequado que assim tenha sido, já que “O mármore e a murta” se vale extensamente de transcrições modernas de textos quinhentistas – o que, respeitada a notação normalmente usada, poderia causar alguma estranheza (pense-se em “Anchieta 1970” etc). Ocorre, porém, que o trecho citado não se encontra na edição de 1936, mas foi inserido na segunda edição, datada de 1948 – o tema dos cortes e inserções realizados nas edições de 1948 e 1956 vem animando, por sinal, muito da reflexão recente sobre *Raízes do Brasil*.

Devo advertir que a comparação entre as duas edições feita aqui será restrita aos trechos que tratam das semelhanças e diferenças entre as mentalidades portuguesa e ameríndia

e deixa de lado, portanto, a discussão mais frequentada na fortuna crítica recente, relativa à situação de *Raízes* no espectro político brasileiro dos anos 1930 e das ambiguidades do livro no que diz respeito à alternativa que então se apresentava entre a democracia liberal e variadas formas de autoritarismo, incluindo o fascismo. Entre os muitos trabalhos de qualidade a esse respeito, vale a pena conferir os de João Kennedy Eugênio (2010), Leopoldo Waizbort (2011), Luiz Feldman (2015), Sérgio da Mata (2016) e Robert Wegner (2016a), além da introdução da edição crítica de *Raízes do Brasil* por Pedro Meira Monteiro e Lilia Schwarcz (2016). No mesmo volume, podem-se ler, com proveito, alguns textos mais curtos, que em conjunto oferecem uma boa noção do estado da arte na fortuna crítica (em especial, BASTOS 2016; BOTELHO, BRASIL Jr. 2016; CASTRO 2016; MELO 2016; WEGNER 2016b). Não há aqui qualquer pretensão de sintetizar o teor e a orientação das mudanças entre as edições, mas tão somente de mostrar como algumas alterações pontuais dão a ver o aspecto problemático da contribuição do indígena (ou sua ausência) à gênese do homem cordial. Retornemos, pois, ao tema do papel desempenhado pelas culturas ameríndias na economia argumentativa de *Raízes*.

A ausência do excerto citado em “O mármore e a murta” na primeira edição não teria maior importância para os efeitos do presente estudo, não fosse o teor de parte do trecho que ficava exatamente em seu lugar, e que nas edições subsequentes fica parcialmente excluído e desmembrado em várias páginas, perdendo, assim, boa medida de seu efeito. “Não é certo”, lemos na versão de 1936, “que a forma particular assumida pelo grande domínio agrícola fosse uma espécie de manipulação original, fruto de uma vontade criadora e um pouco arbitrária”. Ela já teria vindo “pronta e acabada” de Portugal. Aqui chegada, ela “apenas se apurou devido a condições peculiares como a abundância de terras, a escassez dos gêneros, a necessidade de vigilância contínua contra o inimigo [o índio]”. No sertão inculto, o comportamento dos portugueses fazia algumas concessões ao meio: “Nos campos e florestas, quando à caça ao

índio ou em busca de pedras e metais preciosos, esses mesmos homens abriam picadas como os naturais da terra e, como eles, construíam canoas de cascas de árvore para vencerem os rios". Esse temperamento contemporizador e plástico ganha, no mesmo trecho, um relevo especial na descrição dos colonos, retratados como "instrumentos passivos, sobretudo, aclimatavam-se facilmente, aceitando o que lhes sugeria o ambiente, sem cuidar de impor-lhes normas fixas e indeléveis". A mentalidade que dava o tom da empresa colonial portuguesa era a do esforço mínimo: saber "repetir bem o que estava feito ou o que lhes ensinara a rotina", não tendo "exigências mentais muito grandes". Eram avessos, assim, a todo tipo construção mental sistemática que se costuma associar ao racionalismo, mesmo aquelas inspiradas pela teologia cristã, pois "o Céu parecia-lhes uma realidade excessivamente espiritual, remota, póstuma, para interferir nos seus negócios de todos os dias" (HOLANDA 1936, p. 26-27).

Os trechos das respectivas edições aqui reproduzidos constam do segundo capítulo de *Raízes*, intitulado "Trabalho & Aventura", no qual são atribuídos aos portugueses dois traços culturais que teriam marcado a colonização do Brasil e que são retomados, ainda que implicitamente, na caracterização do "homem cordial", no quinto capítulo: em primeiro lugar, uma *ética da aventura*, por oposição a uma ética do trabalho; em segundo lugar, uma excepcional *plasticidade social*, que teria possibilitado a pronta acomodação dos colonos ao trópico mediante alguns compromissos com técnicas e padrões de conduta indígenas. Esse segundo traço explicaria o que o livro entende como a vantagem dos portugueses em relação a outras nacionalidades europeias na colonização de regiões tropicais – e aqui Sérgio Buarque retoma, se não nos conteúdos específicos, ao menos num plano formal, um dos principais argumentos de *Casa-Grande & Senzala*, como se pode verificar nas páginas iniciais da primeira edição do livro de Gilberto Freyre (1933). "O sistema patriarcal", escreve Freyre, se caracterizava pela "plástica contemporização" entre a adaptação ao "meio físico e principalmente bioquímico" e a

imposição de “formas e acessórios estranhos de cultura, que [...] permitem [ao colonizador] conservar-se o mais possível como raça ou cultura exótica” (FREYRE 2006, p. 35).

Ora, a passagem anteriormente citada de *Raízes*, descaracterizada pela segunda edição, destaca a dita plasticidade lusa. Aquela que se lê em “O mármore e a murta”, acrescentada ao texto na revisão de 1948, é frontalmente oposta a essa linha de argumentação. Nela, modificam-se os valores e as posições relativas assumidas pelo índio e pelo adventício. O português, no trecho de 1936, é criatura em geral passiva, facilmente adaptável aos usos indígenas quando esses lhe pareçam poupar esforços, não impondo a seu dia a dia “exigências mentais muito grandes”. No adendo de 1948, ele segue aventureiro e avesso ao trabalho, mas ganha a “segunda natureza” de “certas noções de ordem, constância e exatidão” absolutamente “inacessíveis” aos índios.

A mudança é intrigante, quando nada porque justamente aquilo que, na primeira versão, ia confirmar uma congenialidade entre colonizador e indígena é atenuado, por meio de exclusões, redistribuições e adendos, pelo registro de um contraste entre os dois. Mas isso não é tudo: esse novo elemento é criado mediante a *inversão* de um valor atribuído ao português. A plasticidade, combinada com a sugestão complementar de passividade, passa a ser temperada por um senso abstrato e intervencionista de ordem, “como que uma segunda natureza”, exatamente onde antes se notava a ausência do gosto pela imposição de “normas fixas e indeléveis” ao ambiente. Ao mesmo tempo, a redação do adendo tende a tornar apanágio do índio um traço inicialmente comum a ambos, agora intensificado (especifica-se o estilo de conduta indígena como sendo altamente versátil, produzido por estímulos externos, sem opor resistência às contingências do mundo). Convém ainda lembrar a epígrafe do capítulo na primeira edição, da autoria de Salústio, cuja posterior exclusão não é de modo algum casual, pois acompanha a tendência de criar uma separação mais nítida entre as duas culturas: *Hi posquam in*

*una moenia convenere, dispari genere, dissimili língua, alius alio more viventes, incredibile memoratu est quam facile coaluerint* [“É incrível dizer-se como, depois que os reuniu uma única muralha, tão facilmente se ligaram, sendo de raça diferente, de língua diversa e vivendo cada um a seu modo”].

As mudanças integram uma revisão de argumentos bastante abrangente realizada na segunda edição. Se restringirmos o foco da comparação ao tema das relações entre português e índio, notaremos que as alterações tendem a corrigir um tom em geral naturalizador da violência com a qual o português lidou com o índio na conquista, dar maior destaque às contribuições (quase exclusivamente técnicas, segundo lemos) da cultura indígena ao quadro cultural da colônia e, sobretudo, como revela o cotejo entre as passagens citadas e a exclusão da epígrafe, *acentuar as diferenças de mentalidade* entre adventício e gentio. Para tanto, foi necessário contrariar ou atenuar alguns postulados da primeira edição: o gentio precisou se tornar mais avesso ao trabalho do que o português, e este, menos acomodaticio, mais ordeiro e mais “europeu”. Essa retificação vai de par, aliás, com a tendência geral da trajetória de Sérgio Buarque ao progressivo incremento no interesse pelas contribuições indígenas à cultura brasileira, restringindo, porém, essa influência a elementos técnico-materiais,<sup>1</sup> como é notável em suas obras dedicadas à expansão paulista, principalmente *Monções* (1945) e *Caminhos e fronteiras* (1957).

*1 - Aí incluídas, é preciso ressaltar, as técnicas do corpo, como a maneira de andar, a prática do cafuné ou o gosto pelo procedimento de extração dos bichos de pé, consequência do abandono dos calçados (HOLANDA 2017, p. 37-38, 126).*

Mesmo nesse âmbito restrito, o compromisso do invasor é limitado. É célebre entre os leitores de Sérgio Buarque a metáfora empregada no prefácio de *Monções* para ilustrar o modo da adaptação dos colonos ao sertão hostil na expansão para o oeste. As formas de vida adventícias teriam logrado acomodar-se ao novo meio por possuírem “a consistência do couro ou do bronze, dobrando-se, ajustando-se, amoldando-se a todas as asperezas do meio” (HOLANDA 2014, p. 43). A imagem sugere, de um lado, flexibilidade, mas também uma tenacidade que preserva a integridade da forma. Em *Caminhos e fronteiras*, são numerosas as observações lançadas para restringir a adoção de técnicas indígenas à “cultura material”,

salientando o caráter racional-utilitário e contingencial dessas apropriações (ver, p. ex., HOLANDA 2017, p. 17, 73-74, 182-184, 207-208, 299; BLAJ 1998, p. 48). É verdade que Sérgio Buarque chega a aventar a hipótese de a transculturação envolver até certas práticas religiosas (HOLANDA 2017, p. 109) e a mencionar a persistência do bilinguismo português-tupi entre os colonos (HOLANDA 2017, p. 189), mas nada há que chegue a comprometer o “sistema” de “forças seletivas” com que a “sociedade” (ou cultura adventícia) preservava sua “unidade orgânica” (HOLANDA 2017, p. 67), como nota Sérgio no parágrafo inicial do capítulo intitulado “Iguarias de bugre”. Esse parágrafo, aliás, é um dos raros momentos de maior pendor teorizante desse livro, quase sempre marcado por uma sobriedade narrativa normalmente associada ao historicismo.

Se nos voltarmos para “O homem cordial”, capítulo que fornece o núcleo conceitual da interpretação do Brasil ensaiada em *Raízes*, não encontraremos um tratamento sistemático das diferenças entre culturas nativas e a adventícia – mesmo porque, a essa altura da narrativa, o índio, desde o início (especialmente na primeira edição) um minguado coadjuvante, saiu de cena. Não há nenhuma indicação, ao menos na versão de 1936, de que a plasticidade, noção importante na construção conceitual do “homem cordial”, se restrinja ao âmbito da técnica e da vida material, mesmo porque é ela que irá possibilitar a adaptação de conteúdos culturais no plano dos axiomas da ação social e das representações mentais – é o que verificamos na discussão da Península Ibérica como uma zona de fronteira no primeiro capítulo, intitulado “Fronteiras da Europa”. Espanha e Portugal já seriam, antes da expansão ultramarina, “territórios-ponte” que mediavam o contato da Europa com “outros mundos”, uma “zona fronteiriça, de transição, menos carregada [...] desse europeísmo” que preservariam, ainda assim, “como patrimônio” (HOLANDA 1936, p. 4).

Aparece nesse primeiro capítulo a tese de que os povos hispânicos dificilmente teriam alcançado os requisitos mínimos necessários à fundação de um corpo político moderno, caso

tivessem simplesmente conduzido seus negócios segundo as predisposições próprias de sua cultura. Portugueses e espanhóis eram, lemos no primeiro capítulo de *Raíces*, personalistas, avessos a qualquer noção de autoridade e alheios à doutrina calvinista da predestinação que, no Norte da Europa, contribuía para a espontânea edificação e racionalização de instituições. “É compreensível”, lemos, “que jamais se tenha naturalizado entre a gente hispânica a moderna religião do trabalho e o culto à atividade utilitária”. À “carência dessa moral do trabalho” correspondia uma “pequena capacidade de organização social”. A essa “autarquia do indivíduo”, “paixão fundamental” que “não tolera compromissos”, só haveria uma alternativa: “a negação e a renúncia a essa mesma personalidade em vista de um bem maior” (HOLANDA 1936, p. 13-14); daí que a virtude “cívica” por excelência fosse, entre os lusos, a obediência. Somente a ação sistemática de forças estranhas ao indivíduo (e eventualmente ao mecanismo cultural local) levaria a uma (precária) conformação do estilo de vida local às formas institucionais e padrões de conduta política modernos. Uma das mais importantes entre essas forças externas teria sido a Companhia de Jesus:

Foram ainda os jesuítas que representaram, melhor de [sic] que ninguém, esse princípio da disciplina pela obediência. Mesmo em nossa América do Sul, eles deixaram disso um exemplo memorável com suas antigas reduções. Nenhum ditador moderno, nenhum teórico do comunismo ou do Estado totalitário, chegou sequer a vislumbrar a possibilidade desse prodígio de racionalização que puderam conseguir os padres da Companhia de Jesus em suas missões. (HOLANDA 1936, p. 14-15)

O tom hiperbólico deixa claro o papel dos jesuítas na tese que se quer avançar: trata-se de um elemento intervencionista que garante um mínimo de racionalidade a um aparato administrativo que, em sua ausência, praticamente não existiria como tal. Mas sua ação é eficaz, sobretudo porque a cultura ibérica oferece, em sua valorização da obediência como fim em si, uma abertura para esse estímulo à organização.

É logo em seguida que vem à tona, no texto, o esquema morfológico da cultura, que está no centro da arquitetura teórica de *Raízes do Brasil*, e que estabelece os limites formais da plasticidade:

A experiência e a tradição ensinam que toda cultura só absorve, assimila e elabora verdadeiramente os traços de outras culturas, quando estes encontram uma possibilidade de ajuste aos seus quadros de vida. Nesse particular cumpre lembrar o que se deu com as culturas europeias transportadas ao Novo Mundo. Nem o contato e a mistura com as raças aborígenes fizeram-nos tão diferentes de nossos avós de além-mar como gostaríamos de sê-lo. No caso brasileiro, a verdade, por menos sedutora que possa parecer [a] alguns de nossos patriotas, é que ainda nos associa à Península Ibérica, e a Portugal especialmente, uma tradição longa e viva, bastante viva para nutrir até hoje uma alma comum [...]. Podemos dizer que de lá veio a *forma* atual de nossa cultura; o resto foi matéria plástica, que se sujeitou bem ou mal a essa forma. (HOLANDA 1936, p. 15)

O trecho, que será mantido nas edições subsequentes, é sem dúvida um dos mais importantes do livro. É do português a primazia na gênese da cultura nacional no plano da forma, funcionalmente superior no modelo de compreensão sociológica levado a cabo. Fica admitida, no entanto, a eventual assimilação de conteúdos plásticos. O arcabouço teórico aqui aludido parece provir de Georg Simmel (Cf., por exemplo, 1971) e, talvez indiretamente, Nietzsche (2003, p. 7-17) – em ambos os casos, é razoável supor, com algum intermédio de Gilberto Freyre, embora Sérgio Buarque se empenhe, a partir da década de 1940, em se distanciar do pensamento do sociólogo pernambucano, inclusive diminuindo o peso das referências a *Casa-Grande & Senzala* na segunda edição de *Raízes*. Convém lembrar aqui que uma divergência sobre a leitura que Freyre faz das noções de forma e conteúdo em Simmel é precisamente o objeto de uma resenha mordaz que Sérgio escreve pouco depois do aparecimento da segunda edição de *Sobrados e Mucambos* (1951) (HOLANDA 1979, p. 99-110).<sup>2</sup> Note-se, aliás, que a ideia básica aí contida,

2 - Ver também, a respeito dos diálogos e tensões entre *Raízes do Brasil* e a obra de Gilberto Freyre, Monteiro (2015), Bastos (2005) e Araújo (2000).

da subordinação do “conteúdo” à “forma” cultural, também preside o modo como *Monções* e *Caminhos e fronteiras* compreendem a transculturação entre colonos e nativos.

Parece descabida, à luz da passagem supracitada, portanto, uma leitura como a que Oswald de Andrade (1990b) faz de *Raízes* num de seus últimos ensaios, aproximando o “homem cordial” à noção de sociedade “primitiva” e “matriarcal”. “Pode-se chamar de alteridade”, escrevia o autor do *Manifesto antropófago*, “ao sentimento do outro, isto é, de ver-se o outro em si, de constatar-se em si o desastre, a mortificação ou a alegria do outro”. O sentido que ali se atribuía à noção de alteridade, ele sublinhava, era completamente oposto àquele em que o mesmo termo era empregado em certo “vocabulário existencial” disseminado por Charles Baudelaire, que procurava dar expressão ao “sentimento de ser outro, diferente, isolado e contrário”. A acepção empregada por Oswald se definia, por outro lado, justamente por uma forma de individualidade que se atualizava *na* vivência *através* de um outro, e que no Brasil ganhava corpo como “um dos sinais remanescentes da cultura matriarcal” (ANDRADE 1990b, p. 157). Pretendendo se basear em *Raízes do Brasil* (citado na segunda edição) e em relatos de cronistas coloniais, o autor propunha um vínculo sociogenético entre a sociabilidade matriarcal e a cordialidade:

No contraponto agressividade—cordialidade, se define o primitivo em *Weltanschauung*. A cultura matriarcal produz esse duplo aspecto. [...] Compreende a vida como devoração e a simboliza no rito antropofágico, que é comunhão. [...] De outro lado a devoração traz em si a imanência do perigo. E produz a solidariedade social que se define em alteridade. A periculosidade do mundo, a convicção da ausência de qualquer socorro supra-terreno, produz o “Homem cordial”, que é o primitivo, bem como as suas derivações no Brasil. (ANDRADE 1990b, p. 159)

O argumento anteriormente reproduzido, por certo desconcertante do ponto de vista das leituras mais convencionais de *Raízes*, deve ser considerado em sua conexão com um texto mais longo do mesmo autor, redigido, ao que tudo indica, à

mesma altura que o excerto que acabamos de ler. Trata-se de “A crise da filosofia messiânica”, tese elaborada por Oswald de Andrade para concurso da Faculdade de Filosofia da USP em 1950 (ANDRADE 1990a). Ali, Oswald realiza como que uma breve história revisionista do pensamento ocidental (de forte pendor sociologizante), na qual a tradição é lida sob o prisma do modo de organização social “patriarcal” (leia-se, fundado no direito paterno e na servidão entre os homens). Assim, a filosofia teria se ocupado durante séculos em elaborar formulações cada vez mais sofisticadas do “messianismo”, termo usado pelo autor para qualificar toda visão de mundo que, oferecendo algum tipo de recompensa em “outro mundo”, aplaca a contestação do estado de coisas patriarcal. Nesse grande quadro, o autor chega a incluir cosmovisões estranhas ao ocidente, como o confucionismo, o hinduísmo e o budismo. Segundo Oswald, o messianismo estaria, naquela conjuntura histórica (1950), dando mostras de esgotamento, de modo que o mundo estaria diante da possibilidade da transição do mundo patriarcal, antítese do mundo primitivo e matriarcal, para a era do homem primitivo tecnizado, que desempenha o papel de síntese no esquema dialético orientador da história da filosofia proposta na tese (1990a, p. 103).

Apesar de não haver referência ostensiva a *Raízes do Brasil* no corpo do texto, não é difícil imaginar, conhecendo a interpretação que o autor fazia da cordialidade, por que o livro de Sérgio Buarque consta da bibliografia de “A crise da Filosofia messiânica”. Faz sentido, ao menos num plano formal, associar a cordialidade ao matriarcado, tal como apresentado em “A crise da filosofia messiânica”, na medida em que esse tipo de sociedade se caracteriza pela ausência de uma noção de pessoa construída por meio do contraste com o mundo social exterior; pelo contrário, a personalidade do homem “matriarcal” se constrói por meio da internalização do meio social ao qual pertence (ou seja, por um devir na “alteridade”) (1990a, p. 143). Não é surpreendente, portanto, que o “homem cordial” compareça ali, implicitamente, e ostensivamente no ensaio mais curto (1990b), como exemplo de sobrevivência

contemporânea de um traço da cultura matriarcal. Uma chave de leitura que enfatizasse o pensamento ameríndio permitia a Oswald entrever à sua volta alguns contornos daquele estágio de “síntese” histórica, no qual o homem civilizado daria lugar ao “primitivo tecnizado”. O caráter inconclusivo e problemático da modernização brasileira não representaria aí um entrave, mas uma oportunidade única, na qual um substrato espiritual ameríndio poderia ser de grande valia para a criação de um estilo de pensamento e uma visão de mundo bem conformadas com aquilo que Oswald imaginava como a humanidade do futuro. Vale notar aqui que essa apropriação nada tem a ver com qualquer exaltação ufanista de algum “caráter nacional”, mas participa de uma performance retórica de negação radical do quadro de referências construído pela racionalidade colonial (Cf. RODRIGUES 2013).

Ocorre que não há em momento algum, na argumentação de *Raízes*, como vimos, a proposição de um vínculo sociogenético entre a cordialidade e a cultura ameríndia. Para quem considere a fidelidade à intenção autoral como cláusula pétrea na interpretação de textos, a leitura não se sustenta em absoluto (é de se perguntar se Sérgio Buarque teria conhecido esse texto<sup>3</sup>, único na vasta fortuna crítica de *Raízes*), uma vez que toda a evolução argumentativa do livro, não custa repetir, tem por pressuposto o protagonismo do português no processo histórico no qual se forma a cultura brasileira, ela própria não muito distante da portuguesa. Mesmo assim, é apreciável a convergência entre a descrição do homem cordial e as características atribuídas ao homem primitivo por Oswald.

Assim, parece haver algum interesse em verificar se a hipótese de uma influência ameríndia na origem da cordialidade não é, de algum modo, *a despeito* da intenção de Sérgio Buarque, respaldada *no texto* de *Raízes*. Seria o caso, então, de verificar se a argumentação de *Raízes* efetivamente se circunscreve estritamente dentro das balizas apresentadas no parágrafo-chave no qual aparece o esquema morfológico da cultura, com o predomínio português no plano formal. Parece haver um

3 - É provável que sim, uma vez que o texto de Oswald de Andrade foi publicado pela primeira vez nos anais do Congresso Brasileiro de Filosofia de 1950. É difícil que ele tivesse escapado à atenção de Sérgio Buarque, que demonstra conhecer pelo menos alguns dos textos então apresentados no ensaio autobiográfico que abre *Tentativas de mitologia* (HOLANDA 1979, p. 32-33).

*delta*, um excedente, com relação à cultura portuguesa, que faz do homem cordial mais que um mero sucedâneo do homem ibérico, mesmo quando se leve em conta a apropriação de novos elementos como “matéria plástica” – o que quero propor aqui é que há um salto qualitativo de caráter *morfológico*. O conteúdo dessa diferença, se assim for permitido dispor os termos, me parece coincidir de forma espantosa, não apenas com a leitura de Oswald, mas com as teses apresentadas em “O mármore e a murta” para explicar a dita inconstância dos tupinambás – a ponto de essa coincidência poder ser considerada, e aqui espelho, sem poder oferecer provas cabais, uma analogia estrutural remissível a uma origem comum. Resta fazer um ensaio de demonstração, verificando se ele resiste a um exame das passagens pertinentes no interior do texto de *Raízes*. Passemos, então, a um sobrevoo dos principais argumentos que culminarão no “homem cordial”. Neste momento devo lembrar que, nessa abordagem, as comparações entre índios e portugueses citadas até o momento são até dispensáveis, o que apenas viria confirmar, aparentemente, um veredicto de disparate sobre a leitura de Oswald.

## Raízes insuspeitadas

A exposição segue, *grosso modo*, a ordem em que os trechos discutidos aparecem na primeira edição de *Raízes do Brasil*.

No segundo capítulo, fechando uma passagem longa na qual são acentuadas as diferenças entre holandeses e portugueses, a noção da plasticidade portuguesa é retomada e intensificada pela curiosa afirmação da contiguidade entre a cultura adventícia e o “mundo”, aqui entendido como natureza e cultura em sua configuração pré-colonial, consolidando uma tendência que já se verificava na passagem onde líamos sobre a índole acomodatória dos portugueses:

[O] generoso empenho [do holandês] em fazer do Brasil uma extensão tropical da pátria europeia sucumbiu desastrosamente, ante a inaptidão que mostraram para fundar a prosperidade da terra nas bases que lhe seriam naturais, como, bem ou mal, já tinham feito os portugueses. Segundo todas as aparências, o êxito destes resultou justamente de não terem sabido ou podido manter a própria distinção com o mundo que vinham povoar. Sua fraqueza foi sua força. (HOLANDA 1936, p. 36-37)

Esse gênio de contiguidade das formas culturais invasoras com o “meio” (fraqueza que se converte em força) será reafirmado quando, numa discussão sobre os centros urbanos da América Portuguesa, desponta a principal característica que distingue o português do espanhol na narrativa: enquanto este se empenha em imprimir ao esquema urbanístico de suas cidades um sentido de racionalidade, abstração e supremacia do espírito sobre a natureza, com ruas de traçados retilíneos dispostas em planos quadrangulares; a atitude portuguesa na construção de seus centros administrativos se caracteriza pela falta de qualquer planejamento ou vontade, acomodando-se a toda contingência imposta pelo meio ambiente. A cidade portuguesa “não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta confunde-se com a linha da paisagem”. O “desalinho” com que as casas são “semeadas”, sem “nenhum rigor, nenhum método”, “se exprime bem na palavra ‘desleixo’”. Curiosamente, é uma sensibilidade telúrica, que antes esperaríamos ver atribuída aos indígenas, que parece resguardar os portugueses do malogro de sua empresa colonial: “se frequentemente acertavam [na escolha dos sítios], devem-no mais ao seu engenho natural [...] do que à ciência que ensinam os livros” (HOLANDA 1963, p. 62-63).

Trata-se aqui, recordarão os leitores de *Raízes*, da dinâmica contrastante que a partir da segunda edição será ilustrada pelas figuras do “semeador” e do “ladrihador”. O contraponto moderador ao desleixo lusitano vem, outra vez, dos jesuítas, “únicos portadores de uma organização que se orientava segundo um espírito positivamente construtor” (HOLANDA 1936, p. 65). O ponto alto da contemporização do colonizador com o “mundo”, por outro lado, se dá na discussão de sua relação com os indígenas:

Confundindo-se com o gentio principal da costa, cujas terras ocuparam, ou repelindo-o para o sertão, os portugueses herdaram muitas das suas inimizades e idiossincrasias. Os outros, os não-tupis, os tapuias, continuaram largamente ignorados durante todo o período colonial e sobre eles corriam as lendas e versões mais fantásticas. E é significativo que a colonização portuguesa não se tenha firmado ou prosperado muito fora das regiões antes povoadas dos indígenas da língua-geral. (HOLANDA 1936, p. 77-78)

Amparando-se no estudo de Alfred Métraux sobre as migrações dos tupi-guarani, Sérgio Buarque explica a rápida conquista do litoral vinculando-a à unidade cultural e linguística dos tupis da costa. Do mesmo modo, a fronteira ocidental das terras ocupadas por esses depois de sua retirada para o sertão corresponde aproximadamente aos limites da expansão dos colonos para o Oeste a partir do século XVII. A penetração portuguesa teria se limitado às regiões de predomínio dessas culturas, o que explicaria em alguma medida o tempo muito maior que custou consolidar algum domínio sobre a região amazônica. Aparece, na observação sobre os portugueses terem herdado “muitas das inimizades e idiossincrasias” dos tupis da costa, uma curiosa brecha na orientação de absoluta primazia cultural portuguesa no período colonial, que preside a construção dos principais argumentos do livro.

Ainda mais dissonante daquela tese é o que se passa no capítulo sobre o homem cordial, para onde toda narrativa prévia parece convergir e do qual irradia a interpretação que *Raízes* faz da cultura brasileira. Trata-se de um tipo cujo devir social se materializa como um impulso centrífugo. Para ele, a socialização constitui “verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo”, de modo que a individualidade fica reduzida a um “viver nos outros”. A psicologia do homem cordial é coroada por uma citação de Nietzsche na qual o filósofo parece censurar, em seu ataque ao ideal cristão da compaixão e do amor ao próximo, a falta de amor-próprio: “Vosso mau amor de vós mesmos fez de vosso isolamento um cativoiro” (HOLANDA 1936, p. 102-103).<sup>4</sup>

*4 - A passagem de Nietzsche é extraída da seção intitulada “Do amor ao próximo” do livro I de Assim falou Zaratustra. Na versão de Paulo César de Souza, “Vosso mau amor a vós mesmos transforma em prisão vossa solidão” (NIETZSCHE 2011, p. 60).*

Esse traço específico é bastante problemático, do ponto de vista da coerência interna do ensaio, na medida em que as enfáticas observações anteriores sobre o “personalismo” da cultura ibérica não antecipam, antes contrariam, a ideia de um “viver nos outros”. As noções de personalismo e sobrançeria seriam antes compatíveis, quando muito, com um “viver *para* (o olhar dos) outros”, que seria bem diferente daquilo com que efetivamente deparamos. Na verdade, a tese da ausência de uma interioridade introspectiva no homem cordial não é remetida a alguma análise da cultura ibérica, mas sim a um ensaio crítico de D. H. Lawrence sobre a literatura norte-americana, no qual Sérgio Buarque se baseia para afirmar, com certa liberdade, que “o americano ainda é interiormente inexistente” (HOLANDA 1936, p. 137). Esse traço seria comum, daí podemos supor, a todas as sociedades adventícias das Américas.

Nesse ponto, convém dar atenção especial às considerações que *Raízes* dedica à religiosidade no Brasil, porque é nessa dimensão da vida que ganham corpo alguns dos traços principais da sociabilidade e da concepção de mundo do homem cordial. É também nesse ponto que vamos encontrar uma sutil transição, na narrativa, para o tema mais caro à maioria dos comentadores de *Raízes*: a política. Existiria entre nós, diz o narrador, “uma religiosidade de superfície”, mais atenta ao “colorido e à pompa do exterior” do que preocupada com a internalização do “sentido íntimo” das cerimônias – o que não seria de admirar, dada a ausência de “interioridade” já observada. Por mais que suas manifestações exteriores (marcadas por um acentuado sensualismo) fossem impressionantes, ela não era acompanhada de uma “moral social poderosa”, pois “se perdia e se confundia em um mundo sem forma”, “um culto que só apelava para os sentimentos e para os sentidos, jamais para a razão e a vontade” (HOLANDA 1936, p. 108).

Aparece aqui a imagem de um *mundo sem forma*, em flagrante contradição com o parágrafo lapidar que fecha o primeiro capítulo. A plasticidade parece ter se espreado insensivelmente para o âmbito da forma, subvertendo a distinção mesma entre

formas e conteúdos (e prejudicando a integridade formal do próprio texto). É verdade que Georg Simmel, em texto de 1918 que já citamos, afirmava existir uma contradição fundamental entre forma e vida, acrescentando que, no quadro contemporâneo, despontava na cultura uma tendência hostil a toda forma *como tal*, o que significaria, no limite, o surgimento de um mundo sem formas (SIMMEL 1971 [1918], p. 289-293). Não parece ser isso, contudo, o que se defende em *Raízes*, mesmo que o argumento de que o Brasil representava em sua amorfia social uma espécie de vanguarda da história pudesse ser contemplado pela sociologia simmeliana. A passagem contradiz o que se lê em página anterior do próprio texto de *Raízes*. O mesmo baralhamento aparece já na apresentação do homem cordial no início do capítulo, onde lemos que a cordialidade se opõe à *polidez* na medida em que essa *separa formas de conteúdos ao criar rituais de cortesia*. Enquanto a polidez se empenha em *simular* “manifestações que são espontâneas no ‘homem cordial’”, convertendo a *forma viva* em *fórmula*, numa técnica de “defesa ante a sociedade” (HOLANDA 1936, p. 102) que é estruturante da noção de pessoa europeia, o homem cordial não antepõe nenhuma técnica de mediação entre o mundo e seu próprio “fundo emocional extremamente rico e transbordante” (HOLANDA 1936, p. 101).

O que se verifica, devemos notar, apesar da ressalva que fizemos, não deixa de ser qualquer coisa de admirável, pois a instabilidade das formas faz com que seja viável uma configuração das relações estruturantes das formas disponíveis *outra* que aquela inicialmente introduzida (ou seja, aquela do invasor), de modo a tornar os mecanismos culturais irreconhecíveis do ponto de vista de seu funcionamento no estágio “original”, e culminando na ausência de um conceito de personalidade/individualidade digno desse nome – isto é, sob um olhar europeu. O abismo entre a noção ocidental de pessoa e sua versão transtornada/irrealizada no homem cordial é particularmente gritante, na medida em que este é vazado como que no obverso da fôrma com que Max Weber molda o calvinista ascético na Ética protestante, onde se pressupõe que exterior e interior sejam separados por uma rija couraça.

É necessário aqui tomar uma posição diante de um ponto que anima algumas controvérsias na fortuna crítica mais recente de *Raízes*, a respeito da contribuição, nesse livro, da sociologia de Max Weber. São plausíveis, para dizer o mínimo, interpretações as quais, como as de Maria Odila da Silva Dias (1985; 2008), Gabriel Cohn (2002) e Waizbort e Goldfeder (2009), negam que *Raízes* ofereça ao leitor um estudo orientado por uma *metodologia* propriamente weberiana, no sentido daqueles pressupostos epistemológicos e procedimentos de indução desdobrados com coerência pelo sociólogo alemão (Cf. COHN 1979). De todo modo, como observou Silva Dias no mesmo estudo em que se ocupa de rejeitar a tese da preponderância weberiana no argumento de *Raízes do Brasil*, a assimilação por Sérgio Buarque de conceitos teóricos passava por atenuações historicizantes, pois sua atitude intelectual se caracterizava por uma prevenção cautelosa contra generalizações e abstrações (2008, p. 335-336) – embora se deva salientar que essa postura é mais perceptível nos trabalhos de maturidade, e menos pronunciada em *Raízes do Brasil*, especialmente na versão de 1936. Um tratamento à altura dessa questão passaria por uma discussão mais alentada das matrizes interpretativas de *Raízes* e da própria sociologia weberiana, fugindo ao escopo do presente estudo. Limito-me a registrar minha impressão de que leituras mais rigorosas, como as de Cohn e Waizbort e Goldfeder, não obstante sua erudição e disciplina teórica, aplicam ao texto de *Raízes* um padrão de expectativas incompatível com o estilo intelectual do autor examinado, conhecido, repita-se, por sua resistência à aplicação de grandes teorias na descrição da realidade empírica e pelo caráter adaptado das apropriações que se permitia, quando elas lhe parecessem válidas. Meu entendimento, próximo daquele proposto por Jessé Souza (1998) em artigo de tom bastante diferente de seus livros mais recentes, é que as características que definem o homem cordial espelham quase perfeitamente aquelas que Weber atribui ao calvinista no ensaio sobre a *Ética protestante e o “espírito” do capitalismo*, especialmente no que diz respeito à interação com o “mundo”. Na análise de Weber, o calvinista forma a individualidade numa dinâmica de confronto com o mundo,

sempre criando mecanismos de proteção e diferenciação, e numa atitude de negação dos “afetos”. Desenvolve-se, assim, uma forte “personalidade”, disciplinada por frequentes exercícios de auto-exame, de modo a alcançar um ideal de “constância” espiritual que a escuda de impulsos e estímulos mundanos (WEBER 2004, p. 108). Essa proteção *contra os afetos* é também favorecida pelo trabalho, que realiza como que sua “ab-reação” (WEBER 2004, p. 102). A ascese calvinista direciona o indivíduo para uma vida racional “*no mundo, não deste mundo, não para este mundo*” (WEBER 2004, p. 139). Ora, os leitores de *Raízes do Brasil* se lembrarão que a postura do homem cordial é diametralmente oposta, tanto na medida em que adere plasticamente ao que se encontra à sua volta, quanto em sua aversão ao trabalho e, sobretudo, no “pavor que ele sente em viver consigo mesmo”, que o leva a desenvolver uma individualidade caracterizada por “um viver nos outros” (HOLANDA 1936, p. 102-103).

As consequências disso são muitas, mas, no presente momento, interessam aquelas que reverberam na vida intelectual. O pavor da solidão é também uma aversão à atividade do pensamento e produz, como alternativa ao desenvolvimento de uma reflexão própria, o vício pela apropriação do pensamento de outros, adotando “construções da inteligência” prontas que deem “repouso” à “imaginação” (HOLANDA 1936, p. 118). Não admiraria, portanto, serem os brasileiros “um povo pouco especulativo” (HOLANDA 1936, p. 151), fascinado por sistemas de pensamento que pareçam esgotar a realidade e oferecer soluções prontas para todo tipo de problemas, como o positivismo. A adesão plástica do homem cordial à matéria do mundo à sua volta, recusando todo tipo de ritualismo e formalismo, redundava, ainda, na ausência mesma de critérios básicos que regulem a relação com o conhecimento. Apesar de esse ponto não estar entre os mais claros da argumentação de *Raízes*, há no livro uma estreita ligação entre a plasticidade e os problemas da vida intelectual no Brasil.

O raciocínio que trai essa ligação, apesar de bastante complexo, é feito de forma sucinta. A relação que se estabelece

entre o indivíduo e o meio em que vive não é, entre nós, normalmente a de uma “reação de defesa”, o que explicaria a “antipatia instintiva pelas formas ritualísticas”. No entanto, num salto argumentativo bastante arrojado, o autor irá partir dessa constatação, para propor que essa ausência de mecanismos de depuração de formas chega a prejudicar os processos de formação das representações mentais e as balizas do exercício reflexivo. Como “a vida íntima do brasileiro não é bastante coesa, nem bastante disciplinada para envolver e dominar toda a personalidade”, esta é completada por uma apropriação de elementos externos ao “eu”, e está, portanto, “livre [...] para se abandonar a todo o repertório de ideias e gestos que encontra em seu meio, ainda quando obedeçam ao mais rigoroso formalismo”. Em consequência, “nossa assimilação desses gestos e ideias [...] tem caráter puramente mecânico” (HOLANDA 1936, p. 110).

Em *Raízes*, portanto, a inteligência brasileira está marcada por uma combinação de apropriação mecânica de ideias e baixa capacidade de abstração. Seria o caso de falar numa inteligência de *bricoleur* (Cf. LÉVI-STRAUSS 1989, p. 15-49)? O trecho que acabo de citar, que fecha o capítulo sobre “O homem cordial”, e aquele que abre o capítulo seguinte (“Novos tempos”) são, nesse sentido, bastante sugestivos. Na abertura do capítulo VI, o narrador se admira, afetando a distância de um estrangeiro, mas não sem alguma ambivalência, que os brasileiros que “se presumem intelectuais” tenham o costume de aderir indistintamente, sem qualquer pudor, a “doutrinas dos mais variados matizes”, vindo a sustentar, inadvertidamente, “as convicções mais díspares”, desde que essas se apresentem na forma de “palavras bonitas ou argumentos sedutores”. Essa relação estetizante com as ideias caracterizaria “quase todos os nossos homens de grande talento” (HOLANDA 1936, p. 114).

Esse juízo é tanto mais intrigante quanto se deixa confirmar na totalidade do corpo textual que integra: conquanto apresente um conjunto de linhas gerais razoavelmente coesas, *Raízes do Brasil* é um livro de acentuado ecletismo teórico-metodológico,

no qual Weber, Simmel, Nietzsche, Dilthey, Hegel, Gilberto Freyre e até mesmo Oliveira Vianna podem cada um reivindicar ascendência sobre argumentos particulares, e ainda fartamente provido de digressões sem conexão imediata com seu núcleo temático – estamos tratando de um livro que, em sua primeira edição, não chega a 200 páginas. A profusão mesma de referências mutuamente incompatíveis (isto é, segundo um padrão específico de disciplina intelectual) entretecidas numa narração que as recodifica por meio de procedimentos normalmente associados à assimilação do “historismo” (DIAS 2008, p. 335-336) parece se conformar, igualmente, com a análise da vida intelectual brasileira realizada por Sérgio Buarque. Vale pontuar que a observação de que “todos os nossos homens de grande talento são um pouco dessa espécie” (HOLANDA 1936, p. 114) não deixa de reconhecer algum mérito nesse estilo intelectual, com o qual o próprio autor poderia se identificar, ainda que procurando adotar uma distância crítica. Lendo *Raízes* como exemplar bem-logrado desse estilo, é possível interpretar as referências teóricas mobilizadas em não tanto como “marcos” incorporados e rigorosamente aplicados, mas como o resultado da filtragem por um estilo de pensamento que adota aqueles elementos compatíveis com diretrizes organizadoras próprias, num sistema de seleção e combinação que reproduz, no plano intelectual, uma certa “lógica do concreto”. Assim, sem absolutamente descartar a validade de análises que tentam identificar nas construções analíticas do livro traduções desta ou daquela teoria, acredito que uma ênfase nesse ponto torna mais compreensíveis as idiossincrasias teórico-metodológicas do texto.

Em vista do que se vem discutindo, para fechar o círculo em torno da cordialidade, cabe revisitar os pontos principais que a aproximam da “inconstância” discutida no ensaio de Eduardo Viveiros de Castro. Nele encontramos, além de correspondências com o texto de *Raízes*, algo que parece ser uma afinidade eletiva com a teorização simmeliana das formas sociais, ainda que essa apresente termos e funções diferentes daqueles do antropólogo, mesmo porque ele dispõe de uma

bagagem teórica que Sérgio Buarque não tinha como conhecer em 1936, para não falar do próprio Simmel. Para Viveiros de Castro, a explicação para o fenômeno da inconstância (alternância entre adesão entusiasmada e rejeição ou desfiguramento do pensamento europeu) não deveria ser buscada no plano dos “conteúdos ideológicos”, mas sobretudo naquele das “formas socialmente determinadas de (auto-) relação com a cultura ou tradição, de um lado, e naquele das estruturas (culturais) de pressuposição ontológica, de outro”. Desse modo, a cultura não deveria ser pensada como um “sistema de crenças”, mas como “um conjunto de estruturações potenciais da experiência, capaz de suportar conteúdos tradicionais variados e de absorver novos”, ou seja, um “dispositivo culturante ou constituinte de processamento de crenças”. Mais interessante do que observar a disposição desses conteúdos na “cultura estruturada” seria, então, perguntar pelas “condições que facultam a certas culturas atribuir às crenças alheias um estatuto de complementaridade ou de alternatividade em relação às próprias crenças” (VIVEIROS DE CASTRO 2003, p. 209).

A discussão de “O mármore e a murta” gira, para usar os termos da leitura de *Raízes* por Oswald, em torno do contraponto entre agressividade e cordialidade na *Weltanschauung* ameríndia. É aliás curioso que o antropólogo tenha se referido algo desdenhosamente a Sérgio Buarque como um autor “politicamente correto”, provavelmente inspirado pelo perfil marmóreo que lhe esculpiu certa tradição uspiana, precisamente nesse admirável estudo onde talvez viesse a calhar uma consideração da cordialidade. Ali, o índio parece ideologicamente dócil a um primeiro exame pelos adventícios, mas sua receptividade ao saber europeu acaba por se revelar ilusória. A adoção de conteúdos do cristianismo se inseria numa cosmovisão que tinha a guerra em seu centro e cuja forma permanecia intacta. Assim, sempre que tais conteúdos entrassem em contradição com as formações estruturantes do sistema de crenças originário, podiam ser descartados ou descaracterizados, pois a “crença”, nesse quadro, se dava num universo de atitudes mentais que desconhecia a submissão a uma doutrina mais ampla de organização da vida (o “crer” como

“obedecer”; a obediência como contrapartida da expectativa de salvação) – daí a especial insistência, entre os tupinambás, em continuar praticando a antropofagia e o combate aos inimigos, mesmo quando já não oferecessem resistência ostensiva aos evangelistas e às armas dos portugueses. O índio se convertia, se bem que a seu modo. De modo análogo, o homem cordial combina ideias incompatíveis do ponto de vista do pensamento europeu, entre cujos axiomas destacam-se exigências de inteireza e coerência. Podemos dizer que o antropólogo atribui aos tupinambás uma plasticidade semelhante àquela que em *Raízes* é conferida aos portugueses. Será, porém, que o lado forte da plasticidade, elemento central da cordialidade (justamente aquele responsável pela tragédia da cultura que se apresenta nos capítulos finais do livro), deve mesmo ser procurado entre os portugueses, como queria Sérgio Buarque? Poderia a analogia estrutural entre a cordialidade e o estilo de pensamento ameríndio ser mais que mero acaso?

Não me parece absurdo imaginar que a prodigiosa plasticidade portuguesa, responsável pela “experiência sem símile” (HOLANDA 1936, p. 3) que é o Brasil, possa ter sido encontrada na projeção espelhada que a inconstância da alma selvagem impunha à ação dos colonizadores nos compromissos a que eram obrigados nas tentativas de policiar o gentio. Será que, pretendendo se valer de Anchieta, Vieira, Cardim, Thevet e Abbeville como meras fontes, *Raízes* não corria o risco de se deixar catequizar pela ideologia indígena, numa admirável vingança inadvertida do nativo? Aliás, não poderia isso ter mesmo ocorrido em alguma medida com os próprios cronistas? Nesse caso, o estilo de pensamento do nativo se veria agora regurgitado e recodificado numa interpretação que pretendia atribuir a seu algoz um protagonismo exclusivo na história nacional. Aproveitando aqui uma provocação de Eduardo Viveiros de Castro, o fato é que alguém, forçosamente, precisava se converter.

Convém notar ainda que um dos principais adendos da edição de 48 é uma longa nota sobre o uso da língua geral em São Paulo,

centro da civilização híbrida e fronteiriça que passa, a partir dos anos 1940, a ser o interesse principal de Sérgio Buarque, como se pode verificar em *Monções e Caminhos e fronteiras*.

Essa mudança de foco tem a ver com um desejo, por parte de Sérgio Buarque, de compreender processos de *mudança cultural*, atrelado, como observou Robert Wegner, a uma reorientação fundamental nos interesses do autor. Depois de realizar em *Raízes* uma historiografia da *permanência* de formas sociais antigas, Sérgio estaria, na esteira do fim do Estado Novo e do início da experiência democrática que duraria até 1964, se voltando para processos mais *dinâmicos*, identificados com a democracia (Cf. WEGNER 2016) e mesmo com o capitalismo, cuja variante brasileira poderia encontrar uma certa “utopia” fundadora própria em episódios como as monções do Cuiabá e a expansão paulista. Nesses novos estudos, ganhava relevo o surgimento de valores mais afinados com a modernização da economia (Cf. RODRIGUES 2008). Assim, a conquista do Oeste pelos paulistas se apresentava como uma “raiz” mais compatível com a modernidade. Note-se aqui que, de par com nossa análise, essa preocupação de compatibilidade com o moderno comparece com muito mais força a partir da segunda edição de *Raízes*, como mostraram mais recentemente os trabalhos Waizbort (2011) e da Mata (2016), e é nela que verificamos a incorporação das pesquisas do autor sobre a cultura paulista, como a nota sobre a língua geral. Nesse contexto, o saber indígena aparece para dar conta da adaptação da cultura adventícia ao novo meio, embora a ênfase recaia quase sempre sobre a “cultura material” (FRANÇOZO 2007; BLAJ 1998). Mas essas observações não dizem diretamente respeito à argumentação deste texto, a não ser que pretenda inserir a atração de Sérgio pelo tema da fronteira no quadro da caracterização do homem cordial como um *bricoleur* ideológico, ou seja, compreendendo esse interesse como expressão de um estilo de pensamento em constante necessidade de interação com unidades estranhas ao seu interior. Salvo nesse caso, o que proponho é que o máximo de “inconstância” se encontra no Sérgio Buarque de 1936, e que o próprio autor trabalha, nas

edições subsequentes e em outras obras, para se conformar a um estilo de pensamento e metodologia menos “selvagem” (como, de resto, avalia boa parte de seus leitores). Aí está, por sinal, uma chave de leitura para a “conversão” de Sérgio Buarque de “ensaísta” em “historiador”.

Voltando à hipótese de aproximação entre cordialidade e o pensamento ameríndio, se considerarmos a mentalidade “vegetal” analisada por Viveiros de Castro, podemos argumentar que o mecanismo do homem cordial só se torna viciado quando a plasticidade se deixa enrijecer, dando lugar a traços culturais tipicamente atribuídos, justa ou injustamente, ao português: o bovarismo e a melancolia. A realidade se torna então “a triste realidade” (HOLANDA 1936, p. 124), como Sérgio lembra sobre os discursos políticos de nosso século XIX, e a filosofia, em Almeida Garrett e depois Machado de Assis, a vã filosofia. Não é que o português não seja culturalmente versátil, apenas sua versatilidade é a de uma dobradiça, mecânica – talvez por conta daquele “pedestre realismo” comentado em *Visão do paraíso* e que, pouco imaginoso, enrijece as formas com “atenuações plausíveis” – ao passo que a voracidade ideológica do gentio, a estar correta a hipótese de “O mármore e a murta”, opera de modo vegetal, orgânico. Afinal, o objetivo das concessões técnicas (para conquistar o sertão) e ideológicas (para catequizar) que o português faz ao pensamento indígena é prático (do ponto de vista a partir do qual o ocidente concebe a razão prática, é claro), ao passo que o índio pretende, ao absorver o saber europeu, incrementar seu próprio estatuto ontológico: tendo deduzido da superioridade técnica do português a possibilidade de que ele tivesse acesso a outro mundo, ele se dispõe prontamente a aderir a sua cosmologia – sem, no entanto, internalizar a sua dimensão por assim dizer infraoperacional. O acesso à Terra Sem Mal pelo saber do outro: essa, a *Visão do Paraíso*, vista do lado oposto (VIVEIROS DE CASTRO 2003, p. 206). Ora, não poderia haver reminiscência dessa atitude mental no poder quase mágico que o homem cordial e seus descendentes atribuem aos sistemas ideológicos de países mais prósperos, se deixando seduzir pelo liberalismo,

“com suas maiúsculas impressionantes” (HOLANDA 1936, p. 122)? Não haveria algum resquício da reverência tupi pelos “senhores da fala” (VIVEIROS DE CASTRO 2003, p. 210) na afetação bacharelesca de erudição típica do beletismo nacional, nas extravagâncias oratórias dos debates parlamentares, no tardio cultivo da retórica clássica em terras brasileiras? É possível ler, nesse sentido, a relação que o brasileiro mantém com as ideias descritas em *Raízes do Brasil* como uma espécie de *cargo cult*, no qual a ideologia faria as vezes dos sinais exteriores mimetizados. É curioso, aliás, que Sérgio Buarque tenha negado maior importância ao índio na sociogênese da mentalidade brasileira, se ocupando principalmente de sua contribuição técnica em *Monções e Caminhos e fronteiras*, ao mesmo tempo em que denunciava, na outra “ponta” da cultura, a estreiteza da imaginação do português em *Visão do paraíso*.

Não desejo aqui impor uma hierarquia de valor aos diferentes sistemas de pensamento, mesmo porque, se estamos considerando a problemática que anima os capítulos finais de *Raízes do Brasil*, é difícil imaginar que o estilo inconstante do pensamento tupinambá pudesse fundamentar qualquer organização política de tipo moderno. Apenas parece-me que o mecanismo cultural da cordialidade resulta assim mais compreensível, revelando em Oswald de Andrade um dos leitores mais argutos de *Raízes*. A partir do ponto de vista que vim tentando expor, quando penso na apropriação irrefletida dos conteúdos de “outras” culturas denunciada em *Raízes*, tendo em mente ainda a proposta oswaldiana de pensar a cordialidade como herança ameríndia e matriarcal, sou levado a suspeitar que a possibilidade mais fecunda para uma compreensão da proposta de *Raízes* não deve supor a substituição da “devoração” por um nacionalismo “fáustico” vertical e ensimesmado, mas justamente a renúncia a uma concepção de modernidade centrada na dureza marmórea de seus conteúdos.

Antes de concluir, gostaria de aludir a mais um trecho de “O mármore e a murta” no qual convergem, com especial felicidade, *Raízes*, a leitura de Oswald e a tese de Viveiros de Castro. “A

religião tupinambá”, escreve o antropólogo, “projetava uma forma onde o *socius* constituía-se na relação ao outro, onde a incorporação do outro dependia de um sair de si – o exterior estava em processo incessante de interiorização, e o interior era não mais que um movimento para fora”. Aquela sociedade “não existia fora de uma relação imanente com a alteridade”. No núcleo do pensamento tupinambá estava a afirmação de “uma incompletude ontológica essencial”, não apenas da sociedade, mas da “humanidade em geral” – uma incompletude da condição humana. Nessa ordem mental, “o interior e a identidade estavam hierarquicamente subordinados à exterioridade e à diferença, onde o devir e a relação prevaleciam sobre o ser e a substância” (VIVEIROS DE CASTRO 2003, p. 220).

Em que pese a tônica de grande parte da fortuna crítica em compreender a questão do atraso em suas dimensões institucional, política e econômica, *Raízes do Brasil* é, em primeiro lugar, uma consideração das possibilidades da autodeterminação espiritual da cultura brasileira. Na página de abertura do ensaio, lemos que “antes de investigar até que ponto poderemos alimentar no nosso ambiente um tipo próprio de cultura, cumpriria averiguar até onde representamos nele as formas de vida, as instituições e a visão de mundo de que somos herdeiros” (HOLANDA 1936, p. 3). A resposta que o livro dá nos capítulos finais a essa pergunta fundamental, baseada no que o autor percebe como uma trágica tendência à cópia mecânica de ideias estrangeiras, é pessimista. Isto, é claro, se devêssemos tomar a obra como “estátua de mármore”. Dar consequência a sua possível atualidade dependeria, me parece, de uma disposição de leitura mais atenta ao que podem vicejar as suas insubmissas raízes.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Oswald de. A crise da filosofia messiânica. *In*: **A utopia antropofágica**. São Paulo: Globo; Secretaria de Estado de Cultura, 1990a [1950], p. 101-155.

ANDRADE, Oswald de. Um aspecto antropofágico da cultura brasileira: o homem cordial. *In: A utopia antropofágica*. São Paulo: Globo; Secretaria de Estado de Cultura, 1990b [1950], p. 157-159.

ARAÚJO, Ricardo Augusto Benzaquen de. Sobrados e Mucambos e Raízes do Brasil. *In: MIRANDA, Maria do Carmo Tavares de (org.). Quem somos nós? 60 anos sobrados e mucambos*. Recife: Massangana, 2000. p. 35-46.

BASTOS, Elide Rugai. *Raízes do Brasil – Sobrados e mucambos: um diálogo*. **Perspectivas** (UNESP), v. 28, p. 19-36, 2005. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/13/6>. Acesso em: 19 fev 2019.

BASTOS, Elide Rugai. Um livro entre duas constituintes. *In: HOLANDA, Sérgio Buarque de; MONTEIRO, Pedro Meira (org.); SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). Raízes do Brasil*. Edição crítica. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 405-410.

BLAJ, Ilana. Sérgio Buarque de Holanda: historiador da cultura material. *In: MELO SOUZA, Antonio Candido de (org.). Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 29-48.

BOTELHO, André; BRASIL Jr., Antonio. Primos entre si? Rural e urbano em *Raízes do Brasil e Populações meridionais do Brasil*. *In: HOLANDA, Sérgio Buarque de; MONTEIRO, Pedro Meira (org.); SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). Raízes do Brasil*. Edição crítica. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 411-417.

CASTRO, Conrado Pires de. A “eterna juventude” de um clássico. *In: HOLANDA, Sérgio Buarque de; MONTEIRO, Pedro Meira (org.); SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). Raízes do Brasil*. Edição crítica. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 419-429.

COHN, Gabriel. **Crítica e resignação**. Fundamentos da sociologia de Max Weber. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

COHN, Gabriel. O pensador do desterro. **Folha de São Paulo**, 23 jun 2002, s. p. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2306200207.htm>. Acesso em: 06 mai. 2019.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Sérgio Buarque de Holanda, historiador. *In*: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Sérgio Buarque de Holanda**. História. São Paulo: Ática, 1985, p. 7-64.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Negação das negações. *In*: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy. (Orgs.). **Sérgio Buarque de Holanda**. Perspectivas. Campinas: Unicamp; Rio de Janeiro: UERJ, 2008. p. 317-347.

EUGÊNIO, João Kennedy. **Ritmo espontâneo**: Organicismo em *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda. Teresina: UFPI, 2010.

FELDMAN, Luiz. **Clássico por amadurecimento**. Estudos sobre *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2015.

FRANÇOZO, Mariana. Os outros alemães de Sérgio: etnografia e povos indígenas em *Caminhos e fronteiras*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 63, fev. p. 137-152, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v22n63/a11v2263.pdf>. Acesso em: 9 mai 2019.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Formação da família brasileira sob o regime patriarcal. São Paulo: Global, 2006 [1933].

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Tentativas de mitologia**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções e capítulos de expansão paulista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014 [1945].

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017 [1957].

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. Campinas: Papyrus, 1989 [1962].

MATA, Sérgio da. Tentativas de desmitologia: a revolução conservadora em *Raízes do Brasil*. **Revista Brasileira de História**, v. 36, n. 73, p. 63-87, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/2016nahead/1806-9347-rbh-2016v36n73-005.pdf>. Acesso em: 1º dez 2018.

MELO, Alfredo Cesar. Mudanças em ritmo próprio. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque de; MONTEIRO, Pedro Meira (org.); SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **Raízes do Brasil**. Edição crítica. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 449-455.

MONTEIRO, Pedro Meira. Raízes rurais da família brasileira: Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre. *In*: MONTEIRO, Pedro Meira. **Signo e desterro**. Sérgio Buarque de Holanda e a imaginação do Brasil. São Paulo: Hucitec, 2015. p. 55-77.

MONTEIRO, Pedro Meira; SCHWARCZ, Lilia Moritz. Introdução – Uma edição crítica de *Raízes do Brasil*: o historiador lê a si mesmo. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque de; MONTEIRO, Pedro Meira (org.); SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **Raízes do Brasil**. Edição crítica. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 11-26.

NIETZSCHE, Friedrich. **Segunda consideração intempestiva**. Da utilidade e desvantagem da história para a vida. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003 [1874].

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falou Zaratustra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 [1885].

RODRIGUES, Henrique Estrada. Os sertões incultos e o ouro do passado. *In*: EUGÊNIO, João Kennedy; MONTEIRO, Pedro Meira (Orgs.). **Sérgio Buarque de Holanda: Perspectivas**. Campinas: Unicamp; Rio de Janeiro: UERJ, 2008, p. 63-82.

RODRIGUES, Henrique Estrada. Uma história cordial. *In*: SILVA, Ana Rosa Clochet da; NICOLAZZI, Fernando; PEREIRA, Mateus. **Contribuições à história da historiografia luso-brasileira**. São Paulo: Hucitec, 2013. p. 309-321.

SOUZA, Jessé. A ética protestante e a ideologia do atraso brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 38, p. 97-116, out. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v13n38/38jesst.pdf>. Acesso em: 1º dez 2018.

SIMMEL, Georg. The Conflict in Modern Culture. *In*: SIMMEL, Georg (org.). **On individuality and social forms**. Chicago: Chicago University Press, 1971 [1918]. p. 274-293.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. *In*: VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 183-264.

WAIZBORT, Leopoldo. O mal-entendido da democracia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 76, p. 39-63, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v26n76/03.pdf>. Acesso em 1 dez 2018.

WAIZBORT, Leopoldo; GOLDFEDER, André. Sobre os "tipos" em *Raízes do Brasil*. **Revista ieb**, n. 47, p. 13-35, mar. 2009. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/34638/37376>. Acesso em 9 mai 2019.

WEBER, Max. **A ética protestante e o "espírito" do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEGNER, Robert. A montanha e os caminhos: Sérgio Buarque de Holanda entre o Rio de Janeiro e São Paulo. **Revista Brasileira de História**, v. 36, n. 73, p. 111-133, 2016a.

WEGNER, Robert. Dez anos que abalaram as raízes do Brasil. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque de; MONTEIRO, Pedro Meira (org.); SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **Raízes do Brasil**. Edição crítica. São Paulo: Companhia das Letras, 2016b. p. 471-477.

## AGRADECIMENTOS E INFORMAÇÕES

**André Jobim Martin** 

andrejmartins@gmail.com

Doutorando em História Social da Cultura

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro - RJ

Brasil

Este texto foi originalmente elaborado para discussão na mesa “Cosmologias e noções de pessoa” do VII Seminário dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, realizado em setembro de 2018. Agradeço, pelos valiosos comentários e sugestões que recebi ao longo da escrita e revisão do texto, a Renata Sammer, Clarissa Mattos, Henrique Estrada Rodrigues, Luiz Costa Lima e às(os) pareceristas e editores de *História da Historiografia*; pelo financiamento, agradeço ao CNPq.

RECEBIDO EM: 6/DEZ./2018 | APROVADO EM: 23/MAIO/2019

# Tempo do evento, poética da história: maio de 1968 segundo Michel de Certeau e Cornelius Castoriadis

Time of the event, poetics of history: May 1968 according to Michel de Certeau and Cornelius Castoriadis

**Douglas Attila Marcelino**

<http://orcid.org/0000-0002-0389-4754> 

## RESUMO:

Este artigo analisa e estabelece comparações entre as interpretações de Michel de Certeau e Cornelius Castoriadis sobre as manifestações de maio de 1968. São privilegiados os escritos produzidos por ambos os autores na própria conjuntura do evento, não obstante relações com textos posteriores também sejam realizadas. Por meio da análise desses materiais distintos, sugere-se a relevância dos acontecimentos de 1968 para a formulação de algumas ideias-chave dos dois autores, sobretudo no que diz respeito ao significado conferido ao evento como o surgimento do novo, do inesperado, do impensável. Essa valorização da radical novidade das ocorrências de maio se relacionava com pressupostos ontológicos sobre a temporalidade da história como experiência vivida, mas também incidia sobre os fundamentos epistemológicos da história como forma de escrita. Suas análises, portanto, permitem explorar importantes implicações teóricas, políticas e até mesmo poéticas do significado conferido ao evento pela historiografia.

## PALAVRAS CHAVE:

Escrita da História; Acontecimento; Tempo histórico

## ABSTRACT:

This article analyzes and establishes comparisons between Michel de Certeau's and Cornelius Castoriadis' interpretations of the demonstrations of May 1968. The writings produced by both authors at that time are privileged; however, relations with later texts are also made. In the analysis of the distinct materials, the relevance of what happened in 1968 for the formulation of some key ideas of both authors is suggested, above all in relation to the meaning given to the event as the emergence of the new, the unexpected, the unthinkable. This valorization of the radical novelty of what happened in May 1968 is related to ontological assumptions about the temporality of history as lived experience, but also impacting on the epistemological foundations of history as a form of writing. Their analyses, therefore, allow the exploration of important theoretical, political and even poetic implications of the meaning given to the event in historiography.

## KEYWORDS:

Writing of History; Event; Historical Time

Era uma verdadeira competição de quem difamaria mais Maio de 68: a aversão a Maio de 68 era a única coisa que eles propunham.  
Gilles Deleuze<sup>1</sup>

São muitos os espectros de maio de 1968. Materializados nas mais diversas formas de produção cultural, que se acumulam e solidificam camadas de memória, estimulam polêmicas, controvérsias, eles também configuram uma espécie de poética do evento, com seu potencial sedutor ao analista que, ao iniciar sua interpretação, sofre um apelo subjetivo ao uso dos famosos e inventivos *slogans* de cartazes fixados nos muros parisienses. O potencial metafórico e a contundência das frases, sua capacidade de gerar imagens, somando-se assim com toda expressividade de conhecida iconografia, as inversões de teor festivo que, com sua ironia, solidificam teses em favor da contraposição entre riso e autoritarismo são alguns dos elementos que fornecem uma ampla paleta de cores por meio das quais se poderia pintar, num esforço impressionista ou romântico (a depender da escolha do gênero), os contornos daquela experiência. A simples força de tal sedução muito indica da presença dos espectros do acontecimento: na verdade, o avanço sobre os rastros do passado em favor de sua figuração como “evento” já traz consigo a assimilação de convenções, transformadas em pressupostos, nem sempre problematizados.

Os dilemas da figuração desses rastros, por outro lado, nem sempre escapam àqueles que são colocados na posição de atores, testemunhas e, também, analistas, por serem considerados vozes especializadas no momento de ocorrência da experiência. Experiência, vale ressaltar, que não significa sincronia com ações ou acontecimentos identificados como um “evento”, mas sim uma atmosfera, demarcada pela partilha de afetos e percepções advindas da intensidade de sua presença na memória. Tal presença, como é natural, tende a ser mais consistente tão próxima quanto esteja do ocorrido, ainda que não seja incomum uma rememoração, com forte carga dramática e afetiva, de acontecimentos mais distantes no tempo.

*1 - Afirmação de Gilles Deleuze realizada em 1977, a propósito dos chamados “novos filósofos” (DELEUZE apud DOSSE 2010, p. 166).*

Neste artigo, analisam-se as interpretações sobre maio de 1968 realizadas por dois intelectuais que participaram e examinaram aquela experiência: Michel de Certeau e Cornelius Castoriadis. Ao final, além de importantes diferenças, talvez o leitor possa encontrar surpreendentes semelhanças, ao menos se considerarmos tratar-se de dois autores com visões largamente discordantes, por exemplo, quanto ao papel que conferiam ao religioso em seu pensamento.

Focaremos nossa abordagem nos escritos elaborados já em 1968 por ambos os autores, ainda que existam algumas diferenças entre textos que visavam à ação direta dos manifestantes e outros, realizados com o objetivo específico de interferir no debate público sobre o ocorrido. Essas diferenças, que serão explicitadas nos tópicos seguintes, não dificultam o estabelecimento do aspecto central de análise: seria possível encontrar, nessas avaliações conjunturais, pressupostos ontológicos e, no caso de Michel de Certeau, poéticos que, desenvolvidos em elaborações intelectuais posteriores, remetem para o caráter do “evento”, o “ser” do passado, ou ainda para a específica temporalidade de uma experiência que seria verdadeiramente histórica? Ambos os autores parecem ter tomado maio de 1968 como um desafio às formas existentes do pensamento, uma espécie de provação para os determinismos, ontológicos e epistemológicos, que tendem a se estabelecer desconsiderando a irreducibilidade das formações e das experiências sócio-históricas. A densidade de suas reflexões permite, ao menos, questionar se aquela não foi uma experiência fundamental ao desenvolvimento de ideias-força sabidamente centrais em escritos posteriores acerca do que caracteriza o “evento” (espaço para o surgimento do novo, com sua específica temporalidade), o “homem” (sua capacidade de “criação”, de transformação pela “transgressão”, de “invenção”), a “história” (como escrita, “historiografia”; como experiência, nas figuras da “criação”, “alteridade”, “diferença”).<sup>2</sup>

*2 - Destaque-se, portanto, a especificidade deste estudo em relação àqueles centrados na análise de maio de 1968 ou no confronto entre dados de pesquisas sobre o evento e os escritos de ambos os autores (ver, por exemplo, ZANCA-RINI-FOURNEL 2002; PREMAT 2009a).*

## A “revolução simbólica”, segundo Michel de Certeau

Michel de Certeau teve um papel ativo durante os eventos de maio e junho de 1968 e estabeleceu uma reflexão importante sobre as manifestações então ocorridas, que foram depois reunidas, com pequenas modificações, no livro *La prise de parole*, publicado em outubro de 1968 (GIARD 1994, p. 22-23). Os supostos motivos e os pormenores de sua intensa atuação já foram analisados por reconhecidos estudiosos, que forneceram elementos relevantes à compreensão da situação particular em que se encontrava quando eclodiram as manifestações – seja pela vinculação com suas temáticas de pesquisa; pelo lugar que indivíduos da sua geração ocupavam diante das demandas e expectativas dos mais jovens; ou, ainda, pelas particularidades trágicas de sua vida pessoal, marcada, entre outros, por um conjunto de lutos familiares (GIARD 1994).

Os textos de *La prise de parole* foram, originalmente, publicados entre junho e outubro de 1968 na revista *Études*,<sup>3</sup> periódico mensal da Companhia de Jesus.<sup>4</sup> Apenas um artigo veio a público, na mesma revista, em maio de 1969.<sup>5</sup> Nossa análise tomará esses textos como objeto central, por terem sido elaborados na conjuntura do evento, mas não deixaremos de considerar possíveis diálogos com outras produções anteriores ou da mesma época.

Michel de Certeau direcionou para o plano do simbólico sua análise dos acontecimentos de maio-junho de 1968, visando interpretar os significados das ações que caracterizaram aquela experiência e ressaltando toda a teatralização e o sentido ritual daquelas práticas.<sup>6</sup> Seja pela nova topografia idealizada, com desfiles que recompunham a clássica geografia das greves e outros movimentos contestatórios; seja pelo tom festivo, que conferia novas roupagens àqueles dias de crise e de violência; seja ainda pelo riso, transformado em arma contra a intolerância governamental, pelos novos usos conferidos às barricadas, pela valorização da criação poética e da imaginação, o que

3 - Um dos textos originalmente publicados na primeira edição de *La prise de parole* passou, a partir de 1974, a constar do livro *La Culture au pluriel*. Seu título original, na *Études*, era “*Savoi et société. Une ‘inquiétude nouvelle’ de Marcuse à mai 68*”.

4 - Como utilizamos a edição de 1974 de *La prise de parole* (na qual o artigo indicado na nota anterior não consta), acessamos esse texto diretamente na versão em português de *La Culture au pluriel*, na qual figura como capítulo 8 (“*Estrutura social do saber*”).

5 - O texto chama-se “*Une littérature inquiète: un an après*”, constando como capítulo 6 da edição de 1974 de *La prise de parole*. As referências serão realizadas pelos títulos dos capítulos para facilitar a consulta do leitor, já que constituíam artigos autônomos.

6 - Para evitar muitas remissões, utilizaremos argumentos dos textos originalmente publicados por Certeau entre 1968 e 1969 de modo geral, referenciando apenas argumentos pontuais ou citações diretas. Faremos o mesmo com as obras de Castoriadis.

se verificava, enfim, era a inauguração de um novo estilo de experiência, pelo qual os gestos obtinham mais relevância do que programas de ação preestabelecidos. “Revolução simbólica”, ela mais significava do que efetuava, tornando necessária uma interpretação histórica e antropológica da inversão de sentidos produzida por meio da retomada de signos já carregados de significados socialmente estabelecidos.

“Tomada da palavra”, essa seria a expressão que melhor sintetizava todo o vocabulário simbólico e a batalha ritualística então verificada. As noções de “ação simbólica” e de “experiência” pareciam categorias centrais de análise. Elas permitiam enfatizar o papel fundamental do símbolo, mas também sua relação com as práticas, já que o aspecto mais significativo dos eventos de maio-junho era a inversão dos lugares sociais então encenada, com suas implicações no que diz respeito ao uso da palavra. “A palavra, do início ao fim, jogou um papel decisivo, desde a de Daniel Cohn-Bendit até aquela do general de Gaulle”, destacava (CERTEAU 1994e, p. 32-33).<sup>7</sup> As reivindicações de autonomia e de autogestão, de uma experiência direta da democracia, a ocupação estudantil das universidades e a tomada do lugar dos professores, a valorização de uma linguagem comum que superasse a divisão entre trabalho intelectual e manual, entre outros, colocavam em questão as possibilidades de uso da palavra numa sociedade hierarquizada, racionalista e burocrática.

As contestações visavam, de fato, o sistema como um todo, tornando-se sintoma de um problema geral, já que as características mencionadas permeavam e estruturavam as formas de organização das instituições em sua diversidade (as universidades, mas também os partidos, os sindicatos, a Igreja etc.). O que estava em jogo era todo o sistema de representação, já que Michel de Certeau partilhava de uma noção ampla de representação: à crise da representação política correspondia um descrédito do saber, pois haveria uma homologia na forma de funcionamento desses dois planos. Características tomadas como fundamentais da

*7 - Todas as traduções realizadas neste artigo são livres.*

representação política, como sua expressão por meio de uma totalidade ilusória, sua suscetibilidade ao controle e sua função operatória conformariam também o saber, tornando a crise um fenômeno de teor globalizante, já que era a coerência interna do sistema de representação como um todo que havia sido posta à prova. Fundamental, mas mantida por um frágil equilíbrio, essa coerência havia sido deslocada pelos eventos de maio, evidenciando a importância da linguagem como elemento central da crise: “a doença (se é que existe uma!) que evidencia uma tão profunda evolução consiste em *tomar a linguagem a sério*, ou a recusar que ela se torne um jogo, o jogo de ninguém” (CERTEAU 1994b, p. 62).<sup>8</sup>

Outra categoria central, que colocava igualmente em primeiro plano essa dimensão linguística dos eventos de maio-junho, era a de “transgressão”. Sem dúvida, ela remetia a análise de Michel de Certeau para todo um amplo conjunto de pesquisas anteriores, voltadas para os desvios e deslocamentos realizados por aqueles que não detêm uma linguagem própria, tal como se pode verificar em seus estudos sobre os séculos XVI e XVII (os místicos, as possuídas, os indígenas, por exemplo). Também nas manifestações de maio-junho, o que estava em questão era “a criação de um lugar no qual a fala que rejeita, que recria, é possível” (CERTEAU 1994e, p. 37). A “tomada da palavra” não representava uma tomada do poder, de fato, mas uma recomposição do campo dos possíveis, um alargamento da palavra àqueles cuja expressão era tacitamente admitida como impossível. Por meio dos deslocamentos e desvios operados no vocabulário existente, desestabilizavam-se os limites entre o dito e o não dito, reconfigurando as fronteiras entre o permitido e o interdito e abrindo, assim, espaço para aquilo que somente poderia se manifestar como recusa, como falta, como “brecha”. Essa última noção, particularmente utilizada naquela conjuntura, tornava-se igualmente fundamental na interpretação de Michel de Certeau, que caracterizava os eventos de maio como uma “ação simbólica que abre assim uma brecha em nossa concepção de sociedade” (1994e, p. 37). Como “brecha”, forma de experiência que apenas

8 - Certeau toma-va de Julien Freund (*L'essence du politique*) algumas de suas formulações sobre a representação política.

podia se manifestar produzindo uma ausência no sistema de representação, as manifestações tornavam visíveis, inclusive, as discrepâncias entre a positividade da experiência vivida e o modo negativo (no sentido de recusa) de sua manifestação.

Nessa perspectiva, a retomada do poder, decorrida do desmantelamento das manifestações, podia ser comparada com formas anteriores de repressão às transgressões de grupos não dotados da palavra: “faremos de nossos concidadãos nossos índios do interior, por essa espécie de consumo que começa sempre por remover a fala de seus objetos?” (CERTEAU 1994b, p. 69). Como se pode notar, a transformação do outro, o indígena, em objeto de um saber, o apagamento de sua voz por uma etnografia que havia funcionado como uma máquina colonizadora do mundo ocidental, sua tendência a recuperar o estrangeiro apagando sua alteridade tornavam-se elementos de reflexão sobre a necessidade de uma decisão: “nossa sociedade julgará qual escolha será capaz de fazer” (CERTEAU 1994b, p. 69). Essa parecia uma questão central para Michel de Certeau: ao remeter ao problema da representação, mencionando suas dimensões relativas à política e ao saber, ele já havia indicado suas implicações teóricas (uma “escolha”, uma “decisão”), tendo em vista, inclusive, que o caráter revelador do evento se relacionava com a forma nova de repensar a relação entre teoria e prática (em última instância, ela não recompunha fronteiras como aquela estabelecida entre o trabalho intelectual e o manual?).

A “decisão” teórica, por outro lado, não se descolava de seu componente cultural, pois o problema remetia para a forma com que uma sociedade lida com a alteridade, no caso, de um passado recente: como tratar daquele evento que, rapidamente, alcançou uma enorme bibliografia, além de muitas outras produções culturais (filmes, documentários etc.)? Política, cultural, a questão era ainda epistemológica: “na origem de uma ciência, há sempre opções éticas e culturais. Atualmente, os *a priori* históricos e sociais do nosso saber são mais claramente revelados como tais pelo acontecimento”. E complementava: “Toda ciência humana deve introduzir a suspeita em seu

próprio desenvolvimento (...). Ela está vinculada a *uma* forma de cultura. Para se definir novamente, deve fazer uma análise contestadora da civilização que ela postula” (CERTEAU 2012a, p. 172-173). Não bastassem essas dimensões, que tornam sua leitura multifacetada, poderíamos, finalmente, perguntar: não se poderia encontrar, na análise do evento, elementos que remetem sua interpretação também para o plano de uma ontologia efetivamente histórica ou mesmo para uma poética da temporalidade?

## O evento e sua temporalidade: implicações para a historiografia

Se o evento de maio-junho era um acontecimento “relevador”, inclusive do ponto de vista epistemológico, sua interpretação era “uma tarefa uma vez política e teórica” (CERTEAU 1994d, p. 49; 1994c, p. 82). A reivindicação da relação entre essas dimensões era constante, já que a denegação do caráter inaugural do evento tinha consequências não apenas da ordem do saber, mas também ideológicas. Do ponto de vista do pesquisador, defendia Michel de Certeau, “a lei de seu pensamento não tem mais por função apenas proteger as leis de uma sociedade”. Além disso, embora o historiador não pudesse desconsiderar experiências anteriores, “não é verdade que a novidade seja explicável pelos elementos já identificados, mas combinados diferentemente”. Esse tipo de leitura criticada, redutora do princípio histórico do passado àquele da atualidade, restringiria a possibilidade de pensar a radical novidade daquela experiência, postulando “que nada pode se passar de outra forma em relação àquilo que já pensamos” (CERTEAU 1994d, p. 51, 53 e 54). E o problema era não apenas do historiador: “as ciências sociais estão condenadas a ignorar a novidade e a somente conhecer o homogêneo?” (CERTEAU 1994f, p. 110).

A antinomia entre evento e estrutura tampouco seria capaz de explicar a complexidade do ocorrido. Tema clássico das ciências sociais, ele foi colocado em pauta, sobretudo, no debate sobre uma suposta vitória da estrutura sobre o evento,

compreendida como a retomada da palavra pelos órgãos governamentais (CERTEAU 1994b, p. 64-66). Para Michel de Certeau, “introduzindo o heterogêneo na homogeneidade da linguagem”, o evento representava muito mais do que o contrário da estrutura, e o que estava em pauta, na realidade, era uma “tomada de posição em relação àquilo que escapa às regras de uma razão (social, científica, filosófica) como sua contestação ‘incompreensível’ ou inesperada” (1994c, p. 82-83). O evento, nesse caso, era a própria “diferença”: “tanto na prática quanto na teoria, *o diferente não é jamais o contrário*. Recusamos ter, em teoria, que escolher entre a história e a estrutura; na prática, entre ‘o movimento’ de maio e ‘a ordem’ de junho. Na realidade, se trata de uma ordem diferente” (CERTEAU 1994b, p. 77).<sup>9</sup> Atentar para a “diferença” seria uma atitude justamente contrária àquelas anteriormente apontadas, que, reduzindo o passado a uma estruturação ou reestruturação do já configurado (ou pensado), eliminavam *a priori* tudo aquilo que parecesse heterogêneo:

É necessário não somente constatar, mas admitir que nossos gestos e nossa história podem voltar com um sentido surpreendente para nós; que nossas próprias palavras podem dizer uma experiência não contrária (pois isto seria uma forma do Mesmo), mas diferente da nossa; que eles se tornam o instrumento de uma contestação, o vocabulário do outro (CERTEAU 1994d, p. 54-55).<sup>10</sup>

O que estava em jogo, de fato, era a abertura da possibilidade de pensar o evento e, portanto, o passado como diferença, como lugar da imprevisibilidade, do desafio às formas atuais do pensamento (o evento como “uma brecha em nossas formas de compreensão da sociedade”). Vale ressaltar que, embora essa forma de compreender o “evento” como “diferença” possa ser relacionada com a categoria *différance*, de Jacques Derrida, Michel de Certeau não utilizou, nos textos aqui citados, a noção com a mesma grafia do autor de *Gramatologia* (Derrida usava *différance* em distinção da palavra *différence*). Por outro lado, a categoria “diferença” foi utilizada por Certeau, em outros

9 - Sobre o “fato histórico” como “diferença”, conferir, também, *L'écriture de l'histoire* (CERTEAU 1975a, p. 112-115).

10 - Seria interessante uma confrontação entre a menção de Michel de Certeau às formas de retorno do passado com o diálogo estabelecido por Paul Ricoeur com Heidegger e Kierkegaard em torno da noção de “repetição” (RICOEUR 2007, p. 390-393).

textos, em clara menção à leitura lacaniana sobre a forma de funcionamento do inconsciente, sobretudo no que diz respeito à figura metonímica do desejo como perpétuo deslocamento de uma diferença, por definição, nunca localizável. Sugestiva dessa relação também, é claro, é o uso da noção de “escritura” da história. Para além da implícita referência às escrituras sagradas, seu emprego poderia apontar uma escritura que se especializa por meio de traços, anteriormente à constituição dos binarismos associados a uma “metafísica da presença”, o que remete novamente ao sentido conferido por Derrida à *différance* (binarismos como a própria antinomia entre evento e estrutura).<sup>11</sup>

Segundo Michel de Certeau, um texto não poderia existir sem implicar “uma posição doutrinal” sobre a “relação entre a *teoria* e a *inovação*, entre a *linguagem* e a *violência*”. Assim, “é sem dúvida a função mesma da história (da historiografia) constituir, mais lucidamente, um discurso que enuncia uma relação da razão com o seu ‘outro’, com os eventos” (CERTEAU 1994c, p. 83). Como se pode notar, os acontecimentos de maio permitiam pensar algo constitutivo da historiografia como forma de lidar com o passado, uma condição inexorável que tornaria importante perceber os vínculos que o livro de história estabelece não apenas com o público visado, mas com os eventos futuros:

Sob a forma de um discurso que mantém uma relação com a heterogeneidade do passado, o livro contém, *nele*, o anúncio da relação que o autor pretende ter com aquilo que ainda permanece exterior e parcialmente imprevisível. Por exemplo, uma interpretação imperativa do passado é já intolerante em relação ao público ou aos eventos futuros. A literatura sobre maio pode ser analisada deste ponto de vista, como o teste de um saber ou o testemunho de uma sociedade sobre ela mesma (CERTEAU 1994c, p. 83).

A relação com o heterogêneo, com o público e com o futuro seria não apenas constitutiva da historiografia, mas definida como inscrita no texto ou no livro de história, ou seja, como configuradora da própria escrita: “esta relação [da historiografia com os eventos], *interna ao texto*, definia

11 - É importante notar, entretanto, que a perspectiva de Michel de Certeau não descentraria completamente o lugar do sujeito, conforme indicaremos mais adiante (CERTEAU 1975b, p. 360; DERRIDA 1999; 2014).

assim sua posição [do historiador] sobre aquilo que lhe é externo, a saber, os leitores ou o futuro” (CERTEAU 1994c, p. 82-83).<sup>12</sup> Tendo em vista a relevância conferida por Michel de Certeau à escrita como um dos componentes da “operação historiográfica” (1975a), certamente não é despropositado ressaltar o caráter fundamental dessa dimensão poética do trabalho do historiador, assim como a forma pela qual ela responderia a questões epistemológicas relacionando-as com preocupações ontológicas sobre o próprio estatuto do passado como “objeto” da historiografia. Conforme indicaremos mais adiante, essa chave de leitura, que aponta uma reflexão nas fronteiras entre uma ontologia e uma poética da temporalidade, pode ser aproximada daquilo que foi chamado de “ontologia da criação” por relação às obras de Cornelius Castoriadis (o conceito de “criação” foi desenvolvido por Castoriadis em textos posteriores, mas torna-se interessante perceber como elementos que serão fundamentais à sua reflexão estavam já presentes na interpretação sobre maio de 1968).<sup>13</sup>

A indicação dessas preocupações ontológicas, implícitas nos textos aqui analisados, não se torna forçada se considerarmos, inclusive, a crítica que Michel de Certeau formulava, no período, à forma como as análises científicas, de cunho histórico e sociológico, tendiam a excluir de seus discursos todas as suas pressuposições ontológicas. Em importante texto de 1971, no qual realizava essa crítica diretamente, sua reflexão girava exatamente sobre o papel do evento, sobretudo o evento como “ruptura instauradora”, tal como Jesus Cristo, para os cristãos, remetendo implicitamente ao problema da temporalidade (o evento fundador do cristianismo, nesse caso, era confrontado com os cortes epistemológicos representados por Marx e Freud no campo científico). Sem dúvida, uma preocupação com as formas da escrita (uma poética) também atravessava esse e outros textos do período (CERTEAU 1987, p. 200 e 211-226).<sup>14</sup>

A noção de “criação”, por outro lado, era ela mesma importante na caracterização do evento por Michel de Certeau: “uma experiência criadora, quer dizer, poética” (uma “multidão

12 - *Grifos meus.*

13 - *Partindo de preocupações bastante diversas, Antoine Chollet (2015) também destacou esse aspecto da interpretação de Castoriadis e criticou a pouca frequência pelos analistas de seus textos sobre 1968 (e de Lefort, pois realizou uma comparação entre ambos).*

14 - *Uma interessante leitura sobre as preocupações epistemológicas de Michel de Certeau foi realizada por Virgínia A. de Castro Buarque (2004, p. 231-248).*

que se tornou poética”) (CERTEAU 1994d, p. 42).<sup>15</sup> A criação, nesse caso, poderia ser compreendida tanto do ponto de vista do caráter imaginativo da atividade historiadora, remetendo para um problema epistemológico (ou, poderíamos dizer, poético, considerando a escrita), quanto para o próprio estatuto ontológico do passado como experiência vivida. Na verdade, essas dimensões parecem inequivocamente vinculadas: o sentido conferido ao passado como experiência criadora era um problema “interno ao texto”, conforme destacado, ou seja, parte do esforço poético. Considerar essa dimensão criativa, por fim, era ela mesma uma opção teórica e uma escolha política, como também já indicamos: era a relação do historiador com seu presente e com seu futuro, inclusive na figura da atenção ao significado do seu texto para o público-leitor, que condicionava sua tendência a valorizar ou rejeitar a heterogeneidade do passado. Somente uma perspectiva atenta àquilo que o evento significava como o outro da razão, como alteridade, como “diferença” se mostraria aberta à percepção do caráter criador e inaugural da experiência de maio.

De certa forma, a reflexão de Michel de Certeau sobre os acontecimentos de maio-junho implicava uma caracterização daquilo que constitui o próprio “ser” do passado, seu estatuto como criação e, sobretudo, como temporalidade: o evento, uma “brecha”, um corte político e epistemológico na lógica de uma sociedade e uma ciência enquadradas no tempo longo das estruturas, ao qual somente se podia contrapor uma noção de evento como ruptura, e não como diferença. A temporalidade do novo, da criação, do evento, por outro lado, não era um pressuposto incondicional, que conduziria a um determinismo na percepção da natureza ontológica daquilo que compreendemos como o passado. Isso porque a abertura à imprevisibilidade do passado tinha por consequência uma constante revisão dos próprios postulados do conhecimento, já que “o *saber* pode mudar com a *experiência*” (CERTEAU 1994b, p. 65).

Essa abertura para a radical novidade do passado, sem dúvida, se relaciona com a valorização do papel da

15 - O uso da noção de “criação” também aparece, entre outros, nas páginas 44 e 55 do mesmo texto e em “Pour une nouvelle culture” (CERTEAU 1994c, p. 86).

historiografia e não foi por menos que Paul Ricoeur se voltou para as formulações de Michel de Certeau no diálogo crítico estabelecido com a obra máxima de Heidegger (RICOEUR 2007, p. 377-380). A valorização do evento, do passado como experiência criadora, além de poder ser relacionada com o vigor do “ter sido” que caracterizaria um nível mais autêntico de temporalidade na leitura heideggeriana, também não discrepava de uma atenção à dimensão epistemológica e política envolvida na “escolha” sobre como lidar com o passado.<sup>16</sup> Por outro lado, era na abertura à imprevisibilidade e à heterogeneidade da experiência anteriormente vivida que radicava a condição de historicidade da própria historiografia, da constante revisão de seus pressupostos, sejam eles de natureza epistemológica ou ontológica.<sup>17</sup>

A indicada valorização da historiografia, cabe ressaltar, dependia justamente da sua capacidade de lidar com a diferença, inclusive naquilo que ela se expressava como forma de contestação do estatuto atual de um saber que, a partir da universidade, reproduzia o modo de organização hierárquico e massificado das instituições criticadas pelas manifestações de maio.<sup>18</sup> Era preciso responder a essa situação na qual “o outro’ reaparece no coração da ciência como uma palavra que a contesta” (CERTEAU 1994c, p. 86).<sup>19</sup> É nesse sentido que, aos condicionantes teóricos, epistemológicos e políticos da atividade do historiador, deveria ser acrescentado, com destaque, seu papel pedagógico, seja pela relação do livro de história com o público, conforme antes indicada, seja pela “homologia existente entre a atitude científica do professor diante dos fatos dos quais ele fala e seu comportamento diante dos estudantes aos quais se direciona”. Ou seja, a atividade do historiador como professor era igualmente fundamental, sobretudo no caso das ciências humanas, nas quais “esta interferência entre o homem-objeto e o homem face-a-face” é ao mesmo tempo sua “grandeza” e seu “perigo”. As vinculações entre o saber ensinado pelo cientista e a relação pedagógica teriam se tornado ainda mais claras devido às contestações, “graves e generalizadas”, de maio, reveladoras da “relação

16 - *Preferimos a leitura de A memória, a história, o esquecimento do que a de Tempo e Narrativa, pois esta reduz a obra de Certeau a uma sociologia da historiografia e a uma ontologia negativa do passado incapaz de alcançar o “ter sido” de experiências anteriores.*

17 - *O uso da versão primeira do texto de Certeau sobre a “operação historiográfica” (no caso, “operação histórica”), na qual a escrita não adquiria a devida relevância, talvez explique a interpretação limitada de Tempo e Narrativa (RICOEUR 2012, p. 253-266).*

18 - *No texto “L’opération historiographique”, ao se perguntar acerca daquilo que o historiador “fabrica” e indicar com contundência a presença da cultura de massa na universidade, Michel de Certeau retomaria críticas semelhantes às realizadas em 1968 (1975a).*

19 - *Sobre o retorno do outro na linguagem científica e a forma como sua transformação em objeto afasta qualquer vestígio de alteridade, conferir também “La rupture instauratrice” (CERTEAU 1987, p. 204-209).*

teórica por meio da qual se fundava um conhecimento do homem, da sociedade ou do passado” (CERTEAU 1994c, p. 84).

A reflexão sobre a relação pedagógica, particularmente no ensino universitário, foi tema fundamental das manifestações de maio, fazendo parte de uma contestação mais ampla do próprio lugar do saber nas sociedades de capitalismo avançado. O teor burocrático e hierárquico das instituições acadêmicas contraditava com as justificativas do avanço científico, expressando a “incoerência” da relação entre a forma como um saber justificava seu estudo sobre os fatos humanos e as relações dentro da comunidade acadêmica. Ao invés de uma construção do saber como “interrogação mútua”, entre professores e estudantes, ou mesmo entre os próprios estudantes, o que se podia encontrar eram “trocas definidas em termos de produções: objetos de pensamento, resultados de exames, cérebros ulteriormente utilizáveis”. Nesse campo fechado das universidades, tornava-se surpreendente que a criação tivesse alcançado maior valor apenas no quadro de violência que condicionou as manifestações, o que tornava urgente redefinir as práticas pedagógicas, de modo a “permitir a cada um *existir*, ser diferente por sua relação com os outros, poder criar (e tornar-se outro ele mesmo) numa colaboração definida como um processo inventivo” (CERTEAU 1994c, p. 85).

Submetidas a uma lógica da produção, as práticas pedagógicas, na realidade, repercutiam as mesmas condições de “um *saber* identificado por um *poder* sobre os *objetos*”, ou seja, submetido aos ditames relativos ao desenvolvimento de toda a civilização técnico-científica e o “tipo ‘ocidental’ de sociedade que ela criou” (CERTEAU 1994c, p. 86). Contestando essa forma de organização da sociedade em seu âmago, colocando em questão todo o seu sistema de representação, os movimentos de maio-junho teriam, então, legado ao presente a necessidade de uma revisão de postulados, inclusive no campo do saber, tornando necessária e urgente a realização de uma escolha. Uma escolha teórica, mas também política, que, em última instância, apontava a necessidade de uma revisão cultural

mais ampla.<sup>20</sup> Essa era, então, a leitura de Michel de Certeau, que intitulou um de seus textos de “Por uma nova cultura”, indicando a necessidade de não negligenciar, marginalizando ou simplesmente colocando sob a manta do esquecimento, todo o teor criativo e inaugural das manifestações de maio. Esquecimento que, vale destacar, poderia ser produzido até mesmo pelo excesso de lembranças: bastaria confrontar o caráter coletivo e explosivo da experiência vivida com o estabelecimento de uma enorme bibliografia que somente podia ser “consumida” na calma de uma leitura silenciosa, bem distante dos ruídos das ruas (CERTEAU 1994f; 1994a).

## A “revolução antecipada”, segundo Cornelius Castoriadis

O início das manifestações de 1968 estimularam a iniciativa de Cornelius Castoriadis de reunir novamente um pequeno grupo de intelectuais antes envolvidos com a publicação da revista *Socialisme ou Barbarie*, cujo último número tinha circulado em 1965. O grupo, por outro lado, havia deixado de existir desde o ano anterior, mas foi impulsionado a retomar as discussões devido aos acontecimentos, ainda que não tenha decidido voltar formalmente à existência. Nas reuniões, eles discutiam um texto produzido pelo próprio Castoriadis, inicialmente intitulado “Agir, réfléchir, s’organizer”, que logo passaria a circular nas universidades ocupadas pelos estudantes. Finalizado em maio de 1968, o texto aparecia, inicialmente, sob o pseudônimo de Jean-Marc Coudray, tendo em vista a avaliação de que, por ainda não ter adquirido nacionalidade francesa, Castoriadis corria risco de extradição pela atuação em favor das manifestações.<sup>21</sup> No início do verão do mesmo ano, o texto já apareceria como integrante da publicação *Mai 68: la brèche*, sob o novo título “La révolution anticipée” e acrescido de uma segunda parte, centrada na originalidade da crise de maio de 1968.<sup>22</sup>

*Mai 68: la brèche* contaria ainda com as análises de Edgar Morin, publicadas no mês de maio no jornal *Le Monde*, e com um texto de Claude Lefort, redigido em junho do mesmo ano.

20 - A relação entre a escolha e a mudança de padrões culturais que permitam dar voz ao outro nem sempre foi clara em Certeau, como se pode verificar em texto de 1971, no qual a dimensão da escolha não ganhou igual relevância explicativa (CERTEAU 1987, p. 209-226).

21 - Esses e outros pormenores da atuação de Castoriadis e sua relação com a *Socialisme ou Barbarie* foram examinados por Dosse (2018). No caso deste e de outros e-books, não indicaremos as páginas das citações, mencionando apenas tratar-se de livro digital.

22 - A parte intitulada-se “L’originalité de la crise de Mai 68” e, embora tenha sido acrescentada como segundo item de “La révolution anticipée”, a manteremos como referência separada nas citações, já que, ao leitor, pode interessar o confronto entre os textos.

Em linhas gerais, além das análises específicas de cada um desses intelectuais, pode-se perceber a retomada de aspectos centrais das interpretações produzidas durante o período de existência da *Socialisme ou Barbarie*, assim como leituras críticas às tentativas de enquadramento das manifestações em modelos preestabelecidos (sobretudo no que diz respeito àqueles que reproduziam as visões predominantes nas organizações partidárias com as quais ambos os autores se confrontavam desde, ao menos, os anos 1940).<sup>23</sup> Posteriormente, por ocasião dos vinte anos das manifestações de maio, uma nova edição de *Mai 68: la brèche* foi publicada, juntamente com outras análises dos mesmos autores, que passavam a incidir também sobre as críticas mais recentes e sobre a memória do evento. Essa nova edição mantinha, é claro, o texto publicado já na versão de 1968, tornando-se matriz de reimpressões posteriores, tal como a que utilizamos em nossa análise. Ocasionalmente, faremos referência também a outros capítulos do livro, como o de Claude Lefort, pois sua confrontação permitirá aprofundar o estudo comparativo das leituras de Cornelius Castoriadis e Michel de Certeau.<sup>24</sup>

A interpretação de Castoriadis sobre maio de 1968 contém, de fato, elementos significativos que indicam relações com teses e preocupações desenvolvidas dentro de *Socialisme ou Barbarie*, com seu papel precursor na análise das singularidades dos movimentos contestatórios das sociedades burocráticas modernas (DOSSE 2018). Apesar de todo o acompanhamento realizado pelo grupo de várias manifestações anteriores, em países diversos, Castoriadis apostava na extrema novidade das manifestações de 1968, que colocavam em pauta não apenas um movimento contestatório, mas uma “afirmação” revolucionária radical em uma sociedade de capitalismo avançado. Questionava-se, no seu conjunto, os fundamentos da “civilização” moderna ocidental, com sua forma de vida baseada nas leis da técnica e do consumo, em modos de organização institucionais hierárquicos e burocratizados.

Além dos números expressivos, não apenas das movimentações estudantis iniciadas na universidade de Nanterre e difundidas pelo país, mas também dos milhões

23 - Sobre a fundação do grupo *Socialisme ou Barbarie*, em 1946, e as discordâncias com o Partido Comunista Internacionalista e o Partido Comunista Francês, por exemplo, conferir as análises de Christophe Premat (2009b) e Antoine Chollet (2015).

24 - Utilizamos uma edição mais recente (2008) da nova versão da publicação tal como existente desde 1988, que contém as reavaliações posteriores de Morin, Castoriadis e Lefort, intitulando-se *Mai 68: la brèche suivi de Vingt ans après* (MORIN et al 2008).

de trabalhadores em greve por semanas, a novidade mais significativa dessa afirmação revolucionária se relacionava com o próprio âmago das contestações.<sup>25</sup> Isso porque, longe dos modelos marxistas de revolução, centrados na contradição interna do capitalismo como conflito entre detentores dos meios de produção e classe produtora, o que estava em pauta era uma clivagem mais profunda das sociedades modernas, que separava dirigentes e executantes (conforme tese marcadamente presente em discussões anteriores da *Socialisme ou Barbarie*). Não por menos, os atores mais fundamentais da ação revolucionária seriam aqueles que a sociedade técnica colocava em “disponibilidade”, definindo-os pela “irresponsabilidade” e os impulsionando para um confronto com a perda de sentido da vida moderna: os jovens, sobretudo os estudantes (CASTORIADIS 2008a, p. 177 e 188). A juventude não representava o único grupo social que contestava a ordem estabelecida, mas era, assim como uma *intelligentsia* envolvida com as estruturas da produção cultural, a principal veiculadora da “explosão criativa” das manifestações, “vomitando” o sistema atual e o futuro que ele impunha (CASTORIADIS 2008b, p. 129).

Nessa leitura, a universidade, com seu caráter “sacrossanto”, era lugar de expressão dos valores arcaicos ainda existentes e da “crise mais profunda do saber e da ciência contemporânea”. Colocando em questão esse sistema de modo mais amplo, buscava-se redefinir o próprio desenvolvimento do indivíduo, sua relação com a produção do conhecimento e com a autoridade, “pois o saber é a primeira sublimação do desejo do poder, de sua relação com a instituição naquilo que ela encarna como marco fixo e último” (CASTORIADIS 2008a, p. 191 e 192). Como se pode notar, tal como em Michel de Certeau e em outras análises do período, tratava-se de uma crise das instituições como formas de organização típicas das sociedades capitalistas modernas, entre as quais figurava a universidade como lugar de elaboração do saber numa perspectiva tecnicista, hierarquizada e produtivista. É nesse sentido que as noções de autogestão e auto-organização, colocadas em prática durante as ocupações universitárias, se tornavam fundamentais para

25 - Em seu texto, escrito entre 20 e 30 de maio de 1968, Castoriadis mencionou nove milhões de trabalhadores em greve durante vinte dias. Posteriormente, Dosse mencionaria dez milhões de grevistas parados por quase um mês (CASTORIADIS 2008b, p. 122; DOSSE 2018).

repensar uma gestão autônoma e coletivizada, baseada na democracia direta como modo de organização da sociedade em perspectiva mais ampla.

Totalmente envolvido com essas expectativas, o texto de Castoriadis apresentava, inclusive, um conjunto de proposições em favor da difusão e consolidação dessa forma de organização. Na sua perspectiva, a revolução deveria adquirir um “rosto”, os estudantes deveriam “fazer entender a sua palavra”, realizar a difícil “transformação qualitativa” que permitiria a transição de um “movimento estudantil para um movimento global” (CASTORIADIS 2008b, p. 130 e 133). O desafio fundamental, nesse caso, era estabelecer formas de ação que não se confundissem com a construção de um “programa rígido e estereotipado”, realizado por uma elite intelectual que se colocaria no lugar de único grupo reflexivo da sociedade. Essa tensão atravessa o texto de Castoriadis de modo geral e estava, segundo ele, no próprio âmago da contestação da sociedade moderna: era preciso repensar essas antinomias do sistema capitalista burocrático, ou seja, a divisão entre dirigentes e executantes ou entre aqueles que detêm ou não o saber.

Não se pode esquecer, nesse caso, que a antinomia entre ação e reflexão era também um problema central para Michel de Certeau. O questionamento de sua pertinência caracterizava não apenas sua análise dos eventos de maio, conforme destacado, mas fundamentou diversas de suas interrogações sobre a cultura, as quais permearam sua trajetória e estiveram na base de alguns de seus livros mais relevantes (particularmente, CERTEAU 2012b e 2009). A própria noção de “transgressão”, anteriormente indicada, assim como suas interpretações sobre o caráter inventivo das formas de apropriação cultural, remetiam para os usos e reinvenções produzidos por aqueles que “não tinham um próprio”, ou seja, tendiam a ser colocados no lugar dos não detentores do saber (ou, em outra formulação, desprovidos de uma linguagem própria, o que os restringia à possibilidade de promover deslocamentos e desvios na linguagem preexistente por meio de uma eventual “tomada da palavra”).

## O estatuto ontológico do evento como criação e a imprevisibilidade da história

A antinomia entre ação e reflexão, que tornava um desafio estabelecer proposições para o movimento revolucionário, era apenas uma entre outras enraizadas nas formas de organização da sociedade capitalista burocrática, como, por exemplo, espontaneidade e organização, imaginação e racionalidade, reforma e revolução, festividade e seriedade. Neste caso, não bastava produzir uma síntese ou tentar ultrapassá-las, já que se tornava necessário destruir “o terreno mesmo no qual elas surgem incessantemente” (CASTORIADIS 2008b, p. 138).<sup>26</sup> Tal como, na leitura de Michel de Certeau, não era suficiente tomar o evento como contraponto da estrutura, também Castoriadis não pressupunha uma simples negação ou inversão da lógica que caracterizava as formas atuais de organização social, indicando que, nesse caso, a via existente realmente era bastante estreita, inclusive no que diz respeito à relação entre teoria e prática, já que uma valorização da espontaneidade da ação não deveria inviabilizar a atitude reflexiva.

É justamente nesse ponto que a interpretação adquire mais densidade e relevância, mobilizando uma categoria que, futuramente, seria central em suas propostas em favor de uma “conversão ontológica radical” para repensar a sociedade e o imaginário (CASTORIADIS 1986, p. 232). Trata-se da noção de “criação”, a qual permitiria considerar a imprevisibilidade das experiências humanas, assim como seu potencial na configuração de novas formas do social-histórico e dos modos de temporalidade que lhes seriam correspondentes. A categoria, de fato, embora de forma ainda não problematizada, apareceu com recorrência nos textos sobre maio de 1968, seja para ressaltar o “imenso potencial criador da sociedade”, a “explosão da atividade criadora dos jovens”, as semanas de “criação intensa” então vivenciadas (CASTORIADIS 2008b, p. 124, 149 e 135), ou ainda, para contrapor a capacidade criadora da juventude à impossibilidade de criação do proletariado (muitas vezes, erroneamente compreendido como a única e verdadeira classe revolucionária)

26 - Em “*Réforme et révolution dans l’université*” (*Le Monde*, 9 a 12 de junho), Ricoeur buscou ultrapassar concepções revolucionárias e reformistas, distinguindo-se de Castoriadis por criticar o “mito da revolução” como evento global e único (DOSSE 2008, p. 398ss).

(CASTORIADIS 2008a, p. 183).<sup>27</sup> Na realidade, era justamente a dificuldade imposta às novas formas de organização social de responder afirmativamente às antinomias do capitalismo burocrático que punha em primeiro plano a necessidade da criação. A reflexão teórica, embora fundamental, não bastava para tal, já que a invenção do novo deveria ser realizada igualmente enquanto prática, reconfigurando a contradição entre essas dimensões típicas da ideologia predominante:

Aqui ainda seria não somente ilusório, mas profundamente e principalmente falso querer responder por uma análise teórica à questão que a história põe à criatividade dos homens. Mas isto é certo: se existe uma solução para esse problema, ela não poderá ser encontrada fora da junção entre trabalhadores manuais e intelectuais. E se tal junção – que não é nada mais do que “natural” – deve ser realizada, ela somente poderá ser em função de um trabalho político-social permanente, cujas modalidades, estruturas, formas de ser estão por inventar quase inteiramente (CASTORIADIS 2008a, p. 194).

Escrevendo durante os acontecimentos, Castoriadis experimentava diretamente a imprevisibilidade que, na sua ótica, tornava um desafio “inventar quase inteiramente” essas novas formas do social-histórico. A essa demanda política e teórica, ele respondia ressaltando, por exemplo, o risco que as manifestações corriam de seu desmantelamento pela ação governamental, com sua conseqüente retomada das universidades. Mas, apostava também na necessidade de não “subestimar as imensas possibilidades que oferecerá o período histórico que se abre”, enfatizando que, na história que “os homens estão criando, o sentido daquilo que se passa permanece largamente aberto” (CASTORIADIS 2008b, p. 171 e 121-122). Sua análise, neste caso, jamais pretenderia fixar o sentido do evento, mas permitir alguma orientação diante da imprevisibilidade, o que não o impedia de avaliar os resultados supostamente já alcançados: “passarão anos antes que a enorme brecha aberta no edifício do capitalismo burocrático seja verdadeiramente fechada – supondo-se que ela possa ser” (CASTORIADIS 2008b, p. 172).

*27 - Outras ocorrências da noção aparecem nas páginas 173, 177, 194 e nas páginas 121-122 de “La révolution anticipée” (CASTORIADIS 2008b).*

A ideia do caráter permanentemente aberto do social-histórico, assim como o uso da categoria “brecha”, fartamente empregada no período, apareceriam em obras posteriores de Castoriadis.<sup>28</sup> Analistas de outros textos ressaltaram também como, em sua proposta ontológica, seria inviável acreditar que somente possa existir no mundo aquilo que já teria sido pensado como possível, o que parece aproximá-lo do que foi anteriormente enfatizado sobre Michel de Certeau (PASTOR 2016).<sup>29</sup> Por outro lado, uma concepção acerca da temporalidade parece igualmente implícita em suas interpretações das manifestações de maio de 1968, aproximando sua forma de entendimento do papel do evento daquilo que chamaria, em outros textos, de “imaginário radical”. Nesse ponto, uma reflexão sobre o histórico e o ontológico, por via da temporalidade, pode novamente ser indicada, desta vez a partir dos textos de Castoriadis.

Com efeito, é interessante confrontar essa forma de compreensão da radical novidade das manifestações de maio com um dos elementos centrais da ontologia da criação de Castoriadis e sua centralização na noção de imaginário social. Tal esforço não visa, é claro, propor uma leitura anacrônica, projetando reflexões posteriores para textos de fins dos anos 1960, mas apenas sugerir a importância daqueles acontecimentos no desenvolvimento de suas ideias. Se Michel de Certeau interpretava o “evento” como o outro da razão, como alteridade, como “diferença”, escritos posteriores de Castoriadis ressaltariam que “o tempo é o ser tanto quanto o ser é alteridade, criação e destruição” (CASTORIADIS 1987-1992, p. 286). A ideia do “tempo como criação e alteridade”, nesse caso, se relacionava com aquilo que chamou de “imaginário radical” como uma das dimensões do social-histórico enquanto instituição imaginária.

Era por essa dimensão, de fato, que a temporalidade se manifestaria de forma mais plena e verdadeira, embora as significações sociais imaginárias comportassem também uma outra, chamada “conjuntista-identitária”. Essa última se reduziria ao plano da determinação, da reconfiguração do preexistente, ao campo das possibilidades, ou seja, justamente

*28 - Sobre a permanência do caráter aberto do social-histórico e a compreensão da história como um domínio no qual o sentido emerge, é criado, conferir Dosse (2018).*

*29 - A crítica do entendimento da verdade como mera adequação e sua compreensão como a possibilidade de “abrir brechas no fechamento em que o pensamento sempre tende a se enclausurar novamente” aparecem em outros escritos de Castoriadis (1999, p. 294).*

àquela dimensão contrária à criação, ao surgimento do novo, na qual somente poderia passar a existir aquilo que já foi pensado (CASTORIADIS 1975, p. 288).<sup>30</sup> Se o social-histórico, enquanto instituição imaginária, se fundamentava na dialética entre essas duas dimensões, forçoso é perceber que existem claras similitudes entre a forma de caracterização do “imaginário radical” e das manifestações de maio como experiências nas quais o tempo é verdadeiramente criação, surgimento do novo, lugar efetivo de manifestação da própria história.

Essa compreensão da história como lugar de surgimento de uma alteridade radical, autêntica, absoluta constitui um elemento central em vários textos de Castoriadis, permitindo pensar a completa irreducibilidade das formas sociais e, portanto, como o contato com experiências outras do homem fundamentaria uma abertura do presente e do futuro, redefinindo e inserindo a contingência no próprio campo dos possíveis.<sup>31</sup> Se é factível compreender suas interpretações sobre maio de 1968 como permeadas pela busca de experiências nas quais o elemento de criação torna-se fundamental, expressando uma outra temporalidade por meio do surgimento do novo em sua alteridade mais absoluta, cabe ressaltar o caráter coletivo dessa reconfiguração simbólica e imaginária das formas sociais. Da mesma forma, a abertura à heterogeneidade das figuras sócio-históricas fomentaria uma predisposição para uma contínua redefinição dos parâmetros nos quais radicava sua leitura ontológica, sobretudo naquilo que diz respeito ao caráter-último da experiência histórica como plano da inovação e da alteridade. Sem dúvida, essa interpretação permite aproximar suas formulações da compreensão de Michel de Certeau sobre o evento como o outro da razão ou a própria diferença, igualmente inviabilizadora do aprisionamento em uma leitura determinista do caráter ontológico da história como experiência.

Essa chave de leitura, vale ressaltar, tende a afastar ambos os autores das tentativas de definição a-histórica daquilo que constitui o homem e a temporalidade. Na verdade, é interessante notar que nenhum dos dois deveria ser compreendido como

30 - Conferir, a esse respeito, as discórdâncias entre Cornelius Castoriadis e Paul Ricoeur acerca do imaginário e seu potencial de criação/reconfiguração (CASTORIADIS; RICOEUR 2005).

31 - A historicização da filosofia apareceria em vários textos: “Devemos retirar todas as ilações, particularmente do simples e reconhecido factu (...) que, por exemplo, a filosofia nasce na (e através da) sociedade e da história” (CASTORIADIS 2012, p. 128).

exemplo de uma leitura promotora de um total descentramento do homem, apesar das diferenças que os caracterizam nesse ponto. Em ambos, notaremos um diálogo com a leitura lacaniana sobre a divisão constituinte como formadora do sujeito, afastando-os da segurança advinda da crença em um *cogito* autocentrado e autossuficiente, assim como permitindo valorizar o papel da linguagem como fundamento do imaginário.<sup>32</sup> Por outro lado, a ênfase no potencial criador dos sujeitos históricos, se é evidente nas reflexões de Castoriadis, também estava pressuposta nos estudos certeunianos das transgressões e das formas de apropriação cultural, conforme já destacado. A insistência maior de Castoriadis na criação como essência do homem, assim como a maior porosidade às consequências estruturais da leitura lacaniana como aparece em alguns textos de Michel de Certeau talvez revelem, por sua vez, nuances importantes. Maior porosidade, por fim, que não deveria conduzir à leitura de um Michel de Certeau totalmente lacaniano, que enredaria a escrita do historiador nos dilemas do discurso paranoico, conforme foi sugerido por Andrés Freijomil (2010).<sup>33</sup>

## Notas finais sobre algumas convergências e divergências

As diferenças entre as perspectivas de Michel de Certeau e Cornelius Castoriadis, certamente mais bem compreendidas considerando obras posteriores, podem ser pensadas em relação às suas interpretações das manifestações de maio de 1968. Embora o primeiro também caracterizasse o evento como uma contestação do sistema de representação da sociedade em sua totalidade, conforme já indicado, sua leitura parecia mais próxima daquela de Claude Lefort, que utilizaria igualmente a expressão “revolução simbólica”. Nessa perspectiva, tal como na “tomada da palavra” certeuniana, as ações de maio teriam tido uma “eficácia simbólica” justamente pela “brecha” aberta na sociedade, pela criação de um “novo espaço”, um lugar de fala e de ação (um “não lugar”), um “possível indeterminado” que se modificaria de evento em evento (LEFORT 2008a, p. 62).<sup>34</sup> Assim como na análise de Michel de

32 - O texto “La révolution anticipée” já continha uma reflexão sobre a relevância da imaginação, defendendo a ultrapassagem da dicotomia entre racionalidade e imaginário (CASTORIADIS 2008b, p. 138; 2012, p. 122ss; CERTEAU 1975a, p. 142; 1975c p. 381-382).

33 - É preciso considerar a diversidade de diálogos estabelecidos por Michel de Certeau, assim como a forma particular de sua apropriação das formulações de outros autores e, inclusive, as alterações que sofrem em seu pensamento ao longo do tempo.

34 - O texto de Lefort, elaborado especificamente para a coletânea *Mai 68: la brèche*, criticava contundentemente a forma de organização da universidade de então, assemelhando-se, neste caso, às críticas também formuladas por Certeau em *La prise de parole*.

Certeau, esse tipo de compreensão não pressupunha que o sucesso do evento revolucionário dependesse de uma “tomada do poder” de fato, tal como era o caso em Castoriadis. Apesar de toda semelhança entre as leituras de Lefort e Castoriadis, indicadas tanto no vocabulário utilizado quanto nas teses sobre a radical novidade do evento ou no conflito central entre dirigentes e executantes, diferentes interpretações sobre o princípio de funcionamento do poder (ou mesmo do que seriam a “sociedade”, a “política” e a “democracia”) se traduziram em visões distintas sobre 1968 (CHOLLET 2015).<sup>35</sup>

Essas leituras particulares se refletiriam também nas reflexões posteriores sobre aqueles eventos, que procuravam se contrapor às interpretações críticas que se acumulavam acerca de supostos aspectos ou consequências negativas das manifestações, como o individualismo, o hedonismo ou o anti-humanismo que teriam se difundido a partir de então (CASTORIADIS 2008c; LEFORT 2008b; PREMAT 2009a). Não obstante, analistas atentos perceberam como, no próprio texto de 1968, seria possível encontrar elementos depois desenvolvidos em importantes trabalhos de Claude Lefort, quando suas concepções já estavam ainda mais claramente afastadas da perspectiva revolucionária de Castoriadis e a identificação, por esse último, da democracia direta como única verdadeira democracia (DOSSE 2018). É o caso das teses de Lefort sobre a democracia como experiência marcada pela imprevisibilidade e indeterminação, na qual o lugar do poder permaneceria “vazio”, sem qualquer possibilidade de incorporação por um sujeito que lhe fosse consubstancial (LEFORT 1986 e 2011).

Em 1968, tomando as noções de “audácia” e “realismo” como representativas do estilo de ação de figuras conhecidas das manifestações, como Daniel Cohn-Bendit, Lefort tinha identificado o caráter inovador do movimento contestatório na recusa do mito de uma sociedade sem contradições, aproximando-se do modo como, posteriormente, conceituaria a democracia como “forma de sociedade” marcada por uma

*35 - Em trabalho recente, examinei aspectos das formas de compreensão do poder de Lefort e Castoriadis, confrontando outras de suas obras com as de Paul Ricoeur e Marshall Sahlins por meio de um enfoque nos temas do imaginário e da historicidade (MARCELINO 2018).*

institucionalização do conflito, pelo seu caráter “trágico” e “selvagem”.<sup>36</sup> Essa leitura se distancia da proposta de tomada do poder e reinvenção total da sociedade de Castoriadis, expressando-se, nas análises posteriores, na diferença entre a ideia de uma “revolta de sucesso” (Lefort) e uma “revolução fracassada” (Castoriadis) (CHOLLET 2015, p. 52). O mais relevante, entretanto, é o quanto essas distintas interpretações estavam enraizadas em visões divergentes não apenas sobre as formas de organização da sociedade e sua relação com o poder, mas também em pressupostos ontológicos diferenciados sobre a imprevisibilidade da vida do homem como ser marcado pela “indeterminação” ou por seu potencial de “criação”. Também nesse caso não se poderia deixar de ressaltar a presença da conceituação lacaniana do “real” nas obras de Lefort, com seus reflexos para pensar o próprio homem e a relevância dos planos do simbólico e do imaginário, o que aproximaria os três autores aqui mencionados. Pelos limites deste texto, entretanto, torna-se pertinente manter a análise apenas sobre as concepções de Michel de Certeau e Cornelius Castoriadis.

Nesse plano, caberia não supervalorizar as semelhanças, sobretudo pelo modo como a radicalidade da crítica de Castoriadis acerca de qualquer pressuposto teológico, inclusive no que diz respeito às suas possíveis projeções na definição daquilo que configuraria o especificamente humano, o afastaria da leitura de Michel de Certeau. Em sua principal obra, publicada depois dos eventos de 1968, Castoriadis rejeitou de modo veemente a noção kantiana de “produção” para caracterizar a imaginação, relacionando-a com perspectivas posteriores, como as concepções “marxistas” e a ontologia heideggeriana, já que todas elas impediriam pensar a “criação” como verdadeiro fundamento do homem. Na raiz dessas perspectivas, Castoriadis identificava não apenas a compreensão do homem como ser finito, mas a pressuposição da infinitude de Deus, já que era na contraposição entre ambos que se fundamentaria essa “fantasia teológica” traduzida em “tese filosófica” (CASTORIADIS 1975, p. 275). Não é difícil perceber as diferenças entre esse manifesto ateísmo de

*36 - Sobre a importância das noções de “trágico” e “selvagem” para pensar a democracia em Lefort, conferir a análise de Antoine Chollet (2015).*

Castoriadis e as fundamentações teológicas de muitas das reflexões de Michel de Certeau, expressas por sua atuação como jesuíta, mas embasando também questionamentos de textos dos mais diversos, como na figura do luto várias vezes utilizada para caracterizar a atividade historiográfica.<sup>37</sup>

Embora as experiências passadas tenham sido mais constantemente colocadas por Michel de Certeau no lugar desse objeto de luto, que tornaria a historiografia uma operação para lidar com a perda, não teria havido, em vários outros momentos, a sugestão de que o verdadeiro objeto dessa perda que se transformava em desejo era a própria infinitude de Deus? É certo que Certeau considerava essa perda com sentido divino, particularmente do corpo de Jesus Cristo, como condição de possibilidade do discurso cristão (a “ruptura instauradora”), estabelecendo, inclusive, confrontos com o discurso científico e seus “cortes epistemológicos”. Por outro lado, seu constante diálogo com a obra de Emmanuel Levinas e sua interpretação mais geral sobre a relação entre a constituição dos domínios científicos e a crise de uma concepção de mundo centrada na figura de Deus, assim como a não hierarquização que fazia entre discurso religioso e historiográfico, parecem autorizar a relação estabelecida com o luto que fundamentaria a escrita da história (CERTEAU 1987, p. 187-226).<sup>38</sup>

37 - Sobre o luto que caracterizaria a “operação historiográfica”, conferir a parte inicial de *La falble mystique*, sobretudo a página 15 (CERTEAU 1982; consultar também CERTEAU 1973).

38 - De Emmanuel Levinas, conferir, especialmente, *Totalité et infini: essai sur l'extériorité* (2001) e *Dieu, la mort et le temps* (1993).

## REFERÊNCIAS

BUARQUE, Virgínia A. de Castro. A epistemologia “negativa” de Michel de Certeau. **Trajetos**, v. 5, n. 9/10, p. 231-248, 2004. Disponível em: [http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/20382/1/2007\\_art\\_vacbruarque.pdf](http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/20382/1/2007_art_vacbruarque.pdf). Acesso em: 15 jul. 2018.

CASTORIADIS, Cornelius; RICOEUR, Paul. **Paul Ricoeur e Cornelius Castoriadis**. Diálogos sobre a história e o imaginário social. Lisboa: Edições 70, 2005.

CASTORIADIS, Cornelius. Antropologia, filosofia e política. *In*: CASTORIADIS, Cornelius (Org.). **A ascensão da insignificância**. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2012.

CASTORIADIS, Cornelius. Imaginação, imaginário, reflexão. *In*: CASTORIADIS, Cornelius (Org.). **Feito e a ser feito**. As encruzilhadas do labirinto - V. Rio de Janeiro: DP&A Editoria, 1999. p. 241-295.

CASTORIADIS, Cornelius. L'imaginaire: la création dans le domaine social-historique. *In*: CASTORIADIS, Cornelius (Org.). **Domaines de l'homme**. Les carrefours du labyrinthe II. Paris: Seuil, 1986. p. 219-237.

CASTORIADIS, Cornelius. **L'institution imaginaire de la société**. Paris: Seuil, 1975.

CASTORIADIS, Cornelius. L'originalité de la crise de Mai 68. *In*: MORIN, Edgar *et al* (orgs.). **Mai 68**: la brèche suivi de Vingt ans après. Paris: Fayard, 2008a. p. 173-194.

CASTORIADIS, Cornelius. La révolution anticipée. *In*: MORIN, Edgar *et al* (orgs.). **Mai 68**: la brèche suivi de Vingt ans après. Paris: Fayard, 2008b. p. 119-172.

CASTORIADIS, Cornelius. Les mouvements des années soixante (1986). *In*: MORIN, Edgar *et al* (orgs.). **Mai 68**: la brèche suivi de Vingt ans après. Paris: Fayard, 2008c. p. 249-268.

CASTORIADIS, Cornelius. Tempo e criação. *In*: CASTORIADIS, Cornelius (Org.). **As encruzilhadas do labirinto, III**: o mundo fragmentado. São Paulo: Paz e Terra, 1987-1992. p. 261-294.

CERTEAU, Michel de. A estrutura social do saber. *In*: CERTEAU, Michel de (Org.). **A cultura no plural**. Campinas: Papyrus, 2012a. p. 163-189.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: as artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2009.

CERTEAU, Michel de. Ce que Freud fait de l'histoire. À propôs de "Une nevrose démoniaque au XVIIe siècle". *In*: CERTEAU, Michel de (Org.). **L'écriture de l'histoire**. Paris: Gallimard, 1975b. p. 339-364.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Campinas: Papirus, 2012b.

CERTEAU, Michel de. **L'Absent de l'histoire**. Paris: Maison Mame, 1973.

CERTEAU, Michel de. L'opération historiographique. *In*: CERTEAU, Michel de (Org.). **L'écriture de l'histoire**. Paris: Gallimard, 1975a. p. 77-142.

CERTEAU, Michel de. La rupture instauratrice. *In*: CERTEAU, Michel de (Org.). **La faiblesse de croire**. Paris: Seuil, 1987. p. 187-226.

CERTEAU, Michel de. **La fable mystique, 1: XI<sup>e</sup>-XVII<sup>e</sup> siècle**. Paris: Gallimard, 1982.

CERTEAU, Michel de. La fiction de l'histoire. L'écriture de "Moïse et le monothéisme". *In*: CERTEAU, Michel de (Org.). **L'écriture de l'histoire**. Paris: Gallimard, 1975c. p. 365-419.

CERTEAU, Michel de. La moisson des éditeurs: mai vu de septembre. *In*: CERTEAU, Michel de (Org.). **La prise de parole et autres écrits politiques**. Paris: Seuil, 1994a. p. 88-105.

CERTEAU, Michel de. Le pouvoir de parler. *In*: CERTEAU, Michel de (Org.). **La prise de parole et autres écrits politiques**. Paris: Seuil, 1994b. p. 58-77.

CERTEAU, Michel de. Pour une nouvelle culture. *In*: CERTEAU, Michel de (Org.). **La prise de parole et autres écrits politiques**. Paris: Seuil, 1994c, p. 78-87.

CERTEAU, Michel de. Prendre la parole. *In*: CERTEAU, Michel de (Org.). **La prise de parole et autres écrits politiques**. Paris: Seuil, 1994d. p. 40-57.

CERTEAU, Michel de. Une révolution symbolique. *In*: CERTEAU, Michel de (Org.). **La prise de parole et autres écrits politiques**. Paris: Seuil, 1994<sup>e</sup>. p. 29-39.

CERTEAU, Michel de. Une littérature inquiète: un an après. *In*: CERTEAU, Michel de (Org.). **La prise de parole et autres écrits politiques**. Paris: Seuil, 1994f. p. 106-129.

CHOLLET, Antoine. Claude Lefort et Cornelius Castoriadis: regards croisés sur Mai 68. **Politique et Sociétés**, v. 34, n. 1, p. 37-60, 2015.

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

DOSSE, François. **Castoriadis, une vie**. Paris: La Découverte, 2018.

DOSSE, François. **Paul Ricoeur**: les sens d'une vie (1913-2005). Paris: La Découverte, 2008.

DOSSE, François. Os engajamentos políticos de Gilles Deleuze. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 53, jul./dez., p. 151-170, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/24120/16151>. Acesso em: 15 dez. 2018.

FREIJOMIL, Andrés. Clío, entre Freud y Lacan. El gesto psicoanalítico en Michel de Certeau. **Prohistoria**, n. 14, primavera 2010. Disponível em: [http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1851-95042010000200004&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-95042010000200004&lng=es&nrm=iso). Acesso em: 10 jan. 2019.

GIARD, Luce. Par quoi demain déjà se donne à naître. *In*: CERTEAU, Michel de. **La prise de parole et autres écrits politiques**. Paris: Seuil, 1994. p. 7-26.

LEFORT, Claude. **Essais sur le politique** – XIXe-XXe siècles. Paris: Seuil, 1986.

LEFORT, Claude. **A invenção democrática**: os limites da dominação totalitária. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LEFORT, Claude. Le désordre nouveau. *In*: MORIN, Edgar *et al* (orgs.). **Mai 68**: la brèche suivi de Vingt ans après. Paris: Fayard, 2008a. p. 43-81.

LEFORT, Claude. Relecture (1988). *In*: MORIN, Edgar *et al* (orgs.). **Mai 68**: la brèche suivi de Vingt ans après. Paris: Fayard, 2008b. p. 269-286.

LEVINAS, Emmanuel. **Dieu, la mort et le temps**. Paris: Grasset, 1993.

LEVINAS, Emmanuel. **Totalité et infini**: essai sur l'extériorité. Paris: Kluwer Academic, 2001.

MARCELINO, Douglas Attila. Estudos sobre poder, imaginação e historicidade dos anos 1970 e 1980: apontamentos para o debate atual. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 24, abr./jun., p. 6-42, 2018. Disponível em: <http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310242018006/8518>. Acesso em: 15 jan. 2019.

MORIN, Edgar *et al* (orgs.). **Mai 68**: la brèche suivi de Vingt ans après. Paris: Fayard, 2008.

PASTOR, Jean Philippe. **Castoriadis**. La création des possibles. Paris: Moonstone, 2016.

PREMAT, Christophe. Mai 68, le conflit des interprétations. **Sens Public**, jun./dez., p. 1-11, 2009a. Disponível em: <http://sens-public.org>. Acesso em: 15 jan. 2019.

PREMAT, Christophe. A la recherche de l'autonomie: le group 'Socialisme ou Barbarie' et Mai 68. **Sens Public**, jun./dez. 2009b. Disponível em: <http://sens-public.org>. Acesso em: 15 jan. 2019.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa III: o tempo narrado**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

ZANCARINI-FOURNEL, Michelle. "La prise de parole": 1968, l'événement et l'écriture de l'histoire. *In*: DELACROIX, Christian *et al* (orgs). **Michel de Certeau**. Les chemins d'histoire. Paris: Complexe/IHTP, 2002. p. 77-86.

## AGRADECIMENTOS E INFORMAÇÕES

### Douglas Attila Marcelino

douglasattila@gmail.com  
<http://orcid.org/0000-0002-0389-4754>  
Departamento de História  
Programa de Pós-graduação em História  
Universidade Federal de Minas Gerais  
Belo Horizonte  
Minas Gerais  
Brasil

Pesquisa realizada com financiamento do CNPq.

RECEBIDO EM: 04/MAR./2019 | APROVADO EM: 25/MAIO/2019

# A história como pintura: da dimensão pictórica à textual na historiografia francesa da primeira metade do século XIX

The history as a painting: from the pictorial to the textual dimension in the French historiography of the first half of the 19th century

**Eduardo Wright Cardoso**

<https://orcid.org/0000-0002-6932-1000> 

## RESUMO:

A apresentação de uma “história vívida”, capaz de “colocar os objetos narrados sob os olhos do leitor” ou a elaboração de uma “pintura da história” são procedimentos caros à historiografia francesa da primeira metade do século XIX. No entanto, esse investimento no caráter imagético da narrativa também pode ser encontrado nas reflexões clássicas e antigas sobre a escrita da história. Nesse artigo, o objetivo é discorrer sobre as possíveis reapropriações na historiografia francesa do período, de práticas e *topoi* antigos, como se verifica nas noções do *ut pictura historia*, da *enargeia* e da *sunopsis*. Para isso, recorre-se tanto a obras de referência, dicionários e enciclopédias, quanto a textos de autores como Prosper de Barante, René de Chateaubriand e Augustin Thierry. Como hipótese, sugere-se que o moderno dispositivo narrativo da cor local, que se desenvolve entre os séculos XVIII e XIX, incorpora e expressa as antigas demandas visuais da narrativa, no momento da reformulação conceitual que caracteriza a época moderna.

## PALAVRAS CHAVE:

Historiografia francesa; Historiografia antiga; cor local

## ABSTRACT:

The presentation of a “vivid history”, capable of “putting the narrated objects under the eyes of the reader” or the elaboration of a “painting of history”, are recurrent procedures in the French historiography of the first half of the 19th century. However, this investment in the imagetic dimension of the narrative can also be found in the ancient reflections on the writing of history. In this article, the objective is to discuss the possible re-employment in the French historiography of ancient practices and *topoi*, as it is verified in the notions of *ut pictura historia*, *enargeia* and *sunopsis*. For this, we use both dictionaries and encyclopedias, as well as texts by authors such as Prosper de Barante, René de Chateaubriand and Augustin Thierry. As a hypothesis, it is suggested that the modern narrative device of local colour, that arises between the eighteenth and nineteenth centuries, incorporates and expresses the old visual demands of the narrative, at the moment of the conceptual reformulation that characterizes the modern era.

## KEYWORDS:

French historiography; Ancient historiography; local color

## A escola moderna e a antiga pintura da história

Prosper de Barante introduz sua *Histoire des ducs de Bourgogne, História dos duques da Borgonha*, obra publicada entre 1824-1826, retomando uma “opinião corrente” na qual os literatos franceses não seriam capazes de tornar seus textos atrativos. A estratégia para solucionar essa limitação encontra-se, sugere o historiador, no próprio texto, na medida em que somente a narrativa seria capaz de despertar a atenção do leitor (BARANTE 1826, p. 11). É o investimento na composição textual, a valorização dos detalhes e o respeito à cor característica que confeririam vivacidade aos eventos. Barante complementa:

O que se espera dela [da história] são os fatos. Tal como observamos seus detalhes, seus movimentos, esse grande drama no qual nós somos atores e testemunhas, também busca-se conhecer aquilo que era, antes de nós, a existência dos povos e dos indivíduos. *Exige-se que eles sejam evocados e trazidos vívidos sob nossos olhos*: cada um tirará em seguida o julgamento que lhe convier [...]. Pois não há nada tão imparcial quanto a imaginação: ela não possui nenhuma necessidade de concluir; é-lhe suficiente que um quadro da verdade seja traçado diante dela (BARANTE 1826, p. 36-37, grifos meus).

Ao distinguir-se, por meio do investimento na “vivacidade” dos eventos e na “colocação dos objetos sob os olhos”, dos escritores incapazes de cativar o público, Barante não está sozinho. No mesmo período, François-René de Chateaubriand também identifica, nos seus *Études historiques, Estudos históricos*, de 1831, a emergência de um empreendimento inovador e credita a Barante o papel de fundador da “escola histórica” *pitoresca*, cujo objeto é concebido como um “quadro” que o historiador deve “pintar” ou “desenhar” (CHATEAUBRIAND 1836, p. 39). Por sua vez, no seu *Dix ans d'études historiques, Dez anos de estudos históricos*, publicado inicialmente em 1834, Augustin Thierry (1836, p. XII) declara ter promovido uma “guerra aos escritores sem erudição, que não souberam ver, e

aos escritores sem imaginação que não souberam pintar [...]”. Sua própria escrita, por oposição, seria aquela dotada de *visão e pintura*.

É significativo, todavia, que a alegada “nova escola” surja a partir da reapropriação de valores, procedimentos e autores antigos, como demonstrou, por exemplo, Pascal Payen (2011) para os contextos alemão e francês do período. Entre as formulações e os procedimentos resgatados, é possível identificar o investimento na dimensão visual ou imagética da narrativa e a aproximação da história com a pintura – prática sintetizada no *topos ut pictura historia* e perceptível nas citações de Barante, Chateaubriand e Thierry mencionadas. Explorada por Plutarco, que defendia que o historiador deveria imitar o pintor por meio de uma escrita dotada de *enargeia*, ou seja, de vivacidade (ZANGARA 2007, p. 63-66), a formulação da “história como pintura” associa não apenas a historiografia com a composição pictórica, mas também as figuras do historiador e do pintor.<sup>1</sup>

Neste artigo, portanto, pretendo tratar da noção da “história como pintura” e do investimento imagético na historiografia francesa oitocentista. Para isso, creio ser válido resgatar algumas das discussões que foram elaboradas na Antiguidade sobre as relações entre *texto e imagem, palavras e cores* que derivam, por sua vez, do aforismo do *ut pictura poesis* atribuído a Simônides de Ceos e depois sistematizado por Horácio (CALAME 2010, p. 17).<sup>2</sup> Acredito que o recurso narrativo da *cor local*, tal como se desenvolve no final do XVIII e durante o XIX, pode ser concebido – eis a hipótese deste artigo – como uma expressão do antigo anseio visual e da dimensão imagética da narrativa, ou seja, como um índice da reapropriação moderna do *topos* da “história como pintura” e suas variações.

Com tal objetivo, o artigo encontra-se dividido em duas partes. No momento inicial, procuro abordar o desenvolvimento da *cor local* durante os séculos XVIII e XIX e, igualmente, busco mapear os possíveis vínculos com práticas e procedimentos empregados na Antiguidade. O intuito é sugerir que, na reformulação conceitual que se verifica nesse momento,

1 - E. Sinkevisque (2000, p. 16-17) (2005, p. 70) aborda o *topos* e sua aplicação nos séculos XVII e XVIII. François Hartog (2011), por sua vez, procura mapear os “regimes de visibilidade” característicos das historiografias antiga e moderna.

2 - Horácio, todavia, não propôs uma correspondência entre a poesia e a pintura, mas antes “uma relação de homologia dos procedimentos retóricos ordenadores dos efeitos de estilo [...]” (HANSEN 1995, p. 205). Cf.: MARKIEWICZ; GABARA 1987 e LESSING 1998.

perceptível em obras de referência, como dicionários e enciclopédias, é possível constatar a reapropriação crítica de expressões e anseios visuais antigos. Em seguida, na segunda parcela do artigo, tento demonstrar, limitando-me ao contexto francês da primeira metade do século XIX, como historiadores incorporaram o recurso da *cor local* e, nesse sentido, expressaram o anseio visual por meio da “pintura da história”, isto é, foram capazes de tornar seus textos atrativos, ao “colocar os eventos narrados diante dos olhos dos leitores”. O foco deste texto recai não no estudo de um caso específico, mas antes na mobilização, por historiadores da primeira metade do século XIX, da *cor local* e de práticas e anseios antigos durante o período aludido.

## Da pintura à história: a reformulação conceitual na modernidade

A opção por uma abordagem que coloca em diálogo *antigos* e *modernos* implica, em paralelo com recortes cronológicos, tanto a seleção de modelos de análise, quanto a eleição dos critérios e índices da interlocução entre as partes. É necessário determinar, afinal, quem constitui ou participa dos *antigos* e quais seriam as suas contrapartes *modernas*. De acordo com o critério escolhido, informa Temístocles Cezar (2004, p. 19), “não [seria] difícil traçar um paralelo entre o que diz Luciano e o postulado definido por Ranke [...]”, ou seja, estabelecer uma continuidade entre a escrita da história antiga e sua versão moderna. Neste artigo, procuro seguir não somente a identificação dos *antigos* expressa nas próprias fontes, como Barante, Chateaubriand e Thierry avaliam o legado de seus pares clássicos, mas também o modelo de análise oferecido por François Hartog, Reinhart Koselleck e Hans Ulrich Gumbrecht. Enquanto o primeiro situa Chateaubriand no limiar entre os regimes antigo e moderno de historicidade (HARTOG 2015, p. 93), Koselleck (2006, p. 48) e Gumbrecht (1998, p. 10) identificam, por sua vez, uma época de aceleração, modos diferentes de experiência e modernização que podem ser

verificados na reformulação conceitual ocorrida, no contexto europeu, entre os séculos XVIII e XIX.<sup>3</sup>

Esses modelos de análise permitem, então, colocar antigos e modernos em interlocução. Em relação aos critérios para o diálogo, seleciono – mais do que autores – procedimentos e formulações antigas. A escrita da história na Antiguidade dispunha de diferentes modos de “ver” ou “fazer ver” tanto os eventos, quanto a própria posição do historiador (ZANGARA 2007, p. 15). Dentre as opções disponíveis, destaco aqui as noções da *sunopsis* e da *enargeia*. A *sunopsis* ou *visão sinóptica* permite ao historiador exercer a imparcialidade, na medida em que pressupõe um olhar distante, exterior e dominante.<sup>4</sup> Não se trata, contudo, apenas da “perspectiva” adotada pelo historiador, pois a *sunopsis* pressupõe um modo de escrita específico, voltado para a audiência. Essa visibilidade divina, inspirada em Homero, é subscrita por Luciano de Samósata, no seu *Como se deve escrever a história*, que advoga que “o historiador se pareça com o Zeus”, na medida em que “tão logo olha a terra dos trácios”, “logo olha também a dos mísios” e “mostre-nos como aparecem para quem as contempla do alto” (LUCIANO 2009, p. 75). Trata-se de um ponto de vista afastado e é essa distância que determina a diferença em relação à perspectiva adotada – e limitada – daqueles que participaram ou assistiram aos eventos e que, por estarem imersos, veem-nos apenas de modo parcial. Já a *enargeia*, de modo diverso, atua diretamente na narrativa, na medida em que se pauta na crença de que a história não depende do discurso que persuade e convence, mas deriva dos próprios fatos.<sup>5</sup> O procedimento, assim, permite impor ao leitor a imagem de um objeto ou de um ser ausente, a fim de transmitir a experiência viva [*vivante*] das emoções do passado (ZANGARA 2007, p. 55). Claude Calame (2010, p. 18) fornece uma definição da *enargeia*: trata-se da “expressão da capacidade psicológica e técnica do retor de evocar imagens vívidas por meio do discurso”. Quando, enfim, o historiador *mostra* os fatos, o público deve *crer ver* aquilo que foi apresentado. Destarte, o leitor é transformado em *testemunha* e, mais do que isso, em *participante* dos eventos (ZANGARA 2007, p. 57).

3 - Para uma leitura crítica e alternativa a esses modelos, cf.: PEREIRA; ARAUJO 2018.

4 - O vocábulo *sunopsis* refere-se ao termo grego σύνοψις, cujo significado, segundo o *Léxico Grego-Inglês*, é “uma visão de conjunto”, “vista geral”, “seja com os olhos ou com a mente” (LIDDELL; SCOTT 1940, p. 1499).

5 - A *enargeia* é a transliteração latina do termo grego ἐνάργεια, registrada como “claridade, nitidez, brilho ou aparência vívida”, além de, num sentido retórico, significar “descrição vívida” (LIDDELL; SCOTT 1940, p. 472). Em português, tornou-se *evidência*.

Creio ser possível elaborar um percurso pelas formulações e reivindicações imagéticas dos séculos XVIII e XIX, de modo a resgatar essa demanda visual elaborada na Antiguidade. A trajetória inicia-se com as definições de termos pictóricos e “literários” expressos na *Encyclopédie*, obra organizada por Denis Diderot e Jean le Rond d’Alembert, publicada entre 1751 e 1772. A obra é representativa da reflexão francesa moderna do período e, assim, os verbetes daí extraídos permitem demonstrar a recorrência de termos e posturas ligados à produção textual com ênfase imagética. O que se verifica, sobretudo, é que os procedimentos empregados não são apenas resquícios de recursos antigos, mas antes adoções conscientes de uma postura de leitura e apropriação de conceitos e categorias.

O vocábulo *cor* apresenta inúmeras combinações e, dentre elas, a noção de *cor local*, *couleur locale*. De acordo com a definição oferecida por Paul Landois, responsável, ainda, por outros artigos sobre pintura e gravura na *Enciclopédia*, a *cor local* está voltada para a representação de um “objeto singular” e é denominada assim “porque o lugar que ela ocupa lhe exige isso, para dar um maior caráter de verdade às cores que lhe são vizinhas” (*Encyclopédie* 1754, p. 333). Depreende-se da definição que o recurso deve ser concebido de maneira relacional, ou seja, a partir da consideração de objetos contíguos. A cor apropriada surge da correlação com outras cores e empresta à pintura maior veracidade. Na produção pictórica, o *efeito* do emprego da *cor local* é, então, a construção da representação exata.

Há, contudo, um fator determinante que é oferecido no final do verbete. Aqui, Landois extrapola a definição de Roger de Piles, que havia lhe servido de base, e agrega: “a *cor local* está submetida à verdade e ao efeito das distâncias; ela depende então de uma verdade extraída da *perspectiva aérea*” (*Encyclopédie* 1754, p. 333, grifo meu). Ora, esse acréscimo é significativo: ele define o vínculo entre o mecanismo e a pretensão de veracidade que lhe é inerente. A representação parece recorrer a algo externo à pintura e, portanto, demanda a busca por sua referencialidade, ou seja, a cor original.

Além disso, é imperativo considerar a *distância* no processo de observação que prioriza o expediente adotado pelos antigos, a visão do alto, expressa pela noção da *sunopsis*. Na definição da *cor local* da *Enciclopédia*, é a *visão sinóptica* a mais apta a oferecer a precisão no processo de representação da pintura.

Nesse jogo de definições, a expressão *colorido* parece complementar a noção de *cor local*. Landois procura distinguir, em outro verbete, as noções de *colorido* e *cor*. Enquanto essa última torna os objetos “sensíveis à vista”; o colorido “é a arte de imitar as cores dos objetos naturais relativamente a sua posição” (*Encyclopédie* 1753, p. 658). No verbete *efeito*, *effet*, também subordinado ao domínio pictural, verifica-se que os termos *cor* e *colorido* são manifestações que se entrecruzam. Claude-Henri Watelet, autor do artigo, procura apontar os diferentes efeitos possíveis na pintura, no uso da cor e no resultado do emprego do claro-escuro. Em relação à *cor local*, afirma: “o *efeito* particularmente aplicado ao colorido é aquele que transmite a imitação das cores locais de modo tão perfeito que produz uma ilusão sensível” (*Encyclopédie* 1755, p. 406). Seja por meio de uma “ilusão sensível”, seja pela capacidade de tornar os “objetos sensíveis à vista”, o que se depreende dessas definições é a dimensão visual ou o efeito imagético oferecido pela *cor local* e que pode ser lido, acredito, como uma variação da *enargeia*.

No entanto, por mais que a noção de *cor*, como demonstrado, esteja relacionada à pintura, é certo que ela não se resume a isso. É possível verificar sua ligação ao domínio da produção escrita. Esse breve deslocamento é fundamental para a leitura sugerida neste artigo. Vinculada à retórica, a acepção de *hipotipose* é apresentada como “uma figura que pinta a imagem das coisas das quais se fala com cores tão vivas que se crê vê-las com seus próprios olhos [...]” (*Encyclopédie* 1765, p. 418, grifos meus). Assim, a *hipotipose* é empregada quando o objetivo é não somente expor um fato, mas antes “pintá-lo com força”.<sup>6</sup> Como o próprio autor do verbete reconhece, aqui nos encontramos no campo da

6 - Segundo o *Léxico Grego-Inglês*, a *hipotipose* é compreendida como um conteúdo esboçado de maneira vívida (LIDDELL; SCOTT 1940, p. 1642).

eloquência, que é eficaz quando, além das orelhas, atinge a imaginação e o coração (*Encyclopédie* 1765, p. 418.) Se acima o reconhecimento da distância remetia à categoria da *sunopsis*, a reivindicação das “cores vivas” e o resultado visual da narrativa parecem indicar agora a sobrevivência da *enargeia*. Os modos *antigos*, portanto, continuam a servir de referência, no século XVIII, para a produção *moderna* de uma escrita com ênfase visual.

Ainda que, na *Encyclopédie*, algumas referências aos antigos pareçam indiretas, também é possível constatar citações e apropriações explícitas. A entrada referente à *imagem*, de autoria anônima, recupera as concepções de Pseudo-Longino que, no seu tratado *Sobre o sublime*, argumentava que os *phantasiai* designavam “passagens nas quais, inspiradas por forte emoção, você parece ver o que descreve e colocar isso vividamente diante dos olhos da sua audiência” (LONGINUS 1995, p. 217, grifomeu). Na *Enciclopédia*, consta que as “imagens são discursos que pronunciamos, quando por uma espécie de entusiasmo ou emoção extraordinária da alma, cremos ver as coisas das quais falamos e que nos esforçamos para pintá-los aos olhos daqueles que nos escutam” (*Encyclopédie* 1765, p. 559). Os verbetes contidos na obra podem ser concebidos, então, como marcando a passagem entre *antigos* e *modernos*: a despeito do abandono de uma terminologia específica, recorre-se aos preceitos clássicos, enquanto expressões originais sinalizam o princípio de uma nova orientação, como no caso da *cor local*.

É possível verificar, em outras obras de referência, a progressiva alteração da acepção de *cor local*, que deixa de ser uma categoria vinculada quase exclusivamente à pintura e passa a fazer parte do vocabulário literário. O *Dictionnaire de l'Académie Française* (*Dicionário da Academia Francesa*, doravante DAF) permite acompanhar, num percurso diacrônico, esse enriquecimento semântico. Se, na quarta edição, de 1762, não há qualquer referência à *cor local*; na edição posterior, datada de 1798, é possível encontrar, pela primeira vez, a noção

de *couleur locale*. Aqui, ela surge como um verbete secundário de *local*, *local*; *locale*, e se encontra limitada exclusivamente à pintura (DAF 1798, p. 36).

Na sexta edição do *Dicionário da Academia Francesa*, de 1835, a definição de *cor local* é reproduzida quase integralmente em dois lugares diferentes: nos verbetes *cor*, *couleur* e *local*, *local/locale*. Se, na primeira entrada, a *cor local* integra o campo pictórico – ainda que seja possível encontrar vínculos entre *cor* e *estilo*, no verbete relativo à *localidade*, o recurso narrativo já dispõe de um breve, mas substancial acréscimo: “cor local, diz-se, por extensão, ao falar de algumas obras de literatura” (DAF 1835, p. 127). A *cor local* ingressa, pois, num campo discursivo novo, relativo à literatura e à produção literária. A nova significação recebe uma exígua exemplificação: “neste poema, cuja ação se passa na Grécia, a cor local é perfeitamente observada” (DAF 1835, p. 127). A caracterização adicionada evidencia que, nesta entrada, o dispositivo parece concentrado, na alusão ao país, sobre sua dimensão *espacial*. Assim, na edição de 1835, a *cor local* é incorporada ao domínio da crítica literária e explicita sua marca espacial.

Na sétima edição do *Dicionário da Academia Francesa*, de 1878, a definição de *cor local* como parte do verbete *local* permanece inalterada. Não obstante, na acepção secundária de *cor*, a *cor local* adquire novos adendos. A definição, após manter o texto original relativo à pintura, complementa: “por extensão se diz, em Pintura, na Literatura e mesmo na Música, da fidelidade com a qual se representa certos detalhes característicos de um país, de uma época” (DAF 1878, p. 418). A *cor local*, portanto, é duplamente ampliada: tanto ao ser incorporada pela representação musical, quanto ao dispor agora não só de uma etiqueta *espacial* (relativa ao país), mas também por contemplar a dimensão *temporal* (concernente à época). Na segunda metade do século XIX, então, é possível identificar a caracterização mais ampla e rica acerca do dispositivo narrativo da *cor local*.<sup>7</sup>

7 - Doravante, o recurso narrativo parece sofrer uma redução semântica como se verifica na oitava edição do Dicionário, na qual *cor local* torna-se apenas uma referência sem qualquer descrição na entrada *cor*, sendo restringida ao verbete *local* (DAF 1932-5, p. 129).

Esta acepção ampla, dotada das dimensões *espacial* e *temporal*, é corroborada por outros registros em obras de referência e compilações literárias. Assim, no *Dictionnaire Larousse*, de 1869, a *cor local* é concebida como a observação de detalhes que caracterizam um *país* ou uma época (LAROUSSE 1869, p. 300). A sequência do verbete *couleur* desenvolve a conexão entre *cor* e *texto*: “chama-se cor, em literatura, tudo aquilo que traduz *vivamente* o pensamento, a *força das imagens*, a escolha das expressões, a *animação* do estilo e sua feliz apropriação às ideias que se trata de restituir” (LAROUSSE 1869, p. 304, grifos meus). A menção à vivacidade, a potência imagética e a animação relacionada à narrativa permitem recuperar, uma vez mais, a noção de *enargeia*. O verbete, todavia, ainda aprofunda a interconexão entre as artes: “A relação estreita que existe entre todas as artes nos faz de bom grado empregar os termos de um deles para exprimir as coisas que se relacionam a um outro; e tal como se reconhece o estilo de um quadro magistral, pode-se igualmente encontrar a *cor* num livro genial” (LAROUSSE 1869, p. 304). Após a referência à *enargeia*, o verbete prossegue, pois, com a recuperação da antiga conexão entre *pintura* e *texto*, uma expressão do *ut pictura poesis*, na qual os meios e valores de um gênero podem ser utilizados para se discorrer sobre outro. Nesse sentido, a *cor local* poderia ser inserida no ideal romântico da “fusão entre as artes” que, segundo Anne Larue (1998, p. 8), expressa justamente o “renascimento do *ut pictura poesis*”.

A pormenorizada definição de *cor* no *Dicionário Larousse* retoma a preocupação com a *cor local* e atesta a importância adquirida pelo recurso durante o século XIX. O trecho merece citação: “A *cor local* penetrou todos os gêneros; os livros mais sérios são obrigados a emprestar-lhe um atrativo que ela não recusa àquele que sabe empregá-la [...]” (LAROUSSE 1869, p. 304). Dispersa entre tipos discursivos diferentes e requisitada em todos os gêneros, a *cor local* também é parte importante da escrita da história. A fim de encerrar essa incursão por suas definições em língua francesa num arco temporal de mais de um século, é válido resgatar o *Dictionnaire Universel des*

*Littératures, Dicionário Universal das Literaturas*, editado por Gustave Vapereau e publicado em 1876. Aqui, não há definições de *cor* ou *cor local*, na medida em que a compilação prioriza – mas não se limita – a registrar obras e autores. A inexistência de uma entrada específica não pressupõe, contudo, a inexistência da categoria. A *cor local* é amiúde evocada como expediente para suplantar o anacronismo e como critério para infirmar ou autorizar obras e escritores, tais como Chateaubriand e Thierry. Apresentado como o “Homero da história”, Thierry, aliás, é descrito como capaz de exumar e ressuscitar o passado devido à “vivacidade da cor local” (VAPEREAU 1876, p. 1968).

No verbete “história”, o ofício é descrito como composto de inúmeras divisões, dentre elas, a *história pitoresca*, cujo escopo é atribuir aos homens e às coisas a sua *cor local* (VAPEREAU 1876, p. 1015). A consideração do aspecto pitoresco, da cor, da vivacidade, do movimento, não é menor na abordagem e definição da escrita da história. No registro *narração*, tais virtudes e qualidades são novamente mencionadas. Após discorrer sobre os variados tipos disponíveis de narrativa, como a acadêmica e a poética, a “narração histórica” é caracterizada: “deve ser exata, fiel, completa; o que não a impede de ser animada e vívida. Ela admite a cor local, que a torna pitoresca, a análise dos sentimentos, que lhe concede o interesse dramático; o julgamento dos atos e das intenções, que a faz instrutiva e moral” (VAPEREAU 1876, p. 1469).

Assim, tanto na *Enciclopédia*, quanto em dicionários e obras de referência dos séculos XVIII e XIX, é possível identificar posturas e modelos antigos, como a *sunopsis* e a *enargeia*, sendo vinculados a expressões modernas, como a *cor local*, seja a partir da adoção de uma perspectiva do alto e de um ponto de vista sinóptico, seja a partir da associação com uma escrita animada e uma narração vívida. A *cor local*, inicialmente relacionada ao campo pictórico, já pode ser reconhecida como parte do discurso literário durante o século XVIII, adquirindo, no século XIX, sua mais ampla significação. O processo ecoa a analogia original entre *cor* e *palavra*, desenvolvida a partir

do *topos ut pictura poesis*. Em suma, se nesta primeira seção do artigo, é possível afirmar que o trajeto partiu da pintura e culminou na história, na parcela seguinte, o caminho se inverte: da história para a pintura, ou melhor, como pintura.

## Da história à pintura: a historiografia como espetáculo

Presente no mundo antigo e nos séculos XVII e XVIII, os *topoi* do *ut pictura poesis* e sua variação *ut pictura historia* podem ser também identificadas no século XIX. A hipótese do artigo repousa, pois, nesta premissa: a subsistência ou a reatualização, na Modernidade, dos modelos antigos de construção visual da narrativa. Calame, no seu estudo sobre a historiografia grega clássica, defende a permanência na produção narrativa moderna do anseio de ordem visual: “tanto no discurso historiográfico, quanto no discurso antropológico modernos, a exigência é de fazer aparecer, por meio de procedimentos de ordem linguística, aquilo que não está sob os olhos do ouvinte ou do leitor [...]”. E completa: “é um truísmo: é necessário evocar e representar discursivamente o que está ausente, seja em razão da distância temporal, seja em razão da distância espacial” (CALAME 2010, p. 19). Não se trata, contudo, de afirmar uma continuidade irrestrita, mas de demonstrar a circularidade de estratégias já consagradas.

Cabe indagar, então, se a formulação *ut pictura historia* é equivalente à versão moderna da *história como pintura* ou, como afirma Koselleck (2014, p. 165-167), se a semelhança linguística entre formulações afastadas temporalmente pressupõe algum vínculo. Ao refletir acerca dos contatos e trocas entre a Antiguidade e a Modernidade, Sérgio Alcides (2003, p. 134), ainda que para um contexto diverso, aponta que “trata-se de uma questão de apropriação, pela cultura letrada, de um instrumental antigo, a ser manejado diante de problemas novos”. O legado antigo será retrabalhado, na época moderna, ao menos até a eclosão do Romantismo, momento no qual se elabora um novo código retórico (ALCIDES 2003, p. 153). Este novo código opera, creio,

com *topoi* antigos, incorporando-os, contudo, de maneira original para representar novos objetos e experiências.

A própria escrita da história, neste momento, dispõe já de uma dimensão altamente imagética, na medida em que é elaborada em paralelo com outros entretenimentos visuais, como museus de cera, panoramas, dioramas, além de meios mais tradicionais como a pintura e o romance (SAMUELS 2004, p. 5). A história em contato e diálogo com essas formas adquire o caráter de um *espetáculo*. As inovações da historiografia romântica são parte de um amplo impulso que tem por finalidade conceber a imagem, seja no sentido literal, seja no sentido figurado, como uma ferramenta conceitual. Maurice Samuels sugere que é importante compreender os motivos que induziram à necessidade da visualidade como meio explicativo. Segundo o autor, a aceleração temporal que se verifica com os eventos de grande porte do final do século XVIII e início do XIX resultaram na dificuldade de apreensão do sentido histórico. Assim, os espetáculos e aparatos eram capazes de “fixar” a história num momento de instabilidade. O passado, sintetiza Samuels (2004, p. 36-38), é imobilizado e torna-se passível de ser visto e experienciado.

A tendência de uma escrita visual pode ser identificada também na produção acadêmica alemã do período. Segundo Kathrin Maurer, é importante considerar a relevância da cultura visual popular – que possui nos panoramas um de seus meios mais proeminentes – na escrita dos historiadores alemães do período, como Leopold von Ranke. Valendo-se da *écfrase*, Ranke desenvolve uma abordagem que Maurer caracteriza como “ocularismo”, na qual eventos históricos, figuras e dados são processados visualmente e representados como se estivessem vivos na frente dos olhos do leitor (MAURER 2013, p. 27-28). Aqui um parêntese se faz necessário. Ainda que não mencionada anteriormente, a *écfrase* – ou segundo seu uso mais contemporâneo, a descrição – é um procedimento ou gênero também voltados, na Antiguidade, para a produção textual de ordem imagética (WEBB 2009; HANSEN 2013). Em relação à escrita da história, Carlo Ginzburg argumenta

que a *écfrase* ou descrição é o modo utilizado pela historiografia antiga para construir a ideia de verdade. Segundo o historiador italiano, a *enargeia* é o objetivo da *écfrase*; enquanto a verdade é o efeito da *enargeia* (GINZBURG 2007, p. 24). A leitura de Maurer sobre a obra de Ranke permite sugerir a resignificação desse recurso durante o século XIX. Assim, por exemplo, a aproximação entre a historiografia rankeana e o meio panorâmico ocorre pela constatação de que o panorama engloba um olhar onisciente, isto é, uma visão de cima, sobre-humana e passível de ser direcionada para variados pontos ou objetos. Aliás, Maurer recorda que o termo *Vogelperspektive* ou *olhar de pássaro*, elaborado por volta de 1800, torna-se corrente justamente em meados do século XIX (MAURER 2013, p. 33-34). Trata-se, creio, da atualização moderna do antigo “modo de ver” pautado na *sunopsis*.

Nesse sentido, na base tanto da *espetacularização do passado*, como concebida por Samuels, quanto do *ocularismo* de Ranke, identificado por Maurer, está a percepção de que a imagem, ainda que figurada no e pelo texto, assume um papel fundamental na transmissão do conhecimento. Nesse sentido, os modernos parecem recuperar, não apenas a *écfrase*, a *enargeia* e a *sunopsis*, mas igualmente outras formulações antigas. É válido, acredito, percorrer alguns escritos de historiadores e literatos franceses do princípio do século XIX, a fim de mapear o apelo visual contido nos seus textos e, ainda, destacar como a *cor local* está inserida nestas demandas. O intuito aqui é oferecer não um estudo de caso, mas um breve levantamento das releituras modernas de procedimentos e recursos antigos.

Como mencionado no princípio deste artigo, Prosper de Barante advoga a aproximação entre a escrita da história e a pintura. No prefácio da *Histoire des ducs de Bourgogne*, o historiador assevera que a inquirição pelo passado não deve oferecer apenas prazer ao leitor, mas igualmente precisa apresentar uma instrução sólida, lições morais, conselhos e comparações com o presente (BARANTE 1826, p. 6). O zelo excessivo com a correção das informações, contudo, havia transformado o historiador num erudito, ao mesmo tempo

em que sua narração perdera os detalhes que dariam “vida à história”. A fórmula para isso é direta e remonta aos *topoi* apresentados: o historiador deve *pintar* mais do que analisar. Só isso evitaria que os fatos secassem sob a pluma no momento da escrita (BARANTE 1826, p. 10-13).

A crítica de Barante à história praticada por seus pares recebe um contraponto com a referência à história antiga e à alusão aos seus grandes nomes. Os *antigos* parecem ainda orbitar o universo histórico de parte do século XIX. Eles foram capazes de fornecer lições maiores do que seus pares modernos. O historiador francês afirma que Heródoto, Tucídides, Xenofonte, Plutarco, Tito Lívio e Salústio possuem em comum o talento da narrativa (BARANTE 1826, p. 28-30). No entanto, os aspectos significativos são os *efeitos* produzidos pela narração e o recurso que lhes é comum:

Se eles têm uma opinião, um julgamento para fazer prevalecer, uma moralidade para acentuar, *encontra-se a cor nas suas narrações*; que os fatos se desenrolem diante deles somente como um *espetáculo*, ou antes, que eles investiguem para aprofundá-los, para daí extrair o conhecimento do homem e dos povos, *eles sabem sempre como nos fazer vê-los tal como eles apareceram a seus próprios olhos* (BARANTE 1826, p. 31, grifos meus).

Assim, a *cor* como meio “literário” pode ser mobilizada para caracterizar a escrita antiga da história. O *texto* parece assumir outro formato, adquire prerrogativas que permitem sua visualização, torna-se – o próprio historiador francês emprega a expressão – um *espetáculo*. E, na sequência da apreciação do moderno historiador sobre seus pares antigos, ressurge o *topos* da “história como pintura”. Tácito, o modelo maior da historiografia antiga para Barante, permite corroborar essa sugestão:

Ele relata, e, em testemunho de seu julgamento, *produz diante de nós as cenas ou os personagens*. Ei-las *sob nossos olhos*; nosso espírito pode recolher e se apropriar dos julgamentos profundos, das reflexões fecundas, e são *as imagens que passaram vívidas diante*

*de nós!* É um filósofo que nos professou seus graves ensinamentos? É um político que expôs diante de nós as competências do governo? É um orador que levantou uma acusação solene contra Tibério ou Sejan? Não; para afirmar como Racine, é um dos maiores pintores da antiguidade (BARANTE 1826, p. 32, grifos meus).

O emprego do *topos* não deve ser percebido apenas como a recuperação esvaziada de uma formulação antiga; ao contrário, associar a dimensão pictórica à narrativa é agregar camadas de valores e significados à importância do ofício histórico: o texto transformado em pintura é mais “elevado” do que os ensinamentos filosóficos, as competências políticas e as acusações oratórias. Ora, defender a escrita da história como uma forma de pintura ou de espetáculo é, com efeito, ressaltar as potencialidades visuais inerentes à narrativa. Nesse sentido, Barante parece reduzir a distância que separa a escrita moderna da antiga e sugere que essa virtude clássica deve prevalecer na historiografia contemporânea: é necessário, então, que os objetos sejam evocados e trazidos para diante dos nossos olhos (BARANTE 1826, p. 37). Com isso, seria possível dizer que os acontecimentos históricos afirmam-se como objeto de contemplação num momento no qual, como dito, a imagem torna-se fundamental para a transmissão do saber.

No excerto reproduzido no início desse artigo, Barante demandava que povos e indivíduos fossem “evocados e trazidos vívidos sob nossos olhos”, bastando, para isso, traçar um “quadro da verdade” diante da “imaginação” (BARANTE 1826, p. 36-37). *A Histoire des ducs de Bourgogne* é elaborada, sugere o historiador, a partir deste anseio pictórico: “o que busquei sobremaneira, foi apresentar uma pintura fiel de um dos séculos de nossa história [...]” (BARANTE 1826, p. 40). Se o anseio é *antigo*, o meio para isso é *moderno*: Barante reconhece ter se inspirado na literatura, ou seja, ele havia tentado restituir à história, criticada por sua incapacidade de ser atrativa, a mesma atração que o romance histórico de Walter Scott lhe fornecera. Para o historiador francês, a

história “deve ser, sobretudo, exata e séria; mas me pareceu que ela poderia ser ao mesmo tempo verdadeira e vívida [*vivante*]” (BARANTE 1826, p. 41). A vivacidade, reivindicada aqui, expressa, creio, a mesma demanda antiga pela *enargeia* que, como mencionado, era um atributo fundamental para a escrita da história antiga.

Se os modernos, como Scott, oferecem soluções, Barante não hesita em recuperar igualmente valores e autores antigos. Isso porque a vivacidade contida na própria história emerge também da supressão dos traços do próprio historiador no trabalho historiográfico. A opção formal permite reabrir o debate sobre a inclusão dos discursos nas obras historiográficas, questão cara, por exemplo, a Tucídides que, entre os antigos, opta por reproduzir as falas mantendo-se “o mais próximo possível do sentido geral das palavras realmente pronunciadas” (TUCÍDIDES 2013, p. 29). A solução moderna, todavia, é diversa, na medida em que se convencionou eliminar o recurso da historiografia. Voltaire, por exemplo, não hesita em censurar Tito Lívio: “Se queres arengar, vai discursar diante do senado de Roma; se queres escrever história, dize-nos somente a verdade” (VOLTAIRE 2007, p. 24-25).

Ao projetar uma nova historiografia, Barante situa-se, neste quesito, mais próximo dos antigos e escolhe não suprimir os discursos diretos insertos nas fontes dos cronistas, mesmo reconhecendo que, muitas vezes, eles se compõem de conversações falsas (BARANTE 1826, p. 45). A manutenção da linguagem contida nos documentos e nas próprias fontes não significa, contudo, a produção de apenas um “tecido de citações textuais”, pois é necessário lhes inserir num conjunto e numa unidade. Afinal, desse material esparso, o historiador francês procura “formar um quadro [*tableau*]” (BARANTE 1826, p. 47). O extrato é importante: Barante expressa aqui tanto o *topos* da história como pintura, quanto o que considero ser um *efeito* dessa prerrogativa, isto é, a demanda por uma narrativa que permita a visualização do passado. Ambos são expressões de procedimentos antigos, sobretudo a *enargeia*, que, todavia, se

encontram – eis o argumento central desse artigo – reagrupadas sob um novo e moderno princípio: a *cor local*.

A visão sobre a história de Barante se assemelha, é possível dizer, à de Chateaubriand, ao menos no que concerne à importância da dimensão visual na escrita. No prefácio aos seus *Études historiques*, o escritor principia por identificar a ruptura entre dois “mundos”, o antigo e o moderno, e sustenta que o advento de um novo período demanda uma *nova escola histórica* (CHATEAUBRIAND 1836, p. 5). O texto contém a identificação das escolas antigas e contemporâneas e empreende uma análise de livros considerados exemplares. Além disso, Chateaubriand procura apontar algumas das prerrogativas que participariam do ofício. É necessário ultrapassar as fontes mais recentes ou, nas suas palavras, “O escritor chamado a pintar um dia o grande quadro de nossa história não se limitará à pesquisa de fontes de onde saem imediatamente os Francos e os Franceses [...]” (CHATEAUBRIAND 1836, p. 8). *A pintura da história*, pois, não pode ser elaborada apenas com documentos já impressos ou publicados. É imperativo, antes, visualizá-los em suas formas originais:

Não basta buscar os fatos nas edições cômodas, é necessário *ver com seus próprios olhos aquilo que se pode chamar de fisionomia dos tempos*, os diplomas que a mão de Carlos Magno e aquela de São Luís tocaram, a forma exterior das cartas, o papiro, o pergaminho, a tinta, a escrita, os carimbos, as vinhetas; é necessário enfim tocar os séculos e respirar sua poeira da mesma forma que um viajante, em regiões desconhecidas, retorna com um diário escrito sobre os lugares e uma pasta repleta de desenhos feitos a partir da natureza (CHATEAUBRIAND 1836, p. 20, grifo meu).

Chateaubriand retoma, no fragmento, o motivo do historiador como viajante. O elemento que unifica essas duas figuras é a possibilidade de ver, de *autopsiar* objetos, lugares e tempos. No entanto, a *autópsia*, ou seja, a visualização direta, também pode ser expressa por meio da introdução daquilo que Bérenger Boulay (2010, p. 27) denomina de “prestígio da

imagem”: um procedimento que busca *dar a ver* o passado por meio da exposição da própria pesquisa e a partir da inserção de documentos icônicos. Efeitos como esse derivam da noção latina *evidentia*, cujo pressuposto é colocar sob os olhos do leitor ou do espectador aquilo que é descrito ou narrado. Para Boulay (2010, p. 31): “a inscrição da pesquisa na narrativa permite aos historiadores, num sentido, reencontrar uma autoridade fundada sobre a autópsia [...]. Ele é aquele que viu, não o passado, mas os traços do passado e que se concebe confrontado com a materialidade desses traços”. Trata-se, mais uma vez, da reapropriação crítica de um procedimento clássico: enquanto os antigos elaboravam uma *autópsia dos fatos*, os modernos empreendem a *autópsia das fontes* (SCHEPENS 1980, p. 4).

Chateaubriand aprofunda ainda a questão acerca das diferentes escolas históricas. Segundo ele, dentre os modernos, é possível identificar a escola *descritiva* que, fundada por Barante, caracteriza-se pela ausência de reflexões e pela simples narração dos eventos na “pintura dos costumes”. Chateaubriand (1836, p. 39) a define: a história “é um quadro; é necessário vincular à narração a representação do objeto, ou seja, é necessário, ao mesmo tempo, desenhá-lo e pintá-lo; é necessário dar aos personagens a linguagem e os sentimentos de seu tempo [...]”. Se a escola descritiva, inovação moderna, deve recorrer a formulações antigas, o *ut pictura historia*, Chateaubriand parece sugerir que o modelo ideal de escrita surge da combinação de *antigos e modernos*: “Reunir a gravidade da história ao interesse da memória, ser simultaneamente Tucídides e Plutarco, Tácito e Suetônio, Bossuet e Froissard, e inserir os fundamentos de seu trabalho sobre os princípios gerais da escola moderna, que maravilha!” (CHATEAUBRIAND 1836, p. 41).

Os *Études historiques* contêm ainda análises de obras de historiadores coetâneos. Algumas de suas apreciações merecem ser reproduzidas devido ao conteúdo de sua crítica. Afinal, defender um determinado livro é igualmente subescrever tal forma de escrita da história – como se percebe em relação à produção de Paul de Ségur:

O sucesso obtido pela *Histoire de la Campagne de Russie* [História da campanha da Rússia] é uma prova de que não há necessidade, para interessar o leitor, de situar-se [a história] num sistema. As narrativas animadas, um colorido brilhante, as cenas colocadas sob os olhos em todo o seu movimento e em toda a sua vida, eis o que é de todas as escolas e que fará viver a obra do senhor Ségur (CHATEAUBRIAND 1836, p. 60).

Ao considerar a recepção da obra, Chateaubriand enfatiza o valor da “narrativa animada”, do “colorido brilhante” e das “cenas colocadas sob os olhos”, isto é, sublinha a dimensão visual do texto. Mais do que o próprio conteúdo da narrativa, é seu caráter imagético que desperta o interesse no leitor e assegura sua permanência como obra referencial. Ainda que as formulações remetam aos antigos, de modo análogo a Barante, Chateaubriand não descarta a importância de escritores coetâneos, como Walter Scott e James Fenimore Cooper, caracterizado como “pintor das antiguidades” do Novo Mundo. Ambos fazem parte de uma nova geração que teria oferecido “quadros impressos das cores da história” (CHATEAUBRIAND 1836, p. 64). A incorporação de Scott, como modelo de escrita, é significativa. Como mencionado a partir de Samuels (2004, p. 152), o escritor fazia parte da *cultura histórica espetacular* do período, na medida em que teria empregado a *écfrase histórica*, na qual a descrição literária encoraja leitores a formar imagens mentais de pessoas, lugares e coisas do passado. Concebida a partir da lógica da pintura, a *écfrase* insere Scott na tradição horaciana do *ut pictura poesis*, pois seus romances buscavam eliminar a diferença entre a dimensão verbal e a dimensão visual e, assim, transformavam os leitores em espectadores (SAMUELS 2004, 165-167).

Igualmente, Augustin Thierry, o “Homero da história”, aproxima-se das propostas de Barante e Chateaubriand. Como mencionado no princípio deste texto, Thierry, nas décadas iniciais do século XIX, propõe uma reformulação da prática historiográfica. Na obra *Dix ans d'études historiques*, o historiador procura discorrer não apenas sobre a historiografia do período, mas também sobre sua própria produção. Se

inicialmente almejou tornar-se historiador seguindo os “escritores da escola filosófica”, logo percebeu as insuficiências desse modelo e decidiu adotar uma lei ignorada pelos seus predecessores; tratava-se, destarte, de não mais “confundir as cores e fórmulas, [mas sim] de restituir a cada época sua originalidade”. A opção implica modificações no seu “estilo” e na sua “prática” [*maniére*]. Nas suas palavras: “minha antiga rigidez se suavizou, minha narração se tornou mais contínua; por vezes ela até se coloriu de algumas nuances locais e individuais” (THIERRY 1836, p. VII-VIII). O trecho permite recuperar a ideia da originalidade das cores expressa nos verbetes discutidos neste artigo. A *cor local* identifica momentos e épocas específicas, concede-lhes identidades e características próprias. Seu emprego na historiografia não deixa de ser impulsionado pelas virtudes desenvolvidas na literatura contemporânea do período.

Walter Scott, referência, como visto, para Barante e Chateaubriand, também se revela importante para Thierry. A aparição de sua obra *Ivanhoe* (1820), que aborda a história da Escócia, é recebida com entusiasmo pelo historiador francês: “Walter Scott tinha acabado de lançar *um de seus olhares de águia* sobre o período histórico em relação ao qual, durante três anos, se dirigiram todos os esforços de meu pensamento” (THIERRY 1836, p. X, grifo meu). Como se percebe, a mesma *visão sinóptica*, identificada por Maurer para o contexto alemão, reaparece no elogio de Thierry a Scott. Trata-se, acredito, de mais um exemplo da reapropriação moderna da *sunopsis*, cara aos antigos e importante no anseio de construir uma narrativa de ordem visual.

Assim, dos limites e insuficiências que caracterizavam a historiografia pregressa, e dos recursos e potencialidades que assomavam dos escritos modernos, Thierry vislumbra a possibilidade de elaborar uma reforma nos estudos e na maneira de escrever a história. Ao resgatar, na sequência de sua carreira, seu antigo tema, a conquista da Inglaterra pelos normandos, o historiador expõe seus objetivos: “*pintar esse grande evento com as cores mais verdadeiras* e sob o

maior número de aspectos possíveis” (THIERRY 1836, p. XV, grifos meus). A “pintura do evento”, resultado final do trabalho historiográfico, deriva também da operação de consulta aos arquivos, momento inaugural do trabalho do historiador. Nesse sentido, para Thierry, é necessário reproduzir, ainda que sem elaborar uma mera cópia, a própria experiência desencadeada pelo contato com as fontes. O trecho merece citação:

Vagando meu pensamento em meio a esses milhares de fatos espalhados em centenas de volumes, e que me apresentavam, por assim dizer, diretamente, os tempos e os homens que eu buscava pintar, eu senti algo da emoção que experimenta um viajante fascinado com o aspecto do país que ele há muito tempo desejava ver e que frequentemente lhe aparecia nos seus sonhos (THIERRY 1836, p. XVI).

Para o “Homero da história”, o ofício, assim, surge da operação visual de consulta aos arquivos. O historiador, como um viajante, transpõe paisagens para visualizar os eventos e os tempos passados. Mas a analogia não se resume à viagem. O historiador é também um pintor, na medida em que parece transferir, por meio de sua escrita, essa visão primeira para um segundo observador, o leitor. Paul Ricoeur (2007, p. 148) sugeriu, certa vez, que “A história é, do começo ao fim, escrita”. Seria possível, creio, adaptar essa formulação para sintetizar o modelo de história defendido por Thierry: aqui, a história é, do início ao fim, visão.

Destarte, na abertura do século XIX, o *topos* da “história como pintura”, ou do historiador como pintor, permanece operativo. Os antigos parecem próximos e seus meios e objetivos, semelhantes. Não se trata de uma citação ocasional – o *topos* aqui não parece esvaziado. Ao contrário, trata-se de concebê-lo como reatualizado a partir de uma nova concepção que se efetiva textualmente na noção de *cor local*. Isso sugere que a aproximação da história com a pintura não deve ser vista apenas como um investimento estilístico, mas como parte significativa do fazer historiográfico. O zelo estético é, então, um fator integrante da reflexão sobre o ofício e compreende,

por exemplo, a questão da cognição do saber produzido pelo viés imagético. A partir da aproximação com outras artes e aparatos visuais (pintura, literatura e cultura visual), pode-se depreender dos preceitos de Barante, Chateaubriand e Thierry que a historiografia precisa recorrer a recursos variados, a fim de desempenhar suas potencialidades como a manifestação da verdade, como fornecedora de lições e, aspecto igualmente relevante, como uma pintura capaz de colocar os eventos narrados sob os olhos dos leitores.

## Considerações finais

No contexto francês do início do século XIX, é possível encontrar inúmeras referências que reatualizam o antigo *topos* da “história como pintura” ou do historiador como pintor. Após a reformulação conceitual ocorrida entre os séculos XVIII e XIX, a *cor local* parece ser o elemento de fusão entre a narrativa textual e a pintura. Transita-se “da pintura à história”, como sugerido na primeira seção deste artigo, pois o recurso procura resgatar continuamente sua origem pictural. A hipótese de que a *cor local* expressa o anseio de ordem visual na narrativa, contudo, não repousa somente na sugestão da reapropriação dos *antigos* pelos *modernos*. Com efeito, é certo que a escrita imagética é um fenômeno mais amplo do que o dispositivo narrativo. No entanto, a *cor local* parece concentrar diversas práticas e recursos visualizantes em voga no período. Acredito que os verbetes da *Encyclopédie*, de dicionários e obras de referência – nos quais as experiências antigas assumem novas posturas e linguagens – permitam sugerir que o dispositivo da *cor local* é uma manifestação da antiga relação entre *cor* e *palavra*, e parte importante da produção moderna de caráter visual. É possível identificar, neste momento, o início da transição da *cor local*, que deixa de ser um dispositivo exclusivamente pictórico, para tornar-se, também, um recurso textual narrativo. Desde suas primeiras manifestações até o momento no qual alcança sua acepção mais rica, em meados do século XIX, a *cor local* absorve e reatualiza algumas das

prerrogativas difundidas entre os antigos, como a *sunopsis* e a *enargeia*, a *écfrase* e a autópsia, e apreende antigos *topoi*, como o *ut pictura historia* e o *ut pictura poesis*.

“Da história à pintura”, enfim, porque o uso da *cor local* encontra-se relacionado a uma narrativa vívida, composta por elementos que asseguram a atenção e o interesse do leitor, além de estar associado ou vinculado não só à pintura e ao romance, mas também a aparatos pictóricos. É importante, ademais, inserir a *cor local* numa cultura mais vasta, também de ordem visual, que envolve recursos narrativos e ópticos, como panoramas, fotografias e outros instrumentos, num contexto em que a imagem é vista como um modo de produção e transmissão do saber. A emergência de “novas escolas historiográficas”, identificadas por Barante, Chateaubriand e Thierry, em síntese, é composta pela reapropriação de estratégias antigas que são reformuladas a partir de novos e modernos recursos, como a *cor local*. A partir dessa combinação entre *antigos* e *modernos*, é possível “colocar os objetos narrados sob os olhos do leitor” e, assim, conceber “a história como pintura”.

## REFERÊNCIAS

ALCIDES, Sérgio. **Estes penhascos**: Cláudio Manuel da Costa e a paisagem das Minas, 1753-1773. São Paulo: Hucitec, 2003.

BARANTE, M. de. **Histoire des ducs de Bourgogne de la Maison de Valois**, 1364-1477. Paris: L’Advocat Libraire, 4 ed., 1826.

BOULAY, Bérenger. Effets de présence et effets de vérité dans l’historiographie. **Littérature**, n. 159, p. 26-38, 2010.

CALAME, Claude. Entre vraisemblable, nécessité et poétique de la vue: l'historiographie grecque classique. **Texto!** Textes & Cultures, v. XV, n. 3, p. 1-20, 2010.

CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história. Historiografia e nação no Brasil do século XIX. **Diálogos**, Maringá, v. 8, n. 1, p. 11-29, 2004.

CHATEAUBRIAND, F. René de. Études historiques. *In*: CHATEAUBRIAND, F. René de. **Oeuvres complètes**. Paris: Pourrat Frères, Éditeurs, t. 4, 1836.

**Dictionnaire de l'Académie Française**. Paris: J. J. Smits, t. 2, 1798; t. 2, 1835; t. 1, 1878; t. 2, 1932-5.

**Encyclopédie**, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers, etc., eds. D. Diderot; J. d'Alembert. University of Chicago: ARTFL Encyclopédie Project (2013 Edition), v. 3, 4, 5, 8.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GUMBRECHT, Hans U. **Modernização dos sentidos**. São Paulo: Editora 34, 1998.

HANSEN, João Adolfo. Ut Pictura Poesis e Verossimilhança na Doutrina do Conceito no Século XVII. *In*: MEGALE, Heitor (org.). **Para Segismundo Spina**: língua, filologia e literatura. São Paulo: EDUSP; Iluminuras, 1995, p. 201-214.

HANSEN, João Adolfo. Categorias epidíticas da ekphrasis. **Limiar**, v. 1, n. 1, p. 1-22, 2013.

HARTOG, François. **Evidência da história**: o que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2014.

LAROUSSE, Pierre. **Grand Dictionnaire Universel du XIXe siècle**. Paris: Administration du Grand Dictionnaire Universel, tomo V, 1869.

LARUE, Anne. De l'Ut pictura poesis à la fusion romantique des arts. **La Synthèse des arts**, p. 1-18, 1998.

LESSING, Gotthold E. **Laocoonte ou sobre as fronteiras da pintura e da poesia, com esclarecimentos ocasionais sobre diferentes pontos da história da arte antiga**. São Paulo: Iluminuras, 1998.

LIDDELL, Henry; SCOTT, Robert. **A Greek-English Lexicon**, revised and augmented throughout by Sir Henry Stuart Jones. Oxford: Clarendon Press, 1940.

LONGINUS; (ARISTOTLE; DEMETRIUS). **Poetics; On the sublime; On style**. Cambridge; London: Harvard University Press, 1995.

LUCIANO. **Como se deve escrever a história**. Tradução de Jacyntho Brandão. Belo Horizonte: Tessitura, 2009.

MARKIEWICZ, Henryk; GABARA, Uliana. Ut pictura poesis... A history of the Topos and the Problem. **New Literary History**, v. 18, n. 3, p. 535-558, 1987.

MAURER, Kathrin. **Visualizing the Past**: The Power of the Image in German Historicism. Berlin; Boston: De Gruyter, 2013.

PAYEN, Pascal. A constituição da história como ciência no século XIX e seus modelos antigos: fim de uma ilusão ou futuro de uma herança? **História da historiografia**, v. 4, n. 6, p. 103-122, 2011. DOI 10.15848/hh.v0i6.250. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/250>. Acesso em: 3 jul. 2019.

PEREIRA, Mateus; ARAUJO, Valdei. **Atualismo 1.0**: como a ideia de atualização mudou o século XXI. Mariana: Editora SBTHH, 2018.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alan François. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SAMUELS, Maurice. **The spectacular Past**: Popular History and the Novel in Nineteenth-Century France. Ithaca and London: Cornell University Press, 2004.

SCHEPENS, Guido. L'autopsie comme problème méthodologique de l'historiographie. *In*: SCHEPENS, Guido. **L'Autopsie dans la méthode des historiens grecs du Vème siècle avant J.-C.** Brussels: Koninklijke Academie, 1980. p. 1-32.

SINKEVISQUE, Eduardo. Breve relação sobre o *Tratado Político (1715) de Sebastião da Rocha Pita* [...]. **Estudos Portugueses e Africanos**, n. 36, 2º sem., s/p, 2000.

SINKEVISQUE, Eduardo. **Doutrina seiscentista da arte histórica**: discurso e pintura das guerras holandesas (1624-1654). 2005. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas e Vernáculas, USP, São Paulo, 2005.

THIERRY, Augustin. **Dix ans d'études historiques**. Paris: J. Tessier Libraire, 1836.

TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**: livro I. Tradução de Anna Lia Prado. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

VAPEREAU, Gustave. **Dictionnaire Universel des Littératures**. Paris: Lib. Hachette, 1876.

VOLTAIRE. **O pirronismo da história**. Tradução: Márcia Valéria de Aguiar. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WEBB, Ruth. **Ekphrasis, Imagination and Persuasion in Ancient Rhetorical Theory and Practice**. Surrey, England: Ashgate, 2009.

ZANGARA, Adriana. **Voir l'histoire**. Théories anciennes du récit historique: IIe siècle avant J.-C. – IIe siècle après J.-C. Paris: J. Vrin, 2007.

## AGRADECIMENTOS E INFORMAÇÕES

### Eduardo Wright Cardoso

edu.wright@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0002-6932-1000>  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  
Rio de Janeiro - RJ  
Brasil

Este artigo é parte modificada de minha tese de doutorado, intitulada *Em busca da cor local: os modos de ver e fazer ver nas obras de José de Alencar e Euclides da Cunha*, defendida em 2016. A pesquisa contou com o financiamento da CAPES.

RECEBIDO EM: 11/MAR./2019 | APROVADO EM: 16/MAIO/2019

# Interseção de subjetividades: a presença indígena na escrita afetada dos jesuítas

Intersection of subjectivities: the indigenous presence in the affected writing of the Jesuits

**Guilherme Galhegos Felipe & Carlos Daniel Paz**

<https://orcid.org/0000-0003-4008-4926> 

<https://orcid.org/0000-0002-2297-3458> 

## RESUMO

A produção escrita desenvolvida pelos membros da Companhia de Jesus ao longo da experiência reducional na América espanhola adquiriu novo fôlego de análise quando os estudiosos compreenderam que esses registros compunham a interseção entre as subjetividades dos seus autores e as demandas formais que a hierarquia da Ordem impunha aos missionários. Por isso, são frequentes os registros que contêm descrições detalhadas de cerimônias, práticas xamânicas, relatos sobre a mitologia e de outros aspectos relativos ao conhecimento prático indígena, que se situam entre a obrigação de registrar e o interesse do jesuíta. Neste artigo, pretendemos demonstrar que a presença, a atuação e os saberes dos índios também provocaram perturbações nesses registros, gerando o que chamamos de uma escrita afetada: a expressão discreta, já que não é proveniente de um esforço de convencimento por parte do narrador, do resultado da ponderação do missionário ou da influência direta ou indireta que os nativos exerceram a partir do contato e convívio reducional.

## PALAVRAS-CHAVE

Missões do Chaco; Escrita jesuítica; Saberes indígenas

## ABSTRACT

The written production developed by the members of the Company of Jesus during the reduction experience in Spanish America acquired a new impulse of analysis when the researchers perceived that these records were composed of the intersection between the subjectivities of the authors and the formal demands that the hierarchy of the Order imposed on the missionaries. Because of this, records containing detailed descriptions of various ceremonies, shamanic practices and stories about mythology are frequent, as well as other aspects related to indigenous practical knowledge, which are placed between the obligation to record native behavior and the interest of the Jesuit. In this article we intend to demonstrate that the presence and performance of native knowledge also caused disturbances on these records generating what we call an affected writing. An intimate expression that does not come from the effort of convincing on the part of the narrator, but that is the result of the missionary's weighting and of the direct or indirect influence that the natives exerted through contact and reductionist coexistence.

## KEYWORDS

Reductions of Chaco; Jesuit writing; Native knowledge

## Introdução

*Naturalmente, eles existem enquanto eu olho para eles, mas também eu existo enquanto alguém, não sei quem, olha para mim. (Sigismund Krzyzanowski, "Dentro da pupila")*

*Es, sin duda alguna, mil veces preferible que sea uno y no el mundo lo que vacila (Juan José Saer, "El Entenado")*

A atuação catequética dos missionários da Companhia de Jesus na região do *Gran Chaco*, na época colonial, foi marcada por sucessivas tentativas de aproximação com os grupos indígenas, que nem sempre corresponderam às expectativas dos padres e, menos ainda, dos colonos que ali montaram residência. O espaço do Chaco – região que abarca o atual território da Argentina, Paraguai, Bolívia e Mato Grosso do Sul, no Brasil, estendendo-se do limite andino até o Rio da Prata –, com sua vasta e ampla geografia, bem como pela diversidade de grupos étnicos que o povoavam, chamou a atenção dos missionários desde muito cedo. Já no começo do século XVII, há notícias, registradas por distintos sacerdotes jesuítas, dos ambientes plenamente interconectados entre si, ainda que claramente diferenciados uns dos outros, bem como dos distintos grupos nativos que ali residiam. Grupos parentais que eram descritos pelos sacerdotes, apelando aos valores e práticas que, para além de oporem-se à *civitas* cristã (CARGNEL; PAZ 2012), evidenciavam o ousado e perigoso trabalho apostólico. Assim, o prolongado contato entre índios e brancos na região, iniciado de fato com a criação da Governança de Tucumã, em 1563, que ficaria sob jurisdição da Audiência de Charcas, gerou as mais variadas formas de convívio e conflito, submetidas, sempre, aos diferentes interesses sustentados por cada lado.

A dinâmica social indígena presente nas fronteiras orientais e ocidentais do Chaco – o Chaco de Santa Fe e o Chaco de Salta –, ainda que apresente semelhanças em relação a processos

sociais ocorridos no seio das comunidades nativas, mesmo com a expansão das fronteiras hispano-crioulas, possuía diferenças substanciais que devem ser descritas, explicadas e analisadas. Entre as diferenças mais significativas, encontra-se o ciclo de guerras entre grupos nativos do Chaco oriental, exemplificado pelos casos dos índios Abipone e os Mocovi – que foram os que concentraram maior atenção daquela escrita considerada etnológica, tendo como maiores expoentes as crônicas dos padres jesuítas Martín Dobrizhoffer (1784) e Florián Paucke (1767) –, cujos enfrentamentos foram muito mais violentos do que os descritos entre grupos indígenas do Chaco saltenho.<sup>1</sup>

A fundação de cidades, fortificações, estâncias e reduções no entorno do Chaco efetivou a presença colonial na região, sem, com isso, garantir uma boa convivência com os indígenas: ainda que tenha ocorrido uma aproximação pacífica e colaboracionista entre as partes, em que indivíduos ou grupos indígenas não apenas aceitaram a presença colonial no território, como também usufruíram dos expedientes e fizeram parte dos meios instalados pela administração civil e religiosa, os relatos da época não deixam dúvida de que a situação foi mais complexa do que gostariam os agentes coloniais. Neste processo de construção das relações com os agentes e dispositivos de poder coloniais, sobretudo ao longo do século XVIII e durante o processo de fundação das principais reduções instaladas no Chaco santafesino, é possível notar processos de complexificação social que estavam acontecendo no seio das chefias indígenas e que podem explicar por que as guerras intra e interétnica adquiriram a dimensão que evidencia o corpo documental disponível e largamente analisado (cf. PAZ 2007; 2009). Assaltos, furtos e latrocínios – além das práticas tradicionais como poligamia, antropofagia, bebedeiras e as curas xamânicas – foram tópicos reiteradamente relatados por aqueles que, de forma direta ou indireta, conviveram com os índios e pretenderam registrar suas impressões.

Ainda que tenhamos que questionar e criticar esses registros como percepções (quase sempre) binárias de observadores

*1 - Para um panorama abreviado das distintas realidades políticas construídas em ambos espaços, cf. SAEGER 2000; SANTAMARÍA 2007; e VITAR 1997.*

que projetavam suas concepções a respeito da “Humanidade” a fim de tornar o selvagem “pensável”, antes que realizável” (AGNOLIN 2007, p. 477), não se deve ignorar o fato de que tais relatos são a consequência escrita da perturbação que a presença e a atuação dos índios exerceram sobre quem registrou. A afetação, portanto, é uma qualidade construída através do encontro traumático e da capacidade de resiliência do sujeito, colocando em evidência pelo menos duas maneiras de conceber a ordenação e o funcionamento do mundo: a de quem afeta e a de quem é afetado. A afetação, ou a condição afetada, pode ser analisada através do discurso que o sujeito elabora *a posteriori* de estar sujeito à tensão dos sistemas normativos com os quais interagiu. Dessa forma, a escrita, na qual a experiência vivida é narrada, é apresentada como um meio privilegiado para investigar essas tensões, que tem sua origem, ao menos como ponto metodológico inicial para construir uma análise como propomos aqui, na confrontação direta no espaço do Chaco com aqueles indígenas que aparecem descritos de modo ideal na escrita consultada pelos noviços jesuítas durante sua formação nos Colégios e Universidades. Essa primeira ruptura, produto do encontro com um sujeito ontologicamente ciente de si e com uma capacidade de agência notável, é a que anima os escritos do século XVIII, em que, para os sacerdotes, o encontro com os nativos parece ser sempre o primeiro, ao passo que, para os indígenas, não se constitui como tal. Concorda-se, então, que aqueles escritos tendem a revelar muito mais sobre as noções, conceitos, ideias, desejos e intenções de quem escreveu do que de quem foi descrito; mas aquele que relata também o faz, em algum grau e em alguns momentos, por causa das contingências externas que lhe afetam: este não é necessariamente o motivo que levou os jesuítas a escrever – ainda mais se levarmos em conta que registrar suas experiências, a partir de rigorosa formalidade, e fazê-las circular entre os demais membros era uma das prerrogativas da Ordem (LONDOÑO 2002) –, mas muito do que escreveram reflete sua postura a respeito do que observavam e tentavam classificar ou do seu

estranhamento frente ao que lhes era inexplicável – ou inclassificável – para o seu sistema de códigos culturais e protocolos sociais.

Entre o que foi observado, ouvido ou experienciado pelos jesuítas e o que virou registro em suas cartas, diários, crônicas, tratados ou memórias encontra-se uma infinidade de informações que foram, em parte, ignoradas, analisadas, criticadas ou decodificadas antes de tornarem-se relato. Estes registros eram produzidos com a finalidade de responder a uma demanda institucional, que determinava *como* os membros da Companhia deveriam escrever os seus relatos a partir de normas e preceitos rigorosos que, como “uma autoridade que, externa à escrita mas insinuada nela, desenha os marcos do possível” (MARTÍNEZ 2001, p. 76).<sup>2</sup>

A produção de obras impressas realizadas pelos membros da Companhia de Jesus durante a sua atuação missionária no período colonial americano é ampla e abrange um número notável de temas. No caso do Chaco, o conjunto de obras é significativamente menor, bem como o número de obras que foram publicadas após a expulsão pelos padres jesuítas que lá cumpriram suas tarefas evangélicas. Assim, as obras de Martín Dobrizhoffer (1784), José Jolís (1789) e Florián Paucke (1767), além de Pedro Lozano (1733), são escritos indispensáveis a qualquer estudo sobre o Chaco. A partir da consulta dessas obras, é possível compor uma análise profunda dos eventos ocorridos durante boa parte do século XVIII, além de representarem uma fonte rica a ser explorada na busca de chaves analíticas que permitam elucidar vários aspectos da vida dos grupos indígenas e das relações que foram estabelecidas.

Deste modo, o objetivo principal deste artigo é analisar, nas principais obras impressas pelos membros da Companhia de Jesus, como se manifestou aquela escrita afetada, tanto no que pode indicar sobre um momento particular do processo reducional; naquilo que reflete sobre alguns aspectos da vida cotidiana dos indígenas; ou como essa escrita afetada representa momentos de inflexão do *ser* jesuíta, que permitem propor em

*2 - As traduções das citações em língua estrangeira são de nossa autoria.*

que medida o cruzamento e a tensão das perspectivas em jogo (do missionário e do indígena) são úteis para complexificar as análises sobre os modos em que se registrou a construção de relações sociais entre uns e outros.

Nossa proposta de uma escrita afetada é baseada em uma análise crítica de uma condição de enunciação retórica persistente em boa parte da documentação consultada para a elaboração do conceito em discussão. O corpo documental inaciano se reproduz assim mesmo em mais de uma ocasião quase sem críticas. Algumas das afirmações produzidas por certos membros da Companhia de Jesus são repetidas com uma clara intencionalidade retórica e pedagógica. Diferentes membros da Ordem, em mais de uma ocasião, e ao longo do tempo, vivenciaram adversidades, expondo algumas características culturais nativas que os colocaram contra sua capacidade de acomodação. Afirmações que não foram imediatamente questionadas pelos autores jesuítas e que, em sua época, registraram em suas obras temas recorrentes sobre a vida dos nativos. Portanto, o que torna singular as etnografias culturais escritas pelos diferentes missionários para a análise da escrita afetada é a repetição cíclica das ações dos nativos inconstantes que desafiaram as reduções com uma constância notável. Dentro desse ciclo de menções sobre o caráter nativo, detectamos a afetação de quem escreve.

## A escrita jesuítica: uma subjetividade desvanecida?

A escrita, para os jesuítas, foi uma ferramenta fundamental não só em sua atuação missionária na forma de apreensão e troca de experiências entre os membros da Ordem, como também um exercício voltado à atividade intelectual, em que muito do exótico, do desconhecido e do incompreendido foi analisado, pensado, assimilado – com alguns limites – e logo, então, transferido para o papel na forma de conhecimento e saberes acumulados. Portanto, o papel desempenhado pelos jesuítas não se restringiu à pregação e evangelização dos nativos, nem somente à reflexão teórica sobre a natureza. Isso

quer dizer que tanto a atuação missionária, como a dedicação à produção de conhecimento eram realizadas concomitantemente pelos membros da Companhia, que se encontravam na situação solitária de evangelização nas reduções. A experiência, certamente única em suas vidas, providenciou o cenário natural mais apropriado para suas elucubrações, além do período de contato e convívio com os nativos, influência determinante no processo pelo qual os missionários tiveram que passar durante a sua adaptação e estabelecimento de residência em missão.

Centralizada por Roma, a correspondência funcionava como um instrumento para “evitar a excessiva dispersão dos membros da Companhia, assegurando o ‘nosso modo de proceder’, que denotava a tão desejada uniformidade entre os membros da Companhia” (EGIDO *et al.* 2004, p. 39). Estabelecia-se, por meio de tal controle, uma aproximação entre os missionários espalhados por territórios distantes, diminuindo a solidão experimentada nos espaços periféricos que contrastavam com os lugares de origem de cada sacerdote. Ao mesmo tempo, a escrita convertia este senso de união em uma “polícia do trabalho”, pois se fazia presente nos “questionamentos que se fazem à sua escrita, ao censurá-la ou ao não editar seus livros – já que o poder da censura e o controle das paixões que a escrita devia exercer estavam fixados pela comunidade que formava a instituição” (CARGNEL 2015, p. 39-40). A uniformidade pretendida pela Ordem alcançava sua efetividade, na medida em que reforçava o controle hierárquico por meio da comunicação constante entre seus membros.

Mas era justamente nestas correspondências que os jesuítas encontravam espaço para também colocarem suas impressões e considerações pessoais. Aqueles que, por meio do voto de obediência, ingressaram na Companhia de Jesus, “abriram mão de parte de sua individualidade, mas, ao mesmo tempo, esta nunca foi anulada a ponto de que seus gostos e talentos, seus temperamentos e formas de agir, não tivessem imprimido marcas no que fizeram” (FLECK *et al.* 2014, p. 18). Dito de outra forma, mesmo que uma parte dos registros fossem formalidades

predefinidas pelos rigorismos exigidos por uma Ordem religiosa que depositava grande valor na comunicação escrita (LONDOÑO 2002), muito do que foi registrado escapava, por assim dizer, do protocolo determinado pelas normas e acaba informando mais do que pretendia – sem, com isso, necessariamente fugir do objetivo inicial de registrar a experiência catequética, manter os demais membros da Ordem informados e dar satisfações aos superiores. Ainda que houvesse uma demanda institucional que levava os missionários a compartilharem suas experiências por meio de uma formalidade estrita, era na prática da escrita que podiam elaborar os seus pontos de vista pessoais a respeito do que experienciavam.

É certo que, no contexto missionário da Companhia de Jesus, a “escrita estava a serviço da conversão” (NEUMANN 2015, p. 49) e, por isso, a prioridade era utilizar-se dela como instrumento de apologia tanto em defesa à conversão dos índios, como à permanência dos jesuítas no trabalho missionário. Assim demonstrou Maria Cristina dos Santos (2016), ao analisar um relato produzido em 1636, em que o padre José Oregio, autor do registro, acusa o índio Erovocá de ter comido a carne de seus parentes e pessoas próximas. Segundo a historiadora, apesar de o autor do relato alçar o indígena como protagonista de seu registro como forma de reunir nele toda a barbárie com a qual os missionários tinham que conviver, este é mais um documento histórico em que a narrativa missionária tem como objetivo colocar a atuação catequética como protagonista, servindo como propaganda da Ordem, ao ressaltar a importância dos jesuítas como os únicos que “garantiam a solução para um problema que não dependia das decisões da Coroa, nem de outras decisões locais” (2016, p. 1111).

A correspondência, em intensa circulação não apenas entre os membros da Ordem, não se restringia apenas a assuntos da fé: buscando não “se fechar nos claustros”, os jesuítas pareciam determinados a ocupar “tanto o espaço social como o religioso” – o que, inclusive, levou os críticos da Companhia a

não reconhecerem os jesuítas nem como parte do clero comum, nem como parte do clero secular (WRIGHT 2006, p. 55-56).

A Companhia de Jesus exigia um certo rigor intelectual de seus integrantes (MILLONES FIGUEROA; LEDEZMA 2005, p. 9), privilegiando as faculdades da oratória e da comunicação escrita, além de “formar sacerdotes de salientes capacidades intelectuais” (JUSTO 2011, p. 156) nas áreas da filosofia, teologia, história e ciências naturais. Assim, os jesuítas que eram aceitos pela Ordem para atuarem entre os neófitos na América acabavam dividindo-se, na medida do possível, entre a atuação evangélica junto aos índios e seus interesses intelectuais, colocando-se na “condição de sujeitos que transitaram entre a prática catequética e as atividades mais estritamente relacionadas ao cumprimento do seu apostolado e uma série de outras ocupações, tais como as ligadas ao ensino, à filosofia, à literatura e às ciências” (FLECK et al. 2014, p. 13). Ainda que em suas cartas escritas aos superiores devessem cumprir com obrigações e urgências relativas ao trabalho de evangelização, sabemos que, no dia a dia, os jesuítas mantinham-se atuantes em suas áreas de formação, como fica evidente nos esforços do padre Antônio Sepp, compositor que introduziu o ensino de música entre os índios reduzidos (LARA 2015), ou o padre Pedro Lozano, cujas obras dedicadas a registrar o passado da Província Jesuítica do Paraguai, conferiram-lhe o título de historiador da Companhia de Jesus (CARGNEL 2015). Em outras palavras, os seus saberes e as suas produções intelectuais estiveram intimamente relacionados às práticas da conversão (JUSTO 2011, p. 155).

Entende-se, portanto, a complexidade que envolvia a escrita jesuítica, não apenas no que tocava ao controle da circulação da correspondência e à formalidade exigida pelos superiores, mas também relativo às particularidades da formação intelectual e psicológica de cada missionário. Cada jesuíta, antes de ser enviado em missão, tinha seus dados pessoais e perfil psicológico e comportamental listados nos Catálogos Trienais desenvolvidos pelos superiores da Companhia em Roma,

usados fundamentalmente para “distribuir adequadamente os membros da Ordem para lugares e missões, levando em conta sua compleição própria e outras características” e, assim, melhor adequá-los ao empreendimento missionário (PANAZZOLO; MASSIMI 2015, p. 25).

Os esforços de adequar sua narrativa às ordens impostas a partir do *que* e *como* se devia escrever possuía uma vinculação com o problema do discernimento – peça chave na formação e na atuação do jesuíta. Nesse aspecto, que ajuda a identificar ainda mais a afetação refletida na escrita, é necessário compreender aquilo que se conhece como a “eleição do segundo tempo” – momento em que o futuro sacerdote experimenta um conjunto de emoções e inquietações que o praticante, aquele que realiza dos Exercícios Espirituais, não pode controlar (JUANES 1980, p. 76). Momento de dúvida, mas de afirmação, em que o futuro sacerdote confirma sua eleição vocacional. Essa vontade incontrolável pode ser concebida como a mesma a que é exposto o sacerdote uma vez instalado no seio da comunidade em que tentará levar o evangelho e sua prática aculturadora.

Nesta situação, encontra-se exposto a diversos estados da alma e, muitas vezes, também a erros, visto que o homem pode ser movido não somente pelo Espírito, mas frequentemente enganado pelo que aparenta ser bom e correto. [...]. Portanto, a dificuldade em discernir os diferentes espíritos começa pelo seu próprio desempenho, da convivência que, mesmo inconsciente, nossas afeições desordenadas podem oferecer (JUANES 1980, p. 77-78).

Esta afeição desordenada é a que acontece em diversos momentos da vida cotidiana dos padres nas respectivas reduções às quais foram destinados. Ali, a densidade – no sentido geertziano – da realidade social parece exercer ânimos e vontades, fazendo-se perceptível em uma escrita que tenta ordenar de modo lógico ações próprias da vida nativa, que confrontam e parecem desafiar a lógica ocidental na qual o jesuíta está inserido. Desse modo, os esforços de adequação

são os que, em certa medida, impulsionam a materialização daquela escrita afetada: um momento em que o padre, por mais que tente discernir sobre os atos nativos que mobilizam seus medos, angústias e dúvidas sobre diversas questões, tem a sua posição de sujeito-observador reforçada, deixando marcas do seu *Eu-mesmo* na escrita.

Partimos da noção proposta por José Antonio Kelly (2001) de “personitude fractal”, na qual, segundo o autor, a pessoa é uma conjunção de escalas de acordo com sua posição e atuação nas relações internas e externas. Esse “divíduo” dispõe-se simultaneamente como sujeito-Eu/objeto-Outro: pessoas “não são nem objeto nem sujeito, mas ambos: o ponto de encontro de um Eu reflexivo e da perspectiva do Outro”. A escala é mais complexa, pois envolve tanto esta relação com outro-alguém, como divisões internas à própria pessoa: “a pessoa-como-grupo é uma versão em escala ampliada da pessoa-como-indivíduo e uma versão duas vezes ampliada da pessoa-como-parte” (KELLY 2001, p. 100 e 102). Jesuítas e indígenas ocuparam, na convivência direta, estas posições dualistas um para o outro, não havendo, no nível da relação, uma predominância no contexto – exceto, obviamente, pelo fato de os missionários registrarem a partir de sua posição de sujeitos sobre os indígenas-Outro. Na situação de convívio reducional, podemos imaginar que os jesuítas se sentiam observados e analisados a todo momento pelos índios e, nessa oscilação entre ser sujeito de ação e objeto de observação, os missionários deixavam manifestar sua dualidade.

Por isso, o discurso escrito produzido pelos membros da Companhia de Jesus deve ser tomado como uma narrativa em camadas, que resultou das diferenças entre a ordem do discurso e a ordem factual almejada (MORALES 2011, p. 33) – entre o que deveria ser registrado e aquilo que fazia parte das impressões pessoais do autor, motivadas a partir de suas experiências concretas, sensoriais e filosóficas frente ao momento que estava vivendo e com quem estava convivendo.

O que assentou na memória do jesuíta e tornou-se consciência sobre a realidade a qual estava inserido não estava apenas condicionado à sua formação religiosa e intelectual e aos expedientes protocolares da Ordem, mas também à sua interpretação do entendimento que fez sobre o convívio com os índios. A escrita jesuíta, sob tal análise, passa a ser o que Guillermo Wilde descreve como uma prática com muitos sentidos possíveis decorrentes do convívio, em que, para os jesuítas, a experiência missionária não se apresentava como um problema relativo aos dilemas da conversão, mas sim à conversão como dilema (2011, p. 20): a presença do indígena que deveria ser convertido afetava tanto a atuação catequética do jesuíta, como a sua forma de relatar o que observava ou ficava sabendo a respeito dos nativos. Esta afetação, no sentido que queremos analisar, tem menos a ver com implicações morais do que uma influência perceptiva que atinge os relatos produzidos pelos jesuítas, sob a qual o convívio direto com os nativos repercutiu, na escrita, na forma de interação – ou, como sintetizou Carlo Ginzburg, “o confronto prolongado de culturas diferentes, pressupõe uma perspectiva dialógica” (2007, p. 285-286).

Foi inevitável que os jesuítas, distantes cada vez mais dos centros de influência da Ordem, sentissem a obediência perder sua “imperfeição militar”: a tomada de decisões pessoais ganhava maior espaço nos registros, permitindo que o tribunal da consciência operasse com mais autonomia (MORALES 2011, p. 35). Parte-se do que Ivonne Del Valle (2009) propõe em relação ao “incômodo físico e mental” que o impacto com o ambiente e os indígenas produziu na escrita dos missionários, identificado pela autora como o encontro das tensões entre a epistemologia ilustrada e imperial e a vida indígena nas fronteiras (2009, p. 10-14).

É neste espaço narrativo, em que a obrigação de escrever aos superiores era superada pelas impressões e interpretações pessoais, que traços de interações “nos informam sobre os dois atores presentes, índios e missionários, suas estratégias

de reconhecimento mútuo, de apropriação e de alienação” (CASTELNAU-L’ESTOILE 2013, p. 82). É desta forma que os registros produzidos pelos missionários em atuação junto aos índios do Chaco revelam esta “dimensão dialógica” (GINZBURG 2007, p. 290) do discurso jesuítico, construído pelo ímpeto pessoal de homens movidos pelos interesses na religião, no intelecto e no saber, mas também provocado pelo contato direto com os nativos nas missões. Alterações que permitem entrar nos imaginários da linguagem – aqueles transmitidos e mesmo os reprimidos – e, a partir dos seus vestígios, pensar como atua a “inconsciência do inconsciente” (BARTHES 1978, p. 47), possível de ser questionada por meio da escrita afetada.

## A escrita afetada

Os jesuítas, estes “homens de ação”, encontraram na escrita uma forma de seguir “intervindo na realidade”, mas sem conseguir se livrarem da “obsessão pela América” (OLLERO *et al.* 1989, p. 86) – e, para que essa dominação não se apoderasse deles e os transformasse no que não desejavam ser (aqueles homens rudes e bárbaros que eram os índios), recorria-se constantemente à escrita, tal como indicavam as *Instrucciones* do jesuíta Juan Alfonso de Polanco, de 1547. Secretário de Inácio de Loyola, Polanco definiu as *Reglas acerca del Escribir para los de la Compañía*, em que foi claramente estabelecido o tom, o conteúdo e a periodicidade que deveriam ter as cartas escritas desde as Missões, por mais remotas que fossem, para logo serem enviadas à Roma, passando primeiro pela supervisão daqueles jesuítas que possuíam funções administrativas como os padres Provinciais.<sup>3</sup> Assim, controlavam-se as informações registradas nas cartas, para que pudessem ser remetidas sem temor que fossem lidas por inimigos da Companhia. Por isso, a escrita jesuítica era considerada uma *escrita para mostrar*, sendo possível, portanto, encontrarmos, nos textos produzidos pelos padres, menções que refletem como se encontravam os seus estados de ânimo.

3 - Para mais dados sobre a vida e atuação do padre Juan de Polanco, cf. VALDÉS 2012.

Dentro desse conjunto de menções, um aspecto aparece como notório e indiciário para poder rastrear e analisar de forma mais profunda os efeitos daquela afetação que a vida reducional em latitudes tão distantes gerava sobre os missionários.

A *conversación*, como processo destinado à conversão dos nativos ao cristianismo (MÖRNER 1999, p. 8), colocava o missionário recém-chegado frente a um acúmulo de problemas de convivência com os nativos e com o espaço que circundava a redução – que se manifestava rapidamente com a confrontação ontológica de regimes de corporalidade. O corpo do padre é o primeiro a mostrar os sinais resultantes do que foi habitar aqueles novos espaços, e não faltam descrições sobre como algumas práticas indígenas de sociabilidade, sexualidade, tratamento dos humores corporais, afetividade, bem como a comensalidade, repugnavam os jesuítas. Por isso, é importante ponderar que mesmo o corpo do sacerdote, e por extensão, o corpo dos nativos, é onde, em boa medida, origina-se aquela afetação primeira dos sentidos, que logo é registrada pela escrita inaciana desde uma posição na qual o jesuíta mantinha seu *ser* não incorporando – ou não tolerando – práticas corporais ou sociais do mundo indígena.

A esse respeito, e a modo de exemplo, encontramos a menção de Joaquín Camaño em sua “Noticia del Gran Chaco”, quando fez alusão à prática da circuncisão feminina entre alguns grupos amazônicos como os Pano, para, então, discutir se isso ocorria entre os grupos chaquenos. Em uma carta enviada a Lorenzo Hervás, de primeiro de maio de 1783, perguntava-se como é que um companheiro de Ordem teria conhecido aquela prática, acrescentando incisivamente: “parecia-me muito, muito indecente a curiosidade do missionário” (*In*: FURLONG 1955, p. 144). Apreciação que reforça a reticência jesuítica em aceitar perspectivas e práticas corporais próprias da indianidade. “Adquirir uma outra perspectiva implica adotar novos hábitos corporais” (VILAÇA 2008, p. 196) e, portanto, afastar-se de alguns preceitos que promoviam; questão que atingiu alguns

jesuítas nas fronteiras do extremo norte do território colonial espanhol (VALLE 2009).

Estes costumes e práticas, qualificados em sua grande maioria como vícios de gente sem pudor ou moral e ausente dos princípios doutrinários da Igreja cristã, são o que aparecem recorrentemente descritos nos relatos inicianos. Ainda que boa parte da descrição das práticas nativas com relação à corporalidade apresente uma funcionalidade heurística na narrativa jesuítica, como os efeitos de ressaltar e justificar a *expertise* do seu trabalho nas reduções, não podemos esquecer que também indica um forte repúdio por parte dos jesuítas do mundo e das práticas dos indígenas. Não só a recusa em aceitar vínculos com mulheres distanciava-os daqueles sobre os quais queriam catequisar, como quase todas as práticas de socialidade e sociabilidade indígena pareciam desvirtuadas para os jesuítas, os quais, em seu afã de expor suas qualidades como um templo inabalável, recorriam à escrita como mostra constante daquilo que os separava dos nativos. Desse modo, a prática da escrita impede que o jesuíta se acomode à situação posta e, ao escrever, indique a afetação que aquele contexto e convívio resultaram em si. Mesmo que nem sempre a escrita tenha deixado transparecer as perturbações do seu autor, conhecemos casos de jesuítas acusados pela própria Companhia como sujeitos abalados que se deixaram desvirtuar (VALLE 2009; NEUMANN 2016).

A escrita, portanto, passa a ser a expressão de uma experiência vivida e incorporada por homens cujas vidas foram dedicadas à doutrinação e que tiveram, na prática da relação com o outro, suas impressões e noções sobre o mundo alteradas. O missionário, que em seu intento de compartimentar o seu Outro radical, o nativo, deixa-se absorver por seu *Eu-mesmo*, dando passo à conformação/elaboração de um discurso que utiliza a escrita como instrumento para domesticar o indígena, assim como para amenizar o medo, pavor e angústias que lhe infligem desde os instantes iniciais da empresa reducional.

A escrita, fosse ela cotidiana ou o resultado das obras produzidas por alguns jesuítas que insistiram em registrar seu conhecimento no exílio após a expulsão, foi o lugar (e também o momento) que o missionário-narrador encontrou para imprimir essa bagagem adquirida e sobre a qual certamente ponderou muito – sendo inevitável que a alteridade também fosse depositada em seu registro. Porém, o Outro nem sempre é apenas descrito ou mencionado por aquele que escreve: algumas vezes parece interagir na escrita, mas não da forma como Michel de Certeau sugeriu que ocorre, eventualmente, quando há lapsos no discurso, como dejetos da escrita que ela “produz ao triunfar, mas que não visava a produzir” (1975, p. 227); tampouco o que François Hartog aponta como aquilo que, nas “descrições estranhas”, aparentemente desprovidas de marcas de enunciação, deixam “espaço para enunciação, sob a forma de vestígios” (1980, p. 266).

Ainda que essas sejam formas possíveis de se encontrar o Outro nos registros oficiais, o que pretendemos aqui é salientar os momentos em que o jesuíta conscientemente produz seu registro, incorporando as alterações que sofreu em decorrência do contato direto com os índios. Nem o “desvio” que *falou* a mais do que pretendia o narrador (CERTEAU 1975, p. 85), nem as técnicas empregadas para “transmitir uma certa carga de alteridade” ao remetente (HARTOG 1980, p. 268): a *escrita afetada* é o resultado da ponderação; é a expressão discreta, já que não é proveniente de um esforço de convencimento por parte do narrador, do vínculo que os jesuítas e os índios estabeleceram durante o período de convívio reducional. A escrita afetada é a expressão materializada por meio da narrativa de uma pessoa que se encontra em um mundo de relações que, mesmo pressentidas ou identificadas em distintos graus, incide discretamente sobre ela, expondo suas percepções sem reacomodação alguma.

Os fragmentos em que se podem perceber perturbações na escrita são raros no conjunto de registros jesuíticos, pois são a evidência subliminal da incomum situação em que o missionário

foi afetado pelo indígena, não em um sentido moral ou devido a um esforço de empatia – como se o missionário tivesse experimentado colocar-se no lugar do outro –, mas sim como o resultado de um *estar presente*, que gerou o alargamento do “estoque de imagens” sobre o mundo, ainda que o observador que escreve não se instrua sobre aquele dos indígenas (cf. FAVRET-SAADA 1990, p. 158-159).

Esse tipo de perturbação na escrita jesuítica pode ser exemplificado com um caso ocorrido com o padre jesuíta Florián Paucke durante sua experiência reducional junto aos índios Mocovi. O jesuíta narra que, certa vez, quando viu os índios preparando uma carne para assá-la, alertou-lhes para o fato de que ela estava suja de terra e que deveriam, portanto, lavá-la com água. Não dando muita importância para o que o padre sugeria, afirmaram-lhe que “o fogo consumia tudo”. Frente às insistências de Paucke, um dos índios colocou o “pedaço de carne sujo e emporcalhado” junto à fogueira, foi até uma poça barrenta, encheu a boca e “cuspiu a água sobre a carne, passou a mão algumas vezes por cima e por baixo da carne e colocou-a de volta no fogo”. Apesar do tom recriminador do relato, o jesuíta conclui assumindo que, em outras oportunidades, “quando comi semelhantes assados, não senti qualquer asco ou repulsa, saboreando-os com a ideia de que o fogo absorve tudo” (PAUCKE 1767, p. 292-293, *grifos nossos*).

Ao aderir à forma como os índios preparavam seu alimento, o jesuíta se permitiu entender que havia uma prática usual na maneira de prepará-lo e, antes disso, uma lógica *prática*: ter percebido que os indígenas agiam a partir de experiências e saberes próprios, ainda que não os tenha compreendido ou aceitado de todo, deve ter sido o gatilho que lhe afetou e transmitiu-se, como propagação, no registro. É bastante significativo que o ponto de interação irradiado para a escrita do jesuíta tenha sido um aspecto relacionado às práticas do cotidiano dos índios, cujos conhecimentos e saberes, em certa medida, tiveram lugar nos estudos realizados pelos missionários.

Assim ocorreu quando alguns missionários se interessaram em descrever os aspectos naturais das regiões por onde pregaram e empreenderam seu trabalho catequético nas reduções. Com a finalidade de produzir um tratado médico, uma detalhada descrição a respeito da fauna, da flora e dos demais elementos que compunham o meio ambiente, ou simplesmente com a intenção de retratar as adversidades e os riscos pelos quais passavam, os jesuítas registraram em suas obras uma série de informações com tantos detalhes e esmero nas descrições, que só estudiosos poderiam ter realizado. Homens que procediam com os métodos científicos de sua época, que indicavam, inclusive, como descrever aquelas novas realidades que afrontavam. Porém, a escrita respondia a uma grade sobre o que se deveria escrever. Aspecto que, em certa medida, e mediante as correções que aprovariam o registro, não só condicionavam o autor, como também transformavam em dissonância com o resto da obra autoral, bem como os demais escritos jesuíticos, aqueles traços da escrita afetada.

Esta apreciação da natureza americana não era motivada pela curiosidade de mentes desocupadas – os jesuítas que produziram todo esse conhecimento tinham ciência de sua responsabilidade e seguiram métodos para a execução de suas obras. Mas a formulação de tal conjunto de saberes só foi possível por causa da ajuda de indígenas que, além de intérpretes, possuíam o domínio dos elementos que compunham o meio ambiente que habitavam. Grandes conhecedores das ervas, das plantas, dos costumes dos animais, dos perigos e benefícios que a natureza reservava, os índios ajudaram muito os missionários que se aplicaram nos estudos de biologia e na formulação de um catálogo de medicamentos naturais. Contudo, os nativos não ficaram reservados apenas à função de auxiliares: o conhecimento que possuíam tanto em relação à variedade de espécies, nomenclaturas, utilidades e formas de manipulação de substâncias, além de especificidades relativas tanto à fisiologia como ao comportamento dos animais, contribuiu para que os jesuítas ficassem atentos ao que os indígenas tinham a dizer. E foi justamente devido a esse interesse na perícia nativa,

somado ao olhar investigativo dos jesuítas estudiosos, que se pode ter acesso a uma gama interessante de dados a respeito do saber indígena. Se os padres não tivessem percebido a potencialidade de informações contidas no que os índios tinham a dizer e os tivessem ignorado completamente, rebaixando-os à condição de selvagens indômitos e incapacitados para qualquer atividade intelectual, dificilmente tais considerações acerca do entendimento indígena seriam registradas por colonos ou autoridades administrativas.

Em geral, os jesuítas não negaram aos índios um conjunto de saberes que, no mínimo, lhes guiavam nas atividades práticas do cotidiano – ainda que, para os ocidentais modernos, era improvável que os ameríndios pudessem desejar compreender o mundo que os envolvia a partir de um “pensamento desinteressado” (LÉVI-STRAUSS 1978, p. 30). Isto fica claro quando se observa que, no século XVIII, as discussões a respeito não só da condição dos nativos, como sobre a natureza americana avançavam para análises comparativas baseadas no determinismo biológico, como as ideias defendidas por Georges-Louis Leclerc, o conde de Buffon, e Cornelius de Pauw. Buffon associou a fauna americana, ausente de animais de grande porte, e o clima excessivamente úmido ao fato de a América ser um continente novo e, por isso, imaturo, em que a vida, fosse ela animal, vegetal ou humana, estaria em seu estado bruto e selvagem. Pauw, partindo das conclusões de Buffon, debruçou-se principalmente em analisar o nativo americano, que classificou como degenerado, fraco e malformado – fundamentalmente, justificou o jurista, devido às condições climáticas e ao ar insalubre, que impediam tanto o desenvolvimento dos animais e plantas, como dos humanos. “A ideia de imaturidade que Buffon atribuiu à natureza do Novo Mundo foi transformada por De Pauw em decadência e degenerescência” (FERES JÚNIOR 2008, p. 15; cf. também LINDO 2012). De todos os críticos que se posicionaram contra essas teorias antiamericanistas, certamente os jesuítas que missionaram junto aos índios foram as vozes com maior embasamento para contrapor argumentos fundamentados a partir do conhecimento *in situ*: mesmo

que a visão sobre a rudimentaridade dos índios não tenha se alterado estruturalmente, certamente o convívio direto com os nativos e com a natureza americana amenizou intransigências. O ímpeto investigativo dos missionários, somado à posição relativamente “imparcial e aberta dos jesuítas frente aos indígenas” (ANAGNOSTOU; FECHNER 2011, p. 190) permitiu que alguns deles refutassem estas teorias. Nesse sentido, os jesuítas “foram, em seus escritos, ativos refutadores das ideias antiamericanistas” (JUSTO 2011, p. 163) – como foi o caso do padre José Jolís.

Como tantos outros jesuítas em situação de exílio, Jolís escreveu suas memórias baseando-se nas experiências do convívio com os índios. Missionário que atuou principalmente entre grupos de etnia guaicuru, como os Toba, os Mataguayo e os Pilagá, até a expulsão da Ordem em 1767, é um exemplo contundente do impacto que a relação direta gerou nos missionários que estavam dispostos a conhecer o novo. Mais preocupado em decifrar a fauna e a flora do Chaco, Jolís escreveu seu livro em uma narrativa que oscila entre a descrição metódica e a preocupação em responder às teorias antiamericanistas – inclusive referindo-se diretamente a esses teóricos. Sua escrita assume a postura quase científica de apresentar detalhes dos usos e costumes dos indígenas frente aos elementos do ambiente em que viviam, pois tinha a intenção de apresentar os índios não como pessoas movidas pelo instinto selvagem em busca apenas da sobrevivência, mas como observadores atentos do seu mundo, admitindo serem peritos na manipulação de seu meio. Como um dos exemplos que oferece, Jolís cita a diversidade de espécies de papagaios que pôde presenciar, com grandes variações nas cores das penas e de seus tamanhos, sendo os índios responsáveis por essa diversidade já que “fazem a seu critério mudar as cores e embelezar com outros mais bonitos, que, perpetuando-se através da reprodução, tornam-se únicos e indelévels”. Atribui aos nativos um conhecimento experimental acerca do que o próprio jesuíta chama de *ornitologia*, demonstrando que ia além do funcionalismo prático – e, por isso, termina afirmando que

“com isso, as raças e variedades vão aumentando, assim como as nações não civilizadas aumentaram as de cães, pombos e muitos outros quadrúpedes e aves ao praticarem o cruzamento mestiço” (JOLÍS 1789, p. 200-201).

A origem dessa diversidade era decorrente do trato e do conhecimento que possuíam e mantinham com as entidades e os seres do Chaco. A experiência resultante do convívio e da observação, somada a uma necessidade de *conhecer* – e não exclusivamente de um *conhecer* movido pela necessidade –, proporcionaram aos índios as faculdades cognitivas e instrumentais propícias para que se constituíssem como consumidores e fornecedores de recursos no ambiente em que viviam:

Para transformar uma erva silvestre em planta cultivada, uma besta selvagem em animal doméstico, para fazer aparecer em uma ou em outra propriedades alimentares ou tecnológicas que, em sua origem, estavam completamente ausentes ou apenas podiam ser suspeitadas; para fazer de uma argila instável prestes a esfarelar-se, a se pulverizar ou a rachar uma cerâmica sólida e vedada [...]; para elaborar técnicas, muitas vezes longas e complexas, que permitem cultivar sem terra ou sem água; para transformar grãos ou raízes tóxicas em alimentos ou ainda utilizar essa toxicidade para caça, a guerra ou o ritual, não duvidamos de que foi necessária uma atitude de espírito verdadeiramente científico, uma curiosidade assídua e sempre alerta, uma vontade de conhecer pelo prazer de conhecer, pois apenas uma pequena fração das observações e experiências (sobre as quais é preciso supor que tenham sido inspiradas antes e sobretudo pelo gosto do saber) podia fornecer resultados práticos e imediatamente utilizáveis (LÉVI-STRAUSS 1962, p. 30-31).

Os índios não só conheciam a dinâmica do ambiente em que viviam, como também eram agentes ativos e, em parte, responsáveis pela dinâmica da vida nesse meio. A atuação humana sobre o ambiente é geradora de uma importante contribuição para a existência da agrobiodiversidade, mesmo nos recantos mais isolados do mundo. Assim, “boa parte daquilo que parece mata primária é floresta há muito tempo

manejada por indígenas” (CARNEIRO DA CUNHA 2009, p. 332). Entende-se a quantidade de plantas e a variedade de espécies que formavam o cenário da região chaquenha, em que, por exemplo, podia-se encontrar cerca de dezesseis tipos de milho diferenciados pela cor, “como o branco, amarelo, roxo, vermelho, azul turquesa, avermelhado e preto” (JOLÍS 1789, p. 91-92).

O olhar atento dos missionários preocupados com a coleta e catalogação de informações sobre os índios e a natureza não deixou de ignorar o fato de os nativos terem um conhecimento específico sobre a fauna e a flora, que ia além das necessidades de subsistência. Assim, em seus tratados científicos ou em suas memórias, os jesuítas chegavam a referenciar o saber indígena para fundamentar algumas informações sobre plantas medicinais ou usos de substâncias, dando crédito aos índios “sobre a localização e sobre as propriedades curativas das plantas nativas” (FLECK 2016, p. 68). Dessa forma, os missionários reconheciam a importância do conhecimento que os nativos possuíam, consultando-os frequentemente em suas investidas científicas e citando-os, muitas vezes, como suas fontes.

O padre Pedro Lozano reserva uma breve parte de sua *Descripción Corográfica del Gran Chaco Gualamba* para listar algumas ervas medicinais encontradas na região, reconhecendo a causa divina como responsável pela diversidade: “Como a falta de médicos e medicamentos é bastante significativa nesta parte da América, Deus lhes forneceu uma farmácia natural em muitas plantas, cujo uso tem efeitos admiráveis” (LOZANO 1733, fl. 30). As substâncias naturais que o jesuíta descreve são todas eficazes contra venenos, mordidas e picadas de animais típicos do Chaco, cuja manipulação e uso são de domínio dos índios que conviviam diretamente com tais perigos e certamente ensinaram-lhe todo esse conhecimento – mas o missionário só acaba revelando a sua fonte, quando trata da *yerba de víbora*, remédio eficaz contra venenos de cobra, que só passou a ser usado

pelos colonos quando um índio “muito cristão e caridoso divulgou sua virtude” (LOZANO 1733, fl. 31).

O padre jesuíta Martín Dobrizhoffer, um exímio conhecedor da organização social dos nativos, mais conformado com a perícia indígena, atesta que entre os Abipones, com quem conviveu como missionário por mais de uma década, os curandeiros “são especialistas conhecedores da utilidade de ervas medicinais que ali crescem em abundância incrível” (1784, t. 2, p. 250) – e, um pouco mais adiante na sua narrativa, descreve o uso que os índios faziam da substância contida no chocalho da cauda das cascavéis para curar dores de dentes e outras doenças (DOBRIZHOFFER 1784, t. 2, p. 257).

Apesar de uma menção como essa, o ponto central da narrativa de Dobrizhoffer encontra-se nas relações políticas que se manifestaram mediante um extenso e, por momentos, confuso período de guerras, que envolveu distintos grupos parentais e manteve as fronteiras chaquenhas instáveis – chegando, inclusive, a colocar a vida do jesuíta em risco.

Em um momento particular da narração dos turbulentos acontecimentos, Dobrizhoffer expõe claramente possuir medo e, em uma escrita mais objetiva, passa a descrever os procedimentos que tomou para tentar salvar sua vida. A escrita afetada pelas intempéries da vida solitária, isolada e em constante alerta refletem, inclusive, o desejo de Dobrizhoffer de não estar em meio ao Chaco:

Falando francamente, me assusta não tanto a ameaça dos bárbaros, quanto o terror de meus companheiros. Pois, para não ficar sozinho e a pé naquela vastidão caso abandonassem-me, mandei que preparassem o mais rápido dos meus cavalos, que seria o instrumento de minha segurança [...]. Cansado do passeio de um dia inteiro, vencido pelo sono, dormi [...]. O extremo cansaço e a firme convicção de que os bárbaros não tentariam nada contra nós transportaram-me para um tempo e um lugar muito distantes (DOBRIZHOFFER 1784, t. 3, p. 219).

Todo o esforço do missionário acaba fraquejando frente à indefinição que provoca o Outro, que, apesar de ser conhecido, não é previsível. Naquela ocasião, o sacerdote se encontra ante a disjuntiva de confiar em si mesmo, em seus companheiros ocasionais ou nas reações dos nativos. Mais adiante, e para resolver a questão sobre por que não foram atacados, faz menção ao fato de os indígenas estarem coletando mel nas imediações e secando couros de lontra.

Esta breve menção sobre a relação entre a organização social nativa e a escrita missionária é apenas um indicativo a respeito de onde e como analisar a presença da afetação na narrativa jesuítica. Acreditamos que possa ser encontrada em todas as expressões da vida reducional que geraram um contraste, um deslocamento da posição do jesuíta como sujeito que controla as relações sociais – controle que, certamente, só existia no papel. A função do jesuíta dentro da redução, na relação com os índios, acabava por estabelecer-se a partir das recusas dos convites para as bebedeiras e festas, além de não formar alianças matrimoniais com as mulheres.

Essas ações eram, em parte, as que faziam com que os índios observassem constantemente a atuação dos padres e que incidiam sobre o comportamento que o jesuíta registrava sobre a vida cotidiana dos nativos. Os conhecimentos que o jesuíta sistematizava pela escrita, sem dúvida, chamaram a atenção dos índios tanto como a negação jesuítica de não se deixar influenciar por algumas práticas nativas, como também alguns saberes médicos e suas implementações. Desse modo, o missionário, em sua experiência cotidiana, coletava uma série de informações, cujo uso não podia ser previsto em sua totalidade, gerando assim um “efeito etnográfico” *a posteriori* (STRATHERN 2014, p. 353-354). Sendo assim, durante o processo de reconectar os sentidos que aqueles eventos significavam em seu contexto e mobilizariam no meio no qual se deram a conhecer essas informações, o missionário se encontrava frente à imposição de voltar a tentar controlar os eventos e personagens com os quais havia interagido para que

pudessem ser transmitidos por uma escrita que possuía normas claras e rígidas. É no marco dessa tensão que a afetação sofrida se integrava à escrita.

## Considerações finais

*Si encuentras algo de bárbaro en mi discurso,  
desconózcalo el lector prudente, ya que el autor ha vivido  
tantos años entre las selvas y los bárbaros de América  
(DOBRIZHOFFER 1784, t. 3, p. 381)*

É correta a premissa de que, quando os jesuítas escreviam sobre os indígenas, estavam descrevendo mais sobre si mesmos do que sobre os costumes e tradições dos nativos com quem conviveram, justamente por partirem de uma noção de “identidade cristã universal” como forma de compreender o “outro” (AGNOLIN 2016, p. 32). Dessa forma, não apenas criaram mecanismos de interpretação e adequação da alteridade estranha ao antigo “modelo evangélico mediterrâneo”, como alcançaram “uma consciência mais profunda de si e do mundo”, que “permitia superar a particularidade própria ou alheia” (AGNOLIN 2016, p. 31). O mesmo empreendimento missionário que estabelecia a convivência reducional direta como forma de conversão do selvagem em cristão foi o responsável por uma aproximação de entendimentos sobre a realidade que divergiam não apenas na ordem prática, mas, fundamentalmente, no que tangia a conceitos e lógicas. Daí o estranhamento causado na situação de convivência, em que ambos, jesuítas e indígenas, interagiam a partir do desconhecimento que tinham a respeito um do outro – o que, de maneira alguma, impedia que se avaliassem e julgassem-se a todo momento.

Assim, “as cartas eram espelhos de seu autor, dizendo muito mais do que ele pretendia deixar no rastro premeditado da escrita” (MORALES 2011, p. 36) – mas não só isso: os registros jesuítas também demonstram um estado de relações entre missionários e indígenas em que os primeiros

se afetaram diretamente com a atuação dos segundos. A presença do nativo, mesmo que esse fosse alvo da catequese e dos esforços de conversão ao cristianismo, mobilizou a forma com que os jesuítas detinham os eventos à sua volta e registravam suas impressões. A situação de contato e convívio direto resultou, empiricamente, em um vínculo presencial, não necessariamente de entendimento mútuo, mas que levou todos os personagens envolvidos (fossem jesuítas, caciques, funcionários dos cabildos, milicianos ou demais indígenas) a tornarem-se observadores, investigadores e negociadores das relações que estavam mobilizando.

No caso da Companhia de Jesus, entre os diversos membros da Ordem ligados entre si através de uma escrita institucionalizada, existiram, sem dúvida, sujeitos que detinham habilidades notórias para a construção de narrativas sobre a atuação missionária, as quais os diferenciavam de seus companheiros. Ainda que a escrita estivesse diretamente relacionada ao ofício jesuítico, incentivando todos os membros da Ordem como “um instrumento decisivo para o êxito da ação missionária” (PÉCORA 1999, p. 373), alguns jesuítas se destacaram pelo conteúdo intelectual de seus registros e o conseqüente alcance e influência que obtiveram por meio de suas cartas ou obras publicadas. Eram jesuítas cuja escrita expressava sua singularidade nas “aptidões e nas escolhas que fizeram, em seus temperamentos e na ousadia que demonstraram ter e, muito especialmente, no papel de mediadores culturais que desempenharam” (FLECK et al. 2014, p. 26). A perícia na escrita não só se ponderava pela capacidade em descrever, mas também pelo discernimento que dispendiam ao registrar detalhes que, lidos por inimigos da Companhia de Jesus, pudessem ser usados para formular argumentos antijesuíticos.

A escrita dentro da Companhia de Jesus foi pensada, como apontamos, para uma melhor administração e controle das vontades pessoais dos sacerdotes espalhados pelo orbe, bem como para a leitura nos centros educacionais da Ordem como

elemento pedagógico para instruir os futuros missionários a respeito dos indígenas do Novo Mundo e como deveriam lidar com as contingências que ameaçavam o sucesso do trabalho evangelizador. Dentro dessa função pedagógica, devemos incluir o aspecto nada insignificante, e pouco conhecido, da leitura que os noviços faziam de um esquema proto-etnológico, ainda que bastante simplificado, tendente a homogeneizar o espaço e os grupos nativos ao mesmo tempo em que reproduzia uma imagem de barbárie na qual os nativos eram bebedores inveterados, propensos a desobedecer seus caciques, de espírito inconstante e suscetíveis a acreditar em truques de seus feiticeiros. Consequentemente, essa escrita tendia a contradizer o poder catequético dos missionários: ainda que aparentemente haviam apreendido os nativos por meio da tinta e do papel, os indígenas continuavam incorrigíveis em seus ciclos de guerra os quais pareciam reproduzir-se, pelo menos para o missionário, sem uma causa clara e racional.

Como mencionamos, sabemos pouco sobre como essas descrições foram lidas nos Colégios e Universidades e menos ainda sobre como essas leituras afetaram a observação, a interpretação, a explicação e a narração que cada missionário construiu em seus escritos. O evidente é que o peso performativo dos primeiros escritos é tão forte que podemos encontrar as mesmas figuras retóricas – guerras, *borracheras*, feitiçaria, danças e cantos desenfreados no quadro das práticas corporais quase orgíacas – em todas as descrições e histórias escritas pelos missionários.

Ao que parece, alguns missionários perceberam que o que acontecia em seu cotidiano tinha raízes que transcendiam a natureza inconstante dos nativos. Alguns trechos da documentação com as quais trabalhamos nos permitem vislumbrar essa questão, mas o peso normativo da escrita inaciana impediu dar um relato completo dos processos que estavam por trás daquilo que a Companhia de Jesus impediu de conhecer valendo-se da recorrência de uma escrita corrigida por aqueles que tiveram essa função dentro da Ordem.

Em contrapartida, assim como os jesuítas se preocuparam em relatar sobre o conhecimento indígena a respeito da flora, inclusive assumindo a possibilidade de se utilizarem deste domínio, ou se empenharam em investigar as curas xamânicas a ponto de desvendarem procedimentos com uma lógica terapêutica inesperada, os índios que habitaram as reduções não deixaram de engajar-se nas causas promovidas pelos padres, nem deixaram de manter seus costumes autóctones. Em um artigo clássico, Eduardo Viveiros de Castro partiu justamente dessa “equação selvagem” – a “aceitação entusiástica mas altamente seletiva de um discurso totalizante e exclusivo, a recusa em seguir até o fim o curso desse discurso” – (1992, p. 187; 191), a fim de esclarecer que a narrativa colonial impressa em cartas, relatórios, memórias ou qualquer outro registro produzido sobre os indígenas é o ponto de encontro de dois eixos ontológicos: o *modo de parecer* dos nativos aos olhos dos agentes coloniais e o *modo de ser* dos indígenas, que foi interpretada como inconstante por missionários, administradores e colonos. Assim, tanto a presença indígena, como o convívio direto ocasionado pelo contexto das missões catequizadoras geraram registros muito específicos, identificados por Alcir Pécora como “mapas retóricos”, em que os termos desta escrita são “reapropriados segundo a ocasião e aplicados segundo o caso” (2006, p. 13).

Identificar a escrita afetada significa muito mais que atentar para os problemas de adaptação/integração/aceitação que tiveram que enfrentar os sacerdotes. A escrita afetada possibilita identificar perspectivas sobre a vida cotidiana nas reduções, assim como, estimamos, é uma proposta para refletir sobre como aquele mundo americano foi repensado tendo em conta leitores europeus. A atuação missionária era um empreendimento que deveria ser conhecido a partir de ajustes às normas de publicação estabelecidas e que partia desde uma comunicação afetiva (FAVRET-SAADA 1990) com a Ordem e com os nativos que deram sentido à obediência jesuítica, que se traduzia por meio das reduções e dos escritos que se produziram sobre elas.

## REFERÊNCIAS

AGNOLIN, Adone. **Jesuítas e Selvagens**: a negociação da fé no encontro catequético-ritual americano-tupi (Séculos XVI-XVII). São Paulo: Humanitas Editorial, 2007.

AGNOLIN, Adone. Catequese da língua e gramática ritual na conversão indígena: limites e espaço para o processo de conversão e negociação jesuítica e indígena na América portuguesa (sécs. XVI-XVII). *In*: FERNANDES, Eunícia Barros Barcelos (org.). **A Companhia de Jesus e os índios**. Curitiba: Editora Prismas, 2016. p. 23-49.

ANAGNOSTOU, Sabine; FECHNER, Fabian. Historia Natural y Farmacia misionera entre los jesuitas en el Paraguay. *In*: WILDE, Guillermo (ed.). **Saberes de la conversión**: jesuitas, indígenas e imperios coloniales en las fronteras de la cristiandad. Buenos Aires: SB, 2011. p. 175-190.

BARTHES, Roland. **El Placer del Texto y Lección Inaugural de la cátedra de semiología literaria del Collège de France**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008 [1978].

CARGNEL, Josefina. **La historiografía de la Compañía de Jesús**. Pedro Lozano, su historiador. Tese (Doutorado em História). Facultad de Filosofía y Humanidades, Universidad Nacional de Córdoba, Argentina, 2015.

CARGNEL, Josefina; PAZ, Carlos D. Crónicas de la Barbarie. Categorías y formas de organización de la política nativa chaqueña, analizadas y narradas por la Compañía de Jesús. **Páginas. Revista digital de la Escuela de Historia**, ano 4, n. 7, 2012.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Cultura com Aspas**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte. Interações missionárias e matrimônios de índios em zonas de fronteiras (Maranhão, início do século XVII). **Tempo**, v. 19, n. 35, p. 65-82, 2013.

CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002 [1975].

DOBRIZHOFFER, Martín. **Historia de los Abipones**. Resistencia: Universidad Nacional del Nordeste, 3 tomos, 1967-1970 [1784].

EGIDO, Teófanos; BURRIEZA, Javier; REVUELTA, Manuel. **Los jesuitas en España y en el mundo hispánico**. Madri: Marcial Pons, 2004.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. **Cadernos de Campo**, n. 13, p. 155-161, 2005 [1990].

FERES JÚNIOR, João. O conceito de América: conceito básico ou contra-conceito? **Jahrbuch fur Geschichte Lateinamerikas**, v. 45, p. 9-29, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.7767/jbla.2008.45.1.9>. Acesso em: 25 abr. 2018.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. Concepções e saberes distintos, encontros possíveis: uma reflexão sobre os papéis desempenhados pelos indígenas nas fontes jesuíticas (Província Jesuítica do Paraguai, séculos XVII e XVIII). *In*: SANTOS, Maria Cristina dos; FELIPPE, Guilherme Galhegos (orgs.). **Protagonismo ameríndio de ontem e hoje**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. p. 53-90.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann; RODRIGUES, Luiz Fernando Medeiros; MARTINS, Maria Cristina Bohn. **Enlaçar mundos: três jesuítas e duas trajetórias no Novo Mundo**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2014.

FURLONG, Guillermo, SJ. **Joaquín Camaño, S. J. y su "Noticia del Gran Chaco" (1778)**. Buenos Aires: Librería del Plata, 1955.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HARTOG, François. **O Espelho de Heródoto**: ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999 [1980].

JOLÍS, José. **Ensayo sobre la Historia Natural del Gran Chaco**. Resistencia: UNNE/Facultad de Humanidades-Instituto de Historia, 1972 [1789].

JUANES, Benigno. **La Elección Ignaciana por el Segundo y Tercer Tiempo**. Centrum Ignatianum Spiritualitatis: Roma, 1980.

JUSTO, María de la Soledad. Paraguay y los debates jesuíticos sobre la inferioridad de la naturaleza americana. *In*: WILDE, Guillermo (ed.). **Saberes de la conversión**: jesuitas, indígenas e imperios coloniales en las fronteras de la cristiandad. Buenos Aires: SB, 2011. p. 155-174.

KELLY, José Antonio. Fractalidade e troca de perspectivas. **Mana**, v. 7, n. 2, p. 95-132, 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132001000200004>. Acesso em: 24 jan. 2018.

LARA, Lucas Ferreira de. **A música instrumental**: o padre Antônio Sepp, S. J., e as práticas musicais nas reduções jesuíticas (1691-1733). Dissertação (Mestrado em História Social). Departamento de História, Universidade de São Paulo, 2015.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O Pensamento Selvagem**. Campinas, Papirus, 1989 [1962].

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Mito e Significado**. Lisboa: Edições 70, 1981 [1978].

LINDO, Luiz Antônio. A América dividida entre Gabriel Soares de Sousa e Cornelius de Pauw. **Cadernos PROLAM/USP**, v. 11, n. 21, p. 35-44, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2012.82503>. Acesso em: 17 jul. 2018.

LONDOÑO, Fernando Torres. Escrevendo cartas. Jesuítas, escrita e missão no século XVI. **Revista Brasileira de História**, v. 22, n. 43, p. 11-32, 2002.

LOZANO, Pedro, S.J. **Descripción chorographica de Terreno Ríos, Arboles, y Animales de las dilatadísimas provincias del Gran Chaco, Gualamba, y de los Ritos y Costumbres de las innumerables naciones de barbaros e infieles que le habitan**. Córdoba: Colegio de Asunción, 1733.

MARTÍNEZ, Fernando Betancour. Significación e Historia: el problema del límite en el documento histórico. **Estudios de Historia Moderna y Contemporánea de México**, n. 12, p. 59-78, 2001.

MILLONES FIGUEROA, Luís; LEDEZMA, Domingo. Introducción: los jesuitas y lo conocimiento de la naturaleza americana. In: MILLONES FIGUEROA, Luís; LEDEZMA, Domingo. **El saber de los jesuitas, historias naturales y el Nuevo Mundo**. Frankfurt: Vervuert; Madrid: Iberoamericana, 2005, p. 9-26.

MORALES, Martín M. La respiración de ausentes. Itinerario por la escritura jesuítica. In: WILDE, Guillermo (Org.). **Saberes de la conversión: jesuitas, indígenas e imperios coloniales en las fronteras de la cristiandad**. Buenos Aires: SB, 2011, p. 31-59.

MÖRNER, Magnus. **La Corona Española y los Foráneos en los Pueblos de Indios de América**. Ediciones de Cultura Hispánica: Madrid, 1999.

NEUMANN, Eduardo. **Letra de índios**. Cultura escrita, comunicação e memória indígena nas Reduções do Paraguai. São Bernardo do Campo/SP: Nhanduti Editora, 2015.

NEUMANN, Eduardo. "Ni V. E. ignora que no he tenido ociosa la pluma": A polémica produção escrita de um jesuíta durante o Tratado de Limites. **Revista de Estudos de Cultura**, n. 5, p. 35-48, 2016.

OLLERO, Héctor Sainz; OLLERO, Helios Sainz; CARDONA, Francisco Suárez; ONTAÑÓN, Miguel Vázquez de Castro. **José Sánchez Labrador y los naturalistas jesuitas del Río de la Plata**. La aportación de los misioneros jesuitas del siglo XVIII a los estudios medioambientales en el Virreinato del Río de la Plata, a través de la obra de José Sánchez Labrador. Madri: MOPU, 1989.

PANAZZOLO, Lidiane Ferreira; MASSIMI, Marina. Categorias antropológicas nos Catálogos Trienais da Companhia de Jesus. **IHS. Antiguos jesuitas en Iberoamérica**, v. 3, n. 1, p. 21-45, 2015.

PAUCKE, Florián, S.J. **Hacia Allá y Para Acá**. Santa Fe: Ministerio de Innovación y Cultura de la Provincia de Santa Fe, 2010 [1767].

PAZ, Carlos D. "Pues nosotros somos capaces..." Reclamos indígenas en las fronteras abipón - santafesinas. Segunda mitad del siglo XVIII. **Anuario IEHS**, n. 22, p. 273-300, 2007.

PAZ, Carlos D. La Modernidad de los Bárbaros. Los abipones de San Jerónimo del Rey y sus relaciones sociales con las fronteras santafesinas del Chaco. **História Unisinos**, v. 13, n. 3, p. 253-264, 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4013/htu.2009.133.04>. Acesso em: 06 mar. 2013.

PÉCORA, Alcir. Cartas à segunda escolástica. *In*: NOVAES, Adauto (org.). **A Outra Margem do Ocidente**. São Paulo: Minc-Funarte, Companhia das Letras, 1999, p. 373-414.

PÉCORA, Alcir. Prefácio: occide et manduca. *In*: LUZ, Guilherme Amaral. **Carne Humana**. Canibalismo e retórica na América Portuguesa. Uberlândia: EDUFU, 2006. p. 11-19.

SAEGER, James S. **The Chaco Mission Frontier: The guaycuruan experience**. University of Arizona Press: Tucson, 2000.

SANTAMARÍA, Daniel. **Chaco Gualamba**: del monte salvaje al desierto ilustrado. Cuadernos del Duende: San Salvador de Jujuy, 2007.

SANTOS, Maria Cristina dos. Lições de Erovocá: estratégias narrativas do “eu” a partir do “outro”. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 42, n. 3, p. 1095-1167, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15448/1980-864X.2016.3.24070>. Acesso em: 26 jun. 2017.

STRATHERN, Marilyn. **O Efeito Etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: CosacNaify, 2014.

VALDÉS, José García de Castro. **Polanco**. El humanismo de los jesuitas (1517-1576). Bilbao; Santander; Madrid: Mensajero; Sal Terrae; Universidad Pontificia Comillas, 2012.

VALLE, Ivonne del. **Escribiendo desde los márgenes: colonialismo y jesuitas en el siglo XVIII**. México: Siglo XXI, 2009.

VILAÇA, Aparecida. Conversão, predação e perspectiva. **Mana**, v. 14, n. 1, p. 173-204, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132008000100007>. Acesso em: 20 dez. 2017.

VITAR, Beatriz. **Guerra y Misiones en la Frontera Chaqueña del Tucumán (1700-1767)**. Consejo Superior de Investigaciones Científicas: Madrid, 1997.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. *In*: VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A Inconstância da Alma Selvagem**. São Paulo: Cosac Naify, [1992] 2002. p. 183-264.

WILDE, Guillermo. Introducción: trazos de alteridad. *In*: WILDE, Guillermo. **Saberes de la conversión: jesuitas, indígenas e imperios coloniales en las fronteras de la cristiandad**. Buenos Aires: SB, 2011. p. 15-27.

WRIGHT, Jonathan. **Os jesuítas**. Missões, mitos e histórias. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

## AGRADECIMENTOS E INFORMAÇÕES

### Guilherme Galhegos Felipe

guilhermegfelippe@gmail.com  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Porto Alegre  
Rio Grande do Sul  
Brasil

### Carlos Daniel Paz

paz\_carlos@yahoo.com  
Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires  
Tandil  
Argentina

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RECEBIDO EM: 13/DEZ./2018 | APROVADO EM: 8/MAIO/2019

# La recepción de la historia de conceptos en España. En la encrucijada entre la reflexión teórica y la aplicación práctica

The reception of the history of concepts in Spain. At the  
crossroads between theoretical reflection and practical  
application

**Luis Fernández Torres**

<https://orcid.org/0000-0001-5023-3150> 

## RESUMEN

En este trabajo se aborda una suerte de historia de la historia de conceptos desarrollada por Reinhart Koselleck. En concreto, se procura trazar su periplo en el mundo académico español, incorporando los inicios de su recepción, los resultados materiales de la aplicación de su propuesta y un esbozo de los grupos de investigadores que han aprovechado críticamente su obra. En este sentido, destacan especialmente dos perfiles, que se corresponden con filiaciones académicas distintas: una vertiente vinculada a la filosofía y otra de corte historiográfico, que reflejan, a su vez, la riqueza de una obra como la koselleckiana, en la que conviven elementos procedentes de distintas disciplinas, como la filosofía, la lingüística y la historia, entre otras. Esta diversidad de componentes se manifiesta en la constitución de un potente cuerpo teórico en combinación con un elaborado aparato metodológico.

## PALABRAS CLAVE

Reinhart Koselleck; Historia de la historiografía; Historia de conceptos

## ABSTRACT

This paper approaches a type of history, the history of concepts, developed by Reinhart Koselleck. It describes, specifically, its trajectory in the Spanish academic world, from its reception in Spain to the publications based on Koselleck's proposal and an outline of the groups of researchers who have explored his work critically. In this sense, two profiles stand out: one belongs to the field of philosophy, whereas the second to historiography, reflecting, in turn, the richness of Koselleckian work in which elements from different disciplines, such as philosophy, linguistics and history, coexist. This diversity of elements is manifested in the constitution of a powerful theoretical body in combination with an elaborated methodological apparatus.

## KEYWORDS

Reinhart Koselleck; History of historiography; History of concepts

Uno de los cambios más importantes en el conjunto de las ciencias sociales y humanas ha consistido en el progresivo aumento del interés por el lenguaje. La conciencia de ese proceso, que se extiende ya a lo largo de varias décadas, ha ido acompañado, a su vez, de la búsqueda de un punto inequívoco de partida, lo que resulta tentador pero también aquejado de cierta arbitrariedad. No obstante las posibles reticencias con respecto a ese reclamo, la publicación del *Tractatus logico-philosophicus* puede considerarse a efectos prácticos como el jalón que marca el inicio de un movimiento en el transcurso del cual el análisis del lenguaje pasó a convertirse en algunas propuestas en el núcleo que anudaba los problemas filosóficos (WITTGENSTEIN 2016) al mismo tiempo en que, con algo de retraso, de la historicidad de los fenómenos sociales se pasaba a insistir en la historicidad del lenguaje (FERNÁNDEZ SEBASTIÁN; FUENTES 2004, p. 13).

Ese movimiento general es conocido mediante una expresión que resultó muy afortunada, la de giro lingüístico, según la fórmula acuñada por Gustav Bergmann. Se trata de un término difuso que fue dado a conocer posteriormente por Richard Rorty (1967) y que, entre otras manifestaciones, puede subdividirse en la filosofía analítica de John L. Austin y John Searle y en la hermenéutica de Hans-Georg Gadamer y Heidegger. Por otro lado, su impacto en el ámbito historiográfico se tradujo especularmente en sendas corrientes cuya trazabilidad permite conectarlas en parte con los anteriores modelos filosóficos. En ese sentido, se ha escrito que las distintas tradiciones culturales explicarían en buena medida esa diversidad de filiaciones. Nos encontramos así con que la llamada Escuela de Cambridge está inspirada en la versión analítica de la filosofía del lenguaje en tanto que la hermenéutica provee de sostén filosófico a la *Begriffsgeschichte* (en adelante, BG) impulsada por Reinhart Koselleck.

Las manifestaciones intelectuales que influyen en ambas tendencias historiográficas no se reducen, desde luego, a las exclusivamente señaladas. La primera reposa también sobre

las aportaciones del segundo Wittgenstein y sobre la noción de juegos del lenguaje que el filósofo vienés elaboró en esa etapa (WITTGENSTEIN 1988). A su vez, la BG no sólo está vinculada a la tradición filosófica representada por Heidegger y Gadamer, sino que también es deudora, entre otras fuentes, del pensamiento político de Carl Schmitt y, como trasfondo, de las aportaciones del historicismo alemán.

No es este el lugar para hacer una presentación detallada de las deudas y precedentes intelectuales de cada corriente y de sus interrelaciones. Sin embargo, existe un evidente (y necesario) interés en situar el marco general en el que se ha ido desarrollando la reflexión sobre los aspectos teóricos y metodológicos de la historia de conceptos y sus rasgos más debatidos, así como sobre su aplicación al trabajo empírico, lo que exige ir más allá de su perímetro. La causa de esto último tiene que ver con una afinidad evidente entre las dos tendencias fundamentales de la semántica histórica que no oculta diferencias cruciales que afectan a la selección de la unidad de análisis (discurso y lenguaje frente a concepto), de la unidad temporal (modernidad temprana frente a siglo XVIII y XIX), del aspecto del lenguaje enfatizado (pragmática frente a semántica histórica) y, forzando la comparación, del formato de publicación privilegiado (monografías frente a diccionarios). Por esa razón, resulta imposible no hacer referencias cruzadas, ya que las diferencias entre ambas corrientes apuntan a aspectos problemáticos de la propuesta koselleckiana explotadas por sus detractores y que los investigadores que han hecho uso de sus herramientas heurísticas han debido, en distinto grado, afrontar críticamente.

No obstante, y sin llegar a establecer una distinción radical entre las dos aproximaciones mencionadas, agrupadas bajo el paraguas de la semántica histórica, que eclipse las fricciones e influencias recíprocas que se han dado entre ellas, el objetivo de este trabajo consistirá esencialmente en poner el foco en la segunda de esas formulaciones con el fin de esbozar una historia de la historia de conceptos tal y

como ha sido (y es) asimilada y practicada entre los investigadores españoles.

Por otro lado, ¿dónde se encuentra el interés concreto de incidir una vez más, siquiera de forma escueta, en los orígenes y filiaciones de la historia de conceptos, tratadas sobradamente en multitud de lugares? Además de esbozar una suerte de mapa de coordenadas de esa aproximación metodológica, su aportación para este trabajo radica en mostrar, aunque sea de forma sucinta, cómo la complejidad de las fibras intelectuales que se enlazan en el proyecto desarrollado por Reinhart Koselleck - en el que se entrevera la filosofía del lenguaje con la teoría política y la historia social (KOSELLECK 1993, p. 105-126) - condicionan su recepción y aplicación en un entorno académico concreto.

Apenas un contacto fugaz con ese enfoque basta para apreciar una ambición teórica, completada con su correlativa apuesta metodológica, que contrasta con el trabajo presente en buena parte del gremio de historiadores. La imbricación y el énfasis puesto en ambos aspectos, al tiempo que lo diferencian de su entorno académico, dotan a la obra de Koselleck de un atractivo especial para un amplio abanico de disciplinas. Especialmente sensibles a ella han sido los filósofos (en lo que respecta a la teoría) y los historiadores, que se han centrado sobre todo en la aplicación práctica de las herramientas heurísticas.

A pesar del desigual énfasis presente en ambos campos, hay un cierto grado de coincidencia entre ellos. Cabe señalar, no obstante, que, si bien la constatación de tal coincidencia justifica no aislarlos mutuamente, no basta para llegar a identificarlos del todo. La construcción intelectual de Koselleck, calificado por Gadamer como un "historiador pensante" (ONCINA COVES 2007, p. 36), independientemente de lo imperfectos o inacabados que puedan estar algunos de sus pilares básicos, está elaborada bajo el signo de una íntima relación de la práctica con la teoría y viceversa. En consecuencia, deshacerse de uno de esos polos conlleva el riesgo de per-

judicar la productividad de su propuesta. Los rasgos que la definen le proveen, por tanto, de una textura poco habitual que parece exigir la superación de los límites disciplinarios. Esta dualidad en tensión permite entender en parte las formas concretas que ha adoptado su desarrollo en estas latitudes. Las diferentes fases en que puede dividirse esta parcela de la historia de la historiografía española muestran así cómo el incremento de la divulgación de la obra de Koselleck en un primer momento implicó, en una segunda fase, simultáneamente a una confrontación crítica y aplicación práctica, la formación de las dos tendencias mencionadas, que enfocan la apuesta teórica y metodológica del autor desde ángulos distintos enraizados en la propia riqueza de su proyecto intelectual.

Además, ateniéndose a esa división, es posible identificar la serie de elementos, caracterizados en algún caso por un alto grado de generalidad, en la que se desagrega este particular proceso de recepción de la historia de conceptos y que consiste en la divulgación, la organización de proyectos de investigación, la reelaboración de los presupuestos teóricos y metodológicos de Koselleck y su aplicación práctica. Estos aspectos, que servirán de ejes sobre los que pivotará este trabajo, han impregnado de forma desigual los diferentes enfoques. Tres de los puntos mencionados (divulgación, organización y aplicación práctica) han sido indistintamente llevados a cabo por autores que pueden encuadrarse tanto en el campo de la filosofía como en el historiográfico. La reelaboración, por el contrario, se corresponde fundamentalmente, salvo algunas excepciones, con la orientación filosófica. El carácter dual que presenta la obra de Koselleck se ve por tanto reflejado en las apuestas concretas en que se ha plasmado su enfoque.

Antes de dar paso al cuerpo principal del texto, debo hacer una advertencia. A pesar de que el objetivo general de este trabajo aspira a esbozar el proceso global de recepción de la historia de conceptos, el lector podría apreciar en sus páginas

una querencia hacia el ámbito historiográfico, que se hace visible en la discusión crítica de algunos pasajes y que, en todo caso, cabe atribuir a mis propios intereses académicos.

\* \* \*

Desde la vertiente historiográfica, la atención que fue despertando la semántica histórica generó una búsqueda de paternidades autóctonas, es decir, de las vetas de sensibilidad lingüística presentes en la historiografía española con anterioridad a la recepción de la BG en la Península Ibérica.

Lo cierto es que la introducción de las diversas aproximaciones lingüísticas a la historia vino precedida por una lenta expansión nacional sobre el estudio de los lenguajes políticos, que, con diferentes intensidades según el caso, reconocía la historicidad inherente a dichos lenguajes. Entre los precursores de esos estudios ocupan un lugar especial Rafael Lapesa, María Cruz Seoane, Juan Marichal, Vicente Llorens, M<sup>a</sup> Paz Battaner, Pedro Álvarez de Miranda, Antonio Maravall, Luis Díez del Corral, Ortega y Gasset y Manuel Pérez Ledesma, entre otros. Al igual que sucedió en otras partes de Europa, esa nueva sensibilidad supuso en definitiva una superación parcial de la historia de las ideas a lo Meinecke (la *Ideengeschichte*), de la *History of ideas* de Lovejoy y de la *Histoire des idées politiques* de Chevallier y de Touchard.

Junto a esos antecedentes, que en mayor o menor grado comparten con la historia de conceptos alemana preocupaciones por el lenguaje, lo cierto es que el desvelamiento de las causas próximas del desarrollo en España de esa reciente práctica historiográfica obliga a dirigir la mirada al plano internacional y, concretamente, al contacto con grupos ya formados de investigadores. De este modo, más allá de la fase inicial de divulgación, la parte fundamental del origen de la estructura investigadora nacional (e iberoamericana) en su faceta historiográfica debe buscarse en la experiencia adquirida en los encuentros académicos que, desde su fundación en 1998, organiza el colectivo History of Political and Social Concepts

Group (HPSCG), denominación que adquiriría posteriormente una formulación más abreviada (y abarcadora), la de History of Concepts Group (HCG) (FERNÁNDEZ SEBASTIÁN; FERNÁNDEZ TORRES 2017, p. 157).

## Divulgación

A comienzos de la última década del siglo XX, aparecieron de forma desconectada una serie de textos que sólo retrospectivamente han adquirido una cierta unidad analítica como partes constituyentes de lo que he identificado como la primera etapa del proceso de recepción y divulgación del proyecto de Koselleck en las publicaciones académicas españolas. Entre ellos destacan los pertenecientes a Joaquín Abellán (1991), Lucian Hölscher (1996) y Pedro Ruiz Torres (1994). El carácter introductorio del primero contrasta con el abordaje de aspectos específicos de los siguientes, centrados, respectivamente, en la relación palabra-objeto y en la naturaleza del tiempo histórico.

Naturalmente, esos hitos inaugurales no deben interpretarse como estrictamente coetáneos a un conocimiento cabal del conjunto de las aportaciones de Koselleck en el ámbito universitario español. Su proyecto ya era conocido con algo de antelación. Si nos tomamos la libertad (quizá algo arriesgada) de hacer extensiva al conjunto del entramado universitario español la experiencia al respecto de una de sus parcelas, podríamos concluir que fue a mediados de los ochenta cuando empezó a hacerse un hueco la labor del historiador alemán en España (SÁNCHEZ-PRIETO 2012, p. 499). Esta apreciación permite aquilatar el valor real de la sorprendente —por temprana (y pronto olvidada)— recepción de su escrito de habilitación *Crítica y crisis. Un estudio sobre la patogénesis del mundo burgués* (KOSELLECK 1965) a mediados de los años sesenta, en pleno franquismo, que debe entenderse en un contexto de motivaciones no exclusivamente académicas (ONCINA COVES 2003a, p. 225), dando paso a un largo periodo de silencio que, como vemos, recién sería tímidamente roto décadas después.

La penetración del pensamiento de Koselleck en el ámbito filosófico se produciría un poco más tarde, a partir de los años noventa (VILLACAÑAS 2009), y no, contra lo que cabría pensar en un primer momento, por medio de una relación directa con el entramado académico de origen, sino, fundamentalmente, mediante la relación con un grupo asentado en la Universidad de Padua, que, de la mano de Sandro Chignola y Giuseppe Duso, abordó en una serie de trabajos la constitución del Estado moderno (MARTÍN GÓMEZ 2011, p. 273).

Como ha ocurrido con otras tendencias metodológicas, la cronología de la recepción muestra que también en este caso el diálogo con la historia de conceptos fue algo tardío. En ese sentido, y centrándose en el campo historiográfico, su variedad e intercambio con otras corrientes han llegado a ser tachados de pobres debido a su escaso recorrido en nuestra geografía (HERNÁNDEZ 2010, p. 286). Quizá este sea un aserto válido para los titubeantes comienzos de la disciplina, pero que no hace justicia a sus ulteriores desarrollos.

No obstante su escasez, la producción de los años noventa representó el punto de partida de un crecimiento comparativamente exponencial de las publicaciones que compendian y aplican los presupuestos metodológicos propuestos por Koselleck. De ese modo, desde comienzos del nuevo siglo, junto a la proliferación de artículos de carácter introductorio, encontramos textos que muestran una variedad de intereses en su aproximación: están los que incorporan la metodología propuesta por Koselleck a la investigación empírica, aquellos que confrontan críticamente diversos aspectos de su obra y los que la sitúan en un marco intelectual más amplio, poniéndola en conexión con las aportaciones, entre otros, de Heidegger, Nietzsche, Benjamin y Hannah Arendt (GÓMEZ RAMOS 2007; ROMERO CUEVAS 2008).

Es significativa a ese respecto la publicación de un reguero de números monográficos dedicados a tal enfoque, concentrados, no por casualidad, casi exclusivamente en la primera década del presente siglo. Es el caso del volumen 27 de

*Historia contemporánea* (2003), del número 53 de la revista *Ayer* (2004), de *Isegoría* (nº 37, 2007) y del quinto número de *Conceptos. Revista de Investigación graciana*, publicado un año después. En esta lista debe incluirse también la *Revista de Estudios Políticos* (nº 134, 2006) y, por último, el dossier publicado en *Anthropos* (nº 223, 2009).

Con ello se daba satisfacción a una demanda en aumento de textos que se ocupasen de la obra del historiador germano en su conjunto y complejidad ante la virtual ausencia de un número relevante de trabajos previos. Puede hablarse de la superación de un umbral que, en una periodización provisional, serviría para separar una etapa de relativo desconocimiento de dicha obra de una fase de creciente interés, caracterizada por la expansión relativa del proyecto koselleckiano en el mundo académico español. Lo que se gestó a lo largo de esos años fue, en definitiva, una masa crítica capaz, por un lado, de afrontar una lectura propia de carácter sistemático y, por otro, de iniciar proyectos que pusiesen en práctica las competencias adquiridas.

## Traducciones

Otra clara muestra del interés por la historia de conceptos es el constante aumento de traducciones de la obra de Koselleck. Sabemos que a la ya mencionada versión española de *Kritik und Krise* le siguió un largo periodo de aparente indiferencia por hacer accesible al lector hispanohablante una obra en expansión; periodo que duró, al menos, hasta 1993, cuando se tradujo *Futuro Pasado* (KOSELLECK 1993), obra que reúne algunos de los principales artículos teóricos y metodológicos del pensador alemán.

Actualmente contamos con traducciones de sus principales textos, si bien se muestra alguna ausencia notable, como sucede con *Preussen. Zwischen Reform und Revolution* (KOSELLECK 1967a) o con algunos trabajos clave en los que se plasman las directrices de su proyecto de diccionario concep-

tual. Su artículo "Richtlinien für das Lexicon politisch-sozialer Begriffe der Neuzeit" (KOSELLECK 1967b), que sentó las bases del futuro lexicón, es una de las carencias más llamativas. En cambio, hace ya más de una década de la publicación en español de su conocida introducción al diccionario *Geschichtliche Grundbegriffe* (en adelante, GG) (KOSELLECK 1972), otro de los principales textos programáticos en los que está delineada su propuesta metodológica (KOSELLECK 2009).

La puesta al día ha sido costosa. Y esto no es exclusivamente achacable al retraso o desinterés de la recepción. Buena parte de la obra de Koselleck no era fácilmente accesible, ni siquiera en universidades alemanas, y se encontraba repartida en multitud de publicaciones distintas. Ese verdadero "archipiélago textual" fue ordenado en parte mediante una serie de compilaciones publicadas en Alemania a lo largo de la primera década de este siglo, preparando el camino para una sensible mejora de la recepción y conocimiento de la obra de Koselleck en otras comunidades lingüísticas. Fue el caso de *Zeitschichten* (2000), *Begriffsgeschichten* (2006) y *Vom Sinn und Unsinn der Geschichte* (2010).

En ese contexto y en consonancia con el aumento de las publicaciones que de una u otra forma interactúan con la panoplia teórico-metodológica de la historia conceptual, las traducciones del alemán llevadas a cabo en España no han hecho sino aumentar. De este modo, la falta de disponibilidad inicial se ha ido viendo subsanada hasta el punto de que, cada poco tiempo, aparece en los anaqueles de las librerías un libro o capítulo recién traducido. La colección de artículos agrupados en *Zeitschichten* fue, por ejemplo, vertida al español en los tres años subsiguientes en dos publicaciones sucesivas: *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia* (KOSELLECK 2001) y *Aceleración, prognosis y secularización* (KOSELLECK 2003). La misma tendencia fue visible en el caso de la recepción de *Begriffsgeschichten*, volcada parcialmente en *Historias de conceptos* (KOSELLECK 2012).

En este marco, debe subrayarse que los prólogos e introducciones a las obras de Koselleck publicadas en español han sido un vehículo para exponer las bases de su pensamiento e incidir críticamente en sus zonas grises. Es el caso del nada desdeñable texto compuesto por Faustino Oncina y José Luis Villacañas que prologa la traducción de *Histórica y Hermenéutica*, que tuvo (y sigue teniendo) un importante eco (KOSELLECK 1997; JIMÉNEZ 1999). La producción intelectual de Villacañas revela un perfil de investigador peculiar en el entorno académico español por combinar la faceta teórica y la empírica de un modo más equilibrado de lo que es habitual. Fuera de nuestras fronteras, aunque sin salir del mundo iberoamericano, habría que acudir al ejemplo de Elías Palti, investigador argentino, para encontrar un enfoque que, con otras particularidades, afronta de forma conjunta los retos teóricos y metodológicos que plantea la propuesta koselleckiana.

## Críticas a los orígenes

La recepción de la BG tampoco ha carecido de críticas a sus orígenes intelectuales. En España, esta falla ha sido fundamentalmente puesta de relieve desde la reflexión más filosófica. Muchas de las objeciones llevan hasta Otto Brunner, coeditor del GG desde 1972 hasta 1982, año de su fallecimiento. En su trabajo llevó a cabo una doble crítica del liberalismo. Pretendió subrayar con sus investigaciones, por un lado, la naturaleza contingente del orden liberal-burgués del siglo XIX, superado en los años treinta por el nacionalsocialismo (MELTON 1996, p. 22), y, por otro, la falta de valor explicativo de la historiografía liberal, que aplicaba retrospectivamente sus categorías al pasado (p. 26).

Algunos de los rasgos de los orígenes de la historia conceptual alemana no extienden necesariamente su lastre al devenir ulterior del enfoque considerado en su conjunto. Sin embargo, las críticas al sesgo conservador de esa aproximación no han dejado de acompañar su trayectoria posterior. Como subrayaba Faustino Oncina, Habermas pudo así acusar a

Koselleck de “haberse alineado con la revolución conservadora” y de apostar por la “urbanización de la provincia schmittiana” (HABERMAS 1975, p. 384-386 *apud* ONCINA COVES 2003c, p. 184).

Es precisamente Oncina el autor que más se ha hecho eco de unas raíces intelectuales cuanto menos complejas sobre las que, a su juicio, no se ha realizado un ejercicio de autocrítica (ONCINA COVES 2003b, p. 33). El filósofo valenciano ha abundado en el cariz conservador de algunos de los presupuestos de Koselleck a partir de la idea negativa de éste sobre la naturaleza de la Ilustración. Koselleck se habría mostrado crítico con respecto a la moralización de la historia en el seno de una modernidad desbocada (ONCINA COVES 2003b, p. 22-24). Se trata de unos presupuestos que, por otra parte, Koselleck habría modificado parcialmente, según Melvin Richter, en la voz *Crisis* del GG (KOSELLECK 1972-1997, v. 3). No obstante, en su macrodiccionario habría continuado con la idea ya expuesta en *Kritik und Krise*, la de que somos el producto de aquel proceso histórico, caracterizado por un conflicto político que bordea (cuando no cae en ellos) procesos revolucionarios. A ello se suma que Koselleck no se haya “atrevido a entablar una discusión sobre su proceso de autoconstitución” (ONCINA COVES 2003a, p. 233).

El conservadurismo que impregna el proyecto intelectual de Koselleck ha sido también puesto de manifiesto por otros autores; a veces duramente, llegándose a intentar calibrar el grado de antiliberalismo presente en su obra y elevándose a la categoría de elemento unificador del conjunto de su trabajo teórico. Esta toma de posición reflejaría la fuerte deuda de Koselleck con algunos de los principios intelectuales schmittianos que animan su proyecto. La tardanza de su penetración en España respondería, así, tanto a la “debilidad de la academia española” como al origen “filonazi” de algunas de las influencias intelectuales del historiador alemán (GALINDO HERVÁS 2009, p. 44-45). Tampoco Juan María Sánchez-Prieto, uno de los autores que más atención ha prestado entre nosotros a la

historia de conceptos, ha dejado de señalar esa vinculación y “fama de schmittiano” de Koselleck. Fama de la que tampoco se libró otro de los referentes de Sánchez-Prieto, Gadamer, debido a su postura ante el nacionalsocialismo, calificada de acomodaticia (SÁNCHEZ-PRIETO 2012).

## Proyectos de investigación

Este apartado requiere recuperar de nuevo la idea relativa a la vinculación entre las diferentes disciplinas que convergen en la obra koselleckiana y su articulación en unos proyectos concretos de investigación que siguen, en general de manera más rígida que su inspirador, las fronteras entre las diferentes disciplinas académicas. Esta desigual relación con la pluralidad de ciencias humanas permite afirmar la existencia de una conexión entre la biografía institucional de los investigadores que dialogan con las formulaciones de la historia conceptual y un uso selectivo del entramado teórico-metodológico original. Esta actitud es imputable, por tanto, en buena medida, a la adscripción académica de los autores y a la propia naturaleza de los conceptos, entendidos en clave koselleckiana. De ese modo, cabe distinguir entre tendencias más teóricas frente a otras empíricas o, en otras palabras, entre tendencias de corte filosófico frente a otras que enfatizan la aplicación de la historia conceptual a la investigación histórica. Este carácter bifronte se ha concretado en definitiva en la formación, en estos años, de dos núcleos de investigadores. Se trata de una diversidad de orientaciones pronto evidente para el propio mundo universitario (MARTÍN GÓMEZ 2011, p. 269-270).

A grandes rasgos, la vertiente filosófica comenzó articulándose sobre un “corredor mediterráneo” que comunicaba Valencia y Murcia, destacando entre sus promotores Faustino Oncina y José Luis Villacañas. Este último, coincidiendo fundamentalmente con su etapa en la Universidad de Murcia, gestó un equipo cuyos resultados se plasmaron en parte en la creación de *Res Publica. Revista de la historia y del presente de los conceptos políticos*. La aproximación desde la historiografía

surgió, por otro lado, en torno a un proyecto de investigación coordinado por Javier Fernández Sebastián (Universidad del País Vasco) y Juan Francisco Fuentes (Universidad Complutense) con el objetivo de aplicar la experiencia del diccionario alemán al contexto español.

Apuntaba anteriormente que los rasgos propios de la propuesta koselleckiana hacen casi inevitable su atractivo para distintas disciplinas. Esos rasgos son, fundamentalmente, su énfasis teórico en el proceso de modernización, en la naturaleza del tiempo histórico y en la existencia de una pluralidad de modernidades; y su faceta metodológica, guía del proceso de investigación empírica. El primero alimenta las recepciones peninsulares de corte más filosófico, que, por el contrario, parecen haber sido orilladas, desde el frente de la historia, a favor del énfasis en el método, abordado a su vez tangencialmente desde la filosofía.

La división planteada peca, desde luego, de un exceso de estilización, dado que, si bien revela algo, lo hace delineando unos contornos demasiado generales. Lo cierto es que el interés por la aplicación del utillaje heurístico al estudio de casos concretos no se restringe a la historia, del mismo modo que las incursiones en los aspectos más teóricos no son coto exclusivo de la filosofía. Por otra parte, la metodología tampoco ha sido descuidada. El desarrollo de nuevas herramientas heurísticas está asimismo presente. La noción de "momento conceptual", planteada como tipo ideal weberiano y referida a la fase en la que un concepto experimenta modificaciones semánticas fundamentales y a su periodo de máxima vigencia, persigue precisar los instrumentos de captación de las transformaciones conceptuales (CAPELLÁN 2011, p. 122; 2018).

Es evidente que no hay una separación tajante en la obra de Koselleck entre los dos ámbitos, por lo que no cabe esperar que ésa, aun influyendo en la materialización de centros de investigación con intereses distintos, se reproduzca como si de una frontera impermeable se tratase. Es difícil que la práctica de la historia de conceptos escape a la interdisciplinariedad

cuando su propio origen en Koselleck, acusado de veleidades filosóficas, la ejemplifica.

Sin embargo, las relaciones entre ambos modos de enfocar la historia conceptual no parecen estar exentas de problemas. La doble faz de la obra de Koselleck ha caracterizado inevitablemente la naturaleza de su recepción, estableciendo una relación compleja entre sus diferentes dimensiones en la que el aprovechamiento de las propuestas del autor convive con enmiendas de distinto grado tanto desde la filosofía como desde la historiografía. Este aspecto ha sido recogido en España. Una vez más fue Oncina quien resaltó la ambivalencia con la que ha sido recibida la obra koselleckiana, como indica elocuentemente el epígrafe con el que abre uno de sus artículos. Koselleck sería un "intruso para dos gremios", un personaje marginal (*Aussenseiter*), incómodo para historiadores y filósofos (ONCINA COVES 2007, p. 35-36), que combina en dosis variables contenidos procedentes de ambas disciplinas.

En ese sentido, ha habido voces que han defendido la necesidad de establecer una perspectiva histórica bien delimitada. Es la intención de Javier Fernández Sebastián en un artículo en el que reflexiona acerca de las dificultades que surgen de determinados intentos de conciliar la aproximación filosófica y la histórica (FERNÁNDEZ SEBASTIÁN 2004). En su opinión, la tendencia a preservar un ámbito libre del perspectivismo del historiador que investiga las ideas políticas del pasado supone establecer un espacio que no existe. Como propuesta alternativa, aboga por asumir la radical historicidad del conocimiento, así como por abordar de forma más sistemática el estudio de los conceptos y lenguajes políticos del pasado, afinando la distinción entre la perspectiva filosófica y la histórica. Es inevitable, afirma, que surjan "dilemas y disyuntivas incompatibles" si se intenta utilizarlas simultáneamente; y añade a continuación que "si ese debate tiene lugar en el interior de un mismo individuo el riesgo de una esquizofrenia metodológica es probablemente muy alto" (FERNÁNDEZ SEBASTIÁN 2004, p. 142).

A pesar de los esfuerzos por delimitar las respectivas esferas, la dualidad teórico-práctica que atraviesa el proyecto de Koselleck plantea desafíos difícilmente superables a los intentos de establecer distinciones precisas. No en vano, como ya he señalado, en la práctica, el carácter dual impregna en cierto grado las actividades de las dos tendencias. Poner el foco en la labor que se lleva a cabo desde el ámbito de la filosofía española sensible a las propuestas de Koselleck nos permite observar cómo se ramifican sus trabajos. El interés por los aspectos netamente teóricos se ve enriquecido, así, por incursiones en las que el utillaje de la historia de conceptos sirve para indagar en un heterogéneo grupo de campos. De esta forma, estudios de caso pertenecientes a épocas diversas conviven con la comparación entre disciplinas teóricas afines a la historia de conceptos, como la lingüística, la metaforología de Hans Blumenberg, las propuestas de Joachim Ritter y de Reichardt, la historia de los discursos de la Escuela de Cambridge, la semiótica y la historia de las constelaciones de Dieter Henrich (ONCINA COVES 2017; GÓMEZ RAMOS 2017).

La querencia estructural a la comunicación entre las dos dimensiones ha llevado a que, junto a opiniones que apuestan por delimitar las dos orientaciones básicas en las que se desdobra la práctica nacional, haya quien promueva la necesidad de un diálogo permanente entre ellas si se quiere sacar todo el rendimiento a la historia de conceptos (MARTÍN GÓMEZ 2011, p. 275). En este sentido, probablemente haya que interpretar la advertencia sobre la posible "esquizofrenia" provocada por la combinación de ambos enfoques como un aviso ante el riesgo de una mezcla apresurada.

Esa actitud conciliadora puede interpretarse como generalizada a tenor de la organización de encuentros académicos y publicaciones conjuntas entre representantes de las dos corrientes, lo que obliga a matizar la rotundidad del anterior posicionamiento (FERNÁNDEZ SEBASTIÁN; CAPELLÁN 2011). Aun sin llegar a identificarse, las dos aproximaciones "se han afanado en lograr cauces de colabora-

ción y en aumentar el respectivo caudal teórico-práctico” (ONCINA COVES 2013, p. 21 y 26). Para un sector, el objetivo de reforzar las relaciones entre la filosofía y la historia consistiría en la elaboración de “una teoría histórica *minima*”. La Histórica (*Historik*), según resalta Oncina, fue de hecho la propuesta del propio Koselleck para gestar esa combinación (*ibíd.*, p. 19). No está de más recordar que esa Histórica posee un carácter prelingüístico que la diferencia de la historia (*Historie*) empírica. Su propósito es “hacer inteligible por qué acontecen historias, cómo pueden cumplimentarse y asimismo cómo y por qué se las debe estudiar, representar o narrar” (KOSELLECK; GADAMER 1997, p. 70). Sobre todo en la vertiente filosófica, esta teoría de las condiciones de toda historia posible genera una atracción especial a la que se recurre con frecuencia para interrogarla acerca de su naturaleza, potencial y límites.

Entre los beneficios derivados de esa combinación, se contaría la provisión de recursos para superar los proyectos de investigación historiográficos que hasta ahora se han centrado mayoritariamente en la elaboración de macrodiccionarios y, así, ampliar el espectro para pasar a ocuparse de las bases que rigen la modernidad y nuestra concepción de lo político (MARTÍN GÓMEZ 2011, p. 276). En efecto, los llamamientos a rebasar el estudio centrado en conceptos (en buena medida vinculado a los lexicones) se han convertido en una constante con independencia de la disciplina de origen.

Precisamente sobre los rasgos de la producción con formato de diccionario, que ha ido tomando forma a lo largo de los últimos 15 años, y la problemática asociada es que tratarán las siguientes páginas. Ese género ha estado condicionado, de modo general, por una tríada categorial que ha estructurado y delimitado el área de trabajo. Conceptos, espacio territorial y periodización se han hilvanado estrechamente, posibilitando un esfuerzo académico notable si bien con efectos limitadores en otros aspectos. En sendos epígrafes presentaré cómo se han planteado los problemas detectados que afectan directa-

mente a cada una de esas dimensiones y cuáles han sido las soluciones propuestas entre quienes se han ocupado de la historia de conceptos en España.

## Críticas al lexicón y primacía de los conceptos

El formato adoptado en la historia de conceptos y sus presupuestos metodológicos no han estado libres de críticas, ásperas en ocasiones. La ordenación alfabética y la primacía de los conceptos que lleva asociada, por contraposición a su integración en unidades de análisis más amplias, han sido percibidas como una cuestión problemática que ha dado lugar a serias dudas. En ese contexto se ha llegado a defender la paralización del proyecto y una nueva orientación dirigida a explorar campos conceptuales y argumentaciones (ONCINA COVES 2003c, p. 176).

Esa situación reforzó la necesidad de aclarar los motivos que habían llevado a Koselleck a decantarse por esa clase de ordenación no obstante las obvias limitaciones que imponía. Su argumentación se basaba en que el formato escogido era la única alternativa práctica a las dificultades inherentes a una obra calificada no en vano de monumental. Aunque la idea original había consistido en publicar un solo volumen ordenado temáticamente, las dimensiones del proyecto y el desarrollo de su propuesta metodológica inclinaron finalmente la balanza hacia una estructura más aséptica (RICHTER 1996, p. 2).

La vertebración alfabética resultaba más manejable que una clasificación "sistemática o una agrupación de conceptos por temas como, por ejemplo, política, economía etc., o por dimensiones temporales, como, por ejemplo, conceptos tradicionales, conceptos que se transforman para abarcar una totalidad y neologismos". Optar por cualquiera de esas últimas opciones resultaba impracticable porque suponía apoyarse en un esquema interpretativo, subrayaba Koselleck, insostenible. En definitiva, "sólo la neutralidad del alfabeto ofrece la oportunidad de proceder con toda la elasticidad y adecuación necesarias al devenir histórico". Sin embargo, los "grupos de

voces” no estaban ausentes de su estudio. La antonimia, la relación entre términos según su generalidad y especificidad y los conceptos paralelos mostraban la integración en el análisis de una cierta variedad de voces para calibrar la evolución histórica de sus usos (KOSELLECK 2009, p. 104). Koselleck no dudaba de que “los conceptos siempre están integrados en redes conceptuales” (KOSELLECK 2012, p. 47). En esa idea, basada en la vinculación natural que se establece entre conceptos y constelaciones de estos, incidirían posteriormente otros autores (BÖDEKER 2009, p. 167; FERNÁNDEZ SEBASTIÁN 2013, p. 57).

Sin embargo, esos argumentos no terminaron de convencer —por no resultar lo suficientemente elocuentes— aparte del gremio de historiadores a tenor de ulteriores reacciones a la presentación escogida por Koselleck para estructurar los resultados de su proyecto de investigación. En el debate con propuestas afines pertenecientes a la historia intelectual, J. G. A. Pocock y Quentin Skinner apuntaron, en ese sentido, algunos de los puntos débiles del GG y, por extensión, de la historia conceptual. Durante el congreso organizado por el German Historical Institute de Washington, por ejemplo, Pocock definió todo discurso o lenguaje como una entidad viva compuesta de muchas narrativas en constante interacción. Por consiguiente, ningún diccionario podía dar cuenta de un lenguaje concebido en esos términos. La mera ordenación alfabética de los conceptos no mostraba la interrelación existente entre ellos. Para el historiador de origen neozelandés, el orden de prelación entre ambas tentativas de investigación no ofrecía dudas (POCOCK 1996, p. 51). Eran, en conclusión, dos métodos con especificidades nacionales, culturales e históricas que no podían ser homogeneizados (*ibíd.*, p. 58).

Skinner, por su parte, distanciándose de la noción de concepto koselleckiana, asimiló los conceptos a actos de lenguaje, por tanto, irrepetibles. Para Koselleck, esta interpretación implicaba negarles el carácter de sustancias capaces de tener una vida diacrónica, lo que tenía como corolario la imposibili-

dad de una historia de conceptos. Era una crítica similar a la que tiempo antes había formulado Rolf Reichardt al plantear algunas de las principales reticencias al proyecto de su maestro, convertidas con el tiempo en tópicos. Entre ellas se encontraba precisamente la asunción de que los conceptos tienen un sentido propio al margen de las situaciones comunicativas (REICHARDT 1982; REICHARDT; SCHMITT 1985).

Koselleck aceptó que una precondition de cualquier análisis conceptual era el uso de los conceptos ligados a una situación y a unos hablantes con una carga de intenciones determinada. Sin embargo, al mismo tiempo, la historia conceptual excedía ese espacio interpretativo para liberarse del contexto concreto. El carácter único de los actos de habla se ve superado en la interpretación de Koselleck por la recepción y traducción a las que están sometidas voces utilizadas en el pasado por los hablantes de momentos históricos posteriores (KOSELLECK 1996, p. 62-63). De ahí la necesidad de combinar un acercamiento sincrónico con la dimensión diacrónica como única forma de hacer justicia a la convivencia de diferentes sedimentaciones semánticas. Por otro lado, la integración de los conceptos en los discursos haría compatibles ambos enfoques sin que por ello los primeros perdiesen autonomía (*ibíd.*, p. 63-65; KOSELLECK 1993, p. 113).

En la estela de esa polémica, la tensión entre concepto (asociado al formato del diccionario) y lenguaje o discurso, al margen de las anteriores palabras de Koselleck, se ha convertido con el tiempo en un lugar común en los textos españoles. Y no sólo desde las disciplinas más involucradas, como la filosofía o la historia. Desde otros ámbitos también se ha abogado por la superación de una investigación centrada en el concepto para redirigirla, en su lugar, al texto, entendido, siguiendo la concepción de Ricoeur, como unidad mínima de sentido. Ir más allá del concepto sería una condición ineludible para hacer de la historia conceptual una herramienta útil, en este caso, en los estudios literarios (VARO 2013, p. 222). Otros artículos han propuesto ir incluso más allá del campo de la semiótica para

insertar los conceptos en el terreno más amplio de las culturas políticas, lo que permitiría enlazar los conceptos y lenguajes con “modalidades no lingüísticas del discurso”, con prácticas sociales y políticas (SÁNCHEZ-PRIETO 2009, p. 106-107).

Los diccionarios, en definitiva, aunque ajustados a la metodología que pergeñó Koselleck, no se han considerado como un fin en sí mismo, sino como medio para aplicar a ámbitos más amplios (SÁNCHEZ-PRIETO 2012, p. 498). La “transhumancia” de los conceptos entre épocas, saberes, esferas prácticas, iconologías, con repetidos viajes a y desde las metáforas, se integra, así, en la exigencia de ampliación del foco (ONCINA COVES 2014, p. 10). Los frutos de la investigación historiográfica, condensados en entradas de voluminosos diccionarios, habrían sido contribuciones valiosas, pero con una carga negativa asociada: el descuido de una reflexión crítica de sus presupuestos teóricos y resultados (ONCINA COVES 2013, p. 12-13).

Algunas vías de escape al peligro de solipsismo conceptual y al riesgo asociado de troquelar los conceptos apuntan en otra dirección que va más allá de invocar una compatibilidad más o menos expresa entre postulados de la Escuela de Cambridge y la historia de conceptos. En estos casos, se apela al potencial de la teoría que soporta la metodología koselleckiana como marco para rebasar los límites que plantea una investigación orientada al estudio de conceptos particulares. Sirva como botón de muestra el capítulo que Jörn Leonhard publicó en *Conceptos políticos, tiempo e historia*, donde destacó la necesidad de tomar en consideración campos semánticos, metáforas, transferencias, traducciones y las dicotomías básicas de la Histórica —como arriba/abajo, externo/interno, pronto/tarde—, cuya utilidad radica, para el profesor de la Universidad de Friburgo, en su capacidad para estructurar la complejidad del mundo social (LEONHARD 2013, p. 383-384).

Esos elementos constituirían campos interrelacionados que permitirían escapar al efecto centrípeto de los conceptos tomados aisladamente. En este sentido, una de las dificultades des-

tacada por buena parte de la práctica investigadora radica en definitiva en cómo hallar un modo de enmarcar una variedad amplia de conceptos en un esquema interpretativo que se pueda situar en un plano similar, con las especificidades propias de la BG, al de las *epistemes* foucaultianas o al de los lenguajes políticos analizados por Pocock, capaces de articular de forma convincente una mirada de conceptos en un discurso.

Sin abandonar del todo la iniciativa de Koselleck, ese esquema podría provenir, al menos parcialmente, del esbozo de su teoría de la historia, permaneciendo fiel a una historia de conceptos que contemple el eje sincronía-diacronía sin verse reducida a la primera dimensión, como sucede en algunos planteamientos provenientes de la llamada Escuela de Cambridge. Sobre esta cuestión parece necesaria una reelaboración crítica de la base teórica que lime el recelo de la razón histórica y el pesimismo sobre la deriva de la modernidad que impregnan el pensamiento de Koselleck y que se manifiestan en su *Histórica*. Privilegiar la exposición de pares dicotómicos que expresan conflictos eclipsa la capacidad, también anclada antropológicamente, de solucionarlos (ONCINA COVES 2003a, p. 32; FERNÁNDEZ TORRES 2018).

A partir de esa reelaboración de las condiciones trascendentales de la historia, el formato de lexicón podría superarse recurriéndose a unas estructuras peculiares caracterizadas por un alto grado de abstracción (asimilables a las categorías dicotómicas koselleckianas) que, no obstante, sea compatible con su presencia, incluso concreta, en el devenir histórico, mostrándose saturadas de historia (FERNÁNDEZ TORRES 2018, p. 541-542). En este sentido, sus diferentes manifestaciones encajarían en las estructuras de repetición esbozadas por Koselleck (2006). Esta flexibilidad permitiría agrupar conceptos cambiantes en torno a un tema virtualmente invariable.

La idea que recorre estos tanteos apunta, en definitiva, a la capacidad de la teoría de la historia para indagar en estructuras de baja historicidad, posibilitando con ello trazar áreas de investigación que exceden el formato de los dic-

cionarios y habilitan el rediseño de la práctica investigadora. El propio Koselleck resaltó la prioridad de la teoría al señalar que la meta de la historia de conceptos era la Histórica (KOSELLECK 1993, p. 334).

Las críticas aquí expuestas y las soluciones esbozadas, que aluden a posibles limitaciones del proyecto, han sido en parte abordadas por quienes en España han adoptado parcialmente las propuestas de Koselleck. Sus repercusiones y la sensación de que es necesario ensanchar el campo para captar una realidad histórica que no se deja aprisionar (al menos no exclusivamente) en la malla de los conceptos han favorecido, de esa forma, una ampliación del abordaje y de las herramientas heurísticas aplicadas. Desde 2015, sin abandonar la base metodológica del proyecto germano, las modificaciones en el espectro temático y el marco temporal (que se expande en ambos sentidos), como también la suma de otras aproximaciones que se acometen mediante nuevos proyectos de investigación, pretenden asumir parte de las reservas hacia la historia de conceptos al tiempo que preservan lo esencial de ésta. Los conceptos individualmente considerados siguen ocupando un espacio importante, pero, junto a ellos, se encuentran ahora análisis que enfatizan la interacción en el seno de un grupo de voces y el tratamiento de discursos, metáforas y tropos, aspectos que ganan, en resumen, cada vez más relevancia en una reorientación de ciertas premisas que no sólo se deja sentir en España, sino también en el conjunto de la práctica iberoamericana de la historia de conceptos (FERNÁNDEZ SEBASTIÁN; FERNÁNDEZ TORRES 2017, p. 165).

## El espacio como unidad de análisis

La celebración de una serie de encuentros entre los miembros del grupo orientado a la aplicación de la metodología koselleckiana a la investigación histórica a partir de 1994 terminó dando lugar a la publicación, ocho años después, de un primer diccionario dedicado al siglo XIX (FERNÁNDEZ SEBASTIÁN; FUENTES 2002).

Se trata de una obra influida por el ejemplo (si bien redimensionándolo) del macrodiccionario germano.

La asunción de algunos presupuestos básicos de la BG no excluyó un acercamiento crítico de sus editores, que complementaron sus instrumentos con otras perspectivas procedentes de la Escuela de Cambridge, así como, en menor medida, por elementos propios del enfoque de Pierre Rosanvallon y de la lexicografía francesa. Como ya apuntó Reichardt, se llamó la atención, por ejemplo, sobre el uso restrictivo de las fuentes que prevalece en el GG debido a la centralidad otorgada a los grandes textos de la teoría política. Para erradicar o al menos paliar ese flanco débil, en la elaboración del diccionario español sus editores optaron de forma decidida por la inclusión de fuentes históricas menos formales como periódicos, manifiestos y folletos.

Más allá de las decisiones de carácter pragmático tomadas por los editores, lo cierto es que la aplicación del enfoque koselleckiano a la trama conceptual hispana ofrecía retos que podían convertirse estructuralmente en virtudes. Ante el sesgo filosófico que reduce el amplio campo del lenguaje en acción, el mundo hispano presenta una ventaja paradójica a la hora de llevar a cabo un trabajo que recoja con mayor fidelidad, más allá de las altas esferas del pensamiento, la presencia del lenguaje en la sociedad. La escasez de autores definidos canónicamente como "grandes pensadores", la ausencia de empresas intelectuales sistemáticas, el predominio de folletos, libelos y artículos periodísticos centrados en cuestiones de actualidad, pero que, sin embargo, no rehuyen reflexiones conscientes sobre cuestiones conceptuales complejas sirviéndose de un lenguaje febrilmente moderno; el itinerario irregular, en lo que a la producción intelectual se refiere, de muchos de sus mejores representantes (intelectuales, periodistas y políticos a la vez o sucesivamente) crean un marco en el que el lenguaje se muestra con una cierta "transparencia", siendo accesible con sus titubeos y contradicciones, con sus procesos de resemantización y significados concurrentes. Así, ese contexto constituiría

—tomando prestada la expresión de Fernández Sebastián para referirse al ámbito iberoamericano— un genuino “laboratorio conceptual” (FERNÁNDEZ SEBASTIÁN 2008).

Privilegiando el mismo marco espacial, pero desplazando el eje temporal, un segundo diccionario continuaría la labor del proyecto inaugural. El mismo esquema metodológico se aplicaría en esta ocasión al estudio de conceptos del siglo XX (FERNÁNDEZ SEBASTIÁN; FUENTES 2008). Finalmente, fueron más de un centenar las voces tematizadas en ambos casos (alfabéticamente ordenadas). El elevado número de entradas imitaba el lexicón alemán a costa de una drástica limitación del espacio dedicado a cada concepto.

El siguiente eslabón que marcaría el desarrollo del grupo consistió en el traslado de la experiencia adquirida a un proyecto más ambicioso: la elaboración de un diccionario iberoamericano en varios tomos que diese cuenta del desarrollo de las distintas voces en cada uno de los territorios de los imperios luso e hispano y de sus estados sucesores. Por motivos obvios, en esta ocasión el modelo no podía calcarse del limitado a España a riesgo de hacer la empresa impracticable. En consecuencia, los conceptos elegidos fueron reducidos a diez en los dos tomos del *Diccionario político y social del mundo iberoamericano* publicados (2009; 2014) a la vez que las unidades espaciales de análisis se multiplicaron (FERNÁNDEZ SEBASTIÁN 2009; 2014; FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, FERNÁNDEZ TORRES 2017, p. 159-160). La tercera fase, que se extiende hasta la actualidad, ha variado, en cambio, el modelo de organización, ampliado el espectro temático y modificado la forma de presentación del producto final, abandonando como fin la edición de un tercer diccionario.

Una justa valoración de la labor de la historia de conceptos en España en su vertiente historiográfica debe, por tanto, tener en cuenta entre sus aportaciones la de haber canalizado el aprendizaje obtenido con sus diccionarios territorialmente limitados hacia un marco espacial más amplio, sumando la dimensión internacional a una práctica que siem-

pre corre el riesgo de discurrir por cauces nacionales. Esa expansión, necesaria para el caso concreto del estudio de las transferencias entre lenguas (KOSELLECK 1993, p. 69; *Vorwort* –prólogo– GG, vol. vii), podría ampliarse expresivamente para incluir las transferencias entre espacios con cierta autonomía histórica y hacerlo con flexibilidad al valorar su mayor o menor grado de similitud lingüística.

La extensión territorial del nuevo proyecto y las complejas relaciones basadas en un juego de afinidades y divergencias dentro de ese gran espacio iberoamericano favorecieron la subdivisión pragmática del proyecto en unidades de estudio espacialmente más manejables, coincidentes en su mayor parte con los límites de los actuales estados (y, por tanto, con las respectivas academias nacionales), ilustrando un problema que ha acompañado todo el proceso de elaboración de los sucesivos diccionarios. La fricción que generaba esa delimitación espacial al aplicarse como una malla a los conceptos sociales y políticos fue evidente desde el principio para los participantes en el proyecto. Las razones pragmáticas y empíricas que primaron en la selección de las naciones como espacios de análisis no borraron la difícil convivencia entre el marco nacional como unidad territorial de análisis y la naturaleza de la noción de concepto, derivada de la peculiar carga teórica con la que se construye esta última categoría. Ésta posee un potencial que dinamita los marcos heredados de interpretación, en concreto aquellos que reducen el ámbito de estudio a los límites de los estados nación, precisamente al corsé jurídico-político que elabora la cosmovisión liberal, protagonista clave del periodo histórico estudiado.

La posibilidad de rebasar esos límites (que, obviamente, no implica la realización efectiva) tenía que esperar —entre otros factores— la aparición de unas herramientas cognitivas que transformasen los cimientos de la *Weltanschauung* liberal que se encontraba en su base. Ese rebasamiento reflexivo mediante la investigación de la génesis de los conceptos y de su estructura evolutiva permite un distanciamiento del zócalo

real-ideal basado en entidades absolutas tanto jurídicas como sociales que sustentan el mundo occidental desde principios del siglo XIX. La historiografía previa se encontraba inconscientemente en una situación asimilable a aquella en la que el barón de Münchhausen intentaba escapar de una ciénaga tirándose de la coleta. La imposibilidad de concebir una estrategia investigadora fuera del marco decimonónico sólo podía ser superada mediante un desplazamiento cultural de los presupuestos del positivismo, que se vio aceleradamente minado desde finales del siglo XIX. De este modo se fue preparando el terreno para el giro lingüístico y se abrió la posibilidad de concebir la historia humana en su dimensión conceptual, culminando, en cierto modo, la concepción herderiana del ser humano como criatura lingüística.

La historiografía se había movido, en definitiva, dentro de un marco plagado de entidades que aceptaba como sólidas y como guías de la investigación. El Estado, la nación, las razas, los individuos, la razón eran los vectores que estructuraban el tiempo y la historia en un despliegue más o menos coherente. Frente a esto, la intuición de que la estructura temporal se deposita en los conceptos implica un cambio drástico en la percepción de esas entidades ordenadoras y jerarquizadoras de la experiencia que obliga a poner entre paréntesis su pertinencia o, al menos, a reconocer el carácter pragmático y volátil de su elección como marcos que recortan el objeto de estudio.

La conversión de esas palabras-instituciones en unidades para su análisis en el esquema de la historia de conceptos provoca, en resumen, su pérdida de capacidad para encuadrar y limitar la reflexión al poner al descubierto su génesis y su carácter procesual, es decir, su naturaleza coyuntural. El desvelamiento de su historicidad las lamina funcionalmente, inhabilitándolas para erigirse en faros interpretativos de la investigación histórica. Cuando la atención se gira hacia los fundamentos que han posibilitado su propia actividad reflexiva también se revuelve contra ellos. De ese modo, la interpretación del lenguaje como instancia histórica basal implicaba una

reconsideración de sus expresiones “materiales” y sus correspondientes jerarquías. La historización de los conceptos sólo podía terminar, por tanto, en una relativización de la función estructuradora de la experiencia de los constructos jurídicos, políticos, sociales y también económicos que eran sus correlatos. Por eso, el recorrido de esos proyectos de investigación se encuentra inevitablemente atravesado por la tensión entre algunos de sus presupuestos teórico-metodológicos y las elecciones pragmáticas. Sin embargo, lejos de conducir a un marasmo creativo, esa tensión se ha revelado como fuente de reflexión y de concienciación de los límites y aporías a los que se enfrenta toda empresa historiográfica.

En este sentido, la historia de conceptos no sólo parece presionar hacia una separación neta de marcos nacionales, sino también entre ámbitos espaciales de distinta naturaleza discursiva. El proyecto de un diccionario iberoamericano, recogiendo ese rasgo, aspiró a quebrar una estructuración que distingue entre zonas territoriales (y cabría añadir que también ideológicas) creadoras de discursos y zonas receptoras, impulso que se utilizó también como argumento a favor de modelar y volcar el producto de la investigación en un formato de lexicón, centrado en los conceptos más que en los lenguajes. Escoger los primeros como vía de acceso a la comprensión del proceso histórico permitiría pluralizar las experiencias de la modernidad al desacoplarse, por ejemplo, del esquematismo alimentado por los prejuicios asociados a las tradicionales distinciones netas entre lenguajes liberales y republicanos. Los conceptos no pertenecen a un modelo de discurso, sino que transitan entre ellos (FERNÁNDEZ SEBASTIÁN 2009, p. 38).

Es posible que Hans Ulrich Gumbrecht no conociese ese argumento o que no le haya concedido peso cuando, en 2011, calificó de “súbita elefantiasis histórico-conceptual en castellano” la acelerada producción de “pirámides espirituales” o diccionarios (BÖDEKER 2011 *apud* ONCINA COVES 2013, p. 14-15). En todo caso, los editores de los diccionarios españoles han sido conscientes de las ventajas e inconvenientes

derivados de la ordenación alfabética y nacional de los conceptos y asimismo del delineamiento cronológico de su historia. Entre las primeras, estaba la facilidad de consulta; las limitaciones, en cambio, eran fruto de "disecar en cierto modo la materia viva de los debates" (FERNÁNDEZ SEBASTIÁN; FUENTES 2008, p. 16).

## Periodización

La periodización escogida concita asimismo buena parte de las renuencias al proyecto de Koselleck. A pesar de que en los artículos del GG se hace un análisis de los conceptos desde su origen en la Antigüedad, el diccionario de más de 7.000 páginas asume como premisa fundamental la existencia de un periodo de profunda transformación conceptual situado entre 1750 y 1850. El término con el que se designó esa etapa de cambio es de sobra conocido: una expresión, la de *Sattelzeit*, que no terminó de satisfacer a su propio creador. Koselleck dudaba de su pertinencia debido a su ambigüedad y debilidad teórica. De hecho, ese periodo a horcajadas, inicialmente concebido para facilitar la financiación del GG, con el tiempo oscureció más que aclaró el proyecto. Para Koselleck, hubiese sido más acertado utilizar *Schwelienzeit* (periodo umbral), una metáfora menos ambigua (FERNÁNDEZ SEBASTIÁN; FUENTES 2006).

El testigo de la defensa de esa periodización lo recogieron en cierto modo Javier Fernández Sebastián y Juan Francisco Fuentes, obligados a justificar la elección del siglo XIX como delimitación temporal del primer volumen de su diccionario de conceptos políticos y sociales (FERNÁNDEZ SEBASTIÁN; FUENTES 2002). Como ya lo he mencionado, la validez de ese supuesto crucial que los directores del proyecto asumieron como aplicable al caso español fue ampliada territorialmente en el proyecto posterior destinado al conjunto del espacio iberoamericano (dirigido en esta ocasión en solitario por Fernández Sebastián).

La aplicación de un tiempo a horcajadas como herramienta heurística en el contexto decimonónico español se encontraría fundamentada por la presencia de una serie de rasgos que confirmarían algunos de los supuestos que describen la naturaleza de ese periodo especial. La extensión de esos supuestos al área iberoamericana no pareció presentar mayores dificultades. En la introducción al primero de los diccionarios, se asumió como punto de partida la pertinencia de la *Sattelzeit* y de las correspondientes cuatro dimensiones señaladas por Koselleck. A los cuatro rasgos que caracterizan la gran transformación conceptual se añadieron la emocionalización (ligada al aumento de las expectativas y a la lucha partidista, intensamente vivida) y la internacionalización, que se tradujo en la aparición de "occidentalismos", conviviendo de forma aparentemente paradójica con una nacionalización del lenguaje manifiesta en Europa, sobre todo, a finales del siglo XIX (FERNÁNDEZ SEBASTIÁN 2009, p. 29-31). Este extremo ya había sido señalado un año antes en el diccionario dedicado a la España del siglo XX, que contó con apenas 20 acuñaciones originales ("catalanismo", "caudillo", "exilio", "franquismo", "Hispanidad"...). El resto, hasta completar el lexicón, "pueden considerarse europeísmos" (FERNÁNDEZ SEBASTIÁN; FUENTES 2008, p. 16).

La opinión favorable a la existencia de una variante autóctona de la *Sattelzeit* no parece haber encontrado una especial resistencia. En cambio, han existido oscilaciones respecto a la determinación de sus límites, así como a una ampliación del uso del método a otros periodos históricos. El alcance de la investigación histórica en su eje temporal se vio, en ese sentido, modificado sustancialmente durante el proceso de gestación y publicación del segundo volumen dedicado a los conceptos sociales y políticos en España. En esta ocasión, el siglo XX delineaba el perímetro cronológico en el que se volcaron los recursos metodológicos ya utilizados con su predecesor. El desplazamiento del marco temporal planteaba algunas cuestiones importantes, apuntadas en parte por los editores, que afectaban al método y abrían un espacio a la reformulación, al

menos en forma de preguntas, de la compleja noción de tiempo histórico manejada por Koselleck.

## Historia conceptual, modernidad e historia actual

El proyecto koselleckiano puede entenderse como un esfuerzo de aclaración del presente, como su diagnóstico, y esto pasa, inevitablemente, por encarar la naturaleza del tiempo histórico y su relación con la modernidad (ROMERO CUEVAS 2010, p. 107). De nuevo, las dos formas de afrontar este aspecto siguen, *grosso modo*, las líneas de la adscripción académica.

Por un lado, a este tema ha prestado una atención especial Faustino Oncina, cuyo diálogo con Koselleck persigue un aprovechamiento crítico de sus materiales, sobre todo de las herramientas heurísticas, sin asumir por ello, como ya sabemos, las premisas y conclusiones impregnadas de un sesgo conservador crítico con la modernidad (ONCINA COVES 2009). Desde luego, junto a Koselleck, en los textos españoles que abordan el tema, aparecen mencionados otros autores que han indagado sobre la naturaleza del tiempo histórico. Las referencias a François Hartog y su categoría de regímenes de historicidad y a Harmut Rosa no resultan, por tanto, sorprendentes en este contexto (DÁVILA 2017).

Desde la historiografía, por otro lado, el acercamiento al factor temporal ínsito en los conceptos se ha llevado a cabo desde la práctica. Es el caso de un interesante trabajo de Pablo Sánchez León, que, desde una perspectiva que busca poner en conexión grupos de conceptos, aborda una pareja de voces clave en la articulación de la variable tiempo inscrita en el lenguaje: “decadencia” y “regeneración” (SÁNCHEZ LEÓN 2013). Su interés por explorar relaciones entre distintos conceptos ya se había puesto de manifiesto anteriormente al ocuparse de los términos políticos “democracia” y “demagogia” (SÁNCHEZ LEÓN 2012).

Por su parte, en el haber del diccionario que se ocupa de 125 conceptos políticos y sociales del siglo XX, encontramos la identificación de ciertos vectores que modifican sustancialmente el paisaje lingüístico respecto al del siglo anterior, tales como el desarrollo tecnológico, las cuestiones medioambientales, la biotecnología, las comunicaciones; además de un aumento de conceptos con claras referencias espaciales a costa de los temporales; en suma, la señalización de las grandes transformaciones que sufrió España (y por extensión, el mundo occidental) a lo largo de ese siglo en materia política, social y económica (FERNÁNDEZ SEBASTIÁN; FUENTES 2008, p. 54, 72 y 76).

Esos cambios, considerados en su conjunto, apuntan a una transformación del mapa conceptual que se acelera en el último cuarto del siglo XX y que cabría calificar como cualitativa. Así parecen captarlo los editores al servirse del símil de un “diccionario bilingüe” para expresar las relaciones que se establecen, con continuas referencias cruzadas, entre el lenguaje decimonónico y el propio del siglo XX. Esto se manifestaría en

el estancamiento de algunos conceptos entre uno y otro siglo, [en] el cambio de significado o de magnitud de otros, [...] la irrupción de nuevos términos y, en definitiva, [en] los fenómenos de continuidad, ruptura y deslizamiento que se registran entre ambos periodos (FERNÁNDEZ SEBASTIÁN; FUENTES 2008, p. 52).

Esta acumulación de indicadores parecería diagnosticar el rebasamiento de un nuevo umbral epocal, es decir, sugeriría que el siglo XX posee una autonomía que lo distingue crucialmente de su pasado inmediato, de la *Sattelzeit*.

De ese modo, durante la fase de sustitución parcial de un marco por otro se asistiría a la recomposición de los conceptos clave respecto a los predominantes en el siglo anterior (*ibíd.*, p. 46). Sin embargo, sería una renovación insuficiente del vocabulario político y social que provocaría la sensación, entre algunos coetáneos, de orfandad conceptual para expresar de forma precisa las transformaciones que tuvieron

(y tienen) lugar, especialmente a partir de la segunda mitad del siglo XX (*ibíd.*, p. 47 y 50-51). La potencia de la historia de conceptos para una historia del presente y del porvenir no carece, en definitiva, de defensores (ONCINA COVES 2013, p. 37).

A pesar del valor de las intuiciones sobre los rasgos peculiares de la nueva época que comienza en torno al cambio de siglo, el proyecto historiográfico se resiente de la falta de una reflexión más amplia sobre la forma en la que el nuevo marco cronológico afecta a la metodología y, por ende, a la naturaleza de los conceptos. De haber sido abordado, ese cuestionamiento hubiese anticipado de forma más precisa las propuestas posteriores de Christian Geulen en Alemania, quien, por otro lado, coincide en buena medida con los editores españoles en la identificación de los indicadores del cambio. Esta coincidencia, sin embargo, no llevó a los últimos a elaborar un diagnóstico más profundo del lenguaje de nuestro pasado más reciente que permitiera indagar de qué forma las modificaciones acaecidas durante el siglo XX afectan a la metodología koselleckiana aplicada al nuevo espacio temporal (GEULEN 2010; 2012).

## Conclusiones

Me gustaría dedicar estos últimos párrafos a subrayar uno de los aspectos más relevantes, si no el más destacado, en mi opinión, que puede extraerse de esta aproximación a los itinerarios que ha seguido la historia de conceptos en España. Se trata de la dificultad general para conectar teoría y práctica de la investigación, una ligazón endeble entre dos facetas particularmente importantes en este enfoque intelectual que parece responder a las constricciones que las diferentes disciplinas y sus respectivas estructuras y tradiciones académicas parecen ejercer sobre la tan reclamada transdisciplinariedad. No se trata, en estas últimas reflexiones, de ocultar el creciente valor de la producción intelectual en ese campo, lo que ya ha sido puesto de manifiesto, sino de apuntar un límite que impide sa-

car más partido al proyecto de una historia del lenguaje capaz de vincular la profundidad teórica con el trabajo empírico de las fuentes.

A pesar de las interacciones (tanto a nivel institucional como en el conjunto de trabajos publicados), es visible un divorcio entre la reflexión teórica y la investigación empírica que ha desconectado hasta cierto punto las cuestiones metahistóricas, la generación de la temporalidad, de la práctica. Religar ambas dimensiones para dar cuenta de procesos más amplios mediante la formulación de problemas (que parcialmente pueden plantearse desde la teoría) a los que dar una respuesta se traduciría, como muestran de hecho algunos de los proyectos en marcha, en una ampliación de los formatos de presentación de los resultados que añadiría riqueza a un paisaje en el que ha predominado la estructura del lexicón, sobre cuyas entradas se cierne, a pesar de los importantes esfuerzos en contra, la espada de Damocles de una historia descriptiva de los diferentes usos de un término. La producción historiográfica aumentaría de este modo el valor de la inestimable tarea que ha supuesto la elaboración de diccionarios en las últimas décadas.

En el campo de preocupaciones propio de una historia de conceptos, conservar una vinculación productiva entre la dimensión teórica y la práctica historiográfica podría, entre otras vías, pasar, por tanto, por formular y responder provisionalmente a una serie de preguntas relativas a la posibilidad de hacer una historia diacrónica de conceptos que gire en torno a un problema teóricamente fundamentado. De entre las posibles cuestiones a plantear, algunas podrían formularse como sigue: ¿cómo hacer una historia de conceptos que crezca sobre los trabajos previos y que esquive al mismo tiempo terminar reducida a un concepto o a conceptos parcialmente sinónimos, paralelos, asimétricos o emparentados onomasiológicamente?; ¿cómo hacerlo sin caer en un análisis sincrónico por un exceso de estudio filológico o en una monografía por exceso de historia social?; ¿y de qué manera lograrlo sin abrazar a su vez

alguna de las propuestas de análisis que privilegian los lenguajes políticos y discursos, abandonando con ello la autonomía de la historia de conceptos como matriz intelectual explicativa? Se trata de saber, en definitiva, si una aproximación teórica y metodológica inspirada en la semántica histórica de Reinhart Koselleck permite plantear preguntas y ofrecer respuestas que no puedan expresarse y contestarse desde otras ópticas. Quizá esta búsqueda exija elevarse un poco en el diagrama de la historia de conceptos para encontrar, desde un espacio teórico anexo, el lugar de formulación de esas preguntas.

Para aclarar este extremo, habría que subrayar primero que todo foco debe respetar uno de los ejes clave de la historia de conceptos, la dimensión diacrónica de este enfoque, es decir, el perfilado de una historia a largo plazo de los conceptos como principio irrenunciable. A partir de aquí, la dificultad estriba en hallar una referencia que justifique una articulación capaz de identificar nodos de transformación conceptual que, desde una perspectiva sincrónica, se integren en una amplia línea temporal. Con una cierta dosis de inevitable arbitrariedad hay que hallar, en definitiva, una posición estructuradora de la investigación. Se trataría, en palabras de Lucien Febvre, de identificar el problema de la historia que se quiere investigar, un problema que, en el marco de la intensa apuesta teórica koselleckiana, pasa por asumir que la teoría dirige las preguntas como una operación trascendental. Y este adjetivo ya nos da una pista que seguir.

Como alternativa siempre puede esperarse que un conocimiento exhaustivo del contexto intelectual y político canalice el estudio sistemático de las fuentes documentales y revele patrones, recurrencias y rupturas. Sin duda es una vía de acceso al conocimiento histórico que reduce, sin expulsarla necesariamente, el papel de la teoría como indicadora del objeto de estudio. La dirección contraria, sin embargo, resalta el papel del aparato teórico como guía. Y si algo caracteriza a la historia de conceptos es su fuerte impronta teórica. ¿Por qué, por tanto, no buscar en su marco una respuesta a los límites que

tradicionalmente ha padecido la práctica de la historia conceptual y que no han hecho fácil coherente la localización de un problema sin abandonar el territorio de la BG, es decir, sin renunciar a esbozar los cambios conceptuales a largo plazo? El alcance de este enfoque y su productividad se hallan ligados en ese sentido a una respuesta positiva a la anterior pregunta.

Como ha quedado puesto de manifiesto, ha habido sugerencias que han ido en ese sentido. La incompleta Histórica de Koselleck, una vez superada la incomodidad generada por la naturaleza simultáneamente analítica y ontológica que puede derivarse de ese presupuesto, ofrece un anclaje para orientar una investigación capaz de explicar procesos complejos a largo plazo sin quedar supeditada a unos conceptos concretos, ayudando en el proceso a localizar los momentos de resemantización o de emergencia de nuevas fórmulas expresivas. Hay que recordar que su teoría de la historia toca condiciones metahistóricas, rasgos antropológicos con un bajo grado de historicidad, una historia casi inmóvil que alimenta en niveles superiores la fragmentación creciente de formas de vida. Una reformulación de la Histórica podría registrar estructuras interpretativas con mayor capacidad explicativa que las categorías dicotómicas y que sean susceptibles de ser sometidas, como le gustaba repetir a Koselleck, al derecho de veto de las fuentes (FERNÁNDEZ TORRES 2018).

## REFERENCIAS

ABELLÁN, Joaquín. Historia de los conceptos (Begriffsgeschichte) e historia social. A propósito del diccionario *Geschichtliche Grundbegriffe*. In: CASTILLO, Santiago (ed.). **La historia social en España: Actualidad y perspectivas**. Madrid: S. XXI, 1991. p. 47-63.

BÖDEKER, Hans Erich. Sobre el perfil metodológico de la historia conceptual: Temas, problemas, perspectivas". **Historia y Grafía**, n. 32, p. 131-168, 2009.

BÖDEKER, Hans Erich. Conferencia: **Wie deutsch waren die Geisteswissenschaften – und sollten sie sein?** Simposio anual del Centro de Investigación Literaria y Cultural de Berlín (Internationale Wirkungsgeschichte der deutschsprachigen Geisteswissenschaften und ihrer Sprache), 2 dic. 2011.

CAPELLÁN DE MIGUEL, Gonzalo. Los „momentos conceptuales“: una nueva herramienta para el estudio de la semántica histórica. In: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier; CAPELLÁN DE MIGUEL, Gonzalo. **Lenguaje, tiempo y modernidad**. Ensayos de historia conceptual. Santiago de Chile: Globo Editores, 2011. p. 113-152.

CAPELLÁN DE MIGUEL, Gonzalo. El concepto democracia: momentos, significados e imágenes en la “larga duración” (Una propuesta para repensar la historia conceptual en el mundo iberoamericano). **Ariadna histórica**. Lenguajes, conceptos, metáforas, p. 101-146, 2018. Disponible en: <https://www.ehu.es/ojs/index.php/Ariadna/article/view/20177>. Consultado el: 18 dic. 2018.

DÁVILA, Estefanía. La pregunta por el presente. Una genealogía del tiempo en la Modernidad. **Sociología histórica**, n. 7, p. 121-141, 2017.

FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier; FUENTES ARAGONÉS, Juan Francisco (dirs.). **Diccionario político y social del siglo XIX**. Madrid: Alianza Editorial, 2002.

FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier; FUENTES ARAGONÉS, Juan Francisco. A manera de introducción. Historia, lenguaje y política. **Ayer**, n. 53, p. 11-26, 2004.

FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. Textos, conceptos y discursos políticos en perspectiva histórica. **Ayer**, n. 53, p. 131-151, 2004.

FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier; FUENTES ARAGONÉS, Juan Francisco. Historia conceptual, memoria e identidad, (entrevista a Reinhart Koselleck). **Revista de Libros**, n. 111-112, 2006.

FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier; FUENTES ARAGONÉS, Juan Francisco (dirs.). **Diccionario político y social del siglo XX español**. Madrid: Alianza Editorial, 2008.

FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. El mundo atlántico como laboratorio conceptual, 1750-1850. **Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas = Anuario de Historia de América Latina (JbLA)**, n. 45, p. 1-7, 2008.

FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. Ex innovatio traditio/Ex traditio innovatio: Continuidad y ruptura en la historia intelectual. *In*: ONCINA COVES, Faustino (ed.). **Tradicón e innovación en la historia intelectual: Métodos historiográficos**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2013. p. 51-74.

FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier (dir.). **Diccionario político y social del mundo iberoamericano**. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009 y 2014. 11 vols., 2 tomos.

FERNÁNDEZ TORRES, Luis. Las constantes antropológicas de la Histórica de Koselleck. Una propuesta de ampliación. **Isegoría**, Revista de filosofía moral y política, n. 59, p. 527-551, 2018.

FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier; FERNÁNDEZ TORRES, Luis. Iberconceptos: un proyecto de investigación en red: cuestiones teórico-metodológicas y organizativas. **Spagna contemporánea**, n. 51, p. 153-175, 2017.

GALINDO HERVÁS, Alfonso. El antiliberalismo como clave de la obra de Koselleck. **Araucaria**, Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades, n. 21, p. 44-62, 2009.

GEULEN, Christian. Plädoyer für eine Geschichte der Grundbegriffe des 20. Jahrhunderts. **Zeithistorische Forschungen/Studies in Contemporary History**, n. 7, 2010. Disponible en: <https://zeithistorische-forschungen.de/1-2010/id%3D4488>. Consultado el: 5 feb. 2014.

GEULEN, Christian; HOFFMANN, Stefan-Ludwig; KOLLMEIER, Kathrin; STEINMETZ; Willibald; SARASIN, Phillip; LÜDTKE, Alf. Geschichtliche Grundbegriffe Reloaded? Writing the Conceptual History of the Twentieth Century. **Contributions to the History of Concepts**, v. 7, n. 2, p. 78-128, 2012.

GÓMEZ RAMOS, Antonio. El trabajo público de los conceptos. **Isegoría**, Revista de filosofía moral y política, n. 37, p. 185-196, 2007.

GÓMEZ RAMOS, Antonio. Conceptos y redes: sobre sujetos de las constelaciones e historia conceptual. *In*: ONCINA COVES, Faustino (coord.) **Constelaciones**. Valencia: Pre-Textos, 2017. p. 31-50.

HABERMAS, Jürgen. Crítica de la filosofía de la historia. *In*: HABERMAS, Jürgen. **Perfiles filosófico-políticos**, Madrid: Taurus, 1975 [1960].

HERNÁNDEZ MARCOS, M. Historia conceptual y lexicografía. Una introducción panorámica. *In*: PONCELA, A. (coord.). **Filosofía y Sociedad**. Sugerencias Didácticas y metodológicas para la docencia en la Educación Secundaria, Celarayn, CD, 2010.

HÖLSCHER, Lucian. Los fundamentos teóricos de la historia de los conceptos (Begriffsgeschichte). *In*: GORASURRETA, Francisco Javier Caspistegui; GORTÁZAR, Ignacio Olábarri (coord.). **La "nueva" historia cultural: la influencia del postestructuralismo y el auge de la interdisciplinariedad**. Madrid: Ed. Complutense, 1996. p. 69-82.

JIMÉNEZ RUIZ, Juan Luis. Lenguaje e Historia: A propósito de la controversia entre Koselleck y Gadamer. **E.L.U.A.**, nº 13, p. 281-296, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica y Crisis del mundo burgués**. Madrid: Rialp, 1965.

KOSELLECK, Reinhart. **Preussen zwischen Reform und Revolution**. Allgemeines Landrecht, Verwaltung und soziale Bewegung von 1791 bis 1848. Stuttgart: E. Klett, 1967a.

KOSELLECK, Reinhart. Richtlinien für das Lexikon politisch-sozialer Begriffe der Neuzeit. **Archiv für Begriffsgeschichte**, n. 9, p. 81-90, 1967b.

KOSELLECK, Reinhart. Krise. *In*: BRUNNER, Otto; CONZE, Werner; KOSELLECK, Reinhart. **Geschichtliche Grundbegriffe**: historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland. Stuttgart: Klett-Cotta, v. 3, 1972-1997. p. 651-675.

KOSELLECK, Reinhart. Vorwort –prólogo-. *In*: BRUNNER, Otto; CONZE, Werner; KOSELLECK, Reinhart. **Geschichtliche Grundbegriffe**: historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland. Stuttgart: Klett-Cotta, v. 7, 1972-1997.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro pasado**: para una semántica de los tiempos históricos. Barcelona: Paidós, 1993.

KOSELLECK, Reinhart. A Response to Comments on the *Geschichtliche Grundbegriffe*. *In*: LEHMANN, Harmut; RICHTER, Melvin (eds.). **The meaning of historical terms and concepts**. New studies on *Begriffsgeschichte*. Washington: German Historical Institute, 1996. p. 59-70.

KOSELLECK, Reinhart; GADAMER, Hans-Georg. **Historica y hermenéutica**. Introducción de José Luis Villacañas y Faustino Oncina. Barcelona: Paidós, 1997.

KOSELLECK, Reinhart. **Los estratos del tiempo**: estudios sobre la historia. Edición de Elías Palti. Barcelona: Paidós, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. **Aceleración, prognosis y secularización**. Edición y traducción de Faustino Oncina Coves. Valencia: Pretextos, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. Estructuras de repetición en el lenguaje y en la historia. **Revista de Estudios Políticos**, n. 134, p. 17-34, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. Un texto fundacional de Reinhart Koselleck: introducción al *Diccionario histórico de conceptos político-sociales básicos en lengua alemana*. **Revista Anthropos**, n. 223, p. 92-105, 2009. Traducción y notas de Luis Fernández Torres.

KOSELLECK, Reinhart. **Historias de conceptos**. Estudios sobre semántica y pragmática del lenguaje político y social. Traducción de Luis Fernández Torres. Madrid: Trotta, 2012.

LEONHARD, Jörn. Lenguaje, experiencia y traducción: hacia una dimensión comparativa. *In*: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier; CAPELLÁN DE MIGUEL, Gonzalo (eds.). **Conceptos políticos, tiempo e historia**: nuevos enfoques en historia conceptual. Santander: Editorial de la Universidad de Cantabria - McGraw-Hill Interamericana de España, D.L., 2013. p. 377-404.

MARTÍN GÓMEZ, María. La introducción en España de la historia conceptual. **Azafea**, Rev. filos., n. 13, p. 257-276, 2011.

MELTON, James Van Horn. Otto Brunner and the Ideological Origins of Begriffsgeschichte. *In*: LEHMANN, Harmut; RICHTER, Melvin (eds.). **The meaning of historical terms and concepts**. New studies on Begriffsgeschichte, Washington D. C.: German Historical Institute, 1996. p. 21-33.

ONCINA COVES, Faustino. Prólogo a. *In*: KOSELLECK, Reinhart. **Aceleración, prognosis y secularización**. Valencia: Pretextos, 2003. p. 11-33.

ONCINA COVES, Faustino. Historia conceptual, Histórica y modernidad velociferina: diagnóstico y pronóstico de Reinhart Koselleck. **Isegoría**, Revista de filosofía moral y política, n. 29, p. 225-237, 2003b.

ONCINA COVES, Faustino. Historia conceptual y hermenéutica. **Azafea**, Revista de filosofía, n. 5, p. 161-190, 2003c.

ONCINA COVES, Faustino. Necrológica del Outsider Reinhart Koselleck: el «historiador pensante» y las polémicas de los historiadores. **Isegoría**, Revista de filosofía moral y política, n. 37, p. 35-61, 2007.

ONCINA, Faustino. **Historia conceptual, Ilustración y Modernidad**. Barcelona: Anthropos, 2009.

ONCINA COVES, Faustino. Historia Conceptual: ¿algo más que un método? (a modo de introducción). *In*: ONCINA COVES, Faustino (ed.). **Tradición e innovación en la historia intelectual**. Métodos historiográficos. Madrid: Biblioteca Nueva, 2013. p. 11-38.

ONCINA COVES, Faustino. Nomadismo conceptual y autodeterminación como destino. A modo de introducción. *In*: ONCINA COVES, Faustino; MIRAVET, Nerea; VIZCAÍNO REBERTOS, Héctor (coords.). **Conceptos nómadas**. Autodeterminación. Valencia: Publicacions de la Universitat de València, 2014. p. 9-24.

ONCINA COVES, Faustino. Historia conceptual y método de las constelaciones. *In*: ONCINA COVES, Faustino (coord.). **Constelaciones**. Valencia: Pre-Textos, 2017, p. 11-30.

POCOCK, J.G.A. Concepts and Discourses: A Difference in Culture? Comment on a Paper by Melvin Richter. *In*: LEHMANN, Harmut; RICHTER, Melvin (eds.). **The meaning of historical terms and concepts**. New studies on Begriffsgeschichte. Washington: German Historical Institute, 1996. p. 47-58.

REICHARDT, Rolf. Zur Geschichte politisch-sozialer Begriffe in Frankreich zwischen Absolutismus und Restauration. **Zeitschrift für Literaturwissenschaft und Linguistik**, n. 47, p. 49-74, 1982.

REICHARDT, Rolf; SCHMITT, E. **Handbuch politisch-sozialer Grundbegriffe in Frankreich 1680-1820** (Manual de conceptos político-sociales fundamentales en Francia 1680-1820). Múnich: R. Oldenbourg, 1985.

RICHTER, Melvin. Appreciating a Contemporary Classic: The Geschichtliche Grundbegriffe and Future Scholarship. *In*: LEHMANN, Harmut; RICHTER, Melvin (eds.). **The meaning of historical terms and concepts**. New studies on Begriffsgeschichte, Washington: German Historical Institute, 1996. p. 7-19.

ROMERO CUEVAS, José Manuel. La Histórica de R. Koselleck y la apertura de la historia. **Conceptos**, Revista de Investigación Graciana, n. 5, p. 91-103, 2008.

ROMERO CUEVAS, José Manuel. El diagnóstico de la modernidad en la historia conceptual de Koselleck. *In*: ONCINA COVES, Faustino. **Palabras, conceptos, ideas**: estudios sobre historia conceptual. Barcelona: Herder, 2010. p. 107-128.

RORTY, Richard. **The linguistic turn**. Recent essays in philosophical method. Chicago: The University of Chicago Press, 1967.

RUIZ TORRES, Pedro. El tiempo histórico. **Eutopías**, 2ª Época, vol. 71, 1994.

SÁNCHEZ LEÓN, Pablo. El reverso del orden y el orden de los conceptos: democracia y demagogia en el liberalismo hispano. *In*: PÉREZ LEDESMA, Manuel (ed.). **Lenguajes de modernidad en la Península Ibérica**. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 2012. p. 216-248.

SÁNCHEZ LEÓN, Pablo. Decadencia y regeneración. La temporalidad en los conceptos fundamentales de la modernidad española. *In*: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier; CAPELLÁN DE MIGUEL, Gonzalo (eds.). **Conceptos políticos, tiempo e historia**. Nuevos enfoques en historia conceptual. Santander: Universidad de Cantabria/McGraw-Hill, 2013. p. 271-302.

SÁNCHEZ-PRIETO, Juan María. De los conceptos a las culturas políticas. Perspectivas, problemas y métodos. **Revista Anthropos**, Barcelona, n. 223, p. 106-118, 2009.

SÁNCHEZ-PRIETO, Juan María. Reinhart Koselleck: La interdisciplinariedad de la Historia. **Memoria y Civilización**, Universidad Pública de Navarra, n. 15, p. 475-499, 2012.

VARO ZAFRA, Juan. Historia conceptual y estudios literarios. **Castilla**, Estudios de Literatura, n. 4, p. 204-228, 2013.

VILLACAÑAS, José Luis. Prólogo a. *In*: CHIGNOLA, S.; DUSO, G. **Historia de los conceptos y filosofía política**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2009.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigaciones filosóficas**. Barcelona: Crítica, 1988.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tratado lógico-filosófico.** Logisch-philosophische Abhandlung. Valencia: Tirant lo Blanch, 2016.

## AGRADECIMIENTOS E INFORMACIÓN

**Luis Fernández Torres** 

procusto11@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-5023-3150>

Universidad del País Vasco / Euskal Herriko Unibertsitatea

Lejona

Vizcaya

España

RECIBIDO EL: 04/FEB./2019 | ACEPTADO EL: 16/MAYO/2019

# O culto às ideias em Germán Carrera Damas

## The cult of ideas in Germán Carrera Damas

**Matheus Amilton Martins**

<https://orcid.org/0000-0002-2067-7508> 

### RESUMO:

A fórmula do “culto a Bolívar”, elaborada por Germán Carrera Damas em seu livro homônimo, é uma das leituras mais usais e originais sobre o passado venezuelano. Nela, a permanência de imagens do herói no cenário político, ao longo da história, é percebida como uma corruptela do percurso histórico que a nação deveria perseguir. A lógica desse argumento deriva diretamente de um embasamento na História das ideias, o que a leva a uma sequência de problemas de ordem interpretativa e metodológica. O intuito do presente trabalho é debater essas complicações, tendo em vista a centralidade do pensamento de Carrera Damas para a escrita da história venezuelana. Sob o escrutínio das críticas que Elias Palti tece à História das ideias na América Latina e dos estudos de linguagens políticas de John Pocock, buscase, aqui, desconstruir duas percepções da historiografia de Carrera Damas: 1. que o culto a Bolívar esteja implicado no atraso sociopolítico venezuelano; e 2. que esse fenômeno possa ser reduzido a uma ideologia instrumentalizada para dominação social.

### PALAVRAS CHAVE:

Bolivarianismo; Historiografia hispano-americana; História das ideias

### ABSTRACT:

The formula of the “cult of Bolivar” elaborated by Germán Carrera Damas in his homonym book is one of the most usual and original readings of the Venezuelan past. Carrera Damas argues that the permanence of images of the hero in the political scene, throughout Venezuelan history, is perceived as a corruption of the historical path that a nation should pursue. The logic of this argument is directly derived from the History of ideas, leading to a several problems of interpretative and methodological order. This article seeks to discuss these complications, considering the centrality of Carrera Damas’ thinking for the writing of Venezuelan history. From Elias Palti’s criticism of the History of ideas in Latin America and John Pocock’s studies of political languages, we intend to deconstruct two perceptions of Carrera Damas historiography: first, that the cult of Bolivar is implicated in the Venezuelan sociopolitical backwardness; and secondly, that this phenomenon can be reduced to an instrumentalized ideology for social domination.

### KEYWORDS:

Bolivarianism; Hispanic-American historiography; History of Ideas

## 1. Ao autor imprescindível, uma problematização necessária

A vigência do legado político-intelectual de Simón Bolívar, em suas inúmeras reinvenções e ressignificações, foi um fenômeno que não passou despercebido à escrita da história venezuelana. Desde o campo da história pátria oitocentista, empenhado na manutenção e/ou reatualização do imaginário bolivariano, passando por esforços revisionistas — a exemplo de José Luis Salcedo-Bastardo (1976), que tentou descolar Bolívar de seu status divinizado para localizá-lo no meio intelectual da independência —, até a produção crítica das duas gerações de historiadores mais enfáticas no projeto de subversão do bolivarianismo, os espólios do Libertador foram colocados como um dos eixos centrais na escrita do passado nacional.

Para se ter uma noção da dimensão da produção historiográfica mais recente relacionada à crítica ao culto a Bolívar, cabe considerá-la, a partir de seu contexto político, em duas gerações. A primeira, posterior à ditadura militar de Marco Pérez Jimenez (1948-1959), se relacionou a uma conjuntura de restabelecimento e manutenção dos preceitos democráticos na Venezuela (período da 4ª República): encontram-se aqui as obras de Yolanda Salas de Lecuna (1987) e Luis Castro Leiva (1985; 1991). Já a segunda geração convive com a ascensão política de Hugo Chávez e sua nova leitura do bolivarianismo (período da 5ª República). Nesse grupo há uma propensão à dissidência política em relação aos governos chavistas; entre seus principais autores, destacam-se Elías Pino Iturrieta (2003), Manuel Caballero (2007), Ana Teresa Torres (2009) e Tomás Straka (2009).

Germán Carrera Damas (1930- ) e sua obra têm uma posição de referência e centralidade para ambos os grupos.<sup>1</sup> Em sua trajetória acadêmica, o autor tem desenvolvido pesquisas sobre o bolivarianismo desde seu doutorado, na Universidad Central de Venezuela (UCV), em 1969. Ademais, ocupou a Cátedra Simón Bolívar na University of Cambridge (Reino Uni-

*1 - Carrera Damas tem publicações prestigiadas e influentes nos dois contextos como El culto a Bolívar (2003), publicado em 1970, e El bolivarianismo-militarismo: una ideología de reemplazo (2005).*

do) e na Universität zu Köln (Alemanha), destacando-se como um dos mais reconhecidos historiadores no meio universitário nacional. Por outro lado, costumeiramente atua em interlocuções políticas, a exemplo de seu papel como porta-voz de uma oposição intelectual aos governos de Hugo Chávez (1999-2013). A esses aspectos soma-se o potencial de seus trabalhos em oferecer explicações, com embasamento histórico, às dinâmicas sociopolíticas do cotidiano venezuelano.

Um dos principais focos de seus estudos diz respeito à preponderância da ideologia bolivariana no campo da política venezuelana. É sobre esse tema que o autor versa em *El culto a Bolívar: um esboço para historia de las ideas en Venezuela* (2003), publicado originalmente em 1970, que viria se tornar referência para as discussões sobre os usos da figura de Bolívar que, a partir de então, povoaram a historiografia venezuelana. Nessa obra, estabeleceu uma investigação direta e sistemática do que, ao longo de seus estudos, considerou um produto ideológico da historiografia oficial venezuelana, comprometido com a inconformidade das condições democráticas locais: o culto ao herói nacional convertido em segunda religião (CARRERA DAMAS 2003, p. 64).

Em sua análise, elaborou uma explicação geral da história venezuelana. Considerando a ideologia como expressão da realidade histórica e síntese de sua pluralidade (2003, p. 25), Carrera Damas ultrapassou o dualismo apologia-acusação, atribuído à história tradicional, para se preocupar em demonstrar as distorções na consciência histórica nacional — produzidas pelo culto a Simón Bolívar — e seus efeitos no âmbito político. Esse argumento teve um lugar oportuno, no contexto de publicação de *El culto a Bolívar*, relacionado à ação política do autor. O próprio Carrera Damas explicou a conjuntura em entrevista a Anatólio Medeiros Arce e Losandro Antonio Tedeschi:

Yo comencé a trabajar en eso ya sistemáticamente cuando regresé del exilio. Estuve diez años exiliado durante el gobierno de Pérez Jiménez. Regresé aquí en 58 [1958] y me encontré con que los hombres que estaban planteando de nuevo la democra-

cia em Venezuela estaban utilizando las mismas ideas que había usado la dictadura. Y aquello sí me preocupó. Porque veía que íbamos por un camino malo, en el sentido de que esas ideas de Bolívar corresponden a otro tiempo y fueron pervertidas y utilizadas para justamente dominar y controlar a la sociedad, no para un desarrollo democrático. Y yo escribí este libro para alertarlo, o mejor dicho, con la emoción de que yo iba a alertar a estos dirigentes políticos. (ARCE; TEDESCHI 2015, p. 203)

Além de apontar os objetivos originais da obra, o depoimento dá margem a uma avaliação de seu escrito. A necessidade de percorrer um vasto arco temporal — da consolidação da independência às ditaduras do século XX — em busca de uma interpretação geral para os efeitos da centralidade do culto heroico na vida pública, foi ocasionada pela possibilidade de reproduções da inadequação entre ideias e realidade no seu presente. Carrera Damas, portanto, escreveu sobre o culto a Bolívar especialmente preocupado com as potenciais repercussões negativas do bolivarianismo para sua contemporânea República Liberal Democrática<sup>2</sup>, de modo que o cerne de sua explicação emanava de suas escolhas metodológicas, em especial do uso de premissas que a História das ideias desenvolveu nos estudos sobre a América Latina. Logo, muitas de suas críticas ao culto heroico provinham da visão idealista que professou em seus escritos. Um exemplo pode ser visto na fórmula da impossibilidade de desenvolvimento da democracia-liberal (ideia modernizante) sob a égide do mesmo bolivarianismo que envernizara as ditaduras venezuelanas do século XX (atavismo).

Carrera Damas buscou nas contradições da história política nacional “[...] a las condiciones en que se gesto el culto, a sus manifestaciones e *al sentido* que se ha dado históricamente” (CARRERA DAMAS 2003, p. 19, grifo nosso). Suas conclusões sobre esse fenômeno podem ser descritas em duas proposições que continuam influenciando outros estudiosos dedicados à investigação do culto:

2 - Contexto pós-ditadura de Perez Jiménez (1952-1958), definido no Pacto de Puntofijo (1958) como um acordo, entre elites políticas, que contemplou o respeito aos resultados eleitorais e a formação de governos de coalizão (Cf. SUÁREZ FIGUEROA 2006).

1. Existem intenções de manipulação da consciência popular contidas na apropriação do culto por parte do Estado: a transformação de *culto de un pueblo* para *culto para el Pueblo* está centrada num processo de institucionalização de símbolos e ritos por parte do Estado, isto é, na adesão de uma série de governos a uma integração das manifestações do culto em sua estrutura administrativa, dotando o discurso estatal de capilaridade ideológica essencial para agir sobre a consciência popular a serviço da imposição de quaisquer políticas oficiais (CARRERA DAMAS 2003, p. 308).
2. O surgimento do culto se deveu a uma necessidade histórica, atendendo a condições específicas do não cumprimento das promessas sociais da emancipação: o culto não é fruto do romantismo dos literatos venezuelanos, muito menos do patriotismo exaltado; ele é uma necessidade histórica com objetivos implícitos de ocultar o fracasso social da gesta libertadora e retardar a formulação de uma consciência histórica crítica a essa frustração. Nesse aspecto, segundo o autor, o culto mostra-se funcional até hoje (CARRERA DAMAS 2003, p. 42).

Cabe expor que suas colocações sobre as decorrências do culto como fenômeno de dominação social ocupam um lugar de validade historiográfica e política. Sua leitura ganha novo lastro na medida em que convive com a ascensão política dos governos Hugo Chávez (1999-2013), embasados num programa político intitulado *alternativa bolivariana*,<sup>3</sup> definido por Chávez como antítese dos valores político-econômicos neoliberais identificados com a República Liberal Democrática e, portanto, disposto a encerrá-la fundando uma nova era. A interpretação da história recente da Venezuela no discurso chavista solidifica essa compreensão:

En este siglo, durante la última década de gobierno del General Gómez, fue incubándose un modelo político al que perfectamente pudiéramos llamar “el modelo adeco”, fundamentado especialmente en la explotación petrolera (en 1926 ya el petróleo

3 - A oposição intelectual ao chavismo tende a definir o bolivarianismo de Chávez como elementos de uma democracia popular em conjunção a um caudillismo e a um autoritarismo militarista de cariz marxista-leninista.

había desplazado al café como primer producto de exportación), en el populismo y en el autoritarismo. El “modelo adeco” irrumpió el 18 de octubre de 1945; echó sus bases en el Trienio 45-48, para ser desplazado durante una década y reaparecer en 1958, a la caída del gobierno del General Marcos Pérez Jiménez. Ahora sí había venido para quedarse. Desde entonces el nefasto modelo pisó el acelerador al proceso de sustitución de importaciones, profundizando el rentismo petrolero y la dependencia, sobre un pacto político cupular-partidista al que se conoce como “Pacto de Puntofijo”, reforzado desde ese momento por el calderismo copeyano, cómplice, a pesar de su papel de actor de reparto, en el festín. El “Modelo Adecopeyano” devino, como tenía que ocurrir, en una crisis avalancha que hoy es ya una verdadera catástrofe moral, económica, política y social. Es histórica e irreversible. Conjuntamente con el Pacto de Puntofijo, que lo hizo posible, están no solamente agotados, sino que se encuentran ahora en la fase terminal de su triste historia y con ellos se hunde también el modelo económico colonialista-dependiente. (CHAVÉZ FRIAS 2014, p. 18)

Destituído o *modelo adecopeyano*,<sup>4</sup> a *alternativa bolivariana* ocuparía o lugar de reformulação do sistema político a partir de fundamentos filosóficos (CHAVÉZ FRIAS 2014, p. 22). A ênfase em refundar e reconstituir o Poder Nacional denota que os valores de legitimidade para Chávez estavam envolvidos com o recurso ao passado identificado com o projeto de Simón Bolívar para a Venezuela.

Em concordância com o que destaca Ana Teresa Torres, numa das mais recentes revisões bibliográficas sobre os estudos do culto a Bolívar, é justamente pelo *remake* chavista do bolivarianismo que a obra de Carrera Damas chegou ao ápice de sua popularidade, ultrapassando, inclusive, a fama que logrou em seu contexto de publicação, mais restrita ao âmbito acadêmico (TORRES 2009, p. 56). Não foi à toa que Manuel Caballero, em duras críticas ao chavismo, no livro *Por qué no soy bolivariano: una reflexión antipatriótica* (2007), citou a obra de Carrera Damas para convalidar sua argumentação:

Treinta y tres años después de su El culto a Bolívar, Germán Damas publica Una ideología de reemplazo donde, (sin come-

4 - Com tal modelo, Chávez se refere à aliança entre os partidos Acción Democrática (AD) e Comité de Organización Política Electoral Independiente (COPEI), firmada no Pacto de Puntofijo (1958).

ter la habitual inelegancia de decir, como los gitanos de feria: “¡Yo lo había dicho!”), se sienta a la puerta de aquella primera tienda y ve pasar en ésta, no el cadáver de su enemigo, sino por desgracia, su cuerpo no por verduoso y putrefacto, menos vivito y coleando: de aquel culto que aún si se creía inocuo no dejaba de llevar en sí el germen de su peor peligro, el militarismo vestido con el uniforme de gala del Libertador; se ha pasado hoy, a lo que el autor llama de “bolivarismo-militarismo”. (CABALLERO 2007, p. 157)

Os estudos de Carrera Damas parecem seguir fornecendo respostas satisfatórias às transformações da política e sociedade venezuelana, inclusive num tom quase premonitório. Outros, a exemplo de Elias Pino Iturrieta (2003), já apontavam para a importância do alerta emitido pelo autor ainda na década de 1960, embora especulasse novas questões devido ao chavismo:

[...] agotar el tema de su liturgia obligaría a un estudio de nunca acabar, si se pone uno tras la pista de todo lo que se ha publicado en sentido apologético. Por fortuna, ya intentó con éxito la faena Germán Damas en *El culto a Bolívar*, una obra de 1969 que se debe consultar con atención cuando los ojos quieran detenerse en las preces que el pueblo venezolano y pueblos parecidos dirigen a quien estiman como luz y salvación. Ahora [con el chavismo] se ofrecen los testimonios que parecieron más evidentes para mostrar los perjuicios que puede acarrear a la sociedad la sobrestimación de los pasos de un héroe por la historia. (ITURRIETA 2003, p. 9-10)

Para além do valor acadêmico, as investigações de Carrera Damas têm contribuído com as disputas político-sociais da atualidade. À vista disso, é difícil escrever qualquer história sobre o bolivarianismo que não tangencie sua leitura. Uma vez que o autor segue pautando os marcos das interpretações sobre o culto a Bolívar, é relevante pormenorizar alguns de seus argumentos centrais com a intenção de demonstrar seus limites.

Para indagar os trabalhos de Carrera Damas, este artigo busca fundamentos nas críticas à História das ideias esboçadas

nas obras de Elias José Palti (2007, 2014) e nas impressões de John Pocock (2003) sobre os estudos das linguagens políticas. Sem fugir à importância de Carrera Damas, com este debate pretende-se refletir acerca de outros caminhos para os estudos sobre o bolivarianismo. Para tanto, dois pontos de análise são motrizes: refletir sobre as relações da historiografia do culto a Bolívar com a História das ideias, e sobre o problema da compreensão do culto heroico como prostração nacional.

## 2. Reflexões sobre o culto a Bolívar como História das ideias

A lógica historiográfica que rege a interpretação de Carrera Damas sobre o culto bolivariano merece uma análise detalhada. O ponto inicial de grande parte de suas elucidações é derivado de seu posicionamento acerca das ideias vigentes na República Liberal Democrática. Esse é o caso da suposição de que a vigência da imagem de Bolívar significaria a perpetuação da projeção do passado sobre o presente. Segundo seu argumento, atualmente pode-se observar a atuação de uma forma aperfeiçoada da ideologia do culto, que ao longo do tempo carregou consigo toda sorte de conservadorismo, autoritarismo e atraso, tanto em sua composição quanto em seus usos (CARRERA DAMAS 2003, p. 318-319).

*5 - Obra originalmente publicada em 1984.*

Sua argumentação desenrola-se sob uma visão total do processo sócio-histórico nacional, demarcando oposição à precedente história-pátria venezuelana que se concentrava em eventos-chave. Essa proposição é notável, por exemplo, em *Una nación llamada Venezuela* (1997)<sup>5</sup>, quando o autor afirma que a exposição da investigação sobre a história nacional deveria ser feita a partir de um marco integral, conforme seu entendimento do que é história enquanto ciência social (CARRERA DAMAS 1997, p. 12). Essa constante de sua obra tem como consequência uma narrativa que apresenta, ao venezuelano, as especificidades de sua nacionalidade em categorias amplas e perduráveis.

A disposição em investigar o processo histórico a partir de um aspecto integral e a ênfase na busca pelo peculiar nacional aparecem também em *El culto a Bolívar* (2003). Nesse trabalho, há uma preocupação em estabelecer uma síntese temporal amparada na História das ideias:

Si la captación de la unidad del momento-hecho histórico se revela difícil y laboriosa por la vastedad de sus límites, existe un orden histórico en que aquel se refleja ya de una manera sintética, y es el orden de las ideas históricas, entendidas no como mero producto de la realidad histórica, ni como principios activos de la misma, sino como expresión, como pantalla en que se proyecta su realidad, como reflejo sintético de su pluralidad parcelaria. En este sentido la historia de las ideas se construiría utilizando como material la representación ideológica del cuadro histórico que han realizado los hombres. (2003, p. 25, grifos do autor)

Para evitar seguir os vultos de representações ideológicas, o autor sugere “[...] mantener una constante referencia al acontecer histórico [...]” (2003, p. 25). Contudo, os empenhos mais explícitos que se podem observar nesse sentido são a tomada de testemunhos literários na qualidade de referências da projeção ideológica sobre o acontecimento histórico e o arranjo entre a ideologia em sua forma pura e a ideologia atuante<sup>6</sup>. Ou seja, há um afastamento da análise dos sentidos que o culto tem no debate público, como se esses sentidos pudessem ser aferidos a partir de fontes textuais isoladas.

A argumentação de Carrera Damas não demonstra uma preocupação metodológica em localizar os enunciados em seus contextos ou nas discussões públicas da época. Por exemplo, amparado exclusivamente nas crônicas de Fermín Toro (1843) sobre o funeral de Bolívar em Caracas em 1842, o autor afirma que a imagem do Libertador foi empregada pelo presidente conservador Antonio Páez (1790-1873) como um fator de governo. O que decorre na interpretação da cerimônia enquanto elemento para manipulação dos sentimentos populares, a fim de ocultar a dissensão sociopolítica nacional resultante da fundação do Partido Liberal em 1840 (CARRERA DAMAS 2003, p. 57-60).

*6 - Aqui a investigação de uma ideologia atuante não significa uma análise de um campo efetivamente pragmático, senão numa nova roupagem da dicotomia ideia-realidade.*

Essa perspectiva sintetizadora da realidade histórica acaba por eclipsar a oposição dos liberais à narrativa oficial da celebração. Ao privilegiar a leitura de Fermín Toro (1843) como representação ideológica do momento histórico, Carrera Damas deixa de analisar o discurso de um dos mais importantes porta-vozes do Partido Liberal, Antonio Leocadio Guzmán (1883)<sup>7</sup>. Em artigo ao periódico *El Venezolano*, Gúzman contradisse o discurso institucional, ao construir pontes entre a imagem histórica de um Bolívar liberal e grupos que contestavam a administração do Partido Conservador, tais como os veteranos do exército libertador que haviam se amotinado contra o governo em 1835 (GUZMÁN 1883, p. 446, 449). Ou seja, em 1842 o culto a Bolívar já se apresentava em disputa, logo não poderia ser afirmado como um resumo da pluralidade do contexto histórico, uma vez que se tratava de um fenômeno polissêmico.

É interessante expor esse movimento de Carrera Damas às críticas que Elias Palti realiza sobre problemas metodológicos da História das ideias: “[...] la misma piensa los textos en términos de postulados y representaciones pero les atribuye funciones que son propias a los usos del lenguaje, a su dimensión pragmática [...]” (PALTI 2014, p. 12). Isto é, seu método tende a buscar uma condição pragmático-contextual num objeto semântico, o que induz a “[...] describir las ideas en términos de significados y proposiciones atribuyéndole, sin embargo, funciones que son propias de su uso.” (PALTI 2007, p. 293).

Outro exemplo procedente desse método nos trabalhos de Carrera Damas é a possibilidade de inclusão do presidente Hugo Chávez (1954-2013) na lista do arquétipo de *Anti-Héroes Nacionales-padrotes de la Patria* (CARRERA DAMAS 2007). Aqui, o autor traça um vínculo determinante entre o que considera uma ideologia do culto heroico e o sentido despótico e autopetpetuador dos discursos dos governantes venezuelanos. Pelo mesmo motivo e ao mesmo modo que lideranças autocratas do século XIX (Antonio Guzmán Blanco<sup>8</sup>) e da primeira metade do século XX (Eleazar López Contreras<sup>9</sup>) — embora em situações reconhecidamente distintas —, o recurso à ideolo-

7 - O referido texto foi publicado originalmente em 1842 no periódico *El Venezolano*, e foi republicado em 1883 numa coletânea de editoriais de Leocadio Guzmán no mesmo jornal.

8 - Guzmán Blanco (1829-1899) foi um líder político-militar hegemônico na Venezuela entre 1870-1888. Seu mandonismo, o guzmanato, pode ser compreendido entre três mandatos presidenciais: Septenio (1870-1877), Quinquenio (1879-1884) e Bienio (1886-1888).

9 - Lopez Contreras (1883-1973) foi o primeiro presidente eleito depois da ditadura de Juan Vicente Gómez (1908-1935). Apesar da aparência de democrática, seu mandato (1935-1941) foi marcado por expurgos, exílios políticos e perseguição às esquerdas.

gia é argumento aceitável para identificar no discurso chavista acepções de autoritarismo e ideias antidemocráticas, de tal forma que sua ação política aparenta ser não mais que uma versão atuante da *ideologia perfeccionada*.

Para Palti, um sentido do discurso, qualquer que seja, não pode ser localizado no seu nível semântico (ideias), pois ali encontram-se apenas suas proposições. Tal caracterização só poderia advir de uma análise no nível pragmático da linguagem, ou seja, no enunciado, no que se fazia ao dizer o que se disse:

En definitiva, no bastaría ya con comprender el significado de aquellos postulados o ideas contenidos en texto en cuestión sino que habría de poder reconstituir su sentido, al cual es una función del contexto de enunciación particular en que se produjeron los mismos; es decir, aun cuando las ideas contenidas en los textos sean las mismas, el sentido de ellas variará según quien las dice, cuándo, cómo, etc. (PALTI 2014, p. 12, grifo do autor)

A aplicação da crítica de Palti ao trabalho de Carrera Damas não implica negar a presença de sentidos de qualquer discurso, mas, sim, de compreender que o enfoque de sua problematização não pode ser feito a nível de ideologia sob o risco de encontrar apenas atuações de uma abstração a-histórica. Só a observação do discurso na prática de seu contexto político possibilita a compreensão conjunta de seus sentidos e significados.

De forma análoga, em *El culto a Bolívar*, o recurso ao exame da realidade histórica por meio do “[...] reflejo sintético de su pluralidad *parcelaria*” (CARRERA DAMAS 2003, p. 25, grifo do autor) — isto é, sua expressão ideológica — incide num problema similar. Ao invés de propor uma análise unitária do processo histórico, como sugere Carrera Damas, esse artifício estigmatiza os acontecimentos históricos vinculados ao culto a Bolívar enquanto imagens de ideologia envolvida na permanência do *caudillismo*, do atraso, da passividade popular. É razoável que o autor perceba traços de uma mentalidade nas citações de testemunhos historiográficos e literários com

as quais trabalha. Contudo, isso não certifica sua relação com práticas antiquadas, visto que a análise não corresponde ao aspecto semântico, mas à esfera contextual-pragmática.

Por isso, é importante destacar que há alternativas a Carrera Damas e seu exame de um grande arco temporal em função de uma estrutura ideológica preconcebida. A crítica de Luis Castro Leiva (1984), ao debater a polêmica que *El culto a Bolívar* provocou no âmbito de sua publicação, aponta que tanto as leituras da obra como as de seus opositores se preocupavam mais em discutir a adequação e a eficácia sociopolítica das ideias do culto bolivariano do que se as concepções em circulação são, de fato, o pensamento de Bolívar, e não abstrações constantemente manipuladas. O compartilhamento entre Carrera Damas e seus críticos segue noutros aspectos, como o pressuposto de que os textos falam por si próprios a partir da literalidade de seus sentidos e, nesse ponto, incidem sobre a realidade (CASTRO LEIVA 1984, p. 81-82). Contra esse tipo de encadeamento, Castro Leiva propõe um olhar para o enredo linguístico no qual são formulados os enunciados:

El individuo que piensa es, en este sentido, el soporte del «decir» del pensamiento en un momento dado de su historia: es este sentido una biografía intelectual. Y ésta sólo es inteligible en la medida en que se recuperen las condiciones ambientales de la semántica y retórica de su «decir». (CASTRO LEIVA 1984, p. 88)

A perspectiva de Castro Leiva guarda certa semelhança com o coetâneo contextualismo da Escola de Cambridge, em especial com John Pocock (2003). Ambos percebem a necessidade de recuperar os domínios nos quais os textos são formulados e encarar a enunciação sob a forma de ato. Pocock, preocupado em definir o *métier* do historiador, sugere uma abordagem elucidativa. Centrado no reconhecimento das linguagens como contextos nos quais se dão performances (atos de fala), o autor propõe uma história “[...] da retórica, e não tanto da gramática, do conteúdo afetivo e efetivo do discurso, e não tanto de sua estrutura ” (2003, p. 67). Não à toa que

Pocock encare *mentalités* e ideologias como leituras monolíticas das situações linguísticas, e, em contraposição, busque estratégias mais atentas às suas polissemias. Isso se desenvolve no seu interesse pelo constante devir que define as relações entre linguagem e enunciação. Seu raciocínio centra-se na percepção da trama de linguagens como suporte para o discurso de um autor, que, por sua vez, no ato de enunciação, estressa a dinâmica da linguagem em uso, ainda que sua intenção *a priori* tenha sido a manutenção do mesmo idioma.

O culto a Bolívar e a gestão simbólica de seus sentidos têm características eventuais e efêmeras, se comparadas à durabilidade das ideias na análise de Carrera Damas, de forma que a metodologia de Pocock se aplica à investigação da obra desse autor, posto que atenta às brevidades próprias ao debate político. Noutros termos, ao ponderar o bolivarianismo como uma linguagem política, é fundamental afastar-se de discussões totalizantes, a fim de compreender como

[...] as novas circunstâncias geram tensões nas velhas convenções, [como] a linguagem acaba sendo usada de novas maneiras, ocorrem transformações na linguagem em uso, e [como] é possível imaginar esse processo conduzindo à criação e à difusão de novas linguagens. (POCOCK 2003, p. 76)

A relação entre o método de Pocock e a crítica de Castro Leiva fornece certa segurança para propor que a interpretação do culto como trama linguística deve estar atenta à sua capacidade de mediação. Nessa circunstância, é possível afirmar, por ora, que as análises de testemunhos históricos precisam estar implicadas em mais que reafirmar uma explicação do domínio da elite político-social, já que, ao se utilizarem da linguagem bolivariana, os autores estão esboçando posicionamentos políticos ante as contendas públicas em discussão na sociedade. Mais que exprimir um controle, o emprego do bolivarianismo pode sugerir que há um campo não concluído, não encerrado, no qual os atores políticos lançam suas jogadas na expectativa de serem ouvidos e referendados.

### 3. Um desvio na trajetória venezuelana? Problemas da compreensão do culto heroico como prostração nacional

Outra problemática a ser considerada em relação ao exame intelectual do bolivarianismo localiza-se na constante acusação de deslocamentos políticos, ideológicos e morais, provocados por uma suposta inadequação: a do culto a Bolívar em relação ao tempo histórico no qual ocorre. Tal lógica permitiu à historiografia contemporânea da Venezuela projetar sobre o culto um espectro de tradicionalismo, conservadorismo e legitimação da autocracia, desenhando sua imagem como âncora político-ideológica que impede o avanço pertinente das ideias progressistas do século XIX. A naturalização do destino à modernidade é, por si só, uma questão precária nesse raciocínio. Todavia, é igualmente complicadora, embora menos evidente, a rede de pressupostos que atribui ao culto a Bolívar um sentido de anomalia justificadora do que Carrera Damas considera experiências problemáticas da política venezuelana. É, portanto, uma tarefa essencial destacar e pormenorizar os apriorismos utilizados para construção dessa lógica.

Nos trabalhos de Carrera Damas, essa formulação é uma premissa importante para as conclusões gerais nas quais se engajou, sendo preservada em sua obra, inclusive nas publicações recentes. Um exemplo é seu artigo *Entre el héroe nacional-padre de la patria y el anti-héroe nacional-padrote de la patria* (2007), no qual aponta a impropriedade do emprego de uma ideologia pré-moderna a uma realidade moderna e a decorrência de efeitos negativos dessa relação. Nesse escrito, a persistência do modelo de *Héroe nacional-Padre de la Patria* — no qual a autocracia e a arbitrariedade são pensadas como necessárias à conjuntura das guerras de independência — é entendida como inapropriada aos tempos da República Liberal<sup>10</sup>, em vista de seu papel na sustentação do arquétipo do *Anti-Héroe Nacional-padrote de la Patria*. Assim,

*10 - No texto, República Liberal se refere a todo contexto pós-1830, quando a Venezuela emerge como Estado independente da Grã-Colômbia.*

[...] Esa conexión ha consistido en que, de manera sospechosamente consecuente, el primero ha sido utilizado como fuente de legitimación ideológica, y de aval político, del segundo, pero sin haberse atrevido este último a reivindicar, expresamente, lo pautado por el primero en su proyecto de Constitución para la República Bolívar, sobre la conveniencia de un Presidente con derecho a designar su sucesor, conformándose así un híbrido de la monarquía constitucional con la república. No obstante, ha sido la práctica del resultado de esta hibridación, más cercana de la monarquía absoluta que de la constitucional, el estilo de mando — que no de gobierno —, de esa suerte de monarcas republicanos. (CARRERA DAMAS 2007, p. 204).

Tal explicação cria uma forte sensação de coerência, sobretudo quando é utilizada para explanar a atual conjuntura política da Venezuela. Conforme mencionado, ao fim da lista histórica de *Anti-Héroes Nacionales-padrotes de la Patria* estaria Hugo Chávez “[...] establecido por la tradición como Némesis de las aspiraciones democráticas de la sociedad venezolana, presentes desde 1863” (CARRERA DAMAS 2007, p. 203). Porém, há pontos a se ter em conta sobre a montagem dessa alegação. Para tanto, é oportuno retomar as críticas que Palti faz à História das ideias, ciente das divergências que outros autores colocam ante sua análise<sup>11</sup>.

Um ponto de partida é o postulado da dicotomia tradição-modernidade. Em análise da obra *Modernidad e independências* (1992), de François-Xavier Guerra, Palti observa que a tradição historiográfica da História das ideias interpreta quaisquer distanciamentos do tipo ideal liberal-ilustrado enquanto uma “[...] recaída en una visión tradicionalista, que expresaría la persistencia de patrones culturales o sociales pre-modernos” (2007, p. 154). Desta forma, configura-se uma desordem interpretativa ao se deslocar aspectos discursivos do substrato histórico que lhes possibilitam enunciação para associá-los a um contexto precedente. Palti elabora uma síntese desse quadro ao apontar que:

[...] Mientras que los “modelos” de pensamiento (“los tipos ideales”), considerados en sí mismos, aparecen como [...] defi-

11 - À exemplo de Aguilar Riviera (2008, p. 183): “Es exagerado [...] que los enfoques [...] en la historia de las ideas en América Latina generan necesariamente una ansiedad por la ‘particularidad’ que nunca pueden satisfacer. Algunos lo ha hecho, otros no.”

nibles a priori — de allí que toda “desviación” de éstos (el logos) solo pueda concebirse como sintomática de alguna suerte de pathos oculto (una cultura tradicionalista y una sociedad jerárquica) que el historiador debe des-cubrir —, las culturas locales, en tanto sustratos permanentes (el ethos hispano), son, por definición, esencias estáticas. E resultado es una narrativa pseudohistórica que conecta dos abstracciones. (2007, p. 38)

Buscar nos nacionalismos latino-americanos a persistência de uma tradição local é, na verdade, assumir a impossibilidade de encontrar essa ideologia na forma de ideia “puramente” liberal ilustrada. Assim, o diagnóstico de desajustes nos nacionalismos latino-americano se baseia em duas falácias: 1. Que é razoável a retirada de um discurso de sua condição histórica de enunciação para vinculá-lo à expressão da permanência de uma base anterior; e 2. Que isso explique a inadequação dos nacionalismos nas Américas, baseado na miragem de que a ideia de nação é uma “[...] entidad abstracta, homogénea y unificada”. (PALTÍ 2007, p. 151)

Essa crítica também é aplicável a Carrera Damas, em especial ao constante trabalho de vinculação entre as práticas políticas do século XIX e as ideologias que circulam no contexto da emancipação. À primeira vista, essa conexão não parece remeter à tradição hispânica ou colonial, já que sua formulação se situa na conjuntura de ruptura com a Europa e seus poderes. No entanto, para destacar seu caráter mais retrógrado, o autor trata de enfatizar dois aspectos: a fratura, causada pelos processos de independência, não foi total, ainda que em determinadas conjunturas tenha sido enunciada dessa forma, e a conexão com o período colonial pôde ser estabelecida de formas menos diretas ou se situou em territórios inesperados, nos quais a negação ao vínculo com a tradição “pré-moderna” espanhola não fora sequer cogitada, como o próprio Carrera Damas persistentemente salienta. Embora entre as independências e o período colonial houvesse mais diálogos que rupturas, não se pode dizer que isso repercutiu em decadência ou anacronismo para os processos de consolidação dos Estados pós-emancipação. Para reconhecer os efeitos dessa ilusão

nos estudos sobre o bolivarianismo, é fundamental demarcar como na obra *El culto a Bolívar* (2003) se constrói uma vinculação entre culto e tradicionalismo.

Para Carrera Damas, houve três interesses históricos na origem da idolatria a Bolívar: a unidade nacional, enquanto ordem político-social interna; a governabilidade, isto é, garantir o compromisso da população em geral com a possibilidade de gerir o Estado; e a superação nacional, a fim de prover o empenho do povo com os projetos governamentais de edificação da nação (2003, p. 44). Esses encargos estavam a serviço do que o autor considera uma oligarquia conservadora, assinalada como participante de uma tradição pré-moderna numa série de assertivas. Primeiro, Carrera Damas assinala que os artífices da independência podiam ser identificados enquanto *caudillos* (2003, p. 47). A seguir, aponta que a elite governante da Venezuela reagiu à escalada de políticas de cunho liberal-radical na Grã-Colômbia com a separação da confederação e a reintegração de setores *criollos* realistas à vida pública (2003, p. 48). Noutro trecho afirma que, no decorrer do pós-separação, o argumento político da oligarquia foi uma oposição ao liberalismo radical, contrariando, inclusive, ambições de setores ditos mais evoluídos da sociedade (2003, p. 52). E, por fim, explica que, na arena política, a oposição ao liberalismo radical — que reivindicava o papel de continuador do programa da emancipação — terminou por legar aos conservadores a imagem de “[...] guardianes de las reliquias del orden colonial tan combatido” (2003, p. 53).

O estabelecimento de tal relação é consequência — e ao mesmo tempo legitimação — da dedução de Carrera Damas sobre o culto, visto que “[...] su función ha sido la de disimular un fracaso y retardar un desengaño, y la ha cumplido satisfactoriamente hasta ahora.” (2003, p. 42). Assim, as correlações entre o culto e os hábitos sociopolíticos tradicionais (identificáveis no serviço a políticas da oligarquia conservadora) dificultariam o avanço do liberalismo na Venezuela, prolongando a inadequação das ideias da emancipação à realidade

local por meio do não cumprimento do programa social das independências.

As próprias definições do bolivarianismo em *culto de un pueblo* e *culto para el pueblo* estão carregadas de associações com o atraso. O primeiro molda-se em elementos de uma tradição triunfalista que celebra os líderes de vitórias militares, a exemplo de Bolívar que, depois da vitória da Batalha de Boyacá em 1819, foi intitulado *Padre de la Patria* (CARRERA DAMAS 2003, p. 95-96). O outro é um culto “[...] institucionalizado, orquestrado e dirigido por el Estado [...] al servicio de la política oficial imperante” (2003, p. 308). Segundo o autor, na transição entre ambos houve um processo ideológico de consagração da imagem de Bolívar: a perfectibilização da representação heroica elevada até um plano inalcançável deu margem à identificação com elementos do sagrado cristão, como providência divina, missão celestial e até mesmo Deus, de forma que se estabeleceu “[...] una religión, *la segunda religión*, llamada a complementar en el orden cívico la función que la otra realiza en el orden espiritual y moral ” (2003, p. 64, grifo nosso). O que está implícito nessa argumentação é que o culto — para além de servir a políticas tradicionais — seria, em si, concebido por elementos de uma ordem “pré-moderna”, ou seja, um triunfalismo militar inflado por uma liturgia espelhada no catolicismo.

Carrera Damas escolhe ver o pior dos dois mundos, pois sua busca é irremediavelmente pela contradição, pelo engodo e pelo retrocesso que o culto provoca na sociedade venezuelana. Isso é o que consegue observar e enfatizar permanecendo refém da busca pelo atavismo, mesmo quando o culto é apropriado pelo Estado, sem conseguir notar o bolivarianismo enquanto instância comunicacional venezuelana na modernidade. Para desbaratar esse direcionamento, é essencial evidenciar os reducionismos que essa lógica proporciona ao examinar as suposições do autor sobre o *culto de un pueblo* e o *culto para el pueblo*.

Carrera Damas aponta que a transição de um modelo para o outro esteve implicada nos usos do bolivarianismo enquanto instrumento de dominação social por parte das elites governantes e das instituições do Estado venezuelano. Em seu argumento, a transição entre culto popular e culto estatal se deu precisamente com a festa de repatriação dos restos mortais de Bolívar em 1842 (CARRERA DAMAS 2003, p. 283-285). Empregando esse marco como fio condutor, este artigo propõe uma análise, a partir das festas bolivarianas, das inconsistências em sua interpretação.

### 3.1. O culto de un pueblo

Nesse momento, é necessário retornar à suposição de que as manifestações culturais anteriores a 1842 seriam uma forma de *culto de un pueblo* a fim de demonstrar sua imprecisão. Ao menos no que se trata de festas bolivarianas, é duvidoso encará-las enquanto mostra natural da vontade geral. A exemplo da Entrada triunfal de Bolívar em Caracas em 1827, essas festas tiveram um ordenamento previamente definido, que gerava uma série de sentidos para os significados pretendidos por alguma esfera de poder. Em 1827, o ritual manteve um perceptível diálogo com a crise política da *Cosiata* do ano anterior. Mesmo a festa de San Fernando de Apure, em 1832, os Funerais do Libertador em Ganare, em 1836, ou a celebração do dia natalício de Bolívar pelo *Colegio Nacional de Guayana*, em 1848 — efemérides citadas por Pino Iturrieta (2003, p. 28-34) para justificar o caráter popular dos primórdios do culto — foram celebrações preparadas com antecedência pelo poder político local ou delegadas por esse a alguma instituição governamental ou social. Ainda que todos os mencionados episódios mantivessem uma relação mais religiosa que cívica com o Libertador, não é possível defini-los pela fórmula *de un pueblo*, uma vez que não foram eventos regidos pela espontaneidade popular, mesmo que tenham sido compostos, em alguma medida, por efervescências coletivas.

Também nas ocorrências de festas mais próximas à voluntariedade, como, por exemplo, a Entrada de Bolívar em Caracas, no ano de 1813, depois da *Campaña Admirable* e da capitulação de Domingos Monteverde, a ausência de um protocolo oficial não significou que tal evento foi movido pela — ou percebido na forma de — efervescência coletiva. E ainda que assim o fosse, a forma como foi narrada pela imprensa alterou definitivamente seus sentidos, dilatando suas percepções em questão de tempo e de espaço. Isso quer dizer que muitas narrativas de periódicos, por exemplo, moldaram para o público letrado a compreensão de uma manifestação popular em resposta às demandas do poder local instituído. Sem a publicação de 26 de agosto de 1813 da *Gazeta de Caracas*, editada por Vicente Salías, não seria possível definir que o povo de Caracas entendeu a pomposa acolhida a Bolívar em contraponto “[...] al silencio profundo [...] la tristeza y el dolor” (SALÍAS 1813, p. 4) da Entrada de Monteverde na cidade no início daquele mesmo ano. De modo análogo, se a sequência “[...] homenajes [sic] sinceros de todo un pueblo a quien acaba de liberar, manifestados por la misma tierna sensibilidad [...]” (SALÍAS 1813, p. 4) for interpretada como uma adesão geral e definitiva dos caraquenhos ao programa da libertação, em algo se deve ao empenho narrativo do periódico. Esse mesmo fervor não se viu em 1815, quando Pablo Morillo, novo comandante das tropas realistas, tomou Caracas sem qualquer resistência, contando inclusive com o apoio da *Gazeta de Caracas*, agora sob o editorial do realista José Domingo Díaz (CONWAY 2006, p. 80).

É compreensível, portanto, que além do sentimento coletivo, a gestão dos sentidos da festa também atendia às pautas e às necessidades do debate público e, portanto, não estava restrita às comoções populares. Por outro lado, isso não significa que o povo foi um espectador passivo, senão que acessou de uma forma distinta a comunicação social. De uma forma ou doutra, a ação simbólica popular e a atribuição de sentidos à festa na arena político-institucional não são excludentes. Em oposição à fórmula de Carrera Damas, pode-se encontrar

um entendimento das polissemias do bolivarianismo na interpretação do culto enquanto linguagem política, de modo que seus usos variados e seu reconhecimento e circulação social estariam fundamentados no que explica Pocock:

[...] quanto mais institucionalizada for uma linguagem e quanto mais pública ela se tornar, mais ela estará disponível para os propósitos de diversos locutores, articulando diversas preocupações. Essa diversificação terá origem no interior do grupo governante, onde comumente há um intenso debate em andamento. Mas ela pode não permanecer confinada aos limites da inteligência [...]. Podemos encontrar casos em que uma linguagem foi difundida para além dos limites do relacionamento original entre governantes e governados, no qual ela foi criada: casos em que estará sendo enunciada por outros governantes para outros governados, por governantes incertos quanto a quem estão governando, por governados incertos de quem os governa ou com que autoridade, e até mesmo por revolucionários usando-a em seus esforços por derrubar um governo. (2003, p. 68-69)

Caso a distinção entre *de un pueblo* e *para el pueblo* fosse abordada como uma diferenciação entre as respectivas escalas local e nacional das efemérides — o que implicaria uma oposição factível entre os eventos de 1813 e 1827, de um lado, e a festa de 1842, do outro — a lógica de Carrera Damas serviria para explicar os alcances comunicacionais do bolivarianismo. Mas não é esse o tratamento destinado à questão, visto que o autor define

La organización institucional del culto ha significado una transformación de la naturaleza del mismo. Su inicial condición de culto de un pueblo, como forma directa de expresión de admiración y de amor, se ha trocado en la organización de un culto para el pueblo, dotado de una liturgia que tiene por finalidad cuidar del objeto de culto y promover su desarrollo. (CARRERA DAMAS 2003, p. 375)

Em resposta a esse posicionamento, a perspectiva de Pocock possibilita acessar cada texto no qual fora empregado o bolivarianismo, notando que suas oscilações derivam do contexto de debate político em que se insere. Dessa forma, pode-se

fugir da busca por exemplos de inadequações ou permanências de tradicionalismos, ao mesmo tempo que se compreende as transformações do culto sem tentar enquadrá-lo numa liturgia ou finalidade específica. Afinal, como percebe Nikita Harwich (2003), Bolívar é um herói usado para — e por — todas as causas.

### 3.2. O culto para el pueblo

O conceito de ideologia em Carrera Damas aparece a reboque de uma leitura marxista, que o leva a considerar a estrutura cultuária conforme a imposição unilateral de domínio por parte das elites locais. Não à toa que Teresa Torres (2009, p. 57) o considera como formulador da interpretação histórico-marxista do mito bolivariano, uma narrativa da luta das elites socioeconômicas para se restabelecer no poder político após a independência, aplacando os ânimos populares por meio do inegável prestígio social de Simón Bolívar. A leitura do culto a Bolívar enquanto condição de predomínio social é uma constante no pensamento de Carrera Damas. Já coetâneo do governo de Hugo Chávez, em 2005, no ato da Conferência inaugural da *Cátedra José de Oviedo y Baños*, o autor destacou *el culto heroico decimonónico*<sup>12</sup> como um dos debates nos quais os jovens historiadores venezuelanos deveriam se aprofundar, justificando-se pela seguinte argumentação:

*12 - Decimonónico é um adjetivo em espanhol para se referir ao século XIX, sua tradução mais próxima no português seria oitocentista.*

Éste se ha confirmado, en tiempos recientes, como una gran amenaza contra la conciencia histórica del venezolano. Tal ha sido el resultado, ahora exacerbado, de la conversión de este culto en una suerte de segunda religión, estructurada sirviéndole de eje el culto a Bolívar. A su vez, este último ha sido transformado de un culto del pueblo en un culto para el pueblo, y por lo mismo en una ideología oficial consagratoria del atraso en el orden de las ideas sociopolíticas, y en una sima de la conciencia histórica del venezolano en la cual se hunde buena parte de su creatividad. (CARRERA DAMAS 2006, p. 5)

Isto posto, é perceptível que Carrera Damas supõe que o crônico desajuste da consciência nacional venezuelana está

implicado no peso que o culto a Bolívar exerce contra o seu progresso “natural” ou histórico, como se sua essência tradicionalista atuasse na refração das ideias liberais à realidade venezuelana. Esse raciocínio lhe possibilita atribuir aos usos do culto uma sorte de conservadorismo e autoritarismo, já que sua presença implicaria basicamente o atavismo da herança pré-moderna aquém da consideração dos contextos históricos nos quais são apresentados e os debates políticos que integram.

Em paralelo, o autor reafirma uma miragem biográfica de Bolívar ao postular um herói recuperável para o paradigma liberal-democrático, um Bolívar possível sob um olhar crítico da história. Como argumenta na recente entrevista concedida a Arce e Tedeschi:

[...] hay un culto a Bolívar que ese sí es genuino... Es lo que practica gente como yo. Yo admiro a Bolívar. Pero lo admiro como un gran hombre, como un gran guerrero, como un pensador, pero también como un hombre. Es decir, él vivió situaciones muy difíciles, que cometió graves errores [...]. Es decir, era un hombre que estaba inmerso en una gran polémica, en una gran discusión. Pero era un hombre que estaba aprendiendo y lo extraordinario es que fue capaz de sintetizar toda la teoría de la Independencia de las colonias hispanas, del imperio hispano-americano, de diseñar una concepción, una política, una estrategia y llevarla a la práctica. Eso lo singulariza como un hombre realmente excepcional... con los errores, por supuesto, y también errores graves, pero con aciertos de tan amplio que superan con mucho lo que podríamos considerar que fueran errores o desaciertos. Pero debemos respetarlo de su integridad, no deificarlo. (ARCE; TEDESCHI 2015, p. 202, grifos nossos)

A partir desse diálogo, é possível ponderar que, mesmo sob condenações, a lógica do culto encontra ecos na forma como o autor interpreta o passado nacional. Suas reflexões parecem reféns do Bolívar totêmico — que, apesar das pretensões de secularização, segue como objeto histórico integral —, cuja análise é capaz de esboçar a expressão de toda uma sociedade ou de todo um período. Noutros termos, os dois Bolívares descritos por Carrera Damas, o divino e o humano, estão

ancorados na ilusão de que as historicidades da imagem do Libertador e seus usos podem ser apreendidos de forma integral e permanente.

Um reflexo desse entendimento é a relação que se traça entre o culto e a opressão social. Na leitura de Carrera Damas, o autoritarismo/bolivarianismo aparece como um problema quase que exclusivo da ação das elites por meio da imposição ideológica, ou seja, um dispositivo de controle social. Essa circunstância praticamente exime o povo de responsabilidade, atribuindo-lhe um papel passivo no teatro político. A investigação a partir de uma abordagem contextual do bolivarianismo propõe um olhar distinto para essa arena, visto que o culto denotava esforços de intelectuais e governos empenhados em conquistar adesão coletiva por meio de uma complexa gestão de valores políticos para símbolos mais ou menos consagrados ante o público geral. As festas bolivarianas são situações exemplares para esse argumento.

O culto a Bolívar significou um investimento de energia, não só no exercício da construção de verdades, mas também em alocar elementos exteriores que as convalidem de formas lógicas ou afetivas, mas não propriamente autoritárias.<sup>13</sup> Com base na observação das festas, pode-se presumir que o apoio popular à autoridade é a contraparte do compromisso com programas políticos imediatistas, cujas alegações centrais gravitavam em torno da resolução das crises cotidianas e históricas da sociedade venezuelana. Nesse aspecto, as crônicas dos eventos festivos difundiram, solidificaram e direcionaram argumentos do casamento entre povo e governo nas pautas celebradas com entusiasmo popular. Esses eventos estiveram imersos em debates com consequências imprevisíveis, embora limitados pelas linguagens em uso pelos seus debatedores.

As narrativas das principais festas bolivarianas do século XIX são exemplos do modo com que se empregou a linguagem bolivariana com intenção de promover soluções para dramas sociopolíticos de seus contextos. A seguir, há uma concisa descrição das transições de significados em cada temporalidade,

*13 - Partindo da leitura de Partha Chatterjee (2008, p. 58) sobre os nacionalismos nos espaços-tempo pós-coloniais, é provocativo entender essa faceta do culto a Bolívar como agências de governabilidade (governance), ao invés de estruturas de dominação social.*

a fim de exemplificar esse raciocínio, entretanto não será dada atenção ao debate social vigente em cada situação, visto que tal mérito demanda uma longa pormenorização e análise de cada evento, necessidade cuja eficácia deve ser melhor trabalhada num artigo à parte.

Na *Sucinta descripción de la entrada del Libertador Presidente en Caracas, el 10 de enero de 1827*, Valentin Espinal (1827) narrou uma propensão do povo à pacificação e reunião com o programa bolivariano da Grã-Colômbia, logo após a rebelião separatista da *Cosiata*:

A todos es constante por una muy sensible experiencia la situación lamentable á que se hallaba reducida Venezuela á principio del mes de diciembre próximo pasado, á consecuencia de las alteraciones sufridas en nuestro sistema político. Cruelles males se palpaban, y el horizonte presagiaba mayores desgracias en lo sucesivo; y para que fue se más deplorable nuestro estado, el único remedio [Bolívar] que divisaba la observación atenta de las cosas, existía á millares de leguas, en las riberas del Pacífico, ocupado en el bien de las repúblicas que había formado, y cuya gratitud parecía empeñada en retenerle en su seno para siempre. Allí, pues, se fijaban las miradas dirigidas por el deseo de consuelo: allí los suspiros anhelantes en que prorrumplía el amor á la patria.

[...] Al imperio del dolor, pronta y mágicamente sucede el dulce reinado de un júbilo cordial. El pueblo, en los trasportes de tan vivos afectos enérgicamente manifiesta hasta qué grado había aumentado su ayo al Héroe el carácter de redentor de las desdichas domésticas, que veía unírsele al glorioso título de Libertador, que condecora las virtudes patrióticas con que distintas veces extirpó la opresión. Los ciudadanos, discurriendo por las calles enagenados, comprimen el aire con el eco incesante de sus entusiasmados videntes al criador y salvador de la patria; y el gozo ocupa y se explica hasta en el recinto escondido de las habitaciones privadas. (ESPINAL 1827, p. 1-2).

Seu texto iniciava-se com uma apresentação da sociedade venezuelana à beira do abismo de uma violenta guerra civil, para, em seguida, reafirmar Bolívar como liderança capaz de reconstruir os laços de integração social, quase colapsados, através da sua presença e da simbólica do ritual em sua ho-

menagem. Desse modo, o Libertador foi calcado como ícone vivo da integração e reitor de um povo que se desviara do seu caminho.

Em *Descripción de los honores fúnebres consagrados a los restos del Libertador Simón Bolívar*, de Fermín Toro (1843), pode-se observar um esforço por aludir à manutenção da unidade nacional e da ordem política. Pautas que respondiam, desta vez, ao rearranjo de poder entre a elite governante, fraturada pela fundação do Partido Liberal em 1840.

Essa retórica se organiza a partir da descrição do processo de reivindicação dos restos mortais de Bolívar pela Venezuela, o que havia sido barrada pelo Congresso em 1833 e 1839. Em 1842, a finalização do empasse se concretiza por influência do então presidente Antonio Páez, cujo intento pode ser compreendido como uma medida de precaução: era necessário empreender o traslado do corpo do herói, antes que a oposição liberal o fizesse em meio à construção de uma plataforma simbólica para alçar-se ao poder. Como fora expresso em suas palavras, “[...] nadie debe traerlos sino la Nación á quien pertenecen, porque á ella se consagró exclusivamente. Ellos son propiedad de Venezuela.” (PÁEZ *apud* TORO 1843, p. 7).

Dali em diante, os atos nos quais o povo exprimiria seu apresso pela memória de Bolívar deveriam ser respaldados pelo voto nacional, ou seja, no pacto entre Congresso e Executivo. Assim, para que os louvores ao Libertador não pudessem ser empunhados como armas da oposição, contemplou-se uma viragem simbólica em dois atos de esquecimento: 1. Omitia-se a participação de Páez no decreto de desterro a Bolívar em 1829, que assinara como *Jefe Supremo de Venezuela*; 2. Apagava-se a reticência do Legislativo e o seu bojo antibolivariano, que se recusara, por duas vezes, a recuperar a memória de Bolívar.

Entretanto, a retórica de Toro subverteu o arranjo dessa contradição ao destacar a função de Páez na resolução do debate. No relato das discussões de 1833 e 1839 sobre a realização dos funerais de Bolívar, o autor conferiu valor de passiona-

lidade aos atos do Legislativo, concomitantemente atribuía-se serenidade às petições do Executivo. Em paralelo, o recurso de falar como representante popular foi amplamente empregado por Toro para sustentar a afirmação de que o povo estava em conformidade com as ações do Executivo e que fora a pressão exercida por essa circunstância que convencera o Legislativo a abandonar seus receios quanto ao retorno do prócer. Em seu relato, a aprovação da lei que permitiu a restituição do corpo do herói à pátria foi exposta como uma vitória popular expressa por meio da ação de Páez contra o titubear ou o desafio do Congresso:

[...] allí fue el gran reto: allí durante doce años vinieron sucesivamente á escollarse el error, la envidia y la calumnia: allí fueron vencidos los que se creyeron fuertes, y se menguaron los que se llamaron grandes: allí en fin, la voz de un pueblo, por un órgano incorruptible, proclamó á Bolívar Fuerte y Grande! El silencio de doce años se rompió noblemente. Una sola voz se oyó, hubo un solo pensamiento: los honores á Bolívar son honras á la patria. (TORO 1843, p. 8).

Por seu turno, em *Las fiestas del primer centenario del libertador Simón Bolívar*, de Ramón Hurtado Sánchez (1883), o relato gravitava em torno da comemoração do progresso e do projeto de modernização nacional dos governos de Antonio Guzmán Blanco. Mesmo antes de 1883, Guzmán Blanco e seu séquito já empreendiam uma política de memória centrada na relação entre Caracas, o culto heroico e o progresso. Pedro Calzadilla (1999, p. 129) demonstra que as festas bolivarianas do primeiro governo Guzmán Blanco (1870-1877) possuíam atributos de instrumento pedagógico. Em meio à ritualização, os grupos articuladores evidenciavam, para a população em geral, os avanços que a sociedade sofrera sob a política de ordem moral e civilização (1999, p. 118). Guzmán Blanco tentara imprimir sobre Caracas uma imagem de metrópole moderna, porém, em nenhum outro evento foi tão eficaz quanto nas celebrações do Centenário.

As transformações apresentadas nas festividades cumpriram o objetivo de prover lógica ao progresso experimentado e esperado. Todos os episódios comungaram da celebração à

memória bolivariana. Profeta ou iniciador de um projeto que só pudera ser finalizado nas circunstâncias do *Guzmanato*, essa imagem foi referendada por Hurtado Sánchez, quando indicou que Guzmán Blanco fora capaz de realizar o progresso que Bolívar desejou para sua pátria:

Pasemos ahora á describir las Grandes Fiestas que nos hemos propuesto, cuyas glorias de haberlas efectuado estaban reservadas á Guzmán Blanco, á ese Hombre Ilustre con cuyo gobierno laza á la Patria por los vastos horizontes del progreso; de aquel progreso que anheló para ella su mismo Libertador y que hoy empieza por fin a la Patria á disfrutar. [...] El ha sabido medir la magnitud del Héroe que las ha motivado y su alta transcendencia, y por eso no ha omitido sacrificio alguno para que la Patria en su actual gobierno se mostrase digna de su Libertador y del Pueblo que libertó. (HURTADO SÁNCHEZ 1883, p. 15).

Desse modo, embora apresentem a mesma linguagem e tratem de gerir os mesmos símbolos, cada crônica esteve preocupada em ofertar respostas aos debates públicos de suas conjunturas políticas. O exame das festas possibilita observar que o culto a Bolívar não foi simplesmente uma forma de dominação social. De modo mais genérico, enunciados que tocassem as promessas não realizadas da libertação — ou que afirmassem que a independência estaria incompleta pelo evidente descumprimento do programa original de Bolívar e, portanto, precisaria ser refeita ou finalizada —, eram retóricas constantemente reafirmadas dentro dos limites da linguagem cultural. Em contrapartida, falar em antibolivarianismo seria inteligível nesse idioma. Neste trabalho enfatiza-se que não houve necessariamente uma vinculação direta entre autoritarismo, manipulação popular e o culto a Bolívar. Na verdade, existiu uma gama de comunicações sociais embasadas no bolivarianismo, cuja multivocalidade indica a probabilidade de encontrar nessas interlocuções, também, enunciados de conteúdos despóticos. Contudo, uma leitura que frise apenas o autoritarismo estaria ignorando aspectos culturais, sociais e políticos, reduzindo o fenômeno a uma estrutura uniforme de dominação política de mão única: do dominador para o dominado.

## 4. Considerações finais

Em suas investigações, Carrera Damas é perspicaz ao afirmar uma relação entre militarismo-autoritarismo e a permanência social do culto. Entretanto, suas explicações, voltadas para o controle social, concentram-se nos efeitos de longa duração do fenômeno. O propósito das reflexões apresentadas neste texto foi perceber as possibilidades de encarar o bolivarianismo por meio de seus usos comunicacionais. Isso significa apostar que outros percursos são possíveis, em especial aqueles que se concentram nos eventos do culto.

É inegável que Carrera Damas se configura em paradigma central da análise do bolivarianismo. Quando afastado de pressupostos problemáticos da História das ideias, encontra-se em seus trabalhos um importante literato da história social venezuelana e um baluarte original de leituras que seguem pertinentes. Mesmo lhe rendendo críticas, esse lugar singular faz com que seja arriscado abrir mão de utilizá-lo como um referencial historiográfico. Ademais, de sua perspectiva derivam outros olhares para o culto que possibilitam entender a espessura que o fenômeno ocupa na sociedade venezuelana. Elias Pino Iturrieta e Manuel Caballero, para citar alguns autores, cujos estudos mais recentes prestam os devidos tributos a Carrera Damas.

Sua leitura, entretanto, é insuficiente para compreender a pluralidade e a polissemia do bolivarianismo. Além dos problemas interpretativos, é válido salientar as dificuldades relativas ao pioneirismo de sua obra e ao tempo decorrido desde suas primeiras publicações, ao passo em que é cada vez mais importante que se busquem alternativas para compreender o bolivarianismo, especialmente por se tratar de um fenômeno que segue se reinventando.

Compreender o culto a Bolívar a partir da perspectiva das linguagens políticas oferece um horizonte para investigações que se concentrem nos usos, nas transformações ou nas mul-

tivocalidades do culto heroico. São caminhos pelos quais se pode entender porquê, atualmente, a reivindicação do herói persiste por todas as partes. Afirmar que o culto a Bolívar não foi utilizado exclusiva e diretamente como expressão da dominação social possibilita perceber, de forma mais ampla, o seu emprego para forjar enunciados das mais diversas tendências, a fim de mediar visões de mundo e conquistar adesão para diversos projetos políticos. Em suma, ao observar o passado por meio de um fenômeno tão fluido, mais relevante que condená-lo é desvelar o que — como, por que e para quem — foi dito por meio dele.

## REFERÊNCIAS

AGUILAR RIVERA, José Antonio. El tiempo de la teoría: la fuga hacia los lenguajes políticos. **A Contracorriente**, v. 6, n. 1, p. 179-188, 2008.

ARCE, Anatólio Medeiros; TEDESCHI, Losandro Antonio. El culto a Bolívar y la historiografía venezolana: talla con el historiador Germán Carrera Damas. **História da Historiografia**, n. 19, p. 200-211, 2015. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/965>. Acesso em: 26 jun. 2019.

CABALLERO, Manuel. **Por qué no soy bolivariano**: una reflexión antipatriótica. Caracas: Alfadil, 2007.

CARRERA DAMAS, Germán. **Una nación llamada Venezuela**. Caracas: Monte Avila Editores Latinoamericana, 1997.

CARRERA DAMAS, Germán. **El culto a Bolívar**: Esbozo para un estudio de la historia de las ideas en Venezuela. Caracas: Alfadil Ediciones, 2003.

CARRERA DAMAS, Germán. **El bolivarianismo-militarismo**: Una ideología de reemplazo. Caracas: Ala de Cuervo, 2005.

CARRERA DAMAS, Germán. Achicar la sentina de la historiografía venezolana. Conferencia inaugural de la cátedra José de Ovidedo y Baños. Escuela de Historia. Universidad Central de Venezuela. **Procesos Históricos**, nº de julio, 2006.

CARRERA DAMAS, Germán. Entre el héroe nacional-padre de la patria y el anti-héroe nacional-padrote de la patria. **ARBOR Ciencia, Pensamiento y Cultura**, v. CLXXXIII, n. 724, p. 203-210, 2007. Disponível em: <http://arbor.revistas.csic.es/index.php/arbor/article/view/91>. Acesso em: 26 jun. 2019.

CASTRO LEIVA, Luis. El historicismo político bolivariano. **Revista de Estudios Políticos (Nueva Epoca)**, n. 42, p. 71-100, 1984. Disponível em: <http://www.cepc.gob.es/publicaciones/revistas/revistaselectronicas?IDR=3&ID-N=201&IDA=16199>. Acesso em: 26 jun. 2019.

CASTRO LEIVA, Luis. **La Gran Colombia, una ilusión ilustrada**. Caracas: Monte Avila Editores, 1985.

CASTRO LEIVA, Luis. **De la patria boba a la teología bolivariana**: Ensayos de historia intelectual. Caracas: Monte Avila Editores, 1991.

CALZADILLA, Pedro. El olor de la pólvora: Fiestas patrias, memoria y Nación en la Venezuela guzmancista 1870-1877. **Caravelle**, v. 73, n. La fête en Amérique Latine, p. 111-130, 1999. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/carav\\_1147-6753\\_1999\\_num\\_73\\_1\\_2856](https://www.persee.fr/doc/carav_1147-6753_1999_num_73_1_2856). Acesso em: 26 jun. 2019.

CHATTERJEE, Partha. **La nación en tiempo heterogéneo y otros estudios subalternos**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2008.

CHÁVEZ FRÍAS, Hugo. **Agenda alternativa bolivariana**. Caracas: Ediciones Correo del Orinoco, 2014.

CONWAY, Christopher. Letras combatientes: género epistolar y modernidad en la GACETA DE CARACAS, 1808-1822. **Revista Iberoamericana**, v. LXXII, n. 214, p. 77-91, 2006. Disponível em: <https://revista-iberoamericana.pitt.edu/ojs/index.php/Iberoamericana/article/viewFile/62>. Acesso em: 26 jun. 2019.

ESPINAL, Valentin. **Sucinta descripción de la entrada del Libertador Presidente en Caracas, el 10 de enero de 1827**. Caracas: Imprenta del Valentin Espinal, 1827.

GUERRA, François-Xavier. **Modernidad e independencias**: Ensayos sobre las revoluciones hispánicas. Madrid: Ed. Mapfre, 1992.

GUZMÁN, Antonio Leocadio. **Editoriales de "El Venezolano" (Tomo II)**. Caracas: Imprenta al vapor de "La Opinión Nacional", 1883, 4 t.

HARWICH, Nikita. Un héroe para todas las causas: Bolívar en la historiografía. **Iberoamericana**, v. III, n. 10, pp. 7-22, 2003. Disponível em: <https://journals.iai.spk-berlin.de/index.php/iberoamericana/article/view/600>. Acesso em: 26 jun. 2019.

HURTADO SÁNCHEZ, Ramón. **Las fiestas del primer centenario del libertador Simón Bolívar**. Caracas: Impr. Editorial, 1883.

ITURRIETA, Elias Pino. **El divino Bolívar**: Ensayo sobre una religión republicana. Caracas: Libros de la Catarata, 2003.

PALTI, Elias José. **El tiempo de la política**: El siglo XIX reconsiderado. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores Argentina, 2007.

PALTI, Elias José. **¿Las ideas fuera de lugar?**: Estudios y debates en torno a la historia político-intelectual latinoamericana. Buenos Aires: Prometeolibros, 2014.

POCOCK, John. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

SALAS DE LECUNA, Yolanda *et al.* **Bolívar y la historia en la conciencia popular**. Caracas: Universidad Simón Bolívar, Instituto de Altos Estudios de América Latina, 1987.

SALCEDO-BASTARDO, José Luis *et al.* **Visão e revisão de Bolívar**. Rio de Janeiro: Agir, 1976.

SALÍAS, Vicente. Entrada triunfante del General Bolívar en Caracas. **Gazeta de Caracas**, Caracas, 26 de ago de 1813, p. 4.

SUÁREZ FIGUEROA, Naudy. **Puntofijo y otros puntos**. Fundación Rómulo Betancourt, 2006.

STRAKA, Tomas. ¿Hartos de Bolívar? La rebelión de los historiadores contra el culto fundacional. **Boletín de la Academia Nacional de la História**, v. 365, p. 51-91, 2009. Disponível em: [http://www.anhvenezuela.org.ve/sites/default/files/boletines/BANH\\_365.pdf](http://www.anhvenezuela.org.ve/sites/default/files/boletines/BANH_365.pdf). Acesso em: 26 jun. 2019.

TORO, Fermín. **Descripción de los honores fúnebres consagrados a los restos del Libertador Simón Bolívar**. Caracas: La imprenta de Valentin Espinal, 1843.

TORRES, Ana Teresa. **La herencia de la tribu (Del mito de la Independencia a la Revolución Bolivariana)**. Caracas: Editorial Alfa, 2009.

## AGRADECIMENTOS E INFORMAÇÕES

### Matheus Amilton Martins

matheus\_amilton@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-2067-7508>

Universidade Estadual de Campinas

Campinas

São Paulo

Brasil

Pesquisa realizada com financiamento do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Este artigo é derivado de discussões da dissertação de mestrado intitulada *Festas para Bolívar? Entre projetos e sentidos nas comemorações dedicadas ao Libertador em Caracas (1827, 1842, 1883)* defendida em 2018 na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e financiada pela CNPQ. Na presente versão, o texto foi aprimorado com o intuito de atender ao escopo de debates sobre teoria da história e historiografia. Agradeço às leituras e aos comentários de José Alves Freitas Neto, Thiago Biazzoto e Claudia Oliveira.

RECEBIDO EM: 11/NOV./2018 | APROVADO EM: 30/ABR./2019

# A crítica historiográfica no Brasil nos anos 1990 e o espectro do *linguistic turn*: embates entre “modernos” e “pós-modernos”

Historiographical criticism in Brazil in the 1990s and the specter of the linguistic turn: clashes between “modern” and “postmodern”

Wagner Geminiano dos Santos

<https://orcid.org/0000-0002-5840-9381> 

## RESUMO:

Neste artigo, discutimos como a crítica historiográfica, no Brasil, fez da linguistic turn um espectro a assombrar os territórios e fronteiras disciplinares de Clio, ameaçando o ofício dos historiadores profissionais, acadêmicos. Penso isso a partir de um suposto debate ocorrido em 1993, por ocasião dos 20 anos do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas, entre dois expoentes dos debates que orbitavam a “virada linguística” e suas implicações para o fazer do historiador, Hayden White e Roger Chartier. Os textos de ambos, publicadas em 1994, na edição comemorativa da Revista Estudos Históricos – REH, servirão de modelo para os debates teórico-metodológicos que os historiadores profissionais, acadêmicos, sobretudo aqueles que se arvoravam como críticos historiográficos, iriam estabelecer dali por diante, em especial quando estavam avaliando o “estado da arte” no país. Esse debate reverberou ao longo dos anos 1990 e 2000 nas discussões que opuseram “modernos” e “pós-modernos”, e na configuração da geografia e da memória disciplinar do saber histórico no Brasil.

## ABSTRACT:

This article discusses how historiographical criticism in Brazil has transformed the linguistic turn into a specter to haunt Clio’s disciplinary territories and boundaries, threatening the craft of professional academic historians. This is thought based on a debate occurred in 1993, held on the celebration of the 20th birthday of the Getúlio Vargas Foundation’s CPDOC, between Hayden White and Roger Chartier, two important debaters on the subject of linguistic turn and its implications for the historian’s work. The texts of both historians, published in 1994, in a commemorative edition of Revista Estudos Históricos - REH, were a model for the theoretical-methodological debates that were carried out from then on by professional historians, scholars and mainly by those who criticized historiography, giving support, in special, to the evaluation of “the state of the art” in the country. This debate reverberated over the 90’s and 2000’s in the discussions that opposed “modern” and “postmodern” and on the configuration of geography and disciplinary memory of historical knowledge in Brazil.

## PALAVRAS CHAVE:

Historiografia; *Linguistic turn*; Crítica historiográfica

## KEYWORDS:

Historiography; Linguistic turn; Historiographical criticism

Em 2012 publicamos na Revista de Teoria da História da Universidade Federal de Goiás – UFG um artigo no qual procurávamos discutir as apropriações e usos das noções de “moderno” e “pós-moderno” pela comunidade de historiadores brasileiros após os anos 1980, com o título: “A invenção da crítica historiográfica brasileira pós década de 1980: um campo de batalha para modernos e pós-modernos”. (SANTOS, 2012). O texto em questão era resultado das primeiras leituras e pesquisas que desdobrariam no projeto que deu origem a nossa tese de doutorado. (SANTOS, 2018) Nele buscávamos discutir como os historiadores brasileiros dedicados a pensar o seu fazer e problematizar os direcionamentos da pesquisa e da produção historiadora no Brasil, pós década de 1980, haviam tomando as noções de “moderno” e “pós-moderno” como dois grandes guarda-chuvas conceituais, que abrigavam algumas ou quase todas as discussões que afligiam grande parte da comunidade historiadora no país, daquele período em diante. Naquelas duas noções cabiam desde discussões acerca da cientificidade da história, passando pelo estatuto do documento até o papel da narrativa na conformação do discurso historiador. A crítica historiográfica usou essas duas noções para avaliar e dimensionar a produção historiadora no Brasil e definir-lhe o seu lugar, o seu estatuto. No texto em questão, afirmávamos o seguinte a esse respeito:

Do ponto de vista da história da história este texto procura pensar não só ao nível conceitual ou teórico, mas também a própria historicidade da produção da crítica historiográfica nacional, o que pouco tem sido feito pelos historiadores brasileiros que se dedicam ao estudo desta área do conhecimento histórico. Sobretudo, se nos referirmos apenas à produção elaborada pós década de 80 e, em especial, se atentarmos para uma dimensão que na maioria das vezes aparece como evidente ou natural nas discussões estabelecidas pela crítica historiográfica brasileira; a elaboração dos termos: moderno e pós-modernos como lugares de demarcação do *metier* do historiador no Brasil. (SANTOS 2012, p. 130)

Naquela oportunidade, procurávamos estabelecer um diálogo com esta crítica produzida, sobretudo, ao longo dos anos 1980 e 1990. Especialmente com os historiadores Ciro Flamarion Cardoso, Francisco Falcon, Durval Muniz de Albuquerque Jr., Astor A. Diehl, Margareth Rago, Jurandir Malerba (CARDOSO 2005; 1997; 1988) (ALBUQUERQUE JR. 2009; 2007; 1990) (DIEHL 1999; 1993a; 1993b) (FALCON 2011; 1994) (MALERBA 2006a; 2006b; 2003; 2002) (MALERBA e CARDOSO 2000) (RAGO 2000a; 2000b; 1999; 1995; 1993a; 1993b) etc. e neles identificava uma naturalização dessa discussão, pensada ainda a partir de uma disputa de metanarrativas, nomeadas por Ciro Cardoso como um enfrentamento entre “paradigmas rivais e irreconciliáveis”. Esse debate procurava repercutir e atualizar no Brasil, muitas vezes de forma caricatural e descontextualizada, uma discussão posta internacionalmente, sobretudo na Europa e nos EUA, desde pelo menos os anos 1970. Tal discussão chega ao país, de forma mais destacada, e, em especial, entre os historiadores, apenas na década de 1990 e vai ser apropriada e usada noutro registro e atendendo ao campo de possibilidades das disputas políticas e institucionais que se desdobravam no “território dos historiadores brasileiros”. É nesse contexto, (FICO e POLITO 1992) (RAMOS 2014) (CEZAR 2015) (FRANZINI 2017) e como produto do evento de comemoração dos 20 anos do CPDOC, que a FGV traz ao Brasil dois dos principais expoentes internacionais deste debate. Não por coincidência dois intelectuais que travavam um debate bem duro quanto ao papel da narrativa na configuração do conhecimento histórico: Hayden White, de um lado; e Roger Chartier, do outro. As conferências proferidas por ambos durante o evento do CPDOC vão ser publicadas na edição comemorativa da REH, Revista Estudos Históricos, no seu número 13, de 1994, sob a editoria de Angela de Castro Gomes, a mais longeva editora da revista, Hugo Lovisolol<sup>1</sup> e Marieta de Moraes Ferreira, historiadora que também ficou durante um bom tempo na editoria da REH.

*1 - Hugo Rodolfo Lovisolol é graduado em Sociologia pela Universidad de Buenos Ayres, com mestrado e doutorado em Antropologia Social pela UFRJ, ambos sob orientação de Otavio Alves Velho.*

## 1 – Os historiadores de ofício *versus* “o crítico literário”: O “diálogo” Chartier e White nas páginas da Revista Estudos Históricos – REH.

De início, chama atenção a disposição dos textos na Revista. O primeiro texto a ser apresentado é o de Hayden White e, em seguida, o de Roger Chartier. Embora possa sugerir, a princípio, uma maior importância de White e de seu texto, por virem primeiro, ou tão somente indicar a ordem cronológica das conferências quando ministradas,<sup>2</sup> me parece que há outra motivação mais estratégica para essa disposição. Colocar os autores em um suposto diálogo, mas com a prerrogativa de que quem teria a última palavra sobre as questões discutidas seria o único suposto historiador de formação, Roger Chartier. Coube a ele encerrar o debate, ao menos nas páginas daquele volume da revista, e não ao crítico literário, lugar de sujeito sempre atribuído a White, no Brasil; silenciando o fato de que ele também é historiador de formação (CEZAR 2015) (ARAÚJO *apud* MALERBA 2016). Tal estratégia será retomada em várias outras revistas e coletâneas de textos que, dali por diante, buscarão discutir o fazer dos historiadores no país. Aquele a quem se quer rebater os argumentos tem sempre seu texto disposto por primeiro, para que àqueles que vem em seguida possam ou negá-lo ou rebatê-lo, sem que outro texto seu ou de alguém que concorde com ele possa fazer uma tréplica. Dessa forma, monta-se um falso debate, uma vez que as posições com as quais não se concorda tem quase sempre o seu direito de fala negado ou interdito por um debate de mão única, que reafirma ou corrobora, na maioria das vezes, as posições em contrário, na fala e nos textos de todos aqueles que se pronunciam depois. Ao mesmo tempo em que se quer passar uma ideia de pluralidade de abordagens, à medida que com quem não se concorda também comparece na revista ou na coletânea (MALERBA 2006) (MALERBA e CARDOSO, 2000).<sup>3</sup>

A conferência/texto de Hayden White, pronunciada primeiro, tinha como título: “Teoria Literária e Escrita da História” e, de acordo com a sua apresentadora, a socióloga

*2 - A conferência de Hayden White foi proferida no dia 14 de setembro de 1993 e a de Roger Chartier, dois dias depois, em 16 de setembro do mesmo ano.*

*3 - Nestas duas coletâneas, onde aquela estratégia é convocada, coincidentemente ou não, tem Hayden White como centro da polêmica.*

Helena Bomeny, professora da UERJ e pesquisadora do CPDOC à época, tanto na conferência quanto no texto publicado na REH, estava longe de trazer um sentido “pacificador”, mesmo depois de transcorridos 20 anos da publicação de sua principal obra, *Metahistory* (WHITE, 1992).<sup>4</sup> Para atizar essa polêmica e dar a dimensão do incômodo que White causava, em especial entre os historiadores profissionais, Bomeny recupera um debate acontecido na revista *History and Theory*, de 1980, no qual vários intelectuais, inclusive historiadores, buscavam rebater e desconstruir os principais argumentos espostos por White. Bomeny recupera a polêmica em torno da relação que White estabelece entre historiadores e filósofos da história e a crítica que o filósofo Maurice Mandelbaun faz a essa aproximação, sobretudo “no que diz respeito à polêmica e permanente questão da atribuição de sentido e da busca de neutralidade que de forma tão nítida, diz o crítico, marca a distinção entre um filósofo da história e um historiador” (GARCHET 1994, p. 22) (ARAÚJO *apud* MALERBA 2016, p. 7). E, para dar mais gás à polêmica e convocar os historiadores ao debate – certamente os historiadores brasileiros presentes à conferência –, Bomeny acrescenta:

Um segundo argumento, estreitamente relacionado ao primeiro, diz respeito à concepção de Hayden White sobre o trabalho do historiador, visto como a expressão final de um ato poético. Uma das tarefas mais convencionalmente atribuídas ao historiador, ou seja, a de descobrir, descrever e explicar o que ocorreu no passado, é desconsiderada por uma tese que supõe a história como ciência e arte, ou que vê a representação e a construção dos próprios fatos como uma interferência indiscutível do narrador, e a escrita histórica como algo vinculado ao trabalho de criação ou de expressão poética. Tudo sem contar a travessura, quem sabe sociológica, de reduzir metodologicamente a alguns personagens a problemática geral de todo um campo de conhecimento. A reação dos críticos não inibiu Hayden White nem foi suficientemente forte a ponto de mudar suas convicções. A polêmica gerada por seu trabalho só estimula e fortalece nossa convicção sobre o privilégio de podermos, nos 20 anos do CPDOC, contar com sua presença no Brasil. Ele é aqui conhecido por um grupo extremamente seletivo de intelectuais. Sua conexão mais estreita é com os críticos literários e um grupo minoritário

4 - A primeira edição de *Metahistory* é do ano de 1973, publicada pela editora Universidade John Hopkins. Já a primeira tradução para o português data de 1992, publicada pela EDUSP.

de historiadores preocupados com os desafios postos por sua reflexão para o refinamento do campo da teoria historiográfica. (GARCHET 1994, p. 22)

Ao estimular esse tipo de polêmica e colocá-la como elemento central em sua apresentação do conferencista, Bomeny indica um dado tipo de recepção para o trabalho de White no Brasil. Ele estava marcado pela polêmica com os historiadores. E isso, naquele período da produção historiadora no país, apontava para a produção de mais polêmica ainda, dado o caráter de configuração da geografia disciplinar da história profissional, acadêmica no Brasil (FICO e POLITO, 1992) (RAMOS 2014) (OHARA 2017) (SANTOS 2018). Isso esclarece ainda mais as motivações de ele ter sido alocado como primeiro conferencista e ter o seu texto como o primeiro na revista, com a fala e o texto de Roger Chartier logo em seguida. Este não era um debate novo, no plano internacional, mas ele chega ao Brasil com ares de novidade. Como disse a própria Bomeny, o livro *Metahistória* havia acabado de completar 20 anos de publicação. A questão colocada por White provocava diretamente os historiadores brasileiros em um momento que eles disputavam a afirmação de seu modo de escrever a história, a partir e dentro de determinados lugares de produção que ainda buscavam afirmar a história como uma prática científica, notadamente nas pós-graduações (OHARA 2017) (RAMOS 2014) (SANTOS 2018). Esta provocação vai ser vista como uma grave ameaça a esse lugar e aos historiadores que procuravam definir as fronteiras disciplinares da história no país.

A tese central de White de que, sob o ponto de vista da escrita historiadora, não haveria uma diferença fundamental em relação aos *tropos* linguísticos esposados pelos literatos, vai deixar parte dos historiadores brasileiros em polvorosa, em especial aqueles que diziam falar em nome da ciência, da racionalidade. White e suas obras aparecem como uma grande ameaça, que se juntaria a outros “cavaleiros bárbaros”, vindos de fora do “território dos historiadores” para profaná-lo e destruir suas fronteiras disciplinares, arduamente construídas

ou ainda em construção, especialmente no Brasil. Nomear White como crítico literário, silenciando sua condição de historiador, é um ato bastante significativo daqueles que irão polemizar com ele, pois, dessa maneira, o acusavam de falar de algo que supostamente não praticava. Buscando, com isso, diminuir a importância de seu discurso para a prática historiadora profissional (CEZAR 2015) (ARAÚJO *apud* MALERBA 2016). Muito embora ele, em nenhum momento de sua obra, tivesse colocado em questão a importância da prática historiadora ou a reduzido à literatura, o que procura deixar bem claro, já no início de seu texto/conferência, ao afirmar que:

Percebo que ao caracterizar o discurso histórico como interpretação e a interpretação histórica como narrativização, estou tomando posição num debate sobre a natureza do conhecimento histórico que compõe “narrativa” e “teoria”, à maneira de uma oposição entre um pensamento que permanece em grande parte “literário” e até mesmo “mítico” e um pensamento que é ou aspira ser científico. Mas é preciso sublinhar que *estamos aqui considerando a questão, não dos métodos de pesquisa que deveriam ser usados para investigar o passado, e sim da **escrita** da história, do tipo de discursos realmente produzidos pelos historiadores no curso da longa carreira da história da disciplina*. E o fato é que a narrativa sempre foi e continua sendo o modo predominante da escrita da história. O principal problema para qualquer teoria da escrita da história, portanto, não é o da possibilidade ou impossibilidade de uma abordagem científica do estudo do passado, mas antes o de explicar a persistência da narrativa na historiografia. Uma teoria do **discurso** histórico tem de tratar da questão da função da narratividade na produção do texto histórico. (WHITE 1994, p. 25) (Grifos nossos).

Mas parece que, mesmo marcando essa posição, de forma bem didática, White não se fez entender como queria entre boa parte da comunidade de historiadores, em especial entre os brasileiros, ou dito de outra maneira, na luta por preservar seus lugares de sujeito e suas identidades, alguns historiadores fizeram pouco esforço para compreender aquilo que, didaticamente, White procurava dizer: que o que estava considerando em suas problematizações não era a

“operação historiográfica”, no sentido de Michel de Certeau, em seus três momentos, mas apenas o discurso histórico, as dimensões literárias, tropológicas “da escrita da história, do tipo de discursos realmente produzidos pelos historiadores”. Há uma reação muito mais corporativa da comunidade de historiadores ao texto e às posições de Hayden White do que um debate franco com elas. Nesse sentido, o texto de Roger Chartier vai trazer uma réplica à fala de White que indicia a má vontade dos historiadores profissionais em estabelecer um debate aberto, teórica ou epistemologicamente orientado, com os pressupostos epistemológicos trazidos pelo historiador norte-americano para pensar a escrita da história. A defesa de um suposto lugar institucional, disciplinar e/ou disciplinado do ofício do historiador prevalece sobre uma abordagem mais dialógica e substantiva. O corporativismo fala mais alto, e a defesa da disciplina supostamente ameaçada é reivindicada pelos arautos da cientificidade, do “princípio de realidade” e da “intencionalidade de verdade” que presidiriam, segundo eles, a produção do conhecimento histórico. Estas seriam as virtudes epistêmicas a serem defendidas e preservadas. Desta forma, a crítica estabelecida por Chartier ao pensamento de White parece atacar justamente aquilo que ele não disse, construindo-o como um espectro<sup>5</sup>, uma fantasmagoria, como um antípoda dos historiadores de ofício. O White de Chartier é um bode-expiatório, é uma caricatura, um espantalho contra o qual parte dos historiadores profissionais vão se debater (CHARTIER 1998) (CHARTIER 2002). Some-se a sua voz a de Carlo Ginzburg, outro historiador que terá enorme repercussão e influência entre os historiadores profissionais acadêmicos no Brasil, sobretudo a partir dos anos 1990, ecoando uma narrativa bem próxima a de Chartier e defendendo para a prática historiadora praticamente as mesmas virtudes epistêmicas, as de um saber disciplinado e controlado pelo “princípio de realidade” (GINZBURG 2002) (GINZBURG 2007). Vejamos, portanto, como Chartier vai produzindo essa fantasmagoria em seu texto/conferência:

*5 - Devo o uso que faço desse termo à leitura do texto “Hamlet Brasileiro: ensaio sobre giro linguístico e indeterminação historiográfica (1970-1980)” de Temístocles Cezar (2015), publicado no nº 17 desta revista.*

Existe ainda outro desafio que não é menos temível. A partir da afirmação, absolutamente fundamentada, de que toda história, qualquer que seja ela, é sempre uma narrativa organizada com base em figuras e fórmulas que as narrações imaginárias mobilizam, alguns concluíram pela anulação de qualquer distinção possível entre ficção e história, já que esta é, e não passa de uma "*fiction-making operation*", segundo a expressão de Hayden White. A história não traz mais (nem menos) um conhecimento verdadeiro do real do que o faz o romance, é absolutamente ilusório querer classificar e hierarquizar as obras dos historiadores em função de critérios epistemológicos indicando sua maior ou menor pertinência para dar conta da realidade passada que é seu objeto. (CHARTIER 1994, p. 109-110)

A leitura que Chartier faz da posição de White vai num sentido totalmente diverso daquele esposado pelo historiador norte-americano na passagem anteriormente referida. Parece que o arquivo a partir do qual o historiador da terceira geração dos *Annales* estava habituado a trabalhar, falar e escrever não permitia nuançar o posicionamento daquele. Ou, se permitia, era pelo filtro de um espelho distorcido que produzia um White caricato, fantasmagórico. Mesmo alegando que Certeau é uma de suas influências intelectuais, o modo como Chartier se apropria de sua leitura, a partir do espelho corporativo dos historiadores, e, em grande medida, o contrapõe a White, demonstra uma leitura bastante idiossincrática da produção de ambos, procurando reafirmar o caráter disciplinar da história, ao reinseri-la no quadro mais geral das ciências sociais; bem como ao se colocar a partir de seus trabalhos como um modelo de historiador em defesa deste lugar e dos instrumentos científicos de controle da "operação historiográfica" que, mesmo pensando a linguagem e os textos, não havia cedido às tentações de pôr fim a fronteira entre história e ficção, como supostamente havia feito White. Quero argumentar que Chartier e White trabalham com dois conceitos distintos de história, e é isto que parece gerar esta confusão ou os equívocos de leitura produzidos pelo historiador francês, ao não considerar o modo distinto de como pensa e entende o conceito de história,

em especial em relação ao de White. Vejamos primeiro qual o conceito de história esposado por White no texto publicado na REH:

A "história" que é o tema de todo esse aprendizado só é acessível por meio da linguagem; que nossa experiência da história é indissociável de nosso discurso sobre ela; que esse discurso tem que ser escrito antes de poder ser digerido como "história"; e que essa experiência, por conseguinte, pode ser tão vária (sic) quanto os diferentes tipos de discurso com que nos deparamos na própria história da escrita. Dentro dessa visão, a "história" é não apenas um objeto que podemos estudar e nosso estudo desse objeto, mas também, e até mesmo antes de tudo, um certo tipo de relação com "o passado" mediada por um tipo distinto de discurso escrito. É porque o discurso histórico é atualizado em sua forma culturalmente significativa como um tipo específico de escrita que podemos considerar a importância da teoria literária tanto para a teoria como para a prática da historiografia. (WHITE 1994, p. 23)

Parece claro que White trabalha com uma concepção de história pensada tão somente a partir do momento de sua colocação em escrita, ou seja, pensar em história só faz sentido em articulação ao discurso histórico que fala sobre ela, à medida que esse tem de ser primeiro escrito para depois ser lido e dito como histórico. Contudo, para White, isso não exclui os momentos anteriores da pesquisa historiadora e muito menos desarticulária a escrita historiadora de seu lugar social ou dos elementos extradiscursivos que lhe tornam possível. Menos ainda deixaria de ser um discurso com pretensões de representar ou de dizer o "real", mas afirmar que a história só se faz na escrita significava dizer que os historiadores necessitam usar "as mesmas estratégias da figuração linguística utilizadas por escritores imaginativos", uma vez que o tipo de discurso que produzem é, predominantemente, vazado em modo narrativo. Dessa forma, para White, no nível do discurso histórico, a teoria da história deveria se valer dos mesmos mecanismos de análise da moderna teoria literária, para poder interpretar a escrita da história, uma vez que tanto historiadores quanto literatos

lidavam, no nível formal, com os mesmos *tropos* linguísticos em suas estratégias de narrativização ou enredamento. Contudo, isso não reduz o discurso histórico ao discurso literário, uma vez que seus processos de significação cultural passam por modulações diversas e cobrariam deles a produção de sentidos diferentes. Ao estabelecer um diálogo com Roland Barthes e Paul Ricoeur, referidos nas notas de rodapé desse texto/conferência publicado na REH, White vai responder a estas questões da seguinte maneira:

Nada disso implica que não devemos distinguir a atividade da pesquisa histórica (o estudo pelo historiador de um arquivo contendo informações sobre o passado) da atividade da escrita histórica (a composição pelo historiador de um discurso e sua tradução numa forma escrita). Na fase de pesquisa do seu trabalho, os historiadores estão empenhados em descobrir a verdade sobre o passado e em recuperar informações esquecidas, ou suprimidas, ou obscurecidas, e, é claro, extrair delas todo o sentido que puderem. Mas entre essa fase de pesquisa, que na verdade não se pode distinguir da atividade de um jornalista ou um detetive, e a conclusão de uma história escrita, é preciso realizar várias operações transformadoras importantes, nas quais o aspecto figurativo do pensamento do historiador é mais intensificado do que diminuído. (WHITE 1994, p. 29)

Se há um diálogo direto com Barthes e Ricoeur, a passagem anterior parece estabelecer também uma discussão indireta com Michel de Certeau e seu livro *A escrita da História*, ou vice e versa, numa apropriação bem menos idiossincrática que aquela que Chartier faz dos dois, para construir sua noção de história. Sigamos o suposto debate ou diálogo estabelecido entre White e Chartier, nas páginas da REH, para observar como o historiador francês responde a essa questão, a partir da formulação de um conceito de história como um saber disciplinar e o historiador como um sujeito disciplinado, que teria como objetivo produzir um conhecimento rigoroso, controlado e verdadeiro sobre o passado, pois só assim seria capaz de impor limites claros aos falsários, que poderiam se valer da suposta dissolução das fronteiras entre história e

ficção para produzir narrativas moralmente perigosas. Vejamos como ele alude a essa questão e pensa a história:

Contra uma tal abordagem ou um tal *shift*, é preciso lembrar que a ambição de conhecimento é constitutiva da própria intencionalidade histórica. Ela funda as operações específicas da disciplina: construção e tratamento dos dados, produção de hipóteses, crítica e verificação de resultados, validação da adequação entre o discurso do conhecimento e seu objeto. Mesmo que escreva de uma forma “literária”, o historiador não faz literatura, e isto pelo fato de sua dupla dependência. Dependência em relação ao arquivo, portanto em relação ao passado do qual ele é vestígio. Dependência, continuando, em relação aos critérios de cientificidade e às operações técnicas que são às do seu “ofício”. (CHARTIER 1994, p.110)

Como visto nesse trecho, o texto ou o pensamento de White, que ele busca resumir no texto/conferência publicado na REH, em nenhum momento diverge do que é afirmado por Chartier. Aliás, que a prática historiadora atenda a critérios de cientificidade, que seja regulada por operações específicas da disciplina, que trabalhe com hipóteses, que tenha uma dupla dependência, em relação a estes critérios e ao arquivo, esses pressupostos parecem nunca ter sido um problema para White; pelo contrário, é ponto pacífico também para ele, ao menos neste texto em questão. Seu problema, como já apontado, é outro, mas que Chartier não reconhece, pois finaliza seu texto/conferência evocando mais uma vez uma caricatura de White, a qual julga combater com o auxílio de outros companheiros de ofício, a exemplo de Carlo Ginzburg, quando afirma que:

Graças a suas técnicas próprias, a disciplina está apta a fazer reconhecer as falsificações como tais, e a denunciar os falsários. É voltando sobre seus desvios e suas perversões que a história demonstra que o conhecimento que ela produz se inscreve na ordem de um conhecimento verificável e controlável, portanto que ela está armada para resistir àquilo que Carlo Ginzburg designou como a “máquina de guerra ceptica” que recusa a história toda possibilidade de dizer a realidade que foi e de separar o verdadeiro do falso. (CHARTIER 1994, p. 111)

E continua, convocando mais um suposto aliado contra a “máquina de guerra ceptica”, desta vez Michel de Certeau:

O caminho é, portanto, forçosamente estreito para quem pretende recusar, ao mesmo tempo, a redução da história a uma atividade literária de simples curiosidade, livre e aleatória, e a definição de sua cientificidade a partir unicamente do modelo do conhecimento do mundo físico. Em um texto ao qual sempre é preciso voltar, Michel de Certeau formulou esta tensão fundamental da história. Ela é uma prática “científica”, produtora de conhecimentos, mas uma prática cujas modalidades dependem da variação de seus procedimentos técnicos, dos constrangimentos que lhe impõem o lugar social e instituição de saber onde ela é exercida, ou ainda das regras que necessariamente comandam sua escrita. O que também pode ser dito de maneira inversa: a história é um discurso que aciona construções, composições e figuras que são as mesmas da narrativa, portanto da ficção, mas é um discurso que ao mesmo tempo, produz um corpo de enunciados “científicos”, se entendermos por isso “a possibilidade de estabelecer um conjunto de *regras* que permitem ‘controlar’ operações proporcionais a *produção* de objetos determinados”. (CHARTIER 1994, p. 112)

Fica evidente que Roger Chartier evoca Calo Ginzburg e, sobretudo, Michel de Certeau para se contrapor, corporativamente, contra o “crítico literário” norte-americano e seus pressupostos que, supostamente, procuravam reduzir a história “a uma atividade de simples curiosidade”, não referenciada a qualquer “realidade extradiscursiva”, tomada apenas como discurso referido à linguagem, ao texto e a nada mais. White já havia apontado para respostas a essas possíveis objeções, da seguinte maneira, em seu texto/conferência:

a tropologia não nega a existência de entidades extra-discursivas ou nossa capacidade de nos referirmos a elas ou representá-las na fala. Ela não sugere que ‘tudo’ é linguagem, fala, discurso ou texto, mas apenas que a referencialidade e a representação linguística são assuntos muito mais complicados do que as antigas noções literalistas da linguagem e do discurso entendiam. (WHITE 1994, p. 36-37)

[...]

...essas objeções parecerão mais ou menos constrangedoras conforme o grau de confiança que se tenha nas distinções convencionais entre fala literal e figurativa, discurso referencial e não-referencial, prosa factual e ficcional, o conteúdo e a forma de um dado tipo de discurso, e assim por diante... Deve ser assinalado, contudo, que as teorias tropológicas do discurso não exatamente dissolvem essas distinções, e sim as reconceitualizam. Enquanto a teoria crítica tradicional vê as dimensões literal e figurativa, ficcional e factual, referencial e intencional da linguagem como alternativas opostas, e mesmo mutuamente excludentes, de todo discurso *sério*, a moderna teoria da linguagem e da literatura tende a vê-las como os polos de um contínuo linguístico entre os quais a fala deve se mover na articulação de todo e qualquer discurso, seja ele sério ou frívolo. Na medida em que esse movimento dentro do discurso é ele mesmo por natureza tropológico, precisamos de uma teoria tropológica para guiar sua análise. (WHITE 1994, p. 36)

Apesar de Chartier considerar que a história também é “um discurso que aciona construções, composições e figuras que são as mesmas da narrativa” ele seria referido ou controlado por regras e protocolos de cientificidade que lhe garantiam a produção de enunciados científicos. A princípio, o argumento esposado por Chartier é correto; contudo, ele não se aplica ao texto de White e às teses que ele defende na conferência proferida na comemoração dos 20 anos do CPDOC e publicada na REH em 1994. Nesse texto, ele procura deixar bem claro, já antevendo ou até mesmo antecipando as críticas caricatas de que seu texto e sua fala poderiam ser ou eram alvo, que:

A teoria tropológica implica que não devemos confundir “fatos” com “eventos”. Os eventos acontecem, os fatos são constituídos pela descrição linguística. O modo da linguagem usado para construir os fatos pode ser formalizado e governado por regras, como nos discursos científicos e tradicionais; pode ser relativamente livre, como todo discurso literário “modernista”; ou pode ser uma combinação de práticas discursivas formalizadas e livres...E desde que a historiografia em geral tendeu e ainda tende a permanecer uma combinação de práticas discursivas governadas

por regras com práticas livres, a tropologia tem especial relevância para o esforço de compreendê-la. (WHITE 1994, p. 37)

Como é possível observar, há uma diferença entre o Hayden White e o pensamento enunciado em seu texto/conferência e o White percebido e imaginado por Chartier. Esse é uma caricatura, é um White fantasmático produzido para pôr medo e infligir preocupação aos historiadores de ofício. É um espantalho construído como imagem oposta aos historiadores de ofício e à historiografia como prática científica tal qual a entende o historiador francês, ou seja, uma prática disciplinada, controlada, portanto, e produzida por um historiador de ofício, versado nos protocolos de cientificidade que constroem e possibilitam a produção de enunciados científicos e de um saber verdadeiro sobre aquilo que foi. Regulados por um princípio de verdade, os historiadores não cederiam às falsificações e aos falsários, ou, como vai dizer Chartier, em conclusão ao seu texto:

É certo que o historiador tem por tarefa oferecer um conhecimento apropriado, controlado sobre a “população de mortos – personagens, mentalidades, preços” que são seu objeto. Abandonar essa intenção de verdade, talvez desmesurada mas certamente fundadora, seria deixar o campo livre a todas as falsificações, a todas as falsidades que, por traírem o conhecimento, ferem a memória. No exercício de seu ofício cabe aos historiadores serem vigilantes. (CHARTIER 1994, p. 11-112)

A proposta esposada por Chartier tem um caráter notadamente normativo e disciplinar. A sua história tem de ser um saber apropriado – faltou apenas ele estabelecer quem diz, dentro da comunidade de historiadores, o que é esse “apropriado” –, verdadeiro, avesso a falsificações e falsidades. Nesse sentido, ele finaliza seu texto cobrando dos historiadores muito mais o esposamento de valores ou virtudes morais que de virtudes epistêmicas. A história e os historiadores deveriam, ao mesmo tempo, estar atrelados a um dever de verdade e a um dever de memória. O argumento moral se sobrepõe ao pressuposto epistemológico que orientou toda a sua discussão com o seu White.

No fim e ao cabo, o Hayden White de Chartier se apresentava muito mais como um perigo moral para a história e os historiadores do que como um problema de ordem epistemológica.

## 2 – A identidade do historiador profissional em risco? A multiplicação dos espectros.

Fiz questão de recuperar, de forma pormenorizada, esse debate trazido pela REH, para poder situar duas questões centrais na configuração da geografia disciplinar daquilo que estava sendo nomeado, com a contribuição da crítica historiográfica, como a historiografia brasileira profissional, acadêmica ao longo dos anos 1990: o primeiro ponto é como determinados debates ocorridos noutros países, entre tradições de pensamentos distintas, vão ser apropriados e usados pelos historiadores brasileiros do período. O segundo ponto diz respeito ao caráter modelar do debate ora exposto para a configuração das leituras que se farão e dos maniqueísmos que nortearão as avaliações e os balanços historiográficos, no Brasil, dali por diante. Posso dizer que, para a imensa maioria dos historiadores brasileiros que irão se dedicar a esse tipo de trabalho, ao longo dos anos 1990 e até meados dos anos 2000, o modelo vencedor vai ser o apresentado por Chartier. É o historiador de ofício em combate contra a fantasmagoria representada pelo “pós-modernismo”, pelo “*linguistic turn*”, pelo “narrativismo”, pelo “giro linguístico”, pelo “irracionalismo”, pelo “nominalismo”, pelo “ceticismo” (CHARTIER 2002) (GINZBURG 2002, 2007) ...os adjetivos e as noções muito pouco precisas, dessubstancializadas, fantasmáticas passam a assombrar, por todos os lugares, o território dos historiadores. Era preciso que eles ficassem vigilantes quanto ao seu ofício, alertava Roger Chartier ao historiador disciplinado.

Em relação ao primeiro ponto, é emblemática a discussão que se estabelece entre “modernos” e “pós-modernos”, uma versão renovada da disputa dos anos 1980, entre a “velha guarda marxista” e a “nova história” (FICO; POLITO 1992) (RAMOS 2014) (SANTOS 2018). Como apontava Francisco

Falcon, no texto “Identidades do Historiador”, essa disputa observada de um nível mais profundo, que segundo ele seria o epistemológico, se resumiria num renhido debate entre aqueles que acreditam num princípio de realidade como orientador do discurso histórico e aqueles outros que não observariam diferença alguma entre a narrativa historiográfica e a literária, tomando uma pela outra, à medida que não haveria uma relação de hierarquia entre uma narrativa sobre o passado e a outra (FALCON 1996). Sem sombra de dúvidas, a leitura de Falcon está matizada pelo modelo estabelecido por Chartier, a quem vai usar, no seu texto, como um dos exemplos de identidade de historiador em vigor no plano internacional. A leitura que Falcon faz do *linguistic turn* segue os mesmos princípios argumentativos de Chartier, está vazada na mesma tópica. Aliás, Falcon esteve presente no evento de comemoração dos 20 anos do CPDOC, certamente deve ter acompanhado os debates e assistido a ambas as palestras, e sua percepção daquilo que ele chama de crise da história ou da identidade do historiador é praticamente a mesma de Chartier. Vejamos:

É bastante curioso perceber, no entanto, que a multiplicidade de abordagens, métodos e objetos e a variedade de perspectivas teóricas simplifica-se bastante quando passamos às bases epistemológicas e ontológicas de nossa oficina. Realmente, nesse nível mais profundo, reina ainda, surpreendentemente, quem sabe, a aceitação quase consensual do *realismo histórico*. Foi exatamente isso que procurei demonstrar através dos exemplos de Elton e Chartier. Tal *realismo* significa: a História é real e, portanto, a história-disciplina é, ou continua a ser, uma tentativa sempre renovada de *conhecer* de alguma forma – explicando, compreendendo, interpretando – aquela História, o *passado*. Daí o fato de que as divergências ou diferenças realmente existentes no nível epistemológico raramente questionem ou ponham em dúvida a premissa mais geral – o historiador produz um conhecimento e o expõe através de um discurso próprio cujo referente se situa na própria realidade histórica (FALCON 1996, p. 25-26)

Os argumentos de Falcon são, portanto, muito próximos àqueles esposados por Chartier, o que demonstra, dentre outras coisas, como o debate organizado em torno do CPDOC e da REH produziu efeitos entre os historiadores brasileiros e

foi recuperado segundo um certo *topos* narrativo, nos anos seguintes, e reverberado para outras audiências, à medida que o texto de Falcon foi apresentado como conferência numa mesa por ocasião do XVIII Simpósio Nacional da ANPUH, realizado em Recife – PE, no ano de 1995. Se a retórica da crise está presente no texto de Falcon, é também como parte desse debate mais amplo do qual White e Chartier são avatares, e que o modelo de avaliação historiográfica delineado por esse aparece como uma estratégia de defesa corporativa do ofício do historiador profissional acadêmico.

Ao afirmar que, apesar da aparente fragmentação do campo e das identidades dos historiadores, num nível epistemológico e ontológico permanecia praticamente consensual que a história se referia ao real e que o seu referente último é a realidade histórica, Falcon assumia esse lugar de defesa do território do historiador profissional acadêmico disciplinado. Um defensor do princípio de realidade, “de um *realismo historiográfico* o qual, apesar de subdividido em várias vertentes, tinha sempre como verdade indiscutível o papel necessário e insubstituível das *fontes documentais como ponte necessária* entre o texto histórico e o seu referente na ordem da realidade histórica. Enquanto *evidências* de algo que elas apenas representavam, restos ou fragmentos sobreviventes, as fontes constituíam o território comum aos mais variados tipos de historiadores” (FALCON 1996, p. 17). Ele colocava-se assim como mais um defensor dos territórios de Clio, falando do alto da torre de combate epistemológica, lançando flechas, dardos em direção à ameaça bárbara vinda supostamente de fora das fronteiras da história e da oficina dos historiadores. Esse tom belicoso vai ser descrito da seguinte maneira, na conclusão de seu artigo. A citação é um pouco longa, mas vale a pena acompanhá-la com atenção:

Nos últimos dez anos tanto a disciplina como o próprio ofício vêm sendo brindados com o interesse de filósofos, linguistas, teóricos da literatura, psicólogos etc., os quais, literalmente, bombardearam a oficina. De início o alvo mais visado foi a História, sua realidade como processo racional, teleológico etc. No intuito de eliminar a História, atacou-se de fato sua

concepção *iluminista*, de essência predominantemente hegeliana. Proclamou-se, então, com euforia, o *Fim da História*. Liquidada a realidade da História, vieram os linguistas a afirmar a autonomia da linguagem e a conseqüente incapacidade nata de todo historiador de compreender que, ao fim e ao cabo, a história por ele produzida/escrita não passa de um texto como outro qualquer, e como tal, apenas remete a outros textos, nada mais. Quase ao mesmo tempo, surgiram os especialistas literários, os quais, extraíndo todas as conseqüências dos *achados* linguísticos, sublinharam a natureza narrativa e por conseqüência *literária* do discurso histórico, demonstrando inclusive que este caráter *histórico* é fruto de artifícios retóricos, de jogos de linguagem, artimanhas estilísticas, tudo enfim concorrendo para permitir ao historiador produzir ou criar, no seu próprio discurso, a ilusão ou *efeito de realidade* que serve de esteio à sua *pretensão* de ser um discurso *verdadeiro*, ou seja, distinto do ficcional, uma vez que remete a uma realidade extra-discursiva que constitui o seu referente. Tais concepções tendem a fazer da história-disciplina apenas mais um capítulo da história da literatura, daí as reações incisivas de...Chartier já mencionadas. (FALCON 1996, p. 26)

Falcon aponta para um incômodo fundamental, qual seja: é aceitável que os historiadores façam da sua oficina um caos, que disputem, debatam, discutam, briguem por espaço dentro de seu território, mas parecia ser intolerável que esses ataques viessem de fora, de outros saberes, de outras disciplinas e profissionais que se arvoravam não só em dizer o que era a história, mas, também, questionar e atacar os fundamentos deste saber. A epistemologização das discussões, por parte dos historiadores, é também uma reação a esse movimento. Não é apenas uma tomada de consciência autoreflexiva, mas um movimento reativo que buscava dizer: nós, historiadores profissionais, também podemos nos pensar, também somos capazes de fundamentar teórica e epistemologicamente aquilo que fazemos e o produto de nossa oficina, a escrita da história.

O vocabulário de guerra utilizado por Falcon – bombardearam, alvo, eliminar, atacar, reação – dará o tom belicoso com o qual os historiadores de ofício enfrentarão este debate e se posicionarão, sobretudo, contra aqueles que julgavam atacá-los de fora da oficina. Nomear Hayden White

de crítico literário ou de um representante do *linguistic turn* implicava, nesse sentido, numa estratégia narrativa para subsumi-lo ou reduzi-lo a um grupo de inimigos comuns e lhes retirar as peculiaridades epistemológicas de suas posições, que, como vimos em relação a White, eram muito pouco divergentes das esposadas por Chartier quanto ao caráter científico da história – o que possivelmente derive do fato de ele ser historiador de formação, algo que é silenciado pelos seus críticos e contendores, tidos como historiadores de ofício; é possível que isso se explique também pelo fato de que seria muito mais incômodo reconhecer-se sendo atacado por alguém de dentro da oficina, alguém que não lutava por posições dentro dela, mas por derrubá-las –, e, portanto, estereotipá-los, combatendo assim um inimigo caricato que serve, ao mesmo tempo, para garantir posições de poder dentro da oficina, em especial para aqueles que se julgam a tropa de elite de combate aos reducionismos linguísticos, oriundos das posturas “narrativistas” e “céticas”, a exemplo de Chartier, Ginzburg, Falcon, Cardoso e outros, como também para definir, validar e normatizar as regras do ofício e da produção da escrita da história em um dado momento, ao buscar dizer quais são os protocolos, os procedimentos, as regras que a fazem um discurso verdadeiro e ancorado no “realismo historiográfico”, um “saber apropriado” ou “adequado”, portanto, como queria o historiador francês. A crítica historiográfica como epistemologia da história será, daí por diante, sobretudo no Brasil, uma máquina de guerra muito poderosa para se definir o que é a historiografia brasileira profissional, acadêmica e configurar tanto sua geografia disciplinar quanto estabelecer a memória que lhe será correlata (RAMOS 2014) (SANTOS 2018).

Portanto, o incômodo e a guerra a ser travada era ainda mais dura no Brasil, uma vez que tais discussões que pensam e questionam o caráter disciplinar da história, que problematizam a forma da escrita historiadora chegam ao país justo no momento em que os historiadores e a disciplina buscam se institucionalizar, se profissionalizar, sobretudo a partir da pós-graduação, fundada para ser a principal oficina para os historiadores, a

sua instituição de saber, de onde a história deveria ser pensada prioritariamente como um prática científica (FICO; POLITO 1992) (RAMOS 2014) (OHARA 2017) (SANTOS 2018). Isso fica claro quando Falcon afirma que tais discussões haviam surgido há apenas dez anos – naquele momento isso significava falar de meados da década de 1980 –, e assim se referia muito mais ao cenário brasileiro do que a qualquer outro, por mais que os exemplos ou a maioria dos autores que use para dialogar sejam estrangeiros. Sua fala também mistura, num mesmo recorte, discussões que temporalmente emergiram em períodos e lugares distintos. Por exemplo, as discussões no campo da linguística que interpelam o discurso historiador emergem muito antes dos anos 1950, ainda com o estruturalismo de Saussure. É certo que se acentuam com as problematizações trazidas pelos ditos “pós-estruturalistas”, pelos filósofos da linguagem, etc. Isso se aplica também à teoria literária e ao próprio Hayden White, que havia publicado seu *Meta-história* ainda na década de 1970.

As “novas” oficinas de Clio – as pós-graduações – e seus trabalhadores – os historiadores profissionais acadêmicos – ganham uma centralidade ainda maior nos anos 1990. É nesse momento que o rigor das regras, dos procedimentos, das técnicas, o aval dos pares é o que passa a garantir falar em nome do real ou representar o passado. Os documentos, as técnicas de cotejamento, a erudição, o grupo: são esses mecanismos que, daquele momento em diante, se impõem como valor de prova, que conferem realidade, legitimidade, credibilidade, verdade e autoridade ao discurso do historiador profissional, ou seja, esse momento representa o ponto de inversão da seguinte constatação estabelecida por Certeau acerca das regras de produção do saber histórico na década de 1970: “o ‘real’ representado não corresponde ao real que determina sua produção. Ele esconde, por trás da figuração de um passado, o presente que o organiza” (CERTEAU 2011, p. 49).

É neste contexto de inversão, portanto, que Falcon publica o texto “A identidade do Historiador”, na REH, no ano de 1996. Neste período, e daí por diante, para muitos dos historiadores

profissionais acadêmicos brasileiros o presente começava a aparecer como o estrato temporal que organizava a produção historiadora e o que fazia corresponder o real com o passado que se queria representado, e bem menos o inverso desse processo. O aperfeiçoamento dos mecanismos que levariam o historiador a ligar o produto de sua operação – a escrita – às práticas que garantiriam o princípio de realidade que lhe daria não só legibilidade, mas, sobretudo, legitimidade e fiabilidade passaram a se tornar uma marca, uma regra fundamental da produção historiográfica, diria uma lei do meio, para a imensa maioria dos historiadores profissionais, acadêmicos, no Brasil da década de 1990 em diante. Nesse sentido, anuir a outros modos de pensar a escrita da história e o ofício do historiador, sobretudo àqueles produzidos fora de sua oficina, segundo Falcon, poderia:

Do ponto de vista dos efeitos de tais proposições sobre o ofício, tema ainda por investigar mais profundamente, creio que sua mensagem ao historiador é bastante óbvia; não lhe resta outro caminho que não o de assumir de uma vez por todas a *verdadeira* natureza da sua *escrita*, quer dizer, renunciar à pretensão de produzir um discurso *diferente*, e, sobretudo, a idéia de produzir um conhecimento qualquer a respeito de um *real* imaginário que, das duas uma, ou simplesmente não existe, ou, se existe, é capaz de esclarecer acerca de seu autor e de sua época e como tal não deixa de ter lá a sua importância. A história-disciplina transformada em um pseudoconhecimento, pois seu discurso almeja uma impossibilidade, como ficaria nesse caso a identidade do historiador? Provavelmente, quem sabe, uma espécie *literária* de prestidigitador, um profissional muito hábil em criar, ao escrever, *efeitos de realidade* os mais convincentes para seu(s) leitor(es) (FALCON 1996, p. 27)

Em tom irônico, Falcon ajuda a construir o fantasma do qual a(s) identidade(s) do(s) historiador(es) deveria(m) distanciar-se, sobretudo no Brasil. Como muitos de sua geração, Falcon acreditava que a história tinha uma função social e política a cumprir, uma espécie de dever de memória para consigo mesma, como disciplina, um saber controlado e disciplinado, mas também para a sociedade com a qual se ligava. Para

cumprir tal função, cabia aos historiadores reafirmarem a importância disciplinar de seu fazer e, sobretudo, dizer a verdade “sobre aquilo que foi”; tendo como fundamento último o constrangimento do arquivo, das fontes, seus protocolos de utilização e, como horizonte moral e político, o compromisso com a verdade. Assim como Chartier, ele acreditava que essa não era tarefa fácil, pois afirmava ser “difícil possuir alguma certeza em meio a uma época de tantas incertezas”, e, sobretudo, por conta dos supostos espectros do *linguistic turn* que rondavam e ameaçavam penetrar as oficinas de Clio e esboroar suas fronteiras disciplinares.

Essa discussão reverberará e se disseminará, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 1990, a partir de dois grandes guarda-chuvas conceituais muito pouco precisos, que são os termos “modernidade/pós-modernidade” e “moderno/pós-moderno”. Em outros termos, emerge, neste momento, para o pensamento da crítica historiográfica brasileira os conceitos de “moderno” e “pós-moderno” e, ao longo daquela década, eles vão sendo transformados em ferramentas de avaliação e dimensionamento da produção do saber histórico no país, assim como de nomeação da identidade dos historiadores profissionais, acadêmicos (SANTOS 2012). Constituídos também como lugares de observação e validação desta produção. Lugares que, para alguns críticos, foram erigidos não só como antagônicos, mas, acima de tudo, como incomunicáveis e irreconciliáveis (CARDOSO 2005; 1997.).

É nesse sentido que o debate travado por boa parte da crítica historiográfica no país ao longo da década de 1990 e no início dos anos 2000 (REIS 2006; 2007) (FICO; POLITO 1992) (DIEHL 1999; 1993a; 1993b) parece ter ficado engessado e se cristalizado em torno daquelas duas rubricas, que ora aparecem como conceitos, ora como objetos, ora como nomeadores de uma época, de um tempo, de uma condição histórica, quando não como delineadores do próprio fazer dos historiadores em nosso país. Ou seja, esses termos aparecem muitas vezes como uma espécie de metadiscorso, como uma metanarrativa fundadora

do próprio fazer historiográfico (CEZAR 2015) (SANTOS 2012). Como se para fazer história no Brasil, seja do objeto, do tema, do problema que fosse, o historiador profissional acadêmico tivesse de pensar, de mencionar este debate, colocado e estabelecido por parte da crítica historiográfica como uma espécie de condição *sine qua non*, como pertinência fundamental de qualquer trabalho ou pesquisa no campo da História, em especial da história da história no Brasil. A coletânea *Domínios da História*, publicada em 1997, parece ser um dos melhores exemplos desse tipo de abordagem e de avaliação do “estado da arte” produzidas no país, à época.

Trata-se de uma coletânea onde se explicitam divisões como História Social/História Cultural, racionalistas/irracionalistas, realistas/nominalistas etc. Estas divisões engessaram, estereotiparam e esterilizaram grande parte do debate que os historiadores travaram sobre o saber histórico produzido no Brasil a partir daquele período. Na verdade, ela marca um recrudescimento da crítica para a hisperespecialização; o que consiste, por um lado, num maior refinamento teórico, metodológico e epistemológico da disciplina, mas, por outro, num profundo afastamento dos historiadores e de sua produção de um público e uma audiência mais amplos, o que, certamente, não impediu a produção de narrativas sobre o passado por outros profissionais e disciplinas que viessem atender às demandas deste público não especializado. Pensando com o que nos diz Albuquerque Jr., tornou-se:

Traço constante na crítica historiográfica brasileira... a tendência a estabelecer maniqueísmos, a resumir a pluralidade do campo historiográfico a uma espécie de jogo dual, onde o leitor é conclamado a tomar partido por um dos lados litigantes...Esta crítica passa a operar com categorias genéricas que englobam autores e obras os mais diferenciados como: pós-modernos, conservadores, historiadores culturais versus realistas, racionalistas, de esquerda historiadores sociais, e estabelece que entre elas existem pretensas dicotomias irreconciliáveis, construindo imagens tão simplificadas do campo considerado opositor, que o que temos ao final é mais desconhecimento produzido do que conhecimento. (ALBUQUERQUE JR., *In*: GUIMARÃES 2006 p. 193-194).

Como afirma esse historiador, foi através da adoção de epítetos como modernos, pós-modernos, realistas ou veristas, narrativistas ou céticos que parte da crítica historiográfica, ao tentar pensar o que fazia ou vinham fazendo os historiadores profissionais acadêmicos no Brasil ao longo dos anos 1980 e 1990, terminou reduzindo a diversidade de posição presentes na produção do período a um amontoado de generalizações e caricaturas, desconsiderando, muitas vezes, a singularidade e a diversidade das “contribuições” para o campo da prática e do pensamento sobre a história no país. Tal modelo de crítica historiográfica adotava a estratégia, muito presente no discurso jurídico e inquisitorial, de homogeneizar seu alvo, de construir através de um conjunto sumário de traços e posições um sujeito oponente, ao qual se deve vencer através da argumentação, do ataque às suas posições, normalmente bastante resumidas e caricaturadas (ALBUQUERQUE JR. 2009, p. 52). Esse tipo de estratégia parece ter ficado evidente no modo como Hayden White vai ser visto e dito por parte dos historiadores de ofício, no Brasil e alhures, e por um de seus principais contendores, Roger Chartier.

Outro aspecto que se constituiu central na crítica historiográfica praticada no período foi que a maioria dos críticos e analistas da produção historiográfica buscava abordar de forma direta e substancial apenas “as contribuições” feitas por aqueles que comungavam da mesma opção teórica e metodológica do crítico em atuação (MALERBA 2006a; 2006b; 2003; 2002; 2000) (RAGO 2000a; 2000b; 1999; 1995; 1993a; 1993b). Nesse sentido, as opções e perspectivas opostas eram geralmente silenciadas ou reduzidas a meras simplificações, quando não estereotipadas e denegadas. É como se só houvesse “contribuição”, inovação à produção do conhecimento histórico dentro do campo teórico e metodológico encampado e defendido pelo crítico da vez. É como se não houvesse nada de pertinente fora de um campo já estabelecido e colocado muitas vezes como o único possível ou o melhor a ser seguido. E ao que me parece, em nosso país, essas contendas parecem remeter ou derivar da invenção histórica dos lugares de moderno e pós-moderno pela crítica historiográfica produzida

no Brasil pós anos 1980, ou melhor, da emergência para o pensamento dessa mesma crítica dos conceitos de moderno e pós-modernos como dispositivos que irão instrumentalizar suas análises e avaliações (SANTOS 2012).

Tal atitude levou boa parte da crítica historiográfica brasileira a fazer também uma análise partidarizada da produção historiográfica feita no Brasil à época. Crítica que, na maioria das vezes, independentemente do lugar teórico a que se filiava, terminava por fazer uma crítica adjetivista e judicativa àqueles a quem julgavam serem seus opositores e contendores, quando não inimigos a serem silenciados em nome de um suposto saber mais justo, mais verdadeiro, mais real, mais científico (ALBUQUERQUE JR. 2009; 2007). Ao analisar esse tipo de crítica historiográfica, o historiador Sérgio Campos Gonçalves afirma:

É autêntica representante da compreensão generalizada que os historiadores têm da questão. De tão disseminada essa compreensão acerca do que é e de quais são os desdobramentos da problemática pós-moderna e da *linguistic turn*, para bem ou para mal, criou-se, entre os historiadores, uma comunidade de sentido em que todos se entendem, na qual percebem e reagem à questão da mesma maneira ou de forma bastante semelhante, como se compartilhassem o mesmo aquário (GONÇALVES 2012, p. 194). [...] ... De tão disseminada essa compreensão acerca do que é e de quais são os desdobramentos da problemática pós-moderna e da *linguistic turn*, para bem ou para mal, criou-se, entre os historiadores, uma comunidade de sentido em que todos se entendem, na qual percebem e reagem à questão da mesma maneira ou de forma bastante semelhante, como se compartilhassem o mesmo aquário; um aquário diferente dos filósofos. Por isso, ainda que talvez os *Ensaio*s de Malerba não despertem o fascínio do filósofo, o livro tem méritos inquestionáveis por oferecer uma proposição original de solução e de enfrentamento que, dentro do aquário do historiador, faz completo sentido e representa uma proposta teórico metodológica plausível. (GONÇALVES 2012, p. 8)

Nesse sentido, os trabalhos de crítica historiográfica com os quais venho discutindo são exemplos de como procedeu a grande maioria dos críticos historiográficos no Brasil, quando buscaram avaliar, analisar e pensar a produção que passavam a nomear como “historiografia brasileira”. O que significou, na maioria das vezes, muito mais um embate por posições intelectuais e de poder dentro da nova configuração da geografia disciplinar da história no Brasil (SANTOS 2018) do que realmente uma discussão para a ampliação do campo de possibilidades práticas e discursivas do fazer historiográfico no país, em especial de sua crítica. Assim, ao longo dos anos 1990, a posição de crítico historiográfico foi, quase sempre, evocada para reagir ou defender uma dada posição no interior da disciplina, buscando reiterar antigas posições políticas e institucionais dentro da instituição de saber que passava a formatar a identidade do historiador profissional acadêmico no Brasil, ou seja, os programas de pós-graduação em história.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. O historiador *naïf* ou a análise historiográfica como prática de excomunhão. *In*: GUIMARÃES, Manoel L. S. (Org.). **Estudos sobre a escrita da História**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 192-215.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. O Caçador de Bruxas: Carlo Ginzburg e a análise historiográfica como inquisição e suspeição do outro. **Saeculum** (UFPB), v. 21, p. 45-63, 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/11470>. Acesso em: 23 maio 2017.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Mennocchio e Rivière: criminosos da palavra, poetas do silêncio. **Resgate** (UNICAMP), Campinas, v. 2, p. 48-55, 1990.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Um historiador fala de teoria e metodologia**: Ensaios. Bauru: EDUSC, 2005.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Ensaio Racionalistas**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e paradigmas rivais. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. **História e Psicanálise**: Entre ciência e ficção. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

CEZAR, Temístocles. Hamlet Brasileiro: ensaio sobre giro linguístico e indeterminação historiográfica (1970-1980). **História da Historiografia**, n. 17, p. 440-461, 2015. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/741>. Acesso em: 18 jun. 2018.

CHARTIER, Roger. **Au bord de la falaise. L'histoire entre certitudes et inquiétude**. Paris: Albin Michel, 1998.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

CHARTIER, Roger. A História hoje: dúvidas, desafios e propostas. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 13, 1994. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1973>. Acesso em: 15 ago 2019.

DIEHL, Astor Antônio. **A matriz da cultura histórica brasileira**: do crescente progresso otimista à crise da razão histórica. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993a.

DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira**: década de 1930 aos anos 1970. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 1999.

DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica nos anos 80**: mudança estrutural na matriz historiográfica brasileira (IV). Porto Alegre: Evangraf, 1993b.

FALCON, Francisco Calazans. **Estudos de Teoria da História e Historiografia**. V. I - Teoria da História. 1. ed. São Paulo: HUCITEC, 2011, 206 p.

FALCON, Francisco Calazans. A identidade do Historiador. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 7-30, 1996.

FALCON, Francisco Calazans. Historiografia Contemporânea: balanço e perspectivas. **Revista da Faculdade de Letras-História**, Porto – Portugal, série II, v. 11, p. 353-376, 1994.

FICO, Carlos; POLITO, Ronald. **A história no Brasil**: elementos para uma avaliação historiográfica. Ouro Preto: UFOP, v. 1, 1992.

FRANZINI, Fábio. Mr. White chega aos trópicos: notas sobre Meta-história e a recepção de Hayden White no Brasil. In: BENTIVOGLIO, Julio; TOZZI, Verónica (Orgs.). **Do passado histórico ao passado prático**: 40 anos de Meta-história. Serra: Milfontes, 2017.

GARCHET, Helena Maria Bomeny. Teoria literária e escrita da História de Hyden White. **Revista Estudos Históricos – REH**. Rio de Janeiro, Vol. 07, Nº 13, 1994. pp. 21- 23. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1972>. Acesso em: 18 mar. 2017.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força**: história, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GONÇALVES, Sergio Campos. Enfrentamentos epistemológicos: teoria da história e a problemática pós-moderna. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 8, abr., p. 187-196, 2012. Disponível em: Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/267/249>. Acesso em: 8 set. 2017.

MALERBA, Jurandir. **História & Narrativa**: A ciência e a arte da escrita histórica. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MALERBA, Jurandir. **A história escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006a, 238 p.

MALERBA, Jurandir. (Org.). **A escrita da história**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006b, p. 7-10.

MALERBA, Jurandir; CARDOSO, Ciro F. (Orgs.). **Representações**: contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas: Papyrus, 2000, 275 p.

MALERBA, Jurandir. Em Busca de um Conceito de Historiografia - Elementos para uma Discussão. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 17, p. 23-56, 2003.

MALERBA, Jurandir. Notas à margem: a crítica historiográfica no Brasil dos anos 1990. **Textos Históricos**, Brasília, v. 10, n. 1-2, p. 181-214, 2002.

OHARA, João Rodolfo Munhoz. **Virtudes epistêmicas na historiografia brasileira (1980-1990)**. Tese de Doutorado. UNESP: Assis – SP, 2017.

RAGO, Margareth; GIMENES, Renato A. de O. (Orgs.). **Narrar o passado, repensar a história**. Campinas, SP: UNICAMP, 2000a.

RAGO, Margareth. Pensar diferentemente a história, viver femininamente o presente. *In*: GUAZZELLI, C.A.B.; PETERSEN, Silvia; SCHIMIDT, Benito B.; XAVIER, C.L. (Orgs.). **Questões de Teoria e Metodologia da História**. Porto Alegre: Editora Universidade UFRGS, 2000b, p. 41-58.

RAGO, Margareth. A “nova” historiografia brasileira. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, v. 11, p. 73-97, 1999.

RAGO, Margareth. O Efeito Foucault Na Historiografia Brasileira. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 3, n. 28, 1995.

RAGO, Margareth. As Marcas da Pantera: Michel Foucault na historiografia brasileira contemporânea. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, v. 1, n.1, p. 121-143, 1993a.

RAGO, Margareth. As Marcas da Pantera: Foucault para historiadores. **Revista Resgate**. Campinas – SP, v. 1, n.5, p. 128-147, 1993b.

RAMOS, Igor Guedes. **Genealogia de uma operação historiográfica**: as apropriações dos pensamentos de Edward Palmer Thompson e de Michel Foucault pelos historiadores brasileiros na década de 1980. Tese de Doutorado. UNESP: Assis – SP, 2014.

REIS, José Carlos. **Identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

REIS, José Carlos. **Identidades do Brasil**: de Calmon a Bonfim. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SANTOS, Wagner Geminiano dos. **A invenção da historiografia brasileira profissional, acadêmica: geografia e memória disciplinar, disputas político-institucionais e debates epistemológicos acerca do saber histórico no Brasil (1980-2012)**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em História, Recife, 2018.

SANTOS, Wagner Geminiano dos. Invenção da crítica historiográfica brasileira pós década de 1980: um campo de batalhas para modernos e pós-modernos. **Revista de Teoria da História**, Goiás, n. 7, p. 128-155, 2012.

WHITE, Hayden. **Meta-história: A imaginação Histórica do Século XIX**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

WHITE, Hayden. Teoria da História e escrita da História. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 13, 1994.

## AGRADECIMENTOS E INFORMAÇÕES

### Wagner Geminiano dos Santos

wagnerbarauna@yahoo.com.br

Professor de História das Redes Municipais de Ensino de Água Preta e São José da Coroa Grande – PE.

São José da Coroa Grande

Pernambuco

Brasil

RECEBIMENTO: 20/FEV./2019 | APROVAÇÃO: 27/JUN./2019



# DIRETRIZES PARA AUTORES

GUIDELINES  
FOR AUTHORS

## **1) As colaborações poderão ser feitas sob as seguintes formas**

**1.1.** Artigo inédito e original (entre 28.000 e 70.000 caracteres com espaço, incluindo as notas e as referências bibliográficas).

**1.2.** Artigos de debate historiográfico que resenhem criticamente publicações recentes pertinentes aos temas relacionados com as áreas de conhecimento que configuram o escopo da publicação. (entre 28.000 e 70.000 caracteres com espaço, incluindo as notas e as referências bibliográficas). Os artigos de debates devem ter título, seguido pela referência bibliográfica completa da obra.

**1.3.** Resenhas de livros devem ser enviadas para a HH Magazine - <http://hhmagazine.com.br>.

## **2) Informações sobre a submissão**

**2.1.** A **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography** não cobra taxa de submissão, assim como também não cobra taxa de processamento de artigo (APC).

**2.2.** Os arquivos enviados deverão estar em formato \*.doc ou \*.docx, ou seja, compatíveis com Word.

**2.3.** Todos os trabalhos submetidos à revista são analisados por software anti-plágio - [Política contra o plágio](#).

## **3) Normas de apresentação dos textos**

**3.1** Os artigos devem conter, no início, resumo (de 700 a 1.050 caracteres com espaço) e três palavras-chave, ambos seguidos de traduções para língua inglesa. Caso o texto original

seja em inglês, o artigo deverá ter um resumo em português ou espanhol.

**3.2.** Recomenda-se que os autores dividam os artigos em seções, que devem consistir em títulos explicativos, em negrito e com maiúscula apenas no início (ou, se nele houver, substantivo próprio). Em hipótese alguma será aceita a divisão de seções por algarismo.

**3.3.** Serão aceitos artigos de debate historiográfico que resenhem criticamente publicações que tenham sido publicados, no máximo, há três anos ou então títulos há muito esgotados e com reedição recente.

**3.4.** A contribuição deve ser original e inédita, não estar sendo avaliada por outra publicação e não ter indicação de autoria. Caso o texto da submissão seja derivado de tese e/ou dissertação, o autor deverá indicar essa informação no campo 'Comentários ao Editor'. Além disto, espera-se que o trabalho traga um avanço substancial com relação ao que já foi apresentado na tese ou dissertação, especial, mas não unicamente, em suas conclusões. Os autores devem excluir todas as informações do arquivo que possam identificá-los como tal.

**3.5.** Quando houver financiamento da pesquisa, o autor deve indicar, em nota de rodapé ligada ao título da contribuição, a instituição financiadora. E no campo específico no momento da submissão.

**3.6.** Os artigos passarão por uma pré-seleção do Conselho Editorial que avaliará sua pertinência com relação à temática do periódico. Uma vez aprovados na pré-seleção, serão encaminhados para pareceristas.

**3.7.** Todos os artigos, inclusive os submetidos para publicação em dossiê, serão analisados por, pelo menos, dois membros do Conselho Consultivo ou assessores ad hoc, que podem, mediante consideração da temática abordada, seu tratamento, clareza da redação e concordância com as normas da revista, recusar a

publicação ou sugerir modificações. Além disso, informamos que poderão ocorrer mais de uma rodada de avaliação. Os pareceres têm caráter sigiloso. Ao Conselho Editorial fica reservado o direito de publicar ou não os textos enviados de acordo com a pertinência em relação à programação dos temas da revista.

**3.8.** As palavras-chave devem ser retiradas do banco de palavras-chave elaborado pelos editores da revista – [Banco de palavras-chave](#).

**3.9.** As colaborações devem ser enviadas em Times New Roman, corpo 12, espaçamento 1,5 e com margens de 3 cm. As citações com mais de três linhas devem ser recuadas da margem esquerda (1,5 cm), sem aspas, em corpo 11 e espaçamento simples.

**3.10.** Todos os textos deverão ser apresentados após revisão ortográfica e gramatical. A revista publica contribuições em português, espanhol e inglês.

**3.11.** Desde o seu terceiro número a revista História da Historiografia adotou a nova ortografia estabelecida no Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Recomenda-se aos colaboradores a adoção da nova ortografia nos materiais enviados para avaliação e publicação na revista.

**3.12.** As notas de rodapé devem ser apenas de caráter estritamente explicativo, com o tamanho máximo de 260 caracteres com espaço. No geral, recomenda-se a não utilização de notas e incorporação da informação, da melhor maneira possível, no corpo do texto.

**3.13.** As referências devem vir em corpo de texto tendo o seguinte formato: (ABREU 2005, p. 36). Os links vinculados às notas devem ser reduzidos com “encurtadores de links”.

**3.14.** A referência a textos clássicos também deve ser feita no corpo do texto, com indicações do nome do autor, da primeira palavra do título da obra (em itálico) e da seção e/ou as linhas

citadas, tal como nos seguintes exemplos: Aristóteles, *Poética* VII; Tucídides, *História* IV, 49. A referência completa à obra citada deve aparecer ao final do texto, na lista da bibliografia utilizada.

**3.15.** Somente devem ser listadas referências utilizadas no texto. E a partir de maio de 2019, as submissões deverão ser apresentadas utilizando a ABNT NBR 6023:2018.

## 4) Informações sobre a submissão

### 4.1. Livro

*Estrutura:*

SOBRENOME, Nome. **Título da obra em negrito:** subtítulo sem negrito. Tradução de Nome do tradutor. Cidade: Editora, Ano.

SOBRENOME, Nome. **Título da obra em negrito:** subtítulo sem negrito. Tradução de Nome do tradutor. Cidade: Editora, Ano. DOI XXXX. Disponível em: URL do site. Acesso em: Dia mês (abreviado) ano.

*Exemplos:*

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas; Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006.

RIGNEY, Ann. **The Rhetoric of Historical Representation:** three narrative histories of the French Revolution. Cambridge: Cambridge University Press, 1991. DOI 10.1017/CBO9780511549946. Disponível em: <http://ebooks.cambridge.org/ref/id/CBO9780511549946>. Acesso em: 19 jul. 2012.

#### 4.2. Livro eletrônico (tipo e-book)

##### *Estrutura:*

SOBRENOME, Nome. **Título da obra em negrito**: subtítulo sem negrito. Cidade: Editora, Ano. *E-book*. DOI XXXX. Disponível em: URL do site. Acesso em: Dia mês (abreviado) ano.

##### *Exemplo:*

BAVARESCO, Agemir; BARBOSA, Evandro; ETCHEVERRY, Katia Martin (org.). **Projetos de filosofia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. *E-book*. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/projetosdefilosofia.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2011.

#### 4.3. Capítulo de livro

##### *Estrutura:*

SOBRENOME, Nome (orgs.). Título do capítulo. *In*: SOBRENOME2, Nome2 (orgs.). **Título da obra em negrito**: subtítulo sem negrito. Cidade: Editora, Ano.

SOBRENOME, Nome (orgs.). Título do capítulo. *In*: SOBRENOME, Nome. **Título da obra em negrito**: subtítulo sem negrito. Cidade: Editora, Ano.

##### *Exemplos:*

LÖWY, Michael. Carga explosiva: o surrealismo como movimento romântico revolucionário. *In*: GUINSBURG, J; LEIRNER, Sheila (orgs.). **O surrealismo**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

RICOEUR, Paul. Fase Documental: a Memória Arquivada. *In*: RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 155–192.

#### 4.4. Coletânea

##### *Estrutura:*

SOBRENOME, Nome (orgs.). **Título da obra em negrito:** subtítulo sem negrito. Cidade: Editora, Ano.

##### *Exemplo:*

CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (orgs.).  
**Representações:** contribuições a um debate transdisciplinar.  
Campinas: Papyrus, 2000.

#### 4.5. Artigo de periódico

##### *Estrutura:*

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. **Nome do periódico:** subtítulo sem negrito, v. X, n. Y, p. pp-pp, Ano.

##### *Exemplo:*

RIGOLOT, François. The Renaissance Crisis of Exemplarity.  
**Journal of the History of Ideas**, v. 59, n. 4, p. 557-563,  
1998.

#### 4.6. Artigo de periódico on-line

##### *Estrutura:*

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. **Nome do periódico:** subtítulo sem negrito, v. X, n. Y, p. pp-pp, Ano. Disponível em: URL do site. Acesso em: Dia mês (abreviado) ano.

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. **Nome do periódico:** subtítulo sem negrito, v. X, n. Y, p. pp-pp, Ano. DOI XXXX. Disponível em: URL do site. Acesso em: Dia mês (abreviado) ano.

*Exemplo:*

ASDAL, Kristin; JORDHEIM, Helge. Texts on the Move: Textuality and Historicity Revisited. **History and Theory**, v. 57, n. 1, p. 56-74, 2018. DOI 10.1111/hith.12046. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/hith.12046>. Acesso em: 9 abr. 2019.

**4.7.** Texto disponível na internet

*Estrutura:*

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. **Nome do Site**, dia, mês (abreviado), Ano. Disponível em: URL do site. Acesso em: Dia mês (abreviado) ano.

*Exemplo:*

BENTIVOGLIO, Julio. "Precisamos falar sobre o currículo de História". **Café História**, 15, maio, 2017. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/curriculo-de-historia/>. Acesso em: 18 abr. 2018.

**4.8.** Artigo publicado em anais eletrônico

*Estrutura:*

SOBRENOME, Nome. Título do trabalho. *In*: NOME DO EVENTO (EM MAIÚSCULO), número do evento, ano, cidade. **Anais** [...]. Cidade: Editora, ano, p. pp-pp.

SOBRENOME, Nome. Título do trabalho. *In*: NOME DO EVENTO (EM MAIÚSCULO), número do evento, ano, cidade. **Anais** [...]. Cidade: Editora, ano, p. pp-pp. DOI XXXX. Disponível em: URL do site. Acesso em: Dia mês (abreviado) ano.

*Exemplo:*

ARAÚJO, Rodrigo Cardoso Soares de. O polêmico Corsário, um pasquim da Corte Imperial (1880-1883). *In*: SEMINÁRIO DIMENSÕES DA POLÍTICA NA HISTÓRIA: ESTADO, NAÇÃO,

IMPÉRIO, I, 2007, Juiz de Fora. **Anais** [...]. Juiz de Fora: Clio Edições, 2007, p. 500-501.

#### 4.9. Tese acadêmica

##### *Estrutura:*

SOBRENOME, Nome. **Título da tese em negrito**: subtítulo sem negrito. Ano. Tese/Dissertação (Grau em Área do programa) - Nome do Programa, Universidade, Cidade, Ano.

SOBRENOME, Nome. **Título da tese em negrito**: subtítulo sem negrito. Ano. Tese/Dissertação (Grau em Área do programa) - Nome do Programa, Universidade, Cidade, Ano. Disponível em: URL do site. Acesso em: Dia mês (abreviado) ano.

##### *Exemplo:*

RIBEIRO, Tatiana O. **A apódexis herodotiana**: um modo de dizer o passado. 2009. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) - Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

#### 4.10. Artigo de Jornal

##### *Estrutura:*

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. **Nome do Jornal**, dia mês (abreviado) Ano. Caderno p. pp-pp.

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. **Nome do Jornal**, dia mês (abreviado) Ano. Caderno p. pp-pp. Disponível em: URL do site. Acesso em: Dia mês (abreviado) ano.

##### *Exemplos:*

GLEISER, Marcelo. Newton, Einstein e Deus. **Folha de S.Paulo**, 13 jun. 2010. Ilustrada, p. A23.

RODRIGUES, Artur. Obra de ficção cria "liminar" e vira alvo de investigação da PF. **Folha.com.br**, São Paulo, 11

set. 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/09/1680327-obra-de-ficcao-cria-liminar-e-vira-alvo-de-investigacao-da-pf.shtml>. Acesso em: 11 set. 2015.

**4.11.** Observações sobre a apresentação das referências:

**4.11.1.** O *In*, utilizado na apresentação de capítulos de livros, é em itálico;

**4.11.2.** Sempre que utilizar uma referência consultada online, deve-se inserir a URL na parte 'Disponível em:' e 'Acesso em:', e caso o documento possua DOI, esta informação deve ser inserida;

**4.11.3.** URL de artigos de jornais e textos da internet devem ser encurtadas, recomenda-se o encurtador <https://bitly.com>;

**4.11.4.** A ABNT NBR 6023:2018 não utiliza mais "\_\_\_\_\_" e omite o nome de um autor, o nome deve ser repetido.

**4.11.5.** Não deve ser utilizado aspas (simples ou duplas) em títulos de livros, capítulos ou artigos a menos que o título tenha, efetivamente, este símbolo.

**4.11.6.** Caso o tipo de documento que você queria citar não esteja listado acima, pedimos que consulte a ABNT NBR 6023:2018, caso a dúvida persistir, entre em contato com a secretaria da revista [historiadahistoriografia@hotmail.com](mailto:historiadahistoriografia@hotmail.com).